

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PEDRO PORTUGAL SORRENTINO

AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA: UMA NOVA CULTURA DA TERRA?

CURITIBA

2023

PEDRO PORTUGAL SORRENTINO

AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA: UMA NOVA CULTURA DA TERRA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina Maziviero

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sorrentino, Pedro Portugal

Agricultura urbana em Curitiba: uma nova cultura da terra? / Pedro Portugal Sorrentino. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano.

Orientador: Maria Carolina Maziviero

1. Agricultura urbana – Curitiba (PR). 2. Planejamento urbano. 3. Solo urbano - Uso. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. III. Maziviero, Maria Carolina. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO  
URBANO - 40001016104P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **PEDRO PORTUGAL SORRENTINO** intitulada: **AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA: UMA NOVA CULTURA DA TERRA?**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA CAROLINA MAZIVIERO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Agosto de 2023.

MARIA CAROLINA MAZIVIERO  
Presidente da Banca Examinadora

MADIANITA NUNES DA SILVA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

HELOISA SOARES DE MOURA COSTA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

LETÍCIA NERONE GADENS  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família que tanto amo.

A Si, minha mãe, e ao Ma, meu pai, por tudo e por tanto que fizeram por mim, ensinando a sonhar e a ver o mundo com sensibilidade, inquietação, esperança, compreensão e amor, mostrando sempre a importância de lutar para melhorá-lo.

Ao Gabri e ao Fá, meus irmãos, que muito me ensinam sobre relações humanas, solidariedade, companheirismo, respeito, confiança e lealdade.

Ao meu tio Rafa, irmão mais velho, professor da vida e melhor amigo. Saudades.

A Lu, companheira sábia, sensível e carinhosa, parceira de muitas conversas, aventuras, alegrias, planos e projetos.

À vó Arlete, vô Waldemar, vó Nena, Iza, Ân, Gil, Vic, Jade, Isabela, Acauã, Bruno, Luana, Rubens, Lucas, Junior, Rose, Marcela, Fernanda, Potoca e Leon Nino... familiares que tornaram a caminhada até aqui cheia de aprendizados e bons momentos.

Agradeço também à minha outra amada família, aos amigos e amigas que deram e dão cores e sabores a cada uma das fases de minha vida, em Piracicaba, Embu, Brasília, Curitiba, Rotterdam e em tantos outros cantos desse mundo.

A Carol, minha orientadora, professora e parceira. Às professoras e professores de toda minha trajetória na escola pública.

Também à educação pública brasileira. Aos presidentes Lula e Dilma, cujos governos foram responsáveis pela política de cotas e pelo Ciência sem Fronteiras, programas que mudaram minha vida.

A todas as trabalhadoras e trabalhadores que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação. Às agricultoras e agricultores, que cultivam o alimento que nos mantém vivos e com saúde. Às hortelãs e aos hortelões urbanos que mostram que a cidade também pode ser viva, biodiversa e agroecológica, especialmente aos que generosamente se dispuseram a participar desta pesquisa.

Aos animais, árvores, fungos e outros seres vivos, aos rios, mares, pedras e montanhas... ao ar, à água, ao fogo, à terra e a tantas outras partes que compõem esse encantador e misterioso universo.

À vida-natureza-Deus.

## RESUMO

Nos últimos anos, a agricultura urbana (AU) tem ocupado uma posição de destaque na cena de Curitiba, tanto na esfera pública, quanto na privada. Ela tem sido reivindicada por diferentes agentes e em distintos contextos, sendo enaltecida por seus diversos benefícios. Isso tem contribuído para dar visibilidade a práticas existentes e para fomentar o surgimento de novas, por vezes localizadas em espaços públicos ou terrenos baldios, o que gera debates sobre os usos da terra dentro da cidade. Este trabalho tem como objetivo investigar práticas de agricultura urbana em Curitiba na contemporaneidade, que apoiem o enfrentamento da lógica neoliberal, da propriedade privada e da cidade-mercadoria, e, a partir disso, contribuir para a produção de conhecimentos que auxiliem na luta pela superação do sistema capitalista e pela construção de cidades socioambientalmente justas, democráticas e sustentáveis, fundadas em uma cultura da terra integrada à natureza. Para isso, foram utilizadas referências que discutem a terra, a produção do espaço urbano, a agricultura urbana e a relação entre essas temáticas. A metodologia utilizada foi a da pesquisa aplicada, exploratória e qualitativa. Os resultados apontam para desafios e potencialidades da AU no campo do planejamento urbano e na luta pela construção de uma nova cultura da terra.

Palavras-chave: agricultura urbana; terra; Curitiba; planejamento urbano; contra-hegemonia.

## **ABSTRACT**

In recent years, urban agriculture (UA) has occupied a prominent position in Curitiba, both in the public and private spheres. It has been claimed by distinct agents and in different contexts, being recognized for its various benefits. This situation has contributed to give visibility to existing practices of UA and to encourage the emergence of new ones, sometimes located in public spaces or vacant lots, which generates debates about land uses in the city. This work aims to investigate urban agriculture practices in Curitiba in contemporary times, which support the confrontation of neoliberal logic, private property and the commodity city, and, based on that, contribute for the production of knowledge that helps in the struggle for overcoming the capitalist system and for the construction of socio-environmentally fair, democratic and sustainable cities, based on a land culture integrated with nature. References that discuss land, production of urban space, urban agriculture and the relationship between these themes were used. The methodology is applied, exploratory and qualitative research. The results point to the challenges and potential of UA in the field of urban planning and in the struggle to build a new land culture.

Keywords: urban agriculture; land; Curitiba; urban planning; counter-hegemony.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                  |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                       | <b>7</b>   |
| 1.1. PERCURSO PESSOAL .....                                                                                      | 11         |
| <b>2. CULTURAS DA TERRA .....</b>                                                                                | <b>14</b>  |
| 2.1. CULTURAS DA TERRA, COSMOVISÕES E RACIONALIDADES .....                                                       | 15         |
| 2.2. A CULTURA DA TERRA HEGEMÔNICA .....                                                                         | 18         |
| 2.2.1. Consequências da transformação da terra em mercadoria .....                                               | 24         |
| 2.3. CRISE CIVILIZATÓRIA, AMBIENTALIZAÇÃO E NECESSIDADE DE ALTERNATIVAS .....                                    | 28         |
| 2.4. UMA NOVA CULTURA DA TERRA?.....                                                                             | 37         |
| 2.4.1. Contribuições das lutas urbanas para uma nova cultura da terra.....                                       | 49         |
| 2.5. O PAPEL DO ESTADO - E DO PLANEJAMENTO URBANO - ENQUANTO AGENTE<br>REGULADOR .....                           | 52         |
| <b>3. AGRICULTURA URBANA E PLANEJAMENTO URBANO - UMA INTRODUÇÃO.....</b>                                         | <b>56</b>  |
| 3.1. AGRICULTURA URBANA - CONCEITO EM MOVIMENTO E DISPUTA.....                                                   | 57         |
| 3.2. A DIALÉTICA SOCIOESPACIAL ENTRE AGRICULTURA URBANA E PRODUÇÃO DO<br>ESPAÇO URBANO NA CONTEMPORANEIDADE..... | 68         |
| 3.3. AU, SISTEMAS ALIMENTARES E PLANEJAMENTO URBANO: UMA APROXIMAÇÃO<br>NECESSÁRIA .....                         | 74         |
| 3.3.1. Agricultura urbana e sistemas alimentares na política urbana brasileira.....                              | 80         |
| 3.3.2. Algumas possibilidades de aproximação .....                                                               | 81         |
| <b>4. AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA - ATIVISMO, POLÍTICA E PLANEJAMENTO<br/>URBANO .....</b>                    | <b>84</b>  |
| 4.1. A LUTA DAS HORTELÃS E DOS HORTELÕES DE CURITIBA EM 2017.....                                                | 84         |
| 4.2. AU NA POLÍTICA E NO PLANEJAMENTO URBANO CURITIBANO .....                                                    | 90         |
| 4.3. AU EM CURITIBA - ATIVISMO, POLÍTICA PÚBLICA E CITY MARKETING.....                                           | 98         |
| <b>5. AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA: APRENDIZADOS DESDE O CAMPO -<br/>RESULTADOS E ANÁLISE .....</b>            | <b>108</b> |
| 5.1. PERCURSO METODOLÓGICO .....                                                                                 | 108        |
| 5.2. LEVANTAMENTO DAS PRÁTICAS DE AU EM CURITIBA E RECORTE .....                                                 | 112        |
| 5.3. INSERÇÃO DAS PRÁTICAS INVESTIGADAS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE<br>CURITIBA .....                           | 119        |
| 5.4. FICHAS-SÍNTESE .....                                                                                        | 138        |

|                                                                             |            |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.4.1. Horta da Praça Seu Francisco.....                                    | 139        |
| 5.4.2. Horta Comunitária Alto da XV .....                                   | 145        |
| 5.4.3. Horta e Agrofloresta do Jacu.....                                    | 150        |
| 5.4.4. Pomar Agroecológico do CIC .....                                     | 155        |
| 5.4.5. Horta Escolar Cultivando Saberes.....                                | 159        |
| 5.4.6. Horta Comunitária Urbana Marumbi I.....                              | 166        |
| 5.5. ANÁLISE GERAL DAS PRÁTICAS INVESTIGADAS .....                          | 171        |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                        | <b>191</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                    | <b>197</b> |
| <b>APÊNDICE I - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA/FICHA DE LEVANTAMENTO .....</b> | <b>217</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

*Uma horta é uma festa para os cinco sentidos. Boa de cheirar, ver, ouvir, tocar e comer. É coisa mágica, erótica, o cio da terra provocando o cio dos homens.*

*Cheguei de viagem e antes de entrar em casa fui ver a minha horta. O mato crescera muito. Mas minhas plantas também. O verde anunciava uma exuberância de vida, nascida do calor e das chuvas que se alternavam sem parar. O meu coração se alegrou. Pode parecer estranho, mas é pelo coração que me ligo à minha horta. Daí a alegria... Estranho porque para muitos a relação acontece através da boca e do estômago. Horta como o lugar onde crescem as coisas que, no momento próprio, viram saladas, refogados, sopas e suflês. Também isso. Mas não só. Gosto dela, mesmo que não tenha nada para colher. Ou melhor: há sempre o que colher, só que não pra comer. (...)*

*Uma horta é um bom lugar para começar. E pra continuar, até acabar. Seria bom saber que alguém colherá coisas que nós semeamos, depois da nossa partida, e as plantas continuarão, como um gesto nosso de amor.*

*(RUBEM ALVES, 1995)*

Nos últimos anos, a agricultura urbana (AU) tem ocupado uma posição de destaque na cena de Curitiba, tanto na esfera pública quanto na privada. Ela tem sido reivindicada por diferentes agentes e em distintos contextos, sendo enaltecida por seus diversos benefícios. Isso tem contribuído para dar visibilidade a práticas existentes e para fomentar o surgimento de novas, por vezes localizadas em espaços públicos ou terrenos baldios, o que gera debates sobre usos da terra dentro da cidade que não sejam estabelecidos de cima para baixo e que não sigam a lógica da terra como propriedade privada e mercadoria.

O universo da AU em Curitiba é amplo e heterogêneo, englobando práticas que vão desde o plantio de ervas e temperos em vasos dentro de apartamentos no Alto da Glória, até o cultivo de milho, feijão e mandioca em extensas porções de terra de chácaras no Umbará. Essas práticas de agricultura urbana em Curitiba são o objeto de estudo da presente dissertação. Procura-se explorar fragmentos desse universo e compreender sua interligação com o meio urbano, contribuindo para discussões no campo do planejamento urbano e da gestão territorial sobre formas de uso e apropriação da terra dentro das cidades que se contraponham à lógica da cidade-mercadoria.

Escolhi este tema pelo meu interesse em investigar o potencial transformador da sociedade que práticas de agricultura no meio urbano tem, em especial, no enfrentamento à

lógica da propriedade privada, da terra como mercadoria e, na construção de uma relação de respeito e harmonia com a natureza, interesse esse, despertado em muito por conta de meu envolvimento ativista com o universo da AU em Curitiba, desde o ano de 2014. Além disso, também foi uma motivação a percepção de que este é um tema pouco abordado no campo do planejamento urbano e que merece maior atenção, dado seus vínculos significativos com a dinâmica socioespacial urbana.

Outrossim, a decisão por esse tema também teve significativa influência dos pensamentos de Ailton Krenak, registrados no livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo” (KRENAK, 2019), principalmente em sua reflexão de que, no cerne da crise global que vivemos, está a ideia de que a humanidade está separada da natureza, e que esta é um mero objeto a ser dominado, o que esvazia suas subjetividades. Acredito que a AU pode contribuir na superação desse pensamento.

O trabalho se justifica pela importância da AU para a cidade de Curitiba, contribuindo, entre outras coisas, na busca do município pela mitigação e adaptação às mudanças climáticas e apoiando no enfrentamento de problemas concretos da população, como a fome, a obesidade e o déficit de natureza, principalmente da que está em maior situação de vulnerabilidade social. Por fim, justifica-se pela carência de informações no campo do planejamento urbano sobre as características dos sistemas alimentares urbanos e sobre os benefícios dos usos agrícolas da terra das cidades.

Assim, esta dissertação tem como objetivo geral investigar práticas de agricultura urbana em Curitiba na contemporaneidade, que apoiem o enfrentamento da lógica da propriedade privada e da cidade-mercadoria e, a partir disso, contribuir para a produção de conhecimentos que auxiliem na luta pela construção de cidades socioambientalmente justas, democráticas e sustentáveis, fundadas em uma cultura da terra integrada à natureza.

Por cultura da terra, me refiro ao conjunto de significados e de formas de se relacionar com a terra própria de cada povo, sociedade ou grupo. A terra tem dupla importância para a AU: seja porque a terra de qualidade é essencial à prática da agricultura, seja porque o acesso à terra urbana em metrópoles como Curitiba é extremamente disputado, dado os múltiplos usos necessários à vida que acabam se sobrepondo ao uso agrícola pela dinâmica urbana e de mercado (ex: moradia, comércio, indústria, ruas, praças, parques, etc).

Os objetivos específicos são: (i) compreender potencialidades, desafios, formas de gestão, uso e apropriação da terra de práticas de agricultura urbana em Curitiba; (ii) explorar, mapear, sistematizar e categorizar parte do universo de práticas de AU em Curitiba; (iii) contribuir para o debate no campo do planejamento urbano sobre a importância da abordagem

da AU e da dimensão socioespacial do sistema alimentar; (iv) contribuir para a compreensão do atual momento e do histórico da AU em Curitiba nos últimos anos; (v) refletir sobre a relação dialética entre as práticas de AU e a produção do espaço urbano de maneira geral e em Curitiba de maneira específica.

O trabalho foi construído na perspectiva dos estudos urbanos críticos (BRENNER, 2018), procurando enfatizar a separação entre o presente e o possível, não apenas investigando as formas de dominação associadas ao capitalismo moderno, mas também escavando as possibilidades emancipadoras que estão contidas nele, ainda que simultaneamente suprimidas pelo mesmo. Assim, buscamos por alternativas emancipatórias latentes no presente, devido às contradições das relações sociais existentes.

A pesquisa tem duas questões centrais. A primeira é: de que forma práticas de AU em Curitiba na contemporaneidade contribuem ou podem contribuir para uma produção contra-hegemônica do espaço urbano, sustentada por uma cultura da terra/racionalidade socioambientalmente justa, não pautada pela lógica da cidade-mercadoria? Como estratégia de análise, utilizar-se-á o método de leitura espacial baseado em Rosa e Wolfrum (2011), a elaboração de mapas temáticos, as entrevistas semi-estruturadas e o cruzamento com a revisão bibliográfica.

A segunda questão é: como o campo do planejamento urbano, em especial o planejamento urbano institucionalizado, pode incentivar as práticas de AU de maneira quantitativa e qualitativa, contribuindo assim para a construção de uma nova cultura da terra? A estratégia de análise utiliza-se das entrevistas semi-estruturadas, do levantamento documental, da revisão bibliográfica, do levantamento técnico e das fichas-síntese.

A metodologia utilizada<sup>1</sup> é a pesquisa aplicada (dirigida a problemas específicos), exploratória e qualitativa, e utiliza as seguintes técnicas: análise documental, entrevistas semiestruturadas - definindo os entrevistados por meio do procedimento bola-de-neve (OCHOA, 2015) -, levantamento técnico e observação participante.

O uso da abordagem qualitativa para as ciências sociais se justifica, de acordo com Minayo (1994), pois trabalha com uma parte da realidade que não pode ser quantificável, “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”, “um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 21-22).

---

<sup>1</sup> O detalhamento da metodologia e seus resultados estão no capítulo final da dissertação, que se refere ao trabalho de campo.

Assim, não existe a pretensão de caracterizar e categorizar todo o universo de práticas de AU de Curitiba: o objetivo é investigar de maneira aprofundada poucos fragmentos deste universo, buscando identificar elementos que possam ser levados à reflexão do planejamento urbano metropolitano de Curitiba, sem no entanto esgotar o assunto ou estabelecer verdades universais.

A organização do trabalho de campo teve três etapas:

- Primeira etapa - fase exploratória do universo da AU em Curitiba. Técnica: pesquisa documental. Produto: seleção das práticas e sujeitos;
- Segunda etapa - levantamento de campo. Técnicas: entrevistas semi-estruturadas, observação participante e levantamento técnico. Produto: organização e sistematização dos dados coletados;
- Terceira etapa - fase analítica. Método: Rosa e Wolfrum (2011). Técnica: cruzamento das entrevistas com a revisão bibliográfica. Produto: fichas-síntese e análise geral das práticas.

As práticas de AU investigadas neste trabalho foram:

- Horta da Praça Seu Francisco;
- Horta Comunitária do Alto da XV;
- Horta e Agrofloresta do Jacu;
- Pomar Agroecológico do CIC;
- Horta Escolar Cultivando Saberes;
- Horta Comunitária Urbana Marumbi I.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos: (I) Culturas da terra, (II) Agricultura urbana e planejamento urbano - uma introdução, (III) AU em Curitiba - ativismo, política e planejamento urbano, (IV) AU em Curitiba: aprendizados desde o campo - resultados e análise.

O capítulo **“Culturas da terra”**, realiza uma discussão sobre a cultura da terra hegemônica - suas características, consequências e nexos com a atual crise civilizatória - e culturas da terra contra-hegemônicas - que apoiam o enfrentamento da lógica da propriedade privada - abordando também o papel do Estado e do planejamento urbano. O capítulo é dividido em cinco partes: (i) culturas da terra, cosmovisões e racionalidades; (ii) a cultura da terra hegemônica; (iii) crise civilizatória, ambientalização e necessidade de alternativas; (iv) uma nova cultura da terra?; (v) o papel do Estado - e do planejamento urbano - enquanto agente regulador.

O capítulo **“Agricultura urbana e planejamento urbano - uma introdução”**, apresenta algumas das principais discussões acerca do conceito de AU e delimita as ideias de agricultura e de urbano adotadas neste trabalho. Discute-se também a relação entre AU e produção do espaço urbano, para em seguida apontar para a necessária aproximação da AU e da questão alimentar com o campo do planejamento urbano. O capítulo é dividido em três partes: (i) agricultura urbana - conceito em movimento, construção e disputa; (ii) a dialética socioespacial entre agricultura urbana e produção do espaço urbano na contemporaneidade; (iii) agricultura urbana, sistemas alimentares e planejamento urbano - uma aproximação necessária.

O capítulo **“Agricultura urbana em Curitiba - ativismo, política e planejamento urbano”** relata a luta das hortelãs e hortelões urbanos iniciada em 2017 e o contexto municipal em que ela está inserida, revelando diferentes projetos de cidade em disputa e a assimilação da AU na política e no planejamento urbano de Curitiba. O capítulo é dividido em três partes: (i) a luta das hortelãs e hortelões de Curitiba em 2017; (ii) crescimento da AU na política e no planejamento urbano municipal; (iii) AU em Curitiba - ativismo, política pública e *city marketing*.

O capítulo **“Agricultura urbana em Curitiba: aprendizados desde o campo - resultados e análise”**, apresenta a metodologia e os resultados da pesquisa, que consistem em 6 fichas-síntese de práticas de AU em Curitiba e em uma análise delas, evidenciando desafios e potencialidades da AU no município e vislumbrando suas contribuições ao campo do planejamento urbano, à política pública de AU e à luta anticapitalista. O capítulo é dividido em cinco partes: (i) percurso metodológico; (ii) levantamento das práticas de AU em Curitiba e recorte; (iii) inserção das práticas investigadas na dinâmica socioespacial de Curitiba; (iv) fichas-síntese; (v) análise geral das práticas investigadas.

Por fim, serão feitas as **“Considerações finais”**, apresentando uma síntese dos resultados desta pesquisa em relação às práticas de AU em Curitiba na contemporaneidade e sua relação com a luta por uma nova cultura da terra, apontando aberturas e encaminhamentos a partir do conhecimento acumulado.

### 1.1. PERCURSO PESSOAL

Nos últimos oito anos tenho uma atuação ativista como hortelão urbano em Curitiba. Em 2014, comecei com meu irmão uma horta em um terreno baldio na frente de casa, em que por alguns anos deu pra plantar de tudo, desde temperos e hortaliças até milho, mandioca e batata-doce. Depois de ter a horta cortada pelo proprietário do imóvel algumas vezes, tive que

finalmente mudá-la de lugar quando construíram no terreno. Mudei a horta para um pequeno trecho do recuo da casa dos vizinhos, cedido por eles. O espaço era bem menor, mas suficiente para ter algumas boas colheitas, principalmente de espinafre e ora-pro-nobis. Recentemente, quebramos o concreto da frente de casa, e conseguimos aumentar a horta consideravelmente.

Entre os benefícios que tive e tenho até hoje com a horta de casa, posso citar a alimentação saudável, a praticidade de se ter alimentos, ervas e temperos frescos a poucos passos de minha cozinha, a aproximação e trocas não monetárias com vizinhos, transeuntes e trabalhadores do meu bairro, o aprendizado da agricultura e seus tempos por meio da prática, a contemplação e encantamento com a “natureza” - desde o germinar das sementes até o amadurecimento dos frutos, desde a observação das abelhas sem ferrão até o “controle de pragas” das joaninhas - as trocas virtuais a partir de postagens sobre a horta nas redes sociais, entre outros.

Além da horta que cultivo na frente de casa, participei de mutirões de criação e de manutenção de algumas outras hortas em Curitiba, principalmente a partir das ações do coletivo Horteiros, criado por um grupo de amigos do qual faço parte e que teve nos anos de 2017, 2018 e 2019 o auge de sua atuação.

O Coletivo Horteiros surgiu em 2017 a partir de conversas que eu mantinha com um grupo de amigos de diferentes áreas (pedagogia, arquitetura e urbanismo, administração, educação física e agronomia). Nosso objetivo era o de auxiliar na criação de hortas urbanas individuais ou comunitárias em Curitiba e região, incentivando a criação de uma rede de trocas e nos conectando com outras iniciativas existentes. Nosso ponto de encontro principal era a república que morava parte dos membros de nosso coletivo, localizada na Rua da Imperatriz, no Boa Vista. Lá, nós tínhamos uma horta no espaço privado da casa e outra no espaço público (acompanhando a calçada). Nossos encontros geralmente envolviam, além dos trabalhos na horta, refeições aproveitando as colheitas, música e cantoria, festas e diálogos sobre ideias e possibilidades de ação ativista de nosso grupo, seja na área da agroecologia, seja na área da educação, já que parte dos membros do grupo são professores e professoras.

Abaixo, o registro de nossa primeira postagem em uma rede social, agora já oficialmente como coletivo Horteiros:

Sabe de onde vêm os produtos que você consome? Já pensou em colher sua própria comida? Quer ter sua própria horta? Chama os Horteiros! Somos um grupo de amigos que busca uma nova forma de viver e de nos relacionar. Acreditamos no potencial de ideias e ações que nos conectem às nossas raízes, fortalecendo nosso senso de comunidade e recuperando nossa relação com o meio ambiente. A partir de uma primeira experiência de horta urbana em Curitiba, nos motivamos a disseminar essa

semente, buscando construir com as pessoas uma consciência socioambiental mais ativa, abordando questões como segurança e auto-suficiência alimentar, utilização e apropriação do espaço ao nosso redor, sustentabilidade e redução dos padrões de consumo e da geração de resíduos. Além disso, desejamos desenvolver um espírito de cooperação, compartilhamento e coletividade. Dentro do que pensamos, queremos dar suporte à criação de hortas urbanas individuais ou comunitárias em Curitiba e região metropolitana, incentivando a criação de uma rede de trocas e nos conectando com outras iniciativas existentes. Quer ter sua própria horta? Chama a gente! Não temos nenhuma formação específica na área, mas nos disponibilizamos a ajudar você a dar o pontapé inicial nessa empreitada, com nossa força de vontade e conhecimentos adquiridos! Na contrapartida, pedimos que você integre nossa rede, compartilhe suas vivências e dissemine essa ideia. E aí? BORA? (COLETIVO HORTEIROS, 2017, n.p.).

Entre os trabalhos que o coletivo Horteiros desenvolveu estão palestras, oficinas e mutirões para construção de hortas comunitárias em espaços públicos, ONGs, comércio, condomínios, comunidades e escolas.

Esses oito anos de vivência hortelã em Curitiba me trouxeram experiências marcantes, amigos queridos e ideias diversas. Possibilitaram conhecer muitos de meus vizinhos e dos trabalhadores do bairro, estabelecendo com eles uma relação menos impessoal, contando por vezes com trocas de sementes, mudas, hortaliças e outras colheitas.

Sem dúvidas, uma das maiores alegrias nestes anos foi a de me encantar a cada nova semente germinando, a cada flor desabrochando e a cada fruto madurando. Também me anima as possibilidades de trocas e da construção de relações de respeito e até de amizade propiciadas pelas hortas, assim como toda a alegria que acompanha uma colheita e uma posterior refeição feita a partir dela.

São desses encantamentos que vêm parte da motivação para desenvolver este trabalho, por ver o tamanho do impacto que as práticas de agricultura no urbano trazem para a vivência e qualidade do urbano, para as possibilidades de existência de nossas cidades, para a construção de uma cultura da terra não pautada única e exclusivamente pelo valor monetário das coisas, pelo valor de troca, pelo utilitarismo e pelo consumismo.

A construção dessa nova cultura da terra passa por uma crítica às formas que nos relacionamos com ela, e por isso busco investigar diferentes culturas da terra e quais implicações elas têm para as cidades, para vida e para o equilíbrio ecológico do planeta. Desenvolvo esse trabalho num exercício de investigação científica, mas também em uma busca pessoal para entender se as práticas de agricultura inseridas na dinâmica urbana podem impactar na vida das pessoas a ponto de transformar sua cultura da terra, assim como elas impactaram e impactam na minha e na de tantos outros companheiros e companheiras.

## 2. CULTURAS DA TERRA

*O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa). O Watu, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma.*  
(KRENAK, 2019)

Este capítulo traz uma reflexão sobre os significados, usos e apropriações da terra dentro de diferentes culturas da terra, apresentando nexos entre a cultura da terra hegemônica e o atual cenário de crise civilizatória, evidenciando a necessidade de recuperarmos e/ou construirmos culturas da terra contra-hegemônicas que superem esse panorama.

O tópico **“Culturas da terra, cosmovisões e racionalidades”** traz uma reflexão sobre o que é a terra, apresentando uma definição para os conceitos de cultura da terra, cosmovisão, racionalidade, hegemonia e contra-hegemonia, e mostrando nexos entre eles.

O tópico **“A cultura da terra hegemônica”** busca apresentar a cultura da terra dentro do sistema capitalista e da racionalidade hegemônica, que é centrada na ideia de propriedade privada em que a terra passa a ser essencialmente uma mercadoria. Analisar-se-á como essa cultura se constituiu e as consequências dela para a sociedade e o meio ambiente.

O tópico **“Crise civilizatória, ambientalização e necessidade de alternativas”**, disserta sobre a crise civilizatória que vivemos e sua relação com o sistema capitalista e a racionalidade neoliberal, apontando para a necessidade de se buscar alternativas para superar essa crise que incorporem a luta por justiça socioambiental e contribuam para a recomposição da relação entre a humanidade e a natureza.

O tópico **“Uma nova cultura da terra?”** discorre sobre caminhos possíveis para a superação da cultura da terra hegemônica, apresentando racionalidades e cosmovisões que têm um olhar sobre a terra diferente da cultura hegemônica, contribuindo para desnaturalizar a ideia de que o “mercado” e a propriedade privada são essenciais para a vida e a organização social, e possibilitando vislumbrar mundos possíveis e formas para alcançá-los. Discute-se também

como a terra é tratada dentro de lutas urbanas contemporâneas, afirmando a importância do urbano como possibilidade de unificação de lutas contra-hegemônicas e introduzindo a AU nesse panorama.

O tópico **“O papel do Estado - e do planejamento urbano - enquanto agente regulador”** procura mostrar como o Estado é essencial para a manutenção da cultura da terra hegemônica (opressora e excludente), mas também coloca-o como estratégico à luta anti-sistema. Aponta-se para o caso específico do planejamento urbano, mostrando limites e possibilidades que a política urbana estatal tem para enfrentar os problemas e a lógica de produção deste espaço.

## 2.1. CULTURAS DA TERRA, COSMOVISÕES E RACIONALIDADES

Para compreender se e como a AU em Curitiba pode contribuir para a construção de um outro modelo de cidade, pautado por uma cultura da terra contra-hegemônica, é necessário primeiro delimitar alguns conceitos que apoiaram as reflexões deste trabalho, como o que é cultura da terra, qual a cultura da terra hegemônica e o que seriam culturas da terra contra-hegemônicas.

Parte-se da seguinte pergunta. O que é a terra?

Além de ser o espaço físico sobre o qual acontece a maior parte da vida, ela também é de onde vêm grande parte dos alimentos necessários a ela, além dos materiais que constroem casas, bairros e cidades. É na terra e da terra que vem o sustento para a vida humana. Sem ela, não existiríamos nem existiríamos, sendo portanto algo essencial a nós.

A terra também é o húmus, a matéria essencial para a vida de muitos outros seres vivos. As plantas penetram suas raízes na terra para se firmarem e absorverem os nutrientes que necessitam, e assim formam florestas tropicais, restingas, mangues e outras formações vegetais.

Os seres humanos historicamente aprenderam a manejar estas plantas e a utilizá-las a seu favor, o que levou ao surgimento da agricultura e implicou em uma das maiores (se não a maior) mudanças na história de grande parte da humanidade, que passou de um modo de vida nômade, para uma vida sedentária (HARARI, 2015). Essa mudança foi decisiva para o surgimento das cidades, do processo de urbanização e, por consequência, do próprio planejamento urbano.

Apesar de a terra ser essencial à vida, Souza Filho (2021) destaca que cada povo desenvolveu uma maneira diferente de se relacionar com ela. Alguns povos têm a terra como sua mãe, Gaia. Outros veem determinada porção de terra como um lugar sagrado, um território

concebido por uma força divina para dar sustentação à sua existência. Ainda, alguns povos acreditam que os humanos foram feitos da terra, moldados a partir do barro ou transformados a partir de uma planta que nela nasceu. Esses povos, assim como sociedades e grupos específicos dentro de cada um deles, construíram ao longo do tempo um conjunto de significados e de formas de se relacionar com a terra, que serão chamados neste trabalho de culturas da terra.

A cultura da terra de cada povo, sociedade ou grupo está em constante transformação, e reflete mudanças na sua cosmovisão e/ou racionalidade. Segundo o dicionário Oxford Languages (COSMOVISÃO, 2022), uma cosmovisão é a:

Maneira subjetiva de ver e entender o mundo, especialmente as relações humanas e os papéis dos indivíduos e o seu próprio na sociedade, assim como as respostas a questões filosóficas básicas, como a finalidade da existência humana, a existência de vida após a morte etc.; visão de mundo (COSMOVISÃO, 2022, n.p.).

Outra definição para cosmovisão, agora de acordo com a página Wikipedia (COSMOVISÃO, 2023):

É um conjunto ordenado de valores, crenças, impressões, sentimentos e concepções de natureza intuitiva, anteriores à reflexão, a respeito da época ou do mundo em que se vive. Em outros termos, é a orientação cognitiva fundamental de um indivíduo, de uma coletividade ou de toda uma sociedade, num dado espaço-tempo e cultura, a respeito de tudo o que existe — sua gênese, sua natureza, suas propriedades. Uma visão de mundo pode incluir a filosofia natural, postulados fundamentais, existenciais e normativos, ou temas, valores, emoções e ética (COSMOVISÃO, 2023, n.p.).

Essa orientação cognitiva fundamental influencia na forma de indivíduos raciocinarem e interpretarem o mundo ao seu redor, ou seja, na estrutura de seu pensamento, ou em sua racionalidade. “Raciocínio”, é o “exercício da razão pelo qual se procura alcançar o entendimento de atos e fatos, se formulam ideias, se elaboram juízos, se deduz algo a partir de uma ou mais premissas” (RACIOCÍNIO, 2022, n.p.) ou o “processo mental através do qual se formulam ideias, se entendem argumentos, atos, fatos e mensagens, se elaboram avaliações, se deduz algo e se tiram conclusões” (RACIOCÍNIO, 2023, n.p.). Autores como Max Weber buscaram definir tipos de racionalidade de acordo com semelhanças na estrutura de distintos raciocínios. Mais adiante, será tratado do tipo de racionalidade considerado hegemônico em nossa sociedade.

Dessa forma, cosmovisões e racionalidades têm relação direta com nossa maneira de ser e estar no mundo. A cultura da terra hegemônica reflete a cosmovisão e racionalidade hegemônica, podendo ser definida como a cultura dominante ou predominante que molda as normas, valores e crenças entre a humanidade e a terra - ou, de maneira mais ampla, entre a

humanidade e o meio ambiente. Essa cultura é hegemônica pois detém hegemonia na sociedade contemporânea. Hegemonia, segundo Santos (2016), é a narrativa dominante que define uma ordem social, sendo

[...] o conjunto de ideias sobre a sociedade e interpretações do mundo e da vida que, por serem altamente partilhadas, inclusivamente pelos grupos sociais que são prejudicados por elas, permitem que as elites políticas, ao apelarem para tais ideias e interpretações, governem mais por consenso do que por coerção, mesmo quando governam contra os interesses objetivos de grupos sociais majoritários. A ideia de que os pobres são pobres por culpa própria é hegemônica quando é defendida, não apenas pelos ricos, mas também pelos pobres e pelas classes populares em geral. (SANTOS, 2016, n.p.).

A cultura da terra hegemônica é antropocêntrica, ou seja, coloca a humanidade como o centro do universo, enfatizando a ideia de uma separação entre humanidade e natureza - que efetivamente não existe - e fazendo com que a terra, a natureza, as outras espécies e os ecossistemas sejam considerados meras “coisas” ou recursos que podem ser usados e consumidos para atender às necessidades humanas (MARX, 1999; COSTA; LOUREIRO, 2014).

Essa cultura tem como consequência a superexploração da terra a partir da mineração e de práticas agrícolas industrializadas e de monocultura, que tem como objetivo a máxima produtividade e extração de lucro, o que geralmente ocorre em detrimento da saúde do solo, da destruição da biodiversidade, do comprometimento do bem-estar animal e da exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Frente às consequências da cultura da terra hegemônica, em todo o mundo uma enorme diversidade de grupos e movimentos orientados por outras racionalidades e cosmovisões resistem, contestam e/ou enfrentam essa hegemonia, buscando construir (e historicamente construindo) outros significados e formas de se relacionar com a terra, configurando culturas da terra socioambientalmente mais justas, sustentáveis e democráticas (KRENAK, 2019; 2020). Isso reflete nas relações entre humanos e humanos, humanos e outros seres vivos, humanos e a terra e a natureza de modo geral. Essas formas de existência e de resistência são chamadas neste trabalho de culturas da terra contra-hegemônicas.

Dito isso, os conceitos de cultura da terra, cosmovisão, racionalidade, hegemonia e contra-hegemonia acompanharão o desenvolvimento deste trabalho. O próximo tópico discute a cultura da terra hegemônica, apresentando algumas das consequências que ela tem para a sociedade e para a natureza.

## 2.2. A CULTURA DA TERRA HEGEMÔNICA

A cultura da terra hegemônica reflete a cosmovisão e racionalidade hegemônica em nossa sociedade, e foi construída a partir da ascensão do pensamento moderno, com iluministas como Locke, Voltaire e Rousseau, tendo o individualismo como um de seus principais valores - a própria noção de indivíduo é uma construção que remonta a esse período.

A racionalidade hegemônica é instrumental, capitalista e neoliberal. Antes de tudo, é instrumental, o que significa que é uma “estrutura de pensamento que privilegia a utilidade da ação e que considera os objetos como meios para alcançar um determinado fim” (EQUIPE EDITORIAL CONCEITO.DE, 2015, n.p.).

É conferido a Max Horkheimer o uso do termo “razão instrumental”, uma vez que é ao seu pensamento filosófico que o conceito de tal termo é relacionado, por meio da sua teoria crítica. Segundo Horkheimer, há dois elementos que compõem a razão instrumental: o ego abstrato, que compreende a tentativa do ser humano em tornar tudo o que existe em meios para a conquista de algo para si mesmo, e a natureza vazia, que trata-se do objeto a ser dominado e possui somente tal finalidade (EQUIPE EDITORIAL CONCEITO.DE, 2015, n.p.).

Assim, o pensamento que segue a racionalidade instrumental “coisifica” a natureza (MARX, 1999), que passa a ser tratada como algo externo aos seres humanos, colocando tanto os outros seres vivos quanto a matéria bruta como meros objetos passíveis de dominação, controle e uso. É dessa racionalidade antropocêntrica que vem o pensamento da terra e da água como um recurso natural, ou do processo de polinização das abelhas como um serviço ecossistêmico. Dentro da racionalidade instrumental, pouco importa se uma montanha ou um cachorro tem alma, a não ser que essa alma possa servir aos humanos para algum fim.

Além de ser instrumental, a racionalidade hegemônica é capitalista. O capitalista é, por uma definição etimológica, o proprietário privado do capital, e seu objetivo é o lucro e a acumulação de capital. Algumas das principais características do capitalismo são:

Defesa da propriedade privada: o sistema capitalista preconiza que o Estado deve garantir o direito de propriedade privada a todos. O desenvolvimento do capitalismo só acontece quando os detentores do meio de produção têm a garantia da posse privada, sendo assim, eles somente são detentores dos meios de produção porque possuem a garantia da posse de suas propriedades e de outros bens que estão inseridos nela.

Procura pelo lucro: o capitalismo é um sistema que prima pela garantia do lucro. Sendo assim, o objetivo de todo aquele que detém o capital e os meios de produção é obter a maior quantidade de lucro possível por meio de sua atividade econômica.

Trabalho assalariado: se o detentor dos meios de produção busca o lucro dentro do capitalismo, ele só vai obtê-lo se conseguir explorar a mão de obra daqueles que não possuem nada além da sua força de trabalho. Sendo assim, os que nada detém

venderão sua própria força para receber uma compensação financeira que os permita sobreviverem. É por meio desse trabalho assalariado que os trabalhadores terão condições de consumir as mercadorias produzidas pelo capitalismo (SILVA, 2022, n.p.).

Dessa forma, a racionalidade capitalista é aquela que tem como principal objetivo a obtenção de lucro e a acumulação do capital. Ela está dentro da racionalidade instrumental, adicionando à ela o fato de que não basta apenas que uma coisa seja útil, é preciso que ela também seja lucrativa. Por exemplo, não interessa a um capitalista do ramo da construção civil que o Estado construa casas para todos a partir de uma empresa estatal, o que é extremamente útil para as pessoas, mas não gera lucros para ele. Entretanto, se o Estado resolve pagá-lo a preço de mercado para construir estas mesmas casas, isso já passa a ser de seu interesse.

Por fim, a racionalidade hegemônica é neoliberal. O neoliberalismo é um sistema que recupera valores do liberalismo clássico, preconizando que a economia de livre mercado e a liberdade dos indivíduos em agir da forma que quiserem - desde que sem agredir a liberdade do próximo - são vantajosas para toda a sociedade (BLUME, 2016). Além disso, os neoliberais também defendem a não intervenção do Estado na economia, se posicionando contrariamente à política de bem-estar social (PENA, 2022).

Em 1989, o economista John Williamson, impulsionado pelas ideias de Friedman e Hayek, publicou um documento apresentando o conjunto de regras econômicas que definiam as ideias do neoliberalismo, que ficaria conhecido como Consenso de Washington, marcando os pontos de concordância entre as principais instituições financeiras do mundo. A partir daí, o ideário neoliberal orientou a elaboração das políticas econômicas recomendadas por grandes agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo implementadas em vários países em desenvolvimento - incluindo o Brasil - a partir da década de 1990 (BLUME, 2016).

De acordo com Blume (2016) as regras neoliberais são: (i) disciplina fiscal; (ii) redução dos gastos públicos; (iii) reforma tributária; (iv) juros de mercado; (v) câmbio de mercado; (vi) abertura comercial; (vii) investimento estrangeiro direto; (viii) privatização de empresas estatais; (ix) desregulamentação (flexibilização de leis trabalhistas e econômicas); (x) direito à propriedade intelectual.

Blume (2016) também pontua que:

Enquanto a definição de “liberal” é ampla e abriga formas de pensamento bem diferentes entre si, a definição de neoliberal é mais específica. Trata-se de uma doutrina prática, voltada a ações econômicas concretas, já que poucos acadêmicos de fato se definem como neoliberais ou desenvolvem uma filosofia política ou econômica

neoliberal. Também não existem muitas tentativas de definição rigorosa do termo. Dessa forma, o artigo de Williamson e as políticas do FMI e do Banco Mundial são o que temos de mais concreto sobre o que compõe o ideário neoliberal (BLUME, 2016, n.p.).

Marilena Chauí resume o neoliberalismo em “abolição dos investimentos estatais na produção e nos direitos sociais, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização” (CHAUÍ, 2013, p. 89).

Com isso, a racionalidade neoliberal, além de ter como objetivo o que é útil e o que dá lucro (por estar inserida na racionalidade instrumental e capitalista), também é orientada por um conjunto de valores como a disciplina fiscal e redução de gastos públicos, o Estado mínimo, a desregulamentação da economia e a privatização de empresas estatais. Ela difere da racionalidade keynesiana ou do estado de bem-estar social, que apesar de ser instrumental e capitalista, prega a importância do intervencionismo do Estado para garantir o bom funcionamento da economia.

Pois bem, a cultura da terra dentro da racionalidade hegemônica - instrumental, capitalista e neoliberal - tem, como uma de suas principais características, o fato de considerar a terra como uma mercadoria<sup>2</sup>, ou seja, um produto que se compra ou se vende (SANDRONI, 1999). Seu valor reside em sua utilidade comercial, no lucro que pode ser obtido dela (valor de troca).

Entretanto, a terra difere de outras mercadorias, pois não pode ser produzida ou reproduzida por meio do trabalho e, como só o trabalho cria valor, faria com que a terra fosse uma mercadoria de valor nulo (HARVEY, 2014). Como isso não é o que efetivamente ocorre, a terra se configura como uma mercadoria especial.

Outrossim, ao contrário de outras mercadorias, a terra não se esgota quando utilizada para produção de algo: por exemplo, a mercadoria areia, quando transformada em vidro, é vendida junto no momento que o produto vidro é vendido, sendo seu custo agregado ao custo dele; já a terra, quando utilizada para a criação de gado, não é vendida junto com a carne, sendo

---

<sup>2</sup> “MERCADORIA. Todo produto que se compra ou que se vende. É, portanto, tudo o que se produz para troca e não para uso ou consumo do produtor. Segundo Marx, a mais importante característica do capitalismo é ser um modo de produção de mercadorias. A mercadoria se apresenta, portanto, como o principal elemento universal na sociedade burguesa e serve de mediação a todas as relações sociais. No início de O Capital, seu trabalho econômico de maior alcance, Marx procura mostrar que a mercadoria tem duplo aspecto: ela é ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Isto é, destina-se a atender a uma necessidade humana (valor de uso), mas sua principal destinação, no capitalismo, é o mercado, no qual se realiza seu valor de troca. No mercado, ela é comparada com as demais mercadorias, seja por meio da troca direta, seja pela mediação da mercadoria dinheiro. Marx analisa a mercadoria a partir da teoria do valor-trabalho, seguindo e desenvolvendo os estudos de Adam Smith e Ricardo. É a quantidade de trabalho necessário à produção de uma mercadoria o elemento que possibilita que ela seja comparada às demais nas relações de troca. Assim, o preço de uma mercadoria representa a expressão monetária de seu valor” (SANDRONI, 1999, p. 383).

passível de ser reutilizada para criar mais gado ou mesmo para outros fins, como a construção de empreendimentos imobiliários. Como colocado por Souza Filho (2015), “A terra não se esgota, é espaço que preenchido pode ser esvaziado para de novo se preencher, e, curiosamente, vale mais quanto mais livre, vazio, esteja” (SOUZA FILHO, 2015, p. 58).

Além disso, seu valor de mercado<sup>3</sup> não é definido pela lei da oferta e demanda, como acontece com outras mercadorias. No caso da terra, seu valor é estabelecido pela maior quantia que algum usuário do solo está disposto a pagar por ela, de forma similar a um leilão, tendo em vista a maior renda e o melhor uso que ele pode extrair dela - o que é chamado em economia urbana de doutrina do maior e melhor uso (SMOLKA, 2021; MALERONKA, 2021).

Destaca-se ainda que, especificamente em relação à terra urbana, o principal fator que influencia na doutrina do maior e melhor uso é sua localização, ou seja, não é a terra em si que influencia em seu preço, e sim o que acontece ao seu redor - o que nada tem a ver com o trabalho de seu proprietário, e sim com a destinação de investimentos, principalmente os públicos, que acontecem na cidade, o que caracteriza a valorização da terra como uma consequência do trabalho coletivo e, consequentemente, passível de ser recuperada à coletividade<sup>4</sup> (SMOLKA, 2021; MALERONKA, 2021).

Assim, transformar a terra em mercadoria não foi algo simples, dada toda a dependência que a vida de seres humanos e não humanos têm dela. Ademais, não existia uma base jurídica que justificasse o direito absoluto sobre uma porção de terra por parte de um indivíduo. Mas como a terra, sagrada para muitas culturas e essencial para a existência da humanidade, passou a ser considerada uma simples mercadoria?

Souza Filho (2021) argumenta que, para que essa transformação fosse possível, foi necessário criar a abstração teórica e jurídica do direito de propriedade, dando a ela os atributos jurídicos necessários para que seja configurada em um bem individualizado e possível de ser negociado via contrato entre particulares. O direito de propriedade permitiu transformar a terra (e todas as outras “coisas”) em mercadoria. Esse direito, em sua concepção moderna e

---

<sup>3</sup> Destaca-se que estas características da cultura da terra hegemônica referem-se especificamente ao ramo do mercado formal. Para compreender o mercado imobiliário informal, que também estabelece uma relação com a mercadoria terra, existem outros aspectos da cultura da terra hegemônica que devem ser considerados, mas que fogem do escopo dessa dissertação.

<sup>4</sup> Todo o debate em torno do tema da recuperação de mais-valias fundiárias urbanas gira em torno dessa característica da terra. O valor da terra urbana como propriedade privada aumenta muito mais em função do que acontece ao redor dela do que sobre ela. Para compreender isso, basta comparar o preço de um terreno vazio de 1.000m<sup>2</sup> no centro de Curitiba com um terreno de área e características idênticas, porém localizado no meio da floresta amazônica. Como afirma Smolka (2021), não existe um único centavo no valor da terra que não seja uma mais-valia, ou, em outras palavras, que não seja um incremento de valor da terra decorrente de ações alheias aos investimentos diretos dos proprietários.

individualista, é uma criação recente na história da humanidade, tendo pouco mais de três séculos de existência, e foi construído a partir do pensamento do filósofo iluminista John Locke (SOUZA FILHO, 2021).

De acordo com Souza Filho (2021), antes dessa concepção, a propriedade era entendida como uma utilidade, não um direito, o que é exemplificado pelo pensamento de São Tomás de Aquino, que condenava a acumulação indiscriminada de recursos para além do necessário.

Todavia, em 1689 (século XVII), John Locke publica a obra “Segundo Tratado sobre o Governo Civil” (LOCKE, 1978), em que defende a ideia da propriedade privada não mais como mera utilidade, e sim como um direito natural dos seres humanos, ou seja, que existia na espécie humana desde antes do surgimento da civilização, e por isso qualquer tipo de limitação a ele iria contra nossa natureza. Esse direito tinha como premissa a suposição de que o homem em seu estado natural estabelecia direito sobre aquelas coisas que adquirisse por meio de seu trabalho - ou seja, o trabalho era a condição para a existência desse direito (SOUZA FILHO, 2021).

Por exemplo, uma árvore no meio de uma floresta não poderia ser propriedade de nenhum ser humano, já que sua existência não é consequência de nenhum trabalho. Entretanto, se um homem corta essa árvore e confecciona uma ferramenta ou constrói uma casa com sua madeira, esses bens passam a ser seus por direito, já que são resultado de seu trabalho individual.

Além de ter a existência do trabalho como uma condicionante para a existência do direito de propriedade, outra condição criada por Locke é o de que a apropriação de um bem por um indivíduo não poderia limitar o direito dos outros a acessarem este bem. Locke ainda afirmava que só seria permitido acumular uma quantidade de bens que o indivíduo pudesse desfrutar e gozar em sua vida, sendo o excedente pertencente aos outros, portanto, não seria permitido acumular bananas para além da capacidade que seu proprietário tem de comê-las antes de parte delas estragar, mas este limite é superado, como dito pelo próprio Locke, pelo dinheiro/moeda, já que este não estraga nunca, portanto poderia ser acumulado ilimitadamente - ou seja, este é um limite que na prática não quer dizer nada, já que todos os bens materiais podem ser convertidos em dinheiro (BOBBIO, 1997).

Dessa forma, Locke construiu a fundamentação filosófica e teórica do direito de propriedade, mas foram necessários mais dois processos históricos para que este direito fosse naturalizado e tornado hegemônico. O primeiro foi a adesão a essas ideias pelo poder político-econômico dominante, a burguesia. O segundo foi a criação do Estado Moderno, que deveria

ser o garantidor do direito de propriedade a partir do monopólio legítimo da violência/poder de polícia (SOUZA FILHO, 2021).

Como afirma Souza Filho (2021), o Estado Moderno foi criado essencialmente para garantir o direito de propriedade, sendo a liberdade e a igualdade somente acessórios a este: liberdade de livre disposição da propriedade e igualdade no tratamento perante a lei e para fazer contratos entre iguais. Mais do que uma relação entre sujeito e coisa, a propriedade privada é uma relação entre sujeitos, ou seja, uma relação social (PEREIRA, 2021). Embora o Estado desempenhe um papel central na manutenção da cultura da terra hegemônica, fundada no direito de propriedade, veremos adiante que ele também pode contribuir na luta pela sua superação.

Ainda que Locke tenha criado algumas condições à existência do direito de propriedade, a burguesia ascendente e o capitalismo se apropriaram apenas da parte da ideia que lhes convinha: a do direito de propriedade como domínio total sobre uma coisa, que inclui o direito do proprietário a seu uso - ou não uso -, abuso, alienação e até destruição, ou seja, no direito a fazer absolutamente tudo o que quiser com a propriedade, inclusive destruí-la (SOUZA FILHO, 2021; BOBBIO, 1997). Além do direito ao uso e abuso irrestrito de um determinado bem, o direito de propriedade tornado hegemônico também consiste na liberdade irrestrita em excluir outrem desse uso, o que tem implicações sociais extremamente negativas (DARDOT; LAVAL, 2015). Percebe-se que as condicionantes inicialmente propostas por Locke foram completamente ignoradas.

Com o tempo, o capitalismo conseguiu estender esse direito a quase tudo, inclusive à natureza e à terra, mas também a receitas de comida e remédios (patentes), a nomes de estação de metrô e de estádios (*naming rights*) e até mesmo a ideais (patente intelectual), transformando tudo isso em mercadorias dotadas de valor comercial.

De acordo com Souza Filho (2021), a propriedade privada tornou-se então a base de todos os direitos e, mais do que isso, como a pedra fundamental do próprio Direito Moderno: os contratos de trabalho, as compras e vendas de mercadorias, os salários... direitos diretamente atrelados e dependentes do conceito de propriedade privada.

Tendo em vista a construção histórica do direito de propriedade, fica evidente que ele não é um direito natural. Ainda assim, esse direito foi historicamente naturalizado e transformado, refletindo a racionalidade hegemônica de cada época e configurando sua cultura da terra dominante. O direito de propriedade de 2 séculos atrás já não é o mesmo que o dos dias atuais, e também não será o mesmo do de amanhã. Por ser hegemônico, esse direito poucas vezes é questionado, sendo objeto de desejo de todas as classes sociais, inclusive dos mais pobres, historicamente excluídos e prejudicados por ele.

### 2.2.1. Consequências da transformação da terra em mercadoria

A terra dentro da cosmovisão e racionalidade hegemônica - que é uma racionalidade instrumental, capitalista e neoliberal - é, essencialmente, uma mercadoria, ou seja, um bem que pode ser objeto de compra e venda, e que tem seu valor mensurado pela sua utilidade comercial, no lucro que pode ser obtido com ela (valor de troca). É a partir da transformação da terra em propriedade privada que gira grande parte da máquina capitalista, mobilizando quantidades gigantescas de dinheiro no mundo todo.

A lógica atualmente hegemônica da terra como mercadoria e suas formas de uso e apropriação tem abalado e destruído inúmeros ecossistemas e modos de vida. A terra como mercadoria (aliás, com enorme valor comercial) regulada a partir da ideia da propriedade privada acabou se sobrepondo a outras formas de vínculos entre sujeitos (indivíduos ou coletivos) e a terra, levando a uma série de cercamentos de lugares, cerceamentos de direitos e aniquilação de modos de vida não hegemônicos (ROLNIK, 2015).

O atual cenário de sucessivos desastres e crises ambientais, sociais e econômicas se deve muito à catástrofe da lógica de uso e apropriação da terra fundada no direito à propriedade privada individual, assim como à valorização da terra mais como valor de troca do que como valor de uso, própria do sistema capitalista (HARVEY, 2016). A seguir, buscar-se-á apresentar alguns argumentos contra o direito de propriedade privada sobre a terra e contra a mercantilização da terra, mostrando nexos entre essa lógica e algumas mazelas da sociedade contemporânea.

Em primeiro lugar, o direito de propriedade, quando naturalizado e assumido como a principal forma (e por vezes a única) de se acessar a terra, fez com que parte significativa da humanidade fosse privada do acesso à terra - essencial à vida -, seja por não ter recursos monetários para acessá-la dentro da lógica da propriedade privada, seja pelo caráter limitado que a mercadoria terra tem, ou mesmo seja por viver de acordo com uma cosmovisão em que a propriedade privada da terra não faça sentido.

De acordo com Souza Filho (2021), esse último ponto é o caso dos povos originários do território onde hoje é o Brasil e a América, que mesmo tendo culturas diferentes entre si, não concebiam formas de direito individual sobre a terra. Assim, no momento em que o acesso à terra passou a ser regulado pelo direito de propriedade privada individual, esses povos se tornaram sem terra perante a lei e tiveram seus modos de vida invisibilizados.

Por exemplo, o povo Guarani tem uma cultura da terra e do território que não se restringe a limites e fronteiras arbitrárias, mas em “uma composição da biodiversidade, na qual o povo se integra” (SOUZA FILHO, 2021, p. 96). Além disso, eles “afirmam que só podem viver onde estão as plantas e animais que sobraram das intervenções antrópicas civilizadas” (SOUZA FILHO, 2021, p. 96), ou seja, a relação deles com a terra não se limita a um ponto geográfico, e sim à natureza que nela habita.

Como apontado por Souza Filho (2021):

Na concepção desse povo, os europeus não invadiram o seu território, não é uma questão de respeitar fronteiras, todos podem usar a terra, homens, animais e plantas, os europeus não foram invasores, mas destruidores, o seu pecado não foi de invasor dos domínios alheios, mas de destruidor, os Guarani não entendem que a vítima tenha sido eles, mas a terra (SOUZA FILHO, 2021, p. 96).

Assim como os Guarani, outros povos têm culturas da terra que vão além de mera fonte de subsistência, sendo por vezes sagrada e impossível de ser apropriada individualmente. Souza Filho (2021) afirma que, para esses povos, a propriedade privada da terra não traz felicidade, “ao contrário, por se assentar num individualismo excludente, gera conflitos que se estendem desde o vizinho até um pacífico povo distante” (SOUZA FILHO, 2021, p. 98).

A privação ao uso da terra atrelada à lógica da propriedade privada está diretamente ligada à reprodução das condições de desigualdade, dado a essencialidade que a terra tem para a vida (SOUZA FILHO, 2021). A desigualdade no acesso à terra também tem relação com a própria ineficiência do sistema capitalista em obedecer os limites estabelecidos à propriedade privada por ele próprio. Um desses limites é o da necessidade de a propriedade ser produtiva, dado que uma terra improdutiva não contribui para a produção de capital e para a economia de modo geral. Esse limite era defendido pelo economista David Ricardo, que influenciou significativamente as ideias capitalistas. Entretanto, na prática esse limite foi historicamente ignorado, possibilitando a existência na contemporaneidade de grandes concentrações de terras improdutivas e especulativas na mão de poucos.

Especificamente no Brasil, como colocado por Souza Filho (2021), a ruptura desse limite e a desigualdade decorrente da lógica proprietária sobre a terra foi ainda mais evidente. O processo histórico que estabeleceu o direito da propriedade privada da terra no território nacional teve dois marcos importantes: as sesmarias (1530) e a Lei de Terras (1850).

Em relação às sesmarias, Souza Filho (2021) mostra que elas foram utilizadas inicialmente em Portugal dentro de uma lógica progressista, em que o Estado provia terra aos “homens livres” para que estes trabalhassem na terra, tornando-a produtiva. Assim, por meio

das sesmarias, o Estado legalizava a ocupação da terra e consequente propriedade privada dela a todos aqueles dispostos a torná-la produtiva.

Entretanto, quando utilizada durante o processo de invasão portuguesa no Brasil, a lógica das sesmarias foi subvertida: elas não eram passadas a quaisquer pessoas dispostas a ocupar e tornar a terra produtiva, e sim àqueles escolhidos pelo Estado, independentemente do uso que estes dessem a ela. Dessa maneira, Portugal procurava limitar o acesso à terra no Brasil tanto por parte dos povos indígenas que aqui já viviam quanto por parte de aventureiros de qualquer origem que viessem ao Brasil tentar construir suas vidas (SOUZA FILHO, 2021).

Posteriormente, após a proclamação da independência do Brasil, foi promulgada a Constituição de 1824, que estabelecia a posse como forma legítima de se ter direito de propriedade sobre a terra no Brasil. Todavia, com a proximidade do fim da escravidão, em 1850 foi criada a Lei de Terras, que estabelecia que as terras devolutas poderiam ser adquiridas apenas mediante compra e venda, afastando a possibilidade de trabalhadores sem recursos tornarem-se proprietários. Assim, a classe dominante garantiu a ocupação de seus postos de trabalho por trabalhadores livres em substituição à mão de obra escrava, mantendo uma relação de necessidade e dependência desses trabalhadores, que precisavam de salário para acessar a condições mínimas de sobrevivência, como alimento e moradia (MARICATO, 1996).

Martins (1979) aponta que essa mudança foi necessária à manutenção do sistema capitalista, pois se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo, ao passo que se o trabalho fosse livre, a terra teria que ser escrava, ou seja, teria que ser propriedade da classe capitalista dominante.

Buscando corrigir as históricas desigualdades e injustiças fundiárias, ou ao menos amenizá-las, a Constituição Brasileira de 1988 criou um limite ao direito de propriedade, que é o do cumprimento de sua função social (BRASIL, 1988). Dessa forma, propriedades que não cumpram com a função determinada pela legislação vigente (o plano diretor, por exemplo), estariam passíveis de penalizações, como por exemplo a aplicação do IPTU progressivo no tempo ou a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública.

Contudo, apesar de previsto na Constituição, basta caminhar pelo centro de alguma metrópole brasileira ou ver as notícias sobre especulação imobiliária (EXAME, 2022) e terras improdutivas no Brasil (FARAH, 2015; TEIXEIRA, 2014) para perceber que esse limite não é respeitado. A desigualdade no acesso à terra decorrente da lógica da propriedade privada fica escancarada quando observada a realidade brasileira.

Tomando como exemplo o acesso à moradia digna - direito intimamente ligado ao acesso à terra -, o déficit habitacional brasileiro estava, em 2017, na casa dos 7,78 milhões de

moradias (ABRAINC, 2019). Maricato (1996) e Ferreira (2005) apresentam de forma clara como se deu o processo da urbanização no Brasil pela “industrialização dos baixos salários”, que levou a propriedade imobiliária formal a ser historicamente quase um artigo de luxo.

Para além da questão da desigualdade social, a lógica da terra como mercadoria contribui para a destruição em massa da natureza, de modos de vida não hegemônicos e de patrimônios culturais. De acordo com Souza Filho (2015), o valor da terra como mercadoria está diretamente atrelado ao quão vazia ela está. Quando ocupada por uma floresta, por espécies ameaçadas de extinção, por um povo originário ou por um patrimônio arquitetônico, ela perde valor, pois sua ocupação representa um entrave ao desenvolvimento da produção capitalista.

Assim, a busca insaciável de capitalistas pela mercadoria terra implica, entre outras coisas, na pressão política contra a demarcação de unidades de conservação, de áreas de proteção ambiental e de refúgios da vida silvestre e a favor da desregulamentação ambiental e de legislações menos restritivas; contra a demarcação de territórios coletivos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais e a favor da titulação individual de terras (facilitando sua inserção no mercado); contra a preservação do patrimônio cultural, arquitetônico e paisagístico e a favor de sua destruição e abandono. Essa pressão aumenta e se converte em retrocessos na medida em que aumentam as possibilidades de lucro decorrentes da transformação da terra em mercadoria.

A transformação da terra em propriedade privada e mercadoria, além de colocar seu valor de troca acima de seu valor de uso, esvaziou e silenciou seus mais diversos significados, o que levou a sérias consequências para humanos e outros seres vivos. Esse esvaziamento levou a uma superexploração da natureza, estressando e destruindo uma enorme diversidade de ecossistemas e levando a uma série de desastres socioambientais, estando intimamente ligado ao número de espécies cada vez maior que estão ameaçadas de extinção ou extintas, ao desmatamento e à mineração desenfreados, à destruição de ecossistemas e ao desequilíbrio ambiental.

Esse esvaziamento também silenciou outras racionalidades e cosmovisões que tinham com a terra uma relação não pautada meramente pela sua utilidade, e que demonstraram historicamente uma capacidade muito maior de conservação do equilíbrio dos ecossistemas e da manutenção de uma vida sustentável do que a racionalidade hegemônica vem demonstrando (MODELLI, 2021).

Por fim, uma consequência da transformação da terra em mercadoria e propriedade privada tem relação com o campo do planejamento urbano - dentro do qual este trabalho se insere - e a produção do espaço urbano na lógica capitalista e neoliberal. A cultura da terra

hegemônica utiliza o direito de propriedade (sua pedra fundamental) para produzir o espaço urbano contemporâneo, de modo a extrair o lucro máximo dessa produção e a facilitar os processos de circulação e acumulação do capital.

As cidades dentro dessa lógica (cidade-mercadoria) têm como valores o individualismo, a competição, o consumismo e a mercantilização da natureza e de todas as esferas da vida - o acesso à terra, à água, à educação e saúde, aos serviços e ao saneamento básico, ao transporte coletivo e ao direito de ir e vir, ao lazer, à paisagem e ao meio ambiente... tudo é privado ou privatizado. Seu espaço é inteiramente pautado pela supremacia do valor de troca sobre o valor de uso, levando a cidades caracterizadas por processos de gentrificação, elevada desigualdade e segregação socioespacial, pobreza urbana, informalidade, violência, centralidade do automóvel, cercamentos e restrições ao uso dos espaços, degradação ambiental e insegurança alimentar (COBOS, 2014; ROLNIK, 2015).

Com esses argumentos, buscou-se apontar para algumas das contradições e consequências do direito de propriedade para a sociedade. Mais do que consequências da propriedade privada e da terra como mercadoria, essas são consequências da cultura da terra, da cosmovisão e da racionalidade hegemônica - que compõem a cultura de vida capitalista -, que tem relação direta com o atual cenário de crises sociais, ambientais e econômicas a nível global.

No tópico seguinte, procurar-se-á mostrar informações que evidenciam a gravidade dessas crises - que configuram-se como uma crise civilizatória - e a busca de distintos atores em adaptar-se frente a elas por meio da ambientalização de seus discursos e/ou práticas, apontando para a necessidade de se construir alternativas verdadeiramente comprometidas com o enfrentamento das raízes desse cenário.

### 2.3. CRISE CIVILIZATÓRIA, AMBIENTALIZAÇÃO E NECESSIDADE DE ALTERNATIVAS

O sistema capitalista neoliberal - e sua cultura da terra fundada na lógica da terra como mercadoria - tem contribuído para desigualdades sociais e destruição ambiental em uma escala planetária, configurando diversas crises, em especial a crise ambiental, o que tem levado distintos autores a afirmarem que estamos vivendo uma crise civilizatória, como Morin (1995), Leff (2006), Harari (2011) e Löwy (2021). Essa crise civilizatória afeta os fundamentos e as estruturas da civilização humana, envolvendo ameaças sistêmicas e interconectadas à manutenção da vida no planeta Terra.

A crise civilizatória é uma expressão que descreve a convergência de múltiplas crises a nível global, envolvendo mudanças climáticas, destruição ambiental, desigualdade econômica, guerras, crise de valores, falta de governança efetiva e instabilidade política e social (JACOBI, 2005; RIOS NETO, 2022). Para enfrentá-la, são necessárias mudanças estruturais na sociedade, mirando a superação de valores da cultura hegemônica como o individualismo, o consumismo e também uma transformação profunda da relação da humanidade com a natureza - inclusive com a natureza humana. Como apontado no tópico anterior, a lógica de uso e apropriação da terra fundada no direito à propriedade privada individual é uma das principais causas da crise.

Entre as consequências dessa crise, destaca-se a crescente desigualdade social e concentração de renda (OXFAM, 2021), a degradação e as catástrofes ambientais alarmantes (G1, 2022; GORTÁZAR, 2021), conflitos armados na Ucrânia, Etiópia, Iêmen, Haiti, Sudão e Síria (GALLAS, 2022) e a própria pandemia de covid-19 (BURATINI, 2020; NUNES, 2020).

No Brasil, o cenário não é diferente: o país voltou ao mapa da fome, registrou mais de 700 mil vítimas do covid-19 (muitas delas evitáveis, não fosse a necropolítica do governo à época), passou por um governo de extrema direita, marcado por flertes autoritários e descaso com a dignidade da vida (inclusive a humana), que contribuiu com o aumento da pobreza, da miséria, da insegurança alimentar e nutricional, da destruição ambiental, entre outros indicadores negativos<sup>5</sup>.

A lógica neoliberal de mercantilização de todas as esferas da vida tem engolido o planeta em uma velocidade sem precedentes. Ailton Krenak (2019) faz uma analogia entre o caminhar bruto sobre a terra e o modo de vida de nossa civilização: estamos deixando pegadas profundas em nosso planeta, que levarão tempo para serem apagadas.

O mercado parece pouco se comover com a atual crise, afinal, a morte e a desgraça podem ser um negócio lucrativo. Do outro lado, o Estado - e suas instituições de diversas escalas e setores -, que para muitos é o principal contraponto ao mercado, parece estar cada vez mais alinhado com ele. Como colocado por Bollier (2016), atualmente mercado e Estado são unha e carne.

Em meio a essa situação, consequência direta do modo de produção, reprodução e acumulação capitalista, aumenta a urgência na busca por alternativas para a superação do atual sistema. Dada a centralidade que a questão ambiental e da terra tem nesse cenário, nas últimas décadas tem aumentado o debate sobre mudanças no paradigma de desenvolvimento

---

<sup>5</sup> Felizmente, em 2022, a maioria da população brasileira elegeu um governo comprometido com a superação desse cenário, o que não está sendo uma tarefa fácil.

econômico, que deveria passar a ser pautado pela ideia de sustentabilidade, levando a um “desenvolvimento sustentável” que possibilitaria a superação da atual crise. Procurar-se-á a seguir apresentar brevemente a ascensão do debate ambiental a nível global, processo que Acselrad (2010) chama de ambientalização, para em seguida apontar o que se defende neste trabalho como características essenciais à luta anti-sistêmica para que ela seja efetiva no enfrentamento da atual crise ambiental e civilizatória.

Na segunda metade do século XX, em especial a partir da década de 1970, a questão ambiental passou a ganhar espaço no cenário internacional. Um marco nesse processo foi o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), da bióloga e cientista Rachel Carson, publicado em 1962, referência para o movimento ambientalista de todo o mundo. No livro, a autora apontou para os riscos dos pesticidas para a saúde humana, de outros seres vivos e da natureza de maneira geral (CARSON, 2010), abrindo espaço para que o debate sobre os impactos ambientais da ação humana chegasse à academia e à sociedade.

Outro marco foi o lançamento, em 1987, do documento “Nosso Futuro Comum” - também conhecido como Relatório Brundtland -, que estabelecia as bases do chamado desenvolvimento sustentável (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). A partir daí, o debate sobre sustentabilidade passou a crescer de maneira sem precedentes, atingindo todas as esferas da sociedade.

Ainda que o crescimento do debate sobre a questão ambiental seja fundamental, é importante ter em vista que os atores sociais desempenham diferentes relações materiais e simbólicas com o meio ambiente, não sendo a crise ambiental um consenso para todos os habitantes do planeta, como alguns veículos de informação costumam defender. Portanto, antes de tratar da ambientalização, é necessário fazer uma reflexão sobre o que é a natureza, o meio ambiente e os problemas ambientais.

De acordo com Pereira (2001, p. 49): “Os problemas ambientais dizem respeito às formas pelas quais a sociedade se relaciona com a natureza no processo de produção do seu espaço de sobrevivência”. Essa relação com a natureza tem uma dimensão material e outra simbólica, e varia de acordo com os interesses de cada sociedade e/ou grupo. Da mesma forma que as relações com a natureza mudam, as definições de sustentabilidade mudam e refletem os diferentes projetos de futuro para as cidades.

Harvey (1996, p. 148) salienta que o “debate em torno de ecoescassez, limites naturais, superpopulação e sustentabilidade é um debate sobre a preservação de uma ordem social específica e não um debate acerca da preservação da natureza em si”. Dessa forma, o discurso

ambiental propagado pela classe dominante carrega seu interesse oculto na manutenção das condições materiais de reprodução do capitalismo.

Tomando como exemplo o debate sobre cidades sustentáveis, de acordo com Acselrad (2004), a classe dominante utiliza o discurso da sustentabilidade para criar consensos simbólicos sobre o que é ou não é uma cidade sustentável, buscando a partir disso criar atributos a mais para atrair investimentos de capital de maneira possibilitar a manutenção da ordem de acumulação capitalista. O autor também afirma que cada definição de sustentabilidade urbana guarda o “embrião de diferentes projetos para o futuro das cidades”.

Para Viégas (2009):

Os conflitos em torno da questão ambiental vão além da materialidade do meio e se dão no interior de campos de forças, no bojo dos quais os sujeitos sociais procuram preservar seu próprio projeto cultural de construção do mundo. E é porque conferem diferentes significações a objetos e experiências da própria vida social e cultural, que a questão ambiental assume uma dimensão conflitiva. Meio ambiente, sociedade, natureza, sustentabilidade são noções construídas, apropriadas e simbolizadas de acordo com a cultura à qual estão referidas e cujo reconhecimento e aceitação pelos grupos dependem da crença na legitimidade de seu uso. Estão referidas a processos reais, a redes de relações e, longe de serem abstraídas das próprias condições objetividade, historicamente produzidas, definem o modo de apropriação dos recursos territorializados e a dinâmica dos antagonismos e dos confrontos. Os conflitos, por conseguinte, são produzidos pelas diferentes visões de mundo existentes no espaço social, concepções ancoradas em representações e simbolizações diferenciadas sobre sociedade e natureza, construídas e partilhadas pelos homens em questão. (VIÉGAS, 2009, p. 156).

Sendo o significado material e simbólico do meio ambiente construído de acordo com a visão de mundo de cada ator social, é de se esperar que as ideias de sustentabilidade, limites e escassez também sejam construções discursivas desses atores e, portanto, subjetivas (SORRENTINO, 2018).

Isso posto, a ascensão do debate ambiental a nível global a partir da segunda metade do século XX é marcada por sua inserção em distintas escalas e arenas da política e da sociedade. Isso fez com que agentes sociais tivessem que incorporar a preocupação com o meio ambiente em seus discursos, levando ao surgimento de diferentes “ambientalismos”, que passaram a fazer parte das mais diversas disputas, inclusive as urbanas (LIMONAD, 2007).

A questão ambiental contemporânea passa a pressupor mudanças de valores e atitudes nas lutas políticas pelo direito à cidade e a apropriação dos recursos naturais. Para Limonad (2007):

Nesse sentido, a controvérsia ambiental não constitui um espaço neutro e desinteressado, mas sim, uma dimensão a mais nas arenas de enfrentamento entre

capital e trabalho, entre produção e reprodução, entre a dominação e a apropriação do espaço social, entre a coisificação, a mercantilização e a “fetichização” da natureza – a sua representação hegemônica (rede Globo) e a sua apropriação social enquanto valor de uso e meio de liberação social. (LIMONAD, 2007, p. 21).

O processo de incorporação da questão ambiental por distintos agentes nas últimas décadas é chamado por Acselrad (2010) de ambientalização. A ambientalização da política e dos conflitos sociais pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico – como o da sustentabilidade – por parte dos diferentes grupos sociais, quanto a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas, etc.

Em relação ao conceito de ambientalização, Acselrad (2010) afirma que:

Sua pertinência teórica ganha, porém, força particular na possibilidade de caracterizar processos de ambientalização específicos a determinados lugares, contextos e momentos históricos. É por meio desses processos que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como “ambientais”, e um esforço de unificação engloba-os sob a chancela da “proteção ao meio ambiente”. Disputas de legitimidade instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas. Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles. (ACSELRAD, 2010, p. 103).

Os discursos e práticas relacionados à proteção ambiental têm sido remetidos ao movimento ambientalista. Entretanto, esse movimento é plural, existindo vertentes com diferentes posturas, por vezes antagônicas, em relação a qual o tratamento adequado ao meio ambiente. Acselrad (2010) chama de “nebulosa ambientalista” o conjunto de organizações com diferentes graus de estruturação formal, desde ONG’s e representações de entidades ambientalistas internacionais a grupos de base com existência associada a conjunturas específicas. Em comum, essas entidades têm o discurso da proteção ambiental. Mas quais são as respostas trazidas por cada uma dessas entidades para questões sociais e econômicas e quais caminhos por elas apontados?

Se avaliarmos, por exemplo, empresas que se dizem sustentáveis, mas se recusam ao controle e fiscalização externa de suas práticas, ou mesmo governos que afirmam lutar pelo desenvolvimento sustentável, mas flexibilizam a legislação ambiental, alegando ganhos de rapidez e rigor nos licenciamentos ou fazem grandes projetos de hidrelétricas que desestruturam a vida de comunidades indígenas tradicionais, é possível considerá-las entidades

verdadeiramente comprometidas com a preservação ambiental e a sustentabilidade? (ACSELRAD, 2010)

Para que seja possível responder a essa questão, Acselrad (2010) diz o seguinte:

Como recortar analiticamente as organizações da “nebulosa ambientalista”? Certamente, por sua condição de agentes envolvidos na elaboração do meio ambiente como questão e como horizonte problemático da construção societal e não por sua simples inclusão em cadastros formais de entidades. Não pela remissão retórica que fazem à missão de “proteger o meio ambiente” – fruto de autonegação fortemente influenciada por estímulos externos –, mas antes pela diferença substancial de suas práticas (o que inclui, por certo, suas práticas discursivas). (ACSELRAD, 2010, p. 104).

Desde cedo, o modo como as questões do combate à desigualdade foram ou não articulados às lutas ambientais se mostrou um fator de diferenciação interna aos movimentos ambientalistas. Tomando como exemplo o caso do Brasil, Acselrad (2010) aponta que, nos anos 1990, as organizações ambientalistas brasileiras ganharam corpo técnico e administrativo profissionalizado e com capacidade sistemática de captar recursos financeiros. Parte dessas organizações passou a operar de maneira voltada para o Estado e as empresas, num esforço mais direcionado para a modernização ecológica do capitalismo brasileiro; e outra se voltou para a crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico, operando como ator social investido na expansão do campo dos direitos.

O primeiro grupo dessas organizações passou a dedicar sua atuação tanto ao domínio gestor-administrativo, servindo os aparatos burocráticos do setor ambiental de governos, fornecendo informação, consultoria, perícia técnica ou mediação de conflitos, quanto ao mercado, fornecendo soluções discursivas, mediação e legitimação ao processo de ambientalização de empresas. (ACSELRAD, 2010)

A outra parte das entidades do campo que compunha a “nebulosa ambientalista” passou a afirmar-se como ator nas disputas e conflitos por direitos, pela distribuição de poder sobre os recursos naturais e territorializados, pela definição legítima do que é ou não sustentável, ambientalmente benigno, etc, e voltando-se principalmente para a sociedade, na perspectiva de sua organização e da consideração da questão ambiental como de natureza eminentemente política. Para eles, o movimento ambientalista deveria focar sua luta por um novo modo de desenvolvimento, e não por buscar soluções paliativas, buscando dar visibilidade aos conflitos, não mediá-los e ocultá-los.

Esse campo de entidades constituiu a chamada Ecologia Política, em que se inseriram movimentos sociais já bem constituídos, que procuraram ambientalizar suas pautas. Dessa

forma, discursos que acusavam o setor elétrico de rentabilizar seus investimentos pela expropriação do ambiente dos atingidos, ou que questionavam a noção corrente de produtividade, sustentando que não é “produtiva” a terra que produz qualquer coisa a qualquer custo, passam a ser incorporados aos movimentos sociais. (ACSELRAD, 2010)

Nessa cisão das entidades pertencentes à nebulosa ambientalista, uma razão utilitária e uma razão cultural disputavam, assim, desde o início, a arena de construção da questão ambiental. Para a razão utilitária hegemônica, segundo Acselrad (2010),

[...] o meio ambiente é uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados; é expresso em quantidades; justifica interrogações sobre os meios e não sobre os fins para os quais a sociedade se apropria dos recursos do planeta; pressupõe um risco ambiental único, instrumental – o da ruptura das fontes de abastecimento do capital em insumos materiais e energéticos, assim como da ruptura das condições materiais da urbanidade capitalista –, ou seja, o risco de inviabilização crescente da cidade produtiva, por poluição, congestionamento etc. Dado esse ambiente único, objeto instrumental da acumulação de riqueza, a poluição é apresentada como “democrática”, não propensa a fazer distinções de classe. (ACSELRAD, 2010, p. 108).

#### Já a razão cultural

[...] se interroga sobre os fins pelos quais os homens se apropriam dos recursos do planeta; o meio ambiente é múltiplo em qualidades socioculturais; não há ambiente sem sujeito – ou seja, ele tem distintas significações e lógicas de uso conforme os padrões das distintas sociedades e culturas. Os riscos ambientais, nessa óptica, são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de “conflitos ambientais”. O ambiente passa assim a integrar as questões pertinentes à cultura dos direitos – o direito metafórico de gerações futuras, num primeiro momento, constitutivo de um conflito também metafórico entre sujeitos presentes e sujeitos não nascidos; mas, em seguida, a percepção de que, para além da metáfora do conflito intergeracional, haveria que se considerar também a concretude dos “conflitos ambientais realmente existentes”, protagonizados por sujeitos copresentes. E os sujeitos copresentes dos conflitos ambientais são, com frequência, aqueles que denunciam a desigualdade ambiental, ou seja, a exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza ou sua despossessão ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos. A poluição não é, nessa perspectiva, necessariamente democrática”, podendo afetar de forma variável os diferentes grupos sociais. (ACSELRAD, 2010, p. 108).

A principal distinção entre o movimento ambientalista combativo e o ambientalismo mais tecnicista reside então na incorporação ou não da luta por “justiça ambiental”. Acselrad (2010) afirma que injustiça ambiental é a forma que as sociedades desiguais – social e economicamente – destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às

populações marginalizadas e vulneráveis. Portanto, a definição de luta por justiça ambiental designa o conjunto de princípios e práticas que, segundo Acselrad (2010):

- Asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- Asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- Asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- Favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (ACSELRAD, 2010, p. 112).

Dessa forma, as lutas por justiça ambiental brasileiras combinam a defesa dos direitos à proteção ambiental para todos - contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado - à preservação de ambientes culturalmente específicos e ao acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração dos recursos naturais nas mãos do mercado (ACSELRAD, 2010).

Além disso, o ecologismo combativo também defende os direitos das populações futuras, e seus representantes fazem a articulação lógica entre lutas presentes e direitos futuros, afirmando que lutar para que a parcela da população diretamente atingida por problemas ambientais tenha esta precariedade resolvida é a forma de garantir que estes problemas não serão transferidos às gerações futuras (ACSELRAD, 2010).

Assim, a questão ambiental é, antes de tudo, uma questão política, e não meramente técnica como o discurso hegemônico muitas vezes tenta defender. É por isso que o movimento ambientalista necessita disputar as arenas políticas para conseguir alcançar seus fins. A respeito desta questão, Porto-Gonçalves (1989) afirma que:

Avulta aí a contradição de muitos ecologistas que querem definir limites mas não querem se envolver com a política... quanto a isto não há alternativa: a questão ecológica é essencialmente política e ainda que encontremos em nosso país boas razões para ter aversão à política, a seriedade dos problemas que levantamos exige, por isso mesmo, muita criatividade e lucidez política para não deixarmos tal questão nas mãos daqueles que só lembram da ecologia na época das eleições. (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 99).

Conclui-se, portanto, que o referido processo de ambientalização mostra como distintos agentes têm buscado ambientalizar seus discursos e práticas para enfrentar uma das

faces mais complexas da crise civilizatória, que é a crise ambiental. Entretanto, essa ambientalização por vezes se trata apenas da tentativa da classe dominante de manter as condições materiais de reprodução do capitalismo ou mesmo de uma mera estratégia discursiva para legitimar com algum selo de sustentabilidade práticas duvidosas do ponto de vista ambiental.

A incorporação da luta por justiça ambiental se torna assim uma forma de identificação dos agentes realmente comprometidos com a superação da problemática ambiental e da crise civilizatória. Para além dessa incorporação, defende-se neste trabalho que estes agentes devem buscar enfrentar uma outra questão, tida por autores como Souza Filho (2021), Krenak (2019; 2020), Leff (2006) e Löwy (2021) como uma das principais causas dessa crise, que é a visão hegemônica da humanidade apartada da natureza, em que a terra e o meio ambiente são meros recursos a serem explorados e dominados.

É dentro dessa visão que surgem termos como “recursos naturais”, “serviços ecossistêmicos” e “créditos de carbono”, que apesar de serem importantes em termos de valorar a importância da natureza na linguagem econômica - que é a hegemônica -, são limitados, justamente porque ainda classificam a natureza dentro da racionalidade antropocêntrica hegemônica e da lógica do dinheiro, ou seja, como mercadoria, esvaziando seus mais diversos significados e mantendo a ideia de uma humanidade apartada da natureza, que ignora o fato de sermos apenas uma parte dela.

Essa visão da natureza faz com que a terra seja passível de ser transformada em propriedade privada e mercadoria, sendo necessário contrapor-la com discursos contra-hegemônicos, comprometidos com modos de vida socioambientalmente mais justos e efetivamente sustentáveis. É preciso incorporar à luta contra-hegemônica o combate ao consumismo e à exploração predatória da terra e da natureza. Leff (2006) aponta para a necessidade de se construir um paradigma alicerçado em princípios éticos e solidários da humanidade com a natureza da qual faz parte.

A ideia da separação entre humanos e natureza impera na contemporaneidade, o que reflete a própria separação do campo de estudos das Ciências Humanas do campo das Ciências da Natureza. Luiz et al (2021) afirmam que urge romper com essa visão dualista, em que:

De um lado, se perpetua uma imagem intacta de natureza e se reproduz de forma artificial espaços de contemplação onde a sociedade está apartada da natureza e a vê como “objeto” a ser dominado, explorado e conservado com fins de reserva de recursos naturais. De outro, a cultura do consumo, cunhada dentro do sistema capitalista, provoca desperdício dos bens naturais e níveis elevados de poluição e degradação ambiental (LUIZ ET AL, 2021, n.p.).

Espera-se ter evidenciado até aqui que a busca pelo paradigma de “desenvolvimento sustentável” demanda o enfrentamento da principal causa da atual crise civilizatória, que é a própria cosmovisão e racionalidade capitalista hegemônica em que a natureza passa a ser um mero recurso e o crescimento econômico é mais importante que a justiça social e o equilíbrio ambiental.

Portanto, é necessário construir alternativas que efetivamente incorporem a luta por justiça social e ambiental e, mais do que isso, que repensem, reestruturam e restabeleçam uma relação harmônica, equilibrada e verdadeiramente sustentável com a natureza, não condicionando-a a uma simples mercadoria. Assim, espera-se enfrentar a cultura de vida capitalista e seus valores como o individualismo, a competitividade, o consumismo e o utilitarismo e, superando o paradigma de desenvolvimento atualmente hegemônico, centrado na ideia de desenvolvimento econômico ilimitado.

No tópico seguinte, procurar-se-á trazer uma reflexão sobre culturas da terra contra-hegemônicas que apontem caminhos e alternativas de superação da atual crise civilizatória. Serão apresentadas algumas lutas contemporâneas que vem buscando, a partir de suas práticas, construir outros modelos de cidade e sociedade, não pautados pelos cercamentos e pela lógica individualista do capitalismo e da propriedade privada.

#### 2.4. UMA NOVA CULTURA DA TERRA?

As contradições impostas pelo capitalismo, em especial as entre valor de uso e valor de troca e entre humanidade e natureza, levaram à atual crise civilizatória. Em meio a essa situação, consequência direta do modo de produção, reprodução e acumulação capitalista, aumenta a urgência na busca por alternativas para a superação do atual sistema, que enfrentem a lógica da propriedade privada e da cidade-mercadoria capitalista e neoliberal.

Neste tópico, buscar-se-á apresentar algumas poucas - mas inspiradoras - ideias que podem apoiar o enfrentamento da atual crise e da lógica capitalista, sem a pretensão de esgotar o debate ou de limitar o leque de possibilidades desse enfrentamento - o objetivo é justamente o contrário. Defende-se que a construção de uma nova cultura da terra é possível, apresentando alguns princípios, valores e estratégias que podem ajudar na luta para alcançá-la.

Seguindo o pensamento de Santos (2014) sobre a ecologia dos saberes, neste tópico buscar-se-á dialogar com autores - não necessariamente acadêmicos -, que apresentem

cosmovisões sobre a cultura da terra que possam combater a lógica hegemônica, oferecendo alternativas para sua superação. De acordo com Santos (2014):

A ecologia de saberes é um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm. É uma proposta nova e, como tal, exige alguns cuidados. Como é nova, o caminho faz-se ao caminhar. Não há receitas de nenhuma espécie. (SANTOS, 2014, p. 332).

Levando em consideração a centralidade que a questão da terra e da relação da humanidade com a natureza tem na atual crise civilizatória, e o fato de esta crise ser consequência do sistema capitalista e de sua lógica de mercantilização de tudo, é necessário enfrentar a racionalidade que está por trás desse sistema falido, que é a instrumental, capitalista e neoliberal.

Esse enfrentamento deve ter como objetivo superar a atual cultura da terra hegemônica, resgatando e construindo culturas da terra contra-hegemônicas que demonstram maior capacidade em prover qualidade de vida para todas e todos - incluindo os outros seres vivos, com respeito à diversidade de modos não hegemônicos de habitar o planeta e à manutenção do equilíbrio ecológico e a biodiversidade.

Ora, não é preciso reinventar a roda para se construir essa nova cultura da terra - muitos povos já fazem isso há centenas ou milhares de anos. É o caso dos povos indígenas, e a prova disso é que no Brasil as áreas mais preservadas são as reservas indígenas (MODELLI, 2021). Isso não acontece por acaso. A relação destes povos com a terra e a natureza está orientada por uma outra cosmovisão, que não a considera como mercadoria ou propriedade privada (KRENAK, 2019; 2020; SOUZA FILHO, 2021).

Além dos povos indígenas, diferentes povos desenvolveram formas de relação com a terra e com a natureza ao longo da história, e, como aponta Elinor Ostrom (1990), grande parte dessas relações constituíam apropriações coletivas que conviviam harmonicamente com os outros seres vivos e com a manutenção do equilíbrio ecológico.

Seguindo o pensamento do líder indígena, ambientalista, filósofo e escritor Ailton Krenak (2019), uma das chaves para compreender a destreza de muitos desses povos em conviver em harmonia com a natureza é o fato de suas cosmovisões atribuírem a ela significados e subjetividades que vão muito além do campo da utilidade. Como exemplo, Krenak (2019) conta que o Rio Doce - chamado pelos Krenak de Watu - é o avô de seu povo, e que a montanha que fica a frente da aldeia Krenak tem nome (Takukrak) e personalidade. Também conta a

história de uma anciã do povo Hopi - cujo território fica nos Estados Unidos -, cuja irmã é uma rocha.

Salvo raríssimas exceções, uma pessoa não vai destruir sua irmã ou envenenar seu avô, e isso está na raiz do fato de que as áreas indígenas do Brasil são os territórios mais bem preservados e que registram índices de desmatamento muito inferiores ao do restante do país. Segundo Krenak (2019):

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente gradação são chamados de índios, indígenas, ou povos indígenas, mas a todos (KRENAK, 2019, p.24).

Assim, Krenak (2019) defende que o reconhecimento e a valorização da natureza como portadora de subjetividade vai diametralmente contra o silenciamento e a transformação da natureza em mercadoria, imposto pela lógica hegemônica, e pode ser uma forma de apoiar o enfrentamento à atual crise civilizatória. O autor afirma que a separação da humanidade e da natureza tem implicando no exercício do poder, na exploração e na destruição do humano sobre o não humano. Além disso, critica também a ideia intrínseca à racionalidade hegemônica de que somos uma única humanidade, que busca homogeneizar todas as formas de viver no planeta dentro da lógica da mercadoria, tornando o planeta cada vez mais próximo de ser uma única paisagem, habitada por uma única humanidade, baseada em valores como o consumismo e o individualismo, em que tudo se resume ao acesso ao kit civilização, que inclui o acesso a mercadorias como carros, celulares, viagens, educação, etc (KRENAK, 2019). Segundo o autor:

Os povos do Caribe, da América Central, da Guatemala, dos Andes e do resto da América do Sul tinham convicção do equívoco que era a civilização. Eles não se renderam porque o programa proposto era um erro: “A gente não quer essa roubada”. E os caras: “Não, toma essa roubada. Toma a Bíblia, toma a cruz, toma o colégio, toma a universidade, toma a estrada, toma a ferrovia, toma a mineradora, toma a porrada”. Ao que os povos responderam: “O que é isso? Que programa esquisito! Não tem outro, não?” (KRENAK, 2019, p. 14).

Essa lógica de pensamento, além de construir uma única humanidade e uma única paisagem, impossibilita a existência de múltiplos mundos. Ele aponta que:

Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos

dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra.” Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar? A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (KRENAK, 2019, p. 11).

O autor afirma que, para superar a separação da humanidade e da natureza e experimentar viver e estar no mundo de outra maneira, não é necessário estar inserido em uma cultura vinculada a outra cosmovisão, bastando convocarmos “a experiência de estarmos harmoniosamente habitando o cosmos: é possível experimentar isso na nossa vida cotidiana sem se render a todo esse terrorismo da modernidade” (KRENAK, 2020 p. 37).

Assim, Krenak (2019; 2020) nos inspira com ideias que questionam o modo hegemônico de viver e estar no planeta. Ele aponta que a defesa do direito à terra pelos povos indígenas não é somente a defesa do direito a acessá-la, mas como o direito da própria terra, a partir de uma cosmovisão em que natureza e sociedade não são consideradas opostos. O autor também critica a ideia de propriedade privada, afirmando que uma das coisas que mais deve incomodar os brancos é o fato de o povo indígena não admitir a propriedade privada como fundamento, sendo este um princípio epistemológico que vai contra toda a lógica do sistema capitalista. Krenak também critica a visão de desenvolvimento baseada no progresso e na ideia de uma história linear, afirmando que “nossa ideia de tempo, nossa maneira de contá-lo e de enxergá-lo como uma flecha — sempre indo para algum lugar —, está na base do nosso engano, na origem de nosso descolamento da vida” (KRENAK, 2020, p. 37).

Krenak (2019) critica a pretensão da humanidade ocidental em assumir que a ciência é a única - ou principal - forma de se conhecer o mundo, fazendo um epistemicídio com todas as outras formas de conhecimento. Dessa forma, o autor nos convoca a investir em alianças afetivas com os povos marginalizados, como caiçaras, indígenas, quilombolas e aborígenes, para garantir sua existência e adiar o fim do mundo.

Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente. [...] Os humanos não são os únicos seres interessantes e

que têm uma perspectiva sobre a existência. Muitos outros também têm. Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspende o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (KRENAK, 2019, p. 15-16).

Krenak (2019) defende ainda que uma forma de adiar o fim do mundo é o poder de contar uma nova história e construir uma nova narrativa. Essa perspectiva converge com a explicação de Harari (2015) de que a principal característica do Homo Sapiens que os distingue de outras espécies é a capacidade de contar histórias e construir mitos/realidades imaginadas que convençam grandes contingentes de membros da espécie a trabalhar e viver em comum.

Por fim, uma das ideias de Krenak (2020) que pode apoiar na construção de uma nova cultura da terra é o entendimento da própria Terra como um organismo vivo. Segundo o autor:

Muitos povos, de diferentes matrizes culturais, têm a compreensão de que nós e a Terra somos uma mesma entidade, respiramos e sonhamos com ela. Alguns atribuem a esse organismo as mesmas suscetibilidades do nosso corpo: dizem que esse organismo está com febre. Faz sentido: nós não somos constituídos de dois terços de água e depois vem o material sólido, nossos ossos, músculos, a carcaça? Somos microcosmos do organismo Terra, só precisamos nos lembrar disso. Há povos que não se tornaram consumidoras no sentido de clientela, eventualmente consomem alguma coisa do mundo industrial, mas não são dependentes disso para continuar existindo. Ainda há ilhas no planeta que se lembram o que estão fazendo aqui. Estão protegidas por essa memória de outras perspectivas de mundo. Essa gente é a cura para a febre do planeta, e acredito que podem nos contagiar positivamente com uma percepção diferente da vida. Ou você ouve a voz de todos os outros seres que habitam o planeta junto com você, ou faz guerra contra a vida na Terra (KRENAK, 2020, p. 38).

O entendimento de que a terra e a Terra são organismos vivos converge com ideias de outras autoras e autores, inclusive do campo científico, como Ana Primavesi e Vandana Shiva.

Ana Primavesi é uma das maiores referências no campo de estudo das ciências do solo, tendo contribuído significativamente com as áreas da agricultura orgânica, da agroecologia e da educação para a sustentabilidade agrícola. Em um de seus principais trabalhos, intitulado “Manejo Ecológico do Solo: a agricultura em regiões tropicais” (PRIMAVESI, 1979), a autora defendeu o entendimento do solo como organismo vivo e complexo, demonstrando a importância da preservação do solo e da interação entre os organismos vivos em ecossistemas

agrícolas, mostrando que o solo saudável é essencial para a produtividade agrícola sustentável e destacando a importância do manejo ecológico do solo para garantir sua biodiversidade, saúde e atividade microbiana.

Vandana Shiva é uma filósofa, física, ativista e ecofeminista indiana, conhecida por suas contribuições no campo da ecologia, agricultura sustentável e direitos das mulheres. Suas principais ideias giram em torno da proteção do meio ambiente, da soberania alimentar, da justiça social e ambiental, da biodiversidade, do poder das sementes, da economia local e comunitária e da ecologia feminista. Shiva destaca a importância de se reconhecer o conhecimento e a sabedoria tradicionais das mulheres e de garantir sua participação nas decisões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade (SHIVA, 2021).

Do pensamento de Shiva (2020), apreende-se que uma cultura da terra contra-hegemônica deve ter por princípio o cuidado com a terra a partir de uma agricultura agroecológica e biodiversa. A palavra “agricultura”, segundo a autora:

[...] provém da combinação das palavras latinas “agrum” (que significa terra, campo, estado) e “cultura” (que significa “cuidar”, “crescer”, “cultivar”). Portanto, o significado etimológico de agricultura é “cuidar da terra”. A agricultura real é cultivar de maneira natural, ao modo da natureza, segundo as leis da ecologia. O alimento real é um subproduto dessa economia do cuidado da terra. Protege a vida de todos os seres terrestres, ao mesmo tempo em que nutre nossa saúde e nosso bem-estar (SHIVA, 2020, n.p.).

Shiva (2020) contrapõe o alimento real - fruto da agricultura agroecológica e da valorização e respeito à biodiversidade -, ao alimento falso, produto da agricultura convencional e industrializada e do agronegócio global. Esse alimento falso, junto com o sistema por trás dele, está na raiz de diversos problemas de saúde da população do planeta e também do comprometimento da saúde do próprio planeta, esgotando a natureza e acarretando na crise climática. O agronegócio global tem reduzido a diversidade biológica e produtiva da natureza a uma única cultura, aumentando progressivamente o controle corporativo sobre o alimento e se apropriando de sementes por meio de patentes e direitos de propriedade intelectual, o que está acabando com o planeta, pois acaba com sua biodiversidade. O modelo industrial de alimentação e vida promovido pelo agronegócio ativa a ilusão de que podemos viver fora dos processos da natureza. A comida deixou de ser uma fonte de saúde e de nutrientes e se tornou uma mera mercadoria, algo com o qual se especula e se obtém benefício econômico.

Shiva (2021) defende que, para enfrentar esse panorama, é necessário soberania alimentar, que é o direito dos povos de controlar seus próprios sistemas alimentares, ressaltando a necessidade de proteger a biodiversidade e cultivar a terra de maneira natural, em harmonia

com a natureza, o que segundo suas pesquisas apoia no enfrentamento da crise climática. A autora defende a enorme capacidade regenerativa da Terra, afirmando que, comparado ao que a Terra pode fazer, nosso papel é pequeno. Isso foi o que “os povos indígenas entenderam: que eles não são os mestres ou os artífices da teia da vida, mas são um fio nela, e seu trabalho é não causar danos e curar quando necessário. Nosso trabalho agora é curar o planeta, curar e descolonizar nossas culturas.” (SHIVA, 2021, n.p.).

No trabalho para recuperar o planeta, as sementes também desempenham um papel essencial, por isso a importância de preservá-las em sua biodiversidade e livrá-las do controle das grandes corporações. Segundo a autora, “o poder da semente é que mesmo só uma já é suficiente para fazer um sistema crescer novamente. Uma pessoa com outra imaginação, uma comunidade na Amazônia é o suficiente” (SHIVA, 2021, n.p.).

Assim, Shiva (2020) defende uma agricultura saudável e cuidadosa com a Terra e com as pessoas, que garanta nossa liberdade de se alimentar e manter nossas diversas culturas em torno da comida, descolonizando nossas culturas alimentares e nossa consciência e reconhecendo que o alimento está vivo e nos dá a vida. Shiva (2020) também defende a importância da biodiversidade, que está na base da nossa existência enquanto espécie, pois todo o alimento que consumimos é resultado da biodiversidade do planeta.

Por fim, Shiva (2022) defende que, para o enfrentamento ao sistema hegemônico, são importantes os valores da simplicidade, da coragem, do poder de compartilhar e da ideia de pertença:

A pertença significa saber quem você é, suas relações, o que faz você se sentir em casa, e para mim significa saber que fazemos parte da família da terra. Claro, temos mães e pais, parentes, filhos. Mas esse não é o limite da nossa família. Nós somos a família da terra. Você não pode excluir as árvores, sem elas não teríamos oxigênio. Portanto, pertencer significa conhecer nosso lugar ecológico na teia da vida. Significa que a Terra é a nossa casa. E cuidar dela é a verdadeira economia (SHIVA, 2022, n.p.).

Os trabalhos de Primavesi e Shiva trouxeram importantes contribuições ao campo de estudos da agroecologia. A agroecologia é uma ciência que estuda a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica, e se apresenta como uma alternativa de cultura da terra que demonstra muito mais sustentabilidade e capacidade de responder aos problemas do nosso tempo do que a agricultura convencional. A agroecologia tem como característica a busca pela interação entre os seres vivos para a produtividade e a sustentabilidade agrícola a longo prazo, valorizando a diversificação de culturas, as práticas ecológicas, a participação e o conhecimento local, o respeito à biodiversidade, a justiça socioambiental e a equidade. É uma abordagem agrícola e

um campo de conhecimento que integra princípios ecológicos, sociais e econômicos para promover sistemas agrícolas sustentáveis e resilientes (LEGNAIOLI, 2023).

Os valores e princípios apresentados até aqui encontram aderência em movimentos de todo o mundo. Dentro dessa linha, o conceito e a filosofia do Bem Viver se apresenta como uma alternativa para superação do sistema hegemônico, partindo do conhecimento ancestral acumulado pelos povos originários e sua sabedoria em viver em harmonia com a natureza, se adaptando a seus ciclos e colhendo sua abundância.

O político, economista e escritor Alberto Acosta traz em seu livro “O Bem Viver, uma oportunidade para se imaginar outros mundos” (ACOSTA, 2016) alguns dos princípios e valores dessa filosofia. Entre eles estão o combate ao capitalismo, à centralidade do indivíduo, à separação entre humanidade e natureza e às ideias de desenvolvimento e bem-estar.

Ao invés de “viver melhor” se fala em “bem viver”. O “viver melhor” é uma contradição capitalista, pois supõe uma ética do progresso ilimitado e incita à competição com os outros para alcançar esse objetivo. Entretanto, para que alguns poucos possam “viver melhor”, muitos têm que “viver mal”. Contrariamente, o “bem viver” visa a uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo (ACOSTA, 2016).

O Bem Viver vai contra a ideia da terra e da natureza apenas como insumos para a produção de mercadorias e também contra a separação entre humanidade e natureza, defendendo que somos parte dela. Além disso, a filosofia do Bem Viver defende que não é necessário superar o atual sistema hegemônico para então adotar os valores do Bem Viver: esses valores podem ser colocados em prática imediatamente (ACOSTA, 2016).

Entre os valores defendidos pela filosofia do bem viver, estão a defesa de uma descolonização e despatriarcalização do pensamento, a suficiência ao invés da eficiência, a superação das desigualdades e a valorização da solidariedade, da comunidade, da reciprocidade, da equidade, da espiritualidade, da participação, da autonomia e da autodeterminação das comunidades, especialmente das comunidades indígenas, reconhecendo suas territorialidades e direitos coletivos. O Bem Viver busca garantir qualidade de vida, justiça social e ambiental e respeito e equilíbrio entre os seres humanos e a natureza. O bem viver critica o consumismo e o produtivismo, propondo uma alternativa ao desenvolvimento capitalista que incorpore os Estados plurinacionais e os direitos da natureza (ACOSTA, 2016).

Os direitos da natureza são uma abordagem jurídica e filosófica que reconhece que os ecossistemas e os elementos naturais possuem direitos próprios, independentemente de seu valor utilitário para os seres humanos. A ideia é que a natureza não seja vista apenas como uma

propriedade ou um recurso a ser explorado, mas como um sujeito de direito que merece proteção e consideração.

As constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008), inseriram o bem viver como o objetivo social a ser perseguido pelo Estado e por toda a sociedade, fundamentadas na cosmovisão andina da Pachamama (Mãe Terra), na interculturalidade, na plurinacionalidade e nos direitos da natureza, representando uma vanguarda mundial em termos ecológicos.

Outro movimento que tem se debruçado sobre formas de enfrentamento do atual sistema e possibilidades para sua superação é o campo da ecologia política. Além da defesa da justiça ambiental, apresentada no tópico anterior, autores como o economista e sociólogo mexicano Enrique Leff (2012) propõe a construção de uma Racionalidade Ambiental como forma de enfrentamento da racionalidade hegemônica. Essa racionalidade ambiental buscaria superar a lógica da racionalidade instrumental e utilitarista, que vê a natureza apenas como um recurso a ser explorado em benefício humano. Ele defende uma racionalidade que reconheça a interdependência entre os sistemas ecológicos e as sociedades humanas, buscando harmonia e equilíbrio entre os dois.

Leff (2015) chama a atenção para a importância dos conhecimentos tradicionais e indígenas na construção de uma racionalidade ambiental, argumentando que esses conhecimentos podem fornecer uma perspectiva valiosa para lidar com os desafios ambientais, uma vez que estão enraizados em uma relação de respeito e harmonia com a natureza. Assim, seria possível construir uma racionalidade ambiental, baseada na diversidade cultural e na ética da alteridade. “A descolonização do saber e a legitimação de outros conhecimentos-saberes-sabedorias liberam modos alternativos de compreensão da realidade, da natureza, da vida humana e das relações sociais, abrindo novos caminhos para a reconstrução da vida humana no planeta” (LEFF, 2015, p. 30).

Baseado no pensamento de Leff, Foladori (2000) aponta que a racionalidade ambiental reúne três aspectos: (i) a procura de ecotecnologias baseadas nos ritmos e ciclos ecológicos; (ii) uma produção destinada à satisfação das necessidades básicas, e não ao mercado; (iii) uma racionalidade baseada na reapropriação social da natureza a partir de formas de democracia participativa direta, em oposição à tradicional democracia representativa.

Outro movimento que merece destaque dentro da luta pela superação da cultura da terra hegemônica é o ecossocialismo. Michael Löwy (2021), pensador marxista brasileiro radicado na França, em sua obra “Ecossocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá” (LÖWY, 2021), apresenta o ecossocialismo como uma alternativa civilizatória radical, fundada nos argumentos básicos do movimento ecológico e na crítica marxista da

economia política. Ele se opõe ao progresso destrutivo capitalista, constituindo-se em uma estratégia política anticapitalista, que busca a convergência das lutas sociais e ecológicas, e em uma política fundada em critérios não-mercantis: as necessidades sociais e o equilíbrio ecológico.

Löwy (2021) argumenta que a exploração da natureza está intrinsecamente ligada à exploração das pessoas, e que a luta por igualdade e emancipação social não pode ser separada da defesa do meio ambiente. Ele argumenta que o ecossocialismo deve basear-se em valores como solidariedade, igualdade e democracia, buscando uma sociedade em que as pessoas tenham controle sobre suas vidas e sobre as decisões que afetam o meio ambiente. Além disso, uma sociedade ecossocialista deve ter como objetivo o controle público dos meios de produção e o aumento do tempo livre para as pessoas - ou a diminuição de sua jornada de trabalho - de modo a viabilizar a participação democrática dos trabalhadores nos processos decisórios sobre a destinação de investimentos públicos e tirando esse poder dos bancos e das grandes corporações.

O ecossocialismo defende um modo de vida alternativo, para além do reinado da mercadoria, do consumismo e do individualismo. Para se alcançar este ideal de sociedade, é fundamental um processo transformador da base da população, para que esta se aproprie do ideário socialista e ecologista por meio de experiências coletivas de luta, de confrontações locais e parciais rumo à mudança radical da sociedade. Ainda, Löwy (2021) defende que a consciência ecossocialista passa pelo entendimento do capitalismo como sistema baseado não apenas na exploração, mas também na destruição massiva das condições de vida no planeta, e pela compreensão do socialismo não apenas como mudança nas formas de propriedade, mas como uma transformação civilizatória, incluindo o aparato produtivo, os padrões de consumo, o modo de vida em sua totalidade.

Por fim, Löwy (2021) destaca a importância da luta e da mobilização social para alcançar o ecossocialismo. Ele acredita que a transformação da sociedade deve ser realizada por meio de movimentos sociais e da construção de alianças entre diferentes grupos, como trabalhadores, movimentos ambientalistas, indígenas e feministas.

Assim, sintetizando o exposto até aqui, a construção de uma cultura da terra que supere a hegemônica passaria por uma mudança cultural profunda, construindo uma racionalidade que tivesse como princípio o Bem Viver, a (bio)diversidade, a ecologia dos saberes, a pluralidade e a pertença/pertencimento à natureza. Um ponto de partida potente é o enfrentamento à instrumentalização da natureza e da terra e a recomposição da ligação da sociedade com a

natureza, superando a visão antropocêntrica que nos coloca como centro do universo e apartados da natureza.

Esse ponto de partida diminui nossa vaidade e contribui para um olhar mais sensível do mundo à nossa volta. Passaria pela superação da visão instrumental do mundo, em que a natureza não passa de um objeto a ser dominado, e daria lugar a uma visão em que as humanidades fazem parte da natureza, e que os outros animais, os vegetais, as montanhas, os rios e a própria Terra passassem a ser portadores de subjetividades e dotados de direitos. Além disso, essa cultura adequaria suas práticas aos ciclos da natureza, aprendendo com ela a sabedoria em conviver e se beneficiar de seus processos, baseado em saberes ancestrais e em práticas como a da agroecologia.

Essa cultura da terra também poderia ter como princípio a solidariedade, a autonomia, o respeito à diversidade, a democracia direta, a luta por justiça social e ambiental, os direitos coletivos acima dos individuais, o enfrentamento ao consumismo, individualismo, utilitarismo e antropocentrismo. Além disso, o tempo nessa nova cultura deixaria de ser produtivista e inserido numa lógica de progresso linear e passaria a ser sagrado, valorizando o tempo para o lazer e o ócio, para a participação democrática nas tomadas de decisão e para fruição da experiência de se estar vivo. Essa cultura enfrentaria o esvaziamento de sentidos da vida em favor de uma humanidade e paisagem única por meio da criatividade para se imaginar novos mundos, contar novas histórias e construir novas narrativas.

Ainda, essa cultura demandaria uma reorientação da economia para a satisfação de nossas necessidades básicas, e não para a produção de mercadorias, substituindo a eficiência pela suficiência. Essa cultura também representaria não apenas uma mudança no sistema econômico, mas uma mudança radical no modo de se viver e estar no planeta.

Segundo Dardot e Laval (2015; 2017), o modo hegemônico de se viver e de estar no planeta assenta no direito de propriedade privada, apontando que ele se tornou constitutivo do modo de ser humano dentro do capitalismo. Assim, enfrentar a lógica da propriedade privada é também enfrentar o estilo de vida atrelado a ela - com seus valores de competição, individualismo e consumismo.

Uma estratégia para esse enfrentamento seria o estabelecimento do comum. O comum não se baseia na ideia de propriedade pública - pois essa se mantém como propriedade - nem na ideia de bem comum - pois quando se considera algo como um bem, mantém-se a possibilidade de apropriação dela dentro da lógica da razão instrumental. Longe de se confundir com um objeto de propriedade, o comum exprime acima de tudo a dimensão do indisponível e do inapropriável (DARDOT; LAVAL, 2017).

Os autores apontam que nada é em si ou por natureza “comum”, sendo necessário a existência de uma práxis instituinte para estabelecê-lo. A práxis instituinte é uma prática que visa instituir um comum ou manter e reforçar a sua instituição já efetuada. Em última análise são as práticas sociais e somente elas que decidem sobre o caráter “comum” de uma coisa ou de um conjunto de coisas.

Além disso, o direito de uso de um comum não tem efetividade se estiver desvinculado do direito de coprodução das regras do uso comum (DARDOT; LAVAL, 2017). Segundo os autores:

O uso pelo uso é um direito inofensivo de consumir uma parte individual de um “bem” cujo destino depende acima de tudo da boa vontade do(s) proprietário(s) ou, na melhor das hipóteses, um direito de “gerir” um “recurso” controlado por uma instância que é a única habilitada a tomar decisões. É fundamental que o uso comum seja vinculado à codecisão relativa às regras e à coobrigação resultante dela (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 392).

Sem essa vinculação, o uso - ou aquilo que de que é feito o uso - não pode ser considerado realmente comum. Dardot e Laval (2017) afirmam que, para configurar efetivamente um comum, é necessário a existência de um dever negativo de não atentar contra o direito dos outros usuários do comum e de um dever positivo de conservar o comum sob responsabilidade coletiva. O essencial reside na coprodução de regras de direito por um coletivo - que devem ser revisadas regularmente por ele próprio - e na “obrigação” que se aplica igualmente a todos aqueles que participam da construção do comum (DARDOT; LAVAL, 2017).

De acordo com os autores (2017), a obrigação que nasce da instituição do comum não tem caráter sagrado ou religioso; sua força advém do engajamento prático que liga aqueles que elaboraram coletivamente as regras pelas quais o indisponível se encontra subtraído de toda lógica de apropriação. Assim, o comum configura-se como “um novo ‘modo de produção’ ou, ainda, um terceiro a se interpor entre o mercado e o Estado: ‘comum’ é, na verdade, o novo nome de um sistema de práticas e de lutas (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 271).

Assim, a emancipação pelo comum consistiria em participação ativa nas atividades ou tarefas desenvolvidas por um coletivo em torno de algo que ele considere comum, como uma praça, um território, um saber, uma horta ou uma escola, gerando vínculos e conectando o coletivo pelo fazer comum (DARDOT; LAVAL, 2017).

Dardot e Laval (2017) apontam que o princípio do comum enfatiza a importância da descentralização do poder, da solidariedade, da responsabilidade compartilhada e do

mutualismo - que engloba a autonomia comunal e a cooperação econômica -, fazendo frente à centralização política e “insolidariedade” econômica do atual sistema. O movimento do comum tem sido aplicado em várias áreas, como a gestão de terras, o conhecimento aberto, o software livre, o compartilhamento de bens e serviços, e a luta contra patentes de sementes (a qual Vandana Shiva faz parte).

Posto tudo isso, fica evidente que a transição para uma nova cultura da terra demanda mudanças culturais profundas. Uma estratégia que pode contribuir nesse sentido é a construção de processos educadores libertários, ambientalistas e revolucionários. Não a educação bancária ou prescritiva, na qual o conhecimento é “depositado” na mente das pessoas sem passar por um processo crítico, mas a educação na perspectiva de Paulo Freire (1987), a educação libertária, em que as pessoas se eduquem e libertem coletivamente para a autonomia e para a felicidade.

Além disso, como apontado por Sorrentino et al (2020), essa educação tem que ser ambiental, crítica e revolucionária, construindo um projeto que promova a transição educadora ambientalista por meio de processos que analisem os limites do capitalismo e promovam a dignidade humana a partir da atuação local e da busca pela garantia de três tríades de direitos a todas e todos: acesso a terra, teto e trabalho (como já defendido pelo Papa Francisco); saúde, educação e natureza; participação, comunicação e espiritualidade.

Assim, de acordo com Sorrentino e Nunes (2020, p. 363), esse processo educador poderia efetivamente apoiar na construção de mudanças culturais baseadas no bem viver, na simplicidade voluntária e na solidariedade sincrônica e diacrônica com todos os humanos e com as demais espécies, de modo a construir uma nova cultura da terra, do território e da Terra.

Pois bem, tendo em vista esses princípios, valores e estratégias, e considerando que este é um trabalho inserido no campo do planejamento urbano, no tópico seguinte refletir-se-á sobre alguns movimentos, lutas e projetos políticos que tem tentando trazer discussões como essa à esfera urbana.

#### 2.4.1. Contribuições das lutas urbanas para uma nova cultura da terra

O atual fenômeno urbano é talvez a principal materialização da cultura da terra hegemônica. Entretanto, diversas lutas urbanas contemporâneas inseridas nesse contexto têm reivindicado a construção de um novo modo de vida urbano, contrapondo-se à produção do espaço urbano capitalista e a lógica da cidade mercadoria e agregando a seu repertório princípios e valores como o da promoção da autonomia, da democracia direta, do respeito à

natureza, entre outros como os apresentados no tópico anterior. São os casos das lutas por moradia, do cicloativismo e das ocupações culturais.

Essas lutas constituem possibilidades emancipadoras contidas no atual sistema, ainda que simultaneamente suprimidas pelo mesmo, configurando-se como alternativas emancipatórias latentes no presente, devido às contradições das relações sociais existentes (BRENNER, 2018). Cabe destacar, entretanto, que a existência de um potencial intrínseco ao urbano não garante um futuro melhor para as cidades e a humanidade.

Investigar essas lutas é algo de grande valia à luta anti-sistema e ao campo dos estudos urbanos. Como colocado por Ferrara et al (2018, p 97), “é preciso identificar práticas que escapam à instrumentalização do espaço, situações residuais que indicam possibilidades de transformação, que seriam componentes essenciais da pesquisa sobre o urbano na perspectiva de trilhar caminhos para sua transformação”.

Além disso, como colocado por Hirata (2018) - em consonância com Lefebvre (1999) -, o urbano, não mais o trabalho, pode ser a chave para unificação das lutas sociais contemporâneas pela apropriação do espaço. A autora afirma que as lutas urbanas contemporâneas e suas formas de organização podem conter ou ser o embrião para a superação do atual sistema (HIRATA, 2018). Assim, estudar e compreender o fenômeno urbano é imprescindível para se pensar no enfrentamento e superação da ordem capitalista.

Essas lutas por vezes estabelecem comuns urbanos por meio da práxis instituinte, agindo conscientemente para instituir o inapropriável. São os casos de lutas como a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, o Municipalismo na Espanha (BOLLIER, 2016; TONUCCI FILHO, 2020) e a Causa Mais Bonita da Cidade, em Curitiba. Em comum, essas iniciativas produzem comuns urbanos e reivindicam o direito à cidade em uma perspectiva mais ampla, reivindicando a própria cidade como comum (TONUCCI FILHO, 2020).

A potência dessas práticas reside na dimensão conflituosa e contraditória da vida nas cidades, que demanda negociações e inventividade como ingredientes necessários ao cotidiano, “especialmente em cidades onde muitos não têm acesso fácil ou nenhum acesso à infraestrutura urbana” (STAVRIDES, 2021, p. 9).

Stavrides (2021) aponta que o compartilhamento une os atos diários de mobilização das potencialidades da cidade, e que o compartilhamento de conhecimento junto aos espaços de encontros e às relações de apoio fornecem meios para as pessoas sobreviverem aos riscos do meio urbano e aproveitarem suas oportunidades. Isso faz com que Dardot e Laval (2017) reconheçam que os pobres urbanos são um dos principais criadores de comuns.

Stavrides (2021) sugere que a comunização urbana está liberando o poder da colaboração e da criatividade coletivas, e as lutas para apropriar a cidade como um meio compartilhamento transformam fragmentos da cidade e produzem novos padrões de espaço urbano, que fogem da lógica da propriedade privada - como as moradias produzidas por movimentos sociais da América Latina.

Assim, as lutas urbanas oferecem aprendizados valiosos para a construção de uma alternativa à cidade neoliberal e à cultura da terra hegemônica. Dentro desse cenário, a luta em torno do tema da AU têm ocupado um papel de destaque, pois empodera comunidades na defesa de sua autonomia, estando relacionada ao suprimento de uma necessidade vital, o alimento, e também ao fortalecimento de laços comunitários e de estratégias de autogestão. Essa luta tem como um de seus elementos centrais o acesso à terra urbana, e adquire grande relevância ao trazer para o urbano temas geralmente associados ao rural, como o da agroecologia e o da biodiversidade, o que contribui na superação da visão dualista entre rural e urbano, ou entre humanidade e natureza.

No Brasil, já existem lutas urbanas que têm incorporado a AU a seus repertórios, o que tem evidenciado seu potencial na luta contra-hegemônica. São os casos do coletivo Agroecologia na Periferia, que atua na região metropolitana de Belo Horizonte (TOFANELLI, 2018) e de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que em Curitiba tem organizado hortas comunitárias junto a comunidades (MST, 2020; 2021), e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que tem incorporado hortas comunitárias aliadas às cozinhas solidárias nas ocupações que coordena em São Paulo (HORTAURBANA.MTST, 2023), Curitiba (MTST-PARANÁ, 2021) e outras cidades.

Como colocado por Paolinelli e Canettieri (2019), as práticas relacionadas à dimensão do cotidiano, como é o caso das hortas comunitárias, podem fortalecer o repertório de movimentos sociais, contribuindo às suas lutas quando aliadas à atuação institucional e à ação direta. Essas experiências apontam para caminhos possíveis de fusão das lutas sociais, já que aliam produção de alimento, reivindicação do direito de moradia e do acesso à terra, subversão da lógica neoliberal da propriedade privada e denúncia do não cumprimento da função social da propriedade (pois ocupam terrenos ociosos), entre outras coisas.

No capítulo seguinte, aprofundar-se-á no tema da AU, trazendo uma análise de sua relação com a produção do espaço urbano contemporâneo e uma defesa da inserção do tema nos campos da política e do planejamento urbano. Antes disso, entretanto, o tópico seguinte faz uma breve ponderação do papel do Estado e do planejamento urbano na luta pela construção de uma nova cultura da terra.

## 2.5. O PAPEL DO ESTADO - E DO PLANEJAMENTO URBANO - ENQUANTO AGENTE REGULADOR

Este tópico tem como objetivo dissertar sobre o papel do Estado e do planejamento urbano no processo de manutenção da cultura da terra hegemônica, mas também de mostrar sua importância estratégica na luta por uma nova cultura da terra.

O Estado - que no Brasil é composto pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal - cumpre um papel de grande relevância para a manutenção da cultura da terra hegemônica, especialmente por conta de sua atribuição de regular o acesso e o uso da terra pelas pessoas.

Ao regular determinado território exclusivamente dentro da lógica da propriedade (privada ou pública), o Estado contribui para a reprodução da cultura da terra hegemônica, pois impõe aos que vivem nesse território a necessidade de viver de acordo com essa normativa. Os que não quiserem viver de acordo com ela, são considerados fora da lei.

O poder conferido ao Estado de determinar o que é legal, o que é ilegal e o que é invisível, o que pode e o que não pode, é enorme. Quando atribuímos a ele a autoridade para resolver nossos conflitos, reconhecemos a “instituição Estado” como neutra, universal e imparcial. Assim, ao aceitarmos nos submeter à violência simbólica promovida por ele, nós a legitimamos e legitimamos sua existência e poder (BOURDIEU, 1989).

Entretanto, o Estado como conhecemos hoje - Estado Moderno -, como dito anteriormente, é uma criação relativamente recente na história, e surgiu para defender os interesses e a ideologia da classe dominante, principalmente garantindo o direito à propriedade privada.

Assim, quando o Estado cria leis como a Lei de Terra de 1850, que estabelecia que a terra só poderia ser acessada mediante compra e venda de propriedade privada, ou uma lei que permite a exploração de minérios em determinado território, o Estado contribui não só para a manutenção e reprodução da cultura da terra hegemônica como também para sua naturalização: lei é lei.

O Estado também contribui para essa manutenção quando cria políticas públicas de titulação em massa ou de acesso à moradia única e exclusivamente via propriedade privada e individual. Além disso, quando o Estado faz grandes obras de infraestrutura que permitem a exploração de determinado território, como portos, rodovias e oleodutos, ele também contribui

diretamente para a ocupação desse território dentro da lógica capitalista da terra como mercadoria.

Em se tratando do meio urbano, essa regulação se dá por meio do planejamento urbano institucionalizado, que regula o uso e o parcelamento do solo. Quando o instrumento básico da política urbana - o Plano Diretor - de um município é elaborado, ele deve dar conta das diretrizes de uso e ocupação do solo tanto para a área urbana quanto para a área rural. Para isso, o planejamento urbano institucionalizado lança mão de uma série de instrumentos urbanísticos e define quais as “regras do jogo” para se utilizar as terras do município, cumprindo assim um papel essencial na reprodução da cultura da terra hegemônica.

Ao se criar um Plano Diretor que reconhece como único meio para a ocupação do solo a propriedade privada da terra, o planejamento urbano não só exclui, como invisibiliza todas as formas de uso e ocupação da terra que não operem na lógica da propriedade privada. Assim, os técnicos da área do planejamento urbano dentro do Estado detêm um poder gigantesco quando se trata da manutenção da cultura da terra hegemônica.

Pois bem, ainda que o Estado seja essencial na reprodução dessa cultura da terra, ele também pode atuar no sentido oposto - claro, dentro de alguns limites. Defende-se aqui a visão de Poulantzas (1985) do Estado como estratégico à luta pela superação do atual sistema, dado que este, enquanto agente regulador e também enquanto construtor de políticas públicas, pode impactar positivamente nessa luta: por exemplo, quando reconhece formas de uso da terra diferentes da propriedade privada ou quando demarca territórios indígenas.

Poulantzas (1985) coloca que chegar ao Estado por si só não é suficiente para uma mudança mais profunda no sistema político-econômico, dado que ele é uma criação da própria burguesia/classe capitalista. Portanto, ele não é o fim para atingir a transformação social, mas estratégico para ela. Além disso, como apontado por Poulantzas (1985), o Estado não é um monolito, um sujeito dotado de vontade própria, e sim uma relação, uma condensação material das forças e disputas sociais de determinado tempo.

Dentro da luta pela construção de uma cultura da terra contra-hegemônica, disputar o Estado significa disputar a criação de políticas públicas comprometidas com processos educadores libertários e ambientalistas; disputar a lógica de produção (e a própria produção) do espaço urbano e a regulação de seu uso do solo; disputar as narrativas e conceitos de desenvolvimento sustentável; disputar os paradigmas de sociedade e cidade; disputar a legislação e suas implicações, corrigindo e fazendo acertos de contas históricos; disputar a construção de um Estado comprometido com a promoção da autonomia e democracia direta.

Além disso, quando se trata do planejamento urbano institucionalizado, Pereira (2021) aponta que disputá-lo é uma forma de impor limites à propriedade privada e de ter a possibilidade de reconhecer práticas cotidianas de apropriação do solo, como o uso do solo para suprir a necessidade de moradia ou de alimento. Uma atualização do conceito de propriedade indicaria a possibilidade de um conceito em função do uso e do reconhecimento dessas demandas cotidianas. Segundo a autora (2021):

O conceito de propriedade é regido por estatutos jurídicos que definem a relação entre pessoas e coisas, de acordo com a realidade social de cada período histórico. Na atualidade, em que predomina a realidade urbana, está se tratando, portanto, do conjunto de regras que normatizam a vida na cidade. Essas regras se expressam na legislação municipal de controle do uso do solo urbano. Nesse sentido, afirma Rabello (2016, p. 488): Ordenar o território é regular o uso deste objeto público – o território. Mas é nele, no território, onde também se materializa, neste mesmo espaço, o direito privado de propriedade imobiliária. Território, objeto público, e lote urbano, objeto da propriedade privada, acontecem no mesmo espaço, sobre o mesmo solo, e a existência de um não elimina a existência do outro [...]. Por conseguinte, cada lote irá acomodar seus usos privados aos interesses públicos explicitados na regulação territorial, cujo objetivo constitucional inafastável é alcançar e prover seus habitantes de qualidade de vida e de acesso às funções sociais da cidade. A regulação territorial do uso do solo, portanto, traduz, no cotidiano urbano, o conceito de direito de propriedade, que é dinâmico e acompanha as transformações sociais (PEREIRA, 2021, p. 16).

Pereira (2021) afirma que existem muitas maneiras de organizar as relações de propriedade no século XXI, “e algumas podem constituir um salto muito mais real do capitalismo do que o caminho que consiste em prometer sua destruição sem se preocupar com o que se seguirá” (PEREIRA, 2021, p. 17).

Ademais, para além de se atualizar o conceito de propriedade para dar a ele um caráter socioambientalmente mais justo, o Estado e o planejamento urbano institucionalizado propor novos conceitos para regular o uso e o acesso à terra pela sociedade. Por exemplo, conceituando, regulando e institucionalizando o que Souza Filho (2021) chama de função social da terra, que estabeleceria que o direito de acesso à terra para garantia de direitos sociais como alimentação e moradia está acima do direitos de propriedade, o que implicaria na proibição de cercamentos de terras ociosas e em mais limites para reintegrações de posse.

Outrossim, o planejamento urbano institucionalizado pode ir além do modelo regulatório, atuando também no sentido de pensar estratégias e instrumentos de política urbana criativos, que possam fomentar e apoiar práticas contra-hegemônicas de uso e apropriação da terra nas cidades, nos moldes do planejamento urbano insurgente (MIRAFTAB, 2016), subversivo (RANDOLPH, 2007) ou conflitual (VAINER ET AL, 2016).

Dito isso, assume-se neste trabalho a perspectiva de que disputar o Estado, inclusive o planejamento urbano institucionalizado, é estratégico à luta pela superação da cultura da terra hegemônica e para a construção de uma nova cultura da terra. Essa disputa esteve presente na luta das hortelãs e hortelões urbanos de Curitiba em 2017, que foi um dos acontecimentos motivadores para este trabalho. Entretanto, antes de abordar esse caso, o próximo capítulo faz uma introdução ao tema da AU e de sua interface com o planejamento urbano e o uso da terra, mostrando um pouco de seu potencial transformador para a construção de uma nova cultura da terra.

### 3. AGRICULTURA URBANA E PLANEJAMENTO URBANO - UMA INTRODUÇÃO

*Em diferentes lugares, tem gente lutando para este planeta ter uma chance, por meio da agroecologia, da permacultura. Essa micropolítica está se disseminando e vai ocupar o lugar da desilusão com a macropolítica. Os agentes da micropolítica são pessoas plantando horta no quintal de casa, abrindo calçadas para deixar brotar seja lá o que for. Elas acreditam que é possível remover o túmulo de concreto das metrópoles.*  
(KRENAK, 2020)

Frente à crise civilizatória decorrente da cultura da terra hegemônica, apresentada no capítulo anterior, a agricultura urbana se mostra como uma alternativa com grande potencial de enfrentamento a muitas das questões impostas pelo atual modo de produção do espaço urbano, como a insegurança alimentar e nutricional, a destruição de ecossistemas e o distanciamento da humanidade com a natureza da qual faz parte. Defende-se aqui o potencial de a AU influenciar na racionalidade e na cultura da terra das pessoas, de modo a subverter a lógica de produção do espaço urbano e produzir um outro modelo de cidade.

Entretanto, a AU *per se* não denota uma prática contra-hegemônica, muito menos significa a existência de um processo de superação da ordem capitalista em prol de uma ordem ecossocialista ou regida pela racionalidade ambiental. Como veremos neste capítulo, a AU pode conviver harmonicamente dentro da cultura da terra hegemônica, contribuindo para legitimar discursos e práticas ao redor da temática ambiental e para catalisar processos em curso de acumulação de capital.

Para organizar essa discussão, este capítulo está estruturado da seguinte forma:

Primeiramente, o tópico “**Agricultura urbana - conceito em movimento e disputa**” faz uma introdução ao tema da AU, apresentando-o como um conceito em construção e campo em disputa por diferentes sujeitos, racionalidades e projetos de sociedade. Além disso, apresenta-se algumas das principais definições e discussões sobre a AU no Brasil e no mundo e delimita-se qual o conceito de agricultura urbana adotado neste trabalho.

Em seguida, o tópico “**A dialética socioespacial entre agricultura urbana e produção do espaço urbano na contemporaneidade**” realiza uma reflexão sobre a inserção

da agricultura dentro do processo de produção do espaço urbano na contemporaneidade, evidenciando as contradições e ambiguidades que a permeiam.

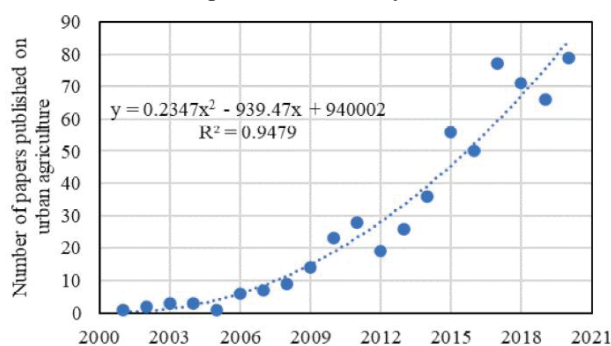
Por fim, o tópico “**AU, sistemas alimentares e planejamento urbano: uma aproximação necessária**” apresenta argumentos que demonstram a importância da questão agrícola e alimentar para as cidades - o que inclui a AU e os sistemas alimentares -, defendendo a inserção destes temas dentro dos debates do campo do planejamento urbano, superando a dicotomia urbano-rural. Além disso, o tópico mostra a ausência da AU e dos sistemas alimentares dentro da política urbana brasileira e aponta algumas possibilidades de incorporação destas questões à prática do planejamento urbano de modo a superar essa situação.

### 3.1. AGRICULTURA URBANA - CONCEITO EM MOVIMENTO E DISPUTA

A prática da agricultura existe nas cidades ao longo de toda sua história, sendo decisiva inclusive para o surgimento destas (HARARI, 2015). Entretanto, nos últimos anos o interesse pelo tema tem aumentado consideravelmente, muito por conta de seus benefícios e contribuições para a vida nas cidades. Entre eles, pode-se citar a segurança alimentar, o aumento da permeabilidade do solo e da biodiversidade, a criação de áreas de lazer e socialização e o fortalecimento de laços comunitários, os benefícios à saúde de seus praticantes e a criação de circuitos curtos de economia solidária.

Esse crescimento no interesse pelo tema da AU é evidenciado por pesquisas como as de Yan et al (2022) e Curan e Marques (2021), que mostram que nos últimos anos a produção de artigos científicos sobre o tema cresceu significativamente, refletindo o aumento da atenção do campo acadêmico sobre o tema (FIGURA 1).

FIGURA 1 - Número de artigos publicados entre 2001 e 2020 encontrados pelo termo “*urban agriculture*” na plataforma *Web of Science*



Fonte: Yan et al (2022)

Nagib (2020) observa que o panorama no final da segunda década do século XXI é marcado por um crescente reconhecimento e disseminação das potencialidades da AU como atividade produtora e transformadora do espaço urbano, sendo defendida por organismos internacionais, instituições públicas e privadas, coletivos, movimentos sociais e ativistas em diferentes espectros do campo político, econômico e cultural. Apesar disso, o autor pontua que o crescimento da produção acadêmica sobre o tema ainda enfrenta dificuldades metodológicas e conceituais para sua ampliação por conta de seu caráter multi e interdisciplinar.

Nesse mesmo sentido, Biazoti (2020) destaca que pesquisas sobre os benefícios da AU têm sido desenvolvidas em distintos campos do conhecimento, como saúde pública, fortalecimento comunitário, conservação ambiental, planejamento territorial, sustentabilidade das cidades, igualdade de gênero e promoção de uma cidadania ambiental, o que evidencia seu caráter intersetorial, multifuncional e diverso.

Este tópico introduz a discussão em torno do conceito de agricultura urbana, sem a pretensão de esgotá-la, trazendo diferentes concepções e abordagens e mostrando que elas refletem diferentes projetos de sociedade. Para isso, serão utilizados os trabalhos de Mougeot (2000), Santandreu e Lovo (2007), Almeida e Costa (2014), McClintock (2014), Almeida (2016), Almeida e Biazoti (2018), Biazoti (2020), Nagib (2020) e Luiz et al (2022). Ao final, delimita-se qual entendimento sobre a AU será utilizado no presente trabalho.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que o conceito de agricultura urbana está inserido num processo histórico de discussão e disputa acerca de seu significado. Como colocado por Almeida e Costa (2014):

O conceito da agricultura urbana ainda se encontra em construção e, como um processo em curso, permanece aberto a uma disputa por significado que pode estar relacionado a diferentes visões de mundo e utopias de sociedade e de cidade. A pluralidade de enfoques encontrados em torno desta temática pede mais atenção para o uso de forma generalizada do termo agricultura urbana, e mais esforços para tornar claras as perspectivas ensejadas pelas práticas agrícolas urbanas. O aprofundamento deste debate deve passar ainda por uma maior clareza das particularidades encontradas na relação destas práticas com diferentes contextos urbanos, pelas diferentes opções tecnológicas em questão e por uma melhor compreensão de quem são os sujeitos portadores destas experiências (ALMEIDA; COSTA, 2014, p. 3).

Assim, a AU é considerada um conceito em movimento (ALMEIDA, 2016; BIAZOTI, 2020), sendo influenciado por diferentes concepções de agricultura e de cidade, o que reflete também diferentes justificativas para pesquisas sobre o tema e para realização de ações de indivíduos, coletivos e instituições (ALMEIDA; BIAZOTI, 2018). As definições atribuídas a

ela não são neutras, e passam pelas racionalidades e culturas da terra dos sujeitos que a definem, revelando suas utopias e projetos de mundo e sociedade.

Almeida (2016) considera a AU como uma conceituação aberta e em disputa por diferentes valores e visões de mundo, o que influencia nos diferentes sentidos, enfoques e ações políticas atribuídos a ela, revelando diferentes limites e potencialidades desta prática social. Essas diferentes visões acerca da AU acabam também por influenciar e refletir discursos e práticas presentes na sociedade. Almeida (2016) afirma que

[...] os discursos presentes nos estudos e na mídia ao mesmo tempo influenciam e refletem discursos e práticas da sociedade civil e de gestores públicos e acredito que o interesse pela agricultura urbana deve passar pela compreensão da complexidade das relações envolvidas nessa prática social e dos sentidos que indicam para superar ou reproduzir as condições de desigualdade e injustiça social que a sociedade em urbanização enfrenta atualmente (ALMEIDA, 2016, p. 52).

Identificar se os sentidos atribuídos à AU buscam superar ou reproduzir relações de desigualdade e injustiça social entra em consonância com a discussão da ambientalização dos discursos e práticas, sendo a AU mais um campo em disputa pela “nebulosa” ambientalista, por vezes capturada por atores não comprometidos com a garantia da justiça social para criar consensos e legitimar seus discursos e práticas, “vestindo-os” com o traje da sustentabilidade (JAYO; CALDAS, 2019).

Dessa forma, é importante destacar que a AU *per se* não confere sustentabilidade aos sujeitos que a reivindicam e não é necessariamente uma prática contra-hegemônica. Como mostrado por McClintock (2014), produções acadêmicas mais críticas realizadas nos últimos anos apontam que práticas de AU, a despeito de suas diversas potencialidades, acabam atuando numa lógica reformista que não enfrenta as raízes da desigualdade social. Além disso, contribuem para manter as coisas como estão, somente suavizando as consequências mais nocivas do capitalismo, como acontece no caso da fome.

Isso evidencia algumas contradições acerca do conceito da AU, refletindo o panorama extremamente amplo e diverso que gravita em torno dela, que agrega discursos e práticas desde movimentos sociais até incorporadoras imobiliárias, desde a academia até a grande mídia, desde políticos profissionais até cidadãos comuns.

Os sujeitos que reivindicam a AU relacionam-na a uma enorme diversidade de temas e contextos, por vezes contraditórios, como à subsistência, à saúde pública, à segurança alimentar e nutricional, à sustentabilidade urbana, ao empreendedorismo urbano, à reprodução da lógica neoliberal e de produção capitalista, à superação dessa mesma lógica, à luta pelo

direito à cidade, à educação ambiental, à sua multifuncionalidade e intersetorialidade, às dimensões ambiental, econômica e social (VEENHUIZEN, 2006; CABANNES; DUBBELING, 2006; MCCLINTOCK, 2014; ALMEIDA; COSTA, 2014; ALMEIDA, 2016).

Dada toda essa diversidade e complexidade, é preciso ter um olhar crítico que não simplifique a AU a uma definição estanque e que busque identificar as relações socioespaciais e os projetos políticos distintos por trás dos sujeitos que a defendem. É importante ter em vista, como apontado por McClintock (2014), que a AU carrega junto de si as contradições da sociedade capitalista, sendo simultaneamente e dialeticamente radical e neoliberal, ou seja, da mesma forma que ela é reivindicada por lutas de superação da ordem hegemônica, ela também pode ser utilizada como ferramenta de perpetuação da mesma. Assim, “o potencial transformador da agricultura urbana deve ser enfatizado a partir da compreensão das suas contradições internas e do seu posicionamento como mais um entre outros esforços voltados para as mudanças estruturais e menos um fim em si mesma” (ALMEIDA, 2016, p. 82).

Dito isso, como o objetivo deste trabalho não é uma análise esmiuçada dos discursos e práticas de AU ou mesmo do universo de produções acadêmicas sobre ela, a seguir buscar-se-á apenas fazer uma recuperação da emergência do debate sobre AU nas esferas internacional e nacional e destacar alguns autores e conceituações que têm contribuído com essas discussões/campo de estudos e que considero relevantes para a presente pesquisa.

No cenário internacional, Almeida (2016) aponta que, ainda que a AU tenha recebido atenção nos períodos da 1ª e da 2ª guerra mundiais como forma de garantir o abastecimento de alimentos para a população urbana, foi na década de 1990 que se ampliou o reconhecimento formal da expressão agricultura urbana por agências de cooperação e organizações internacionais.

O interesse dessas agências pelo tema se insere dentro do já mencionado processo de ambientalização dos discursos e práticas, em que o debate sobre desenvolvimento sustentável passou a ganhar centralidade na agenda científica e na sociedade como um todo. Não por acaso, o Relatório Brundtland, marco na ascensão do debate ambiental ao nível global e no processo de ambientalização, é apontado por Mougeot (2006) como provavelmente o primeiro documento relevante a considerar o potencial da AU para promover o desenvolvimento urbano sustentável.

A partir disso, como colocado por Almeida (2016), agências como a FAO-ONU e trabalhos como os de Smit, Ratta e Nasr (1996), Committee on Agriculture (COAG, 1999), Bakker et al. (2000) e Veenhuizen (2006) procuraram inserir a AU cada vez mais nas discussões de desenvolvimento sustentável, evidenciando suas diversas potencialidades. Além disso, a AU

também vem sendo apontada como uma ferramenta importante na busca pelos Objetivos do Milênio, atualizados posteriormente para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O crescimento das discussões em torno da AU aumentou a demanda por uma delimitação conceitual sobre ela. Uma das definições mais referenciadas no cenário internacional e no meio acadêmico sobre seu significado foi a criada por Mougeot (2000), pesquisador que desde a década de 1990 desenvolve pesquisas sobre o tema. Segundo o autor:

*Urban Agriculture is an industry located within (intraurban) or on the fringe (periurban) of a town, a city or a metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, (re-) using largely human and material resources, products and services found in and around that urban area, and in turn supplying human and material resources, products and services largely to that urban area* (MOUGEOT, 2000, p. 10).

Sobre o que caracteriza a AU e a distingue da agricultura rural, Mougeot afirma:

A característica principal da agricultura urbana, que a distingue decisivamente da agricultura rural, é sua integração no sistema econômico e ecológico urbano (que será chamado, a seguir, de “ecossistema” urbano).

Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda é desenvolvida em termos operacionais. Ainda que a natureza das concentrações urbanas e de seus sistemas de abastecimento de alimentos tenha mudado, a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com a produção rural e as importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era há milhares de anos. (MOUGEOT, 2000, p. 11).

Um ator de grande importância no cenário internacional no que se refere à produção de conhecimentos sobre a AU é a Fundação RUAF - *Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security*, sediada na Holanda, que desde 1999 tem atuado na organização de pesquisas, projetos e eventos relacionados ao tema da AU em escala global e local em diferentes regiões do planeta. Desde o ano 2000 a RUAF publica a Revista de Agricultura Urbana, cujos volumes temáticos servem como plataforma de divulgação de pesquisas em diversas áreas correlatas - como por exemplo, agroecologia urbana ou sistemas alimentares - e são uma importante referência na produção de conhecimentos para o campo da AU.

A RUAF se apoia em uma extensa rede de pesquisadores e organizações regionais para o desenvolvimento de suas publicações. Na América Latina, tem destaque nessa articulação o Instituto Promoção do Desenvolvimento Sustentável – IPES (Lima/Peru), que coordenou a realização de eventos com o objetivo de firmar compromissos de autoridades locais para suporte

à AU, sendo também decisivo na criação da Red Latinoamericana de Agricultura Urbana (Red Aguila), em 1997 (ALMEIDA, 2016).

A RUAF traz em uma de suas publicações uma definição do conceito de AU que se baseia em parte na de Mougeot (2000), mas agrega novas questões:

A agricultura urbana pode ser brevemente definida como o cultivo de plantas e a criação de animais dentro e no entorno das cidades. A característica mais marcante da agricultura urbana, que a distingue da agricultura rural, é que ela é integrada aos sistemas econômico e ecológico urbanos: a agricultura é incrustada - e interage com - no ecossistema urbano. Tais ligações incluem: o uso de residentes urbanos como trabalhadores; a utilização de recursos tipicamente urbanos (como resíduos orgânicos como adubo composto e o reuso de água para irrigação); as relações diretas com os consumidores urbanos; os impactos diretos na ecologia urbana (positivos e negativos); sendo parte do sistema alimentar urbano; competindo por terra com outras funções urbanas; sendo influenciada por políticas e planejamento urbano, etc. A agricultura urbana não é uma relíquia do passado que irá desaparecer (a agricultura urbana expande quando a cidade cresce), nem foi trazida à cidade por migrantes rurais, que perderão seus hábitos rurais ao longo do tempo. Ela é parte integrante do sistema urbano (RUAF, 2015a, n.p., apud NAGIB, 2016, p. 44).

Ainda que as definições trazidas por Mougeot e pela Fundação RUAF tenham grande relevância, elas têm forte vinculação com a produção de conhecimentos na perspectiva do norte global, e muitas vezes refletem também o ideário neoliberal de algumas agências.

Levando isso em consideração, no contexto brasileiro foi construída uma definição de AU bastante difundida e que traz novos elementos sobre o tema. Essa definição foi construída no âmbito de uma ampla pesquisa desenvolvida pelo Governo Federal em 2007 na esteira do Programa Fome Zero, intitulada Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção. Essa pesquisa levantou informações referentes à AU em 11 aglomerados metropolitanos do Brasil, incluindo Curitiba. A pesquisa considera a agricultura urbana como um

[...] conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 10).

Essa conceituação da AU traz como pontos interessantes os princípios do respeito aos saberes e conhecimentos locais, a equidade de gênero, as tecnologias sociais e processos participativos baseados nas particularidades sociais e ambientais de cada cidade, e a busca pela melhora na qualidade de vida e pela sustentabilidade. Além disso, em consonância com Mougeot (2000) e a Fundação RUAF (2015a), ela vincula a AU à sua conexão com a dinâmica urbana e metropolitana.

Vale destacar também que a AU no documento é tratada como AUP (agricultura urbana e periurbana). Ainda que em termos de localização seja importante diferenciar práticas de agricultura localizadas em áreas intra urbanas e periurbanas, adota-se no presente trabalho a designação de AU para designar o conjunto destas práticas, pois, concordando com Almeida (2016), por vezes a discussão do que é intra urbano ou periurbano acaba por vincular a ideia de urbano somente à área edificada, o que difere da concepção de urbano adotada neste trabalho e que será explicada mais adiante.

O documento de Santandreu e Lovo (2007) também traz alguns princípios para orientar a criação de uma política nacional de agricultura urbana e periurbana, pertinentes à luta pela construção de uma nova cultura da terra, que são: 1) Promoção da agroecologia; 2) Hábitos saudáveis de consumo; 3) Construção de conhecimentos respeitando o diálogo de saberes; 4) Respeito à diversidade étnica, racial e cultural; 5) Promoção da equidade de gênero, justiça socioambiental e a solidariedade; 6) Promoção da soberania alimentar e segurança alimentar nutricional; 7) Promoção da economia justa, solidária e familiar e o consumo responsável; 8) Promover a participação, empoderamento e autonomia do/as agricultores urbanos e periurbanos (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 73).

Esse documento também traz, como potencialidade da AU a aproximação das cidades às ideias de cidade produtiva, cidade ecológica, cidade que respeita a diversidade social e cultural e cidade que promove a segurança alimentar e nutricional:

Com a cidade produtiva estamos nos referindo à promoção de um desenvolvimento econômico local, voltado para o combate à pobreza, com a implantação de políticas de geração de trabalho e melhoria de rendas complementares, desde uma perspectiva de Economia Popular Solidária e comércio justo. Com a cidade ecológica estamos nos referindo à possibilidade de potencializar, com as atividades de AUP, a gestão territorial e ambiental das cidades, integrando a AUP com as políticas de gestão territorial, de uso social do espaço, de gestão de resíduos sólidos, de uso de águas residuais tratadas e de chuva, buscando a diminuição da impermeabilização do solo, e com as políticas de esverdeamento da cidade, entre outras, a partir de uma perspectiva de diminuição dos desequilíbrios ecológicos. Com a cidade que respeita a diversidade social e cultural estamos nos referindo ao potencial que as atividades de AUP têm para a promoção de políticas de respeito às condições étnicas e socioculturais e também de atenção a grupos considerados de condição vulnerável como mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, quilombolas, entre

outros, partindo de uma perspectiva de respeito à diversidade social, equidade e promoção da governabilidade participativa. Com a cidade que promove a segurança alimentar e nutricional há o vínculo direto das iniciativas de AUP com as políticas de combate à fome e de complementos alimentares e nutricionais, com relação direta ao acesso e disponibilidade dos alimentos e à forma de produção dos mesmos, a partir de uma perspectiva de combate à fome e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 11).

Santandreu e Lovo (2007) também apontam alguns dos principais desafios e potencialidades que o estudo levantou em relação à AU. Entre os desafios, destaca-se o financiamento e acesso a crédito; a falta de políticas públicas de AU; a insegurança na continuidade das ações governamentais; a dificuldade no acesso à água, seu elevado custo e a contaminação de fontes e nascentes; o acesso a sementes e mudas; o acesso a espaços urbanos com potencial produtivo; o acesso à assessoria técnica qualificada; os conflitos nas relações de grupo e de trabalho coletivos; entre outros.

Já como potencialidade, destaca-se: promoção da segurança alimentar e nutricional; geração de renda; participação social; reflexão sobre o espaço urbano; acesso à cidade; ampla participação das mulheres; construção de ambiente favoráveis a interações sociais, com destaque para o contato intergeracional; valorização de culturas e conhecimentos tradicionais; resgate da relação com a terra associado a práticas agroecológicas; promoção da autonomia e sustentabilidade para as práticas produtivas; reabilitação de ambiente urbanos poluídos e degradados; geração de conhecimentos novos a partir da prática e dos diálogos que a permeiam; entre outras. Copia-se abaixo um trecho do documento sobre a potencialidade da agricultura urbana:

A AUP é, sobretudo, a forma de resistência de um povo, em defesa de seu modo de vida, dentro de seu território. No atual contexto, a AUP resgata territórios desrespeitados, reconstrói modos de vida violados, reafirmando o ideal de autonomia da unidade familiar do campesinato. Esse modo de vida está baseado em sistemas de produção que foram sendo elaborados historicamente e culturalmente em ecossistemas específicos, por povos específicos. Assim, a AUP demanda uma perspectiva agroecológica própria, emergida da vivência desses povos e apoiada pela sociedade e poder público (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 72).

Expostas estas definições e um pouco do panorama das discussões em torno da AU, há que se pontuar que, ainda que o conceito de AU seja amplo, isso não impede categorizações e diferenciações entre as diversas práticas de AU. Para se ter uma ideia de distinções possíveis entre elas, utiliza-se a leitura proposta por McClintock (2014) e adaptada por Biazoti (2020), que caracteriza as práticas de acordo com as seguintes dimensões: (i) tipo, (ii) organização, (iii) escala de produção, (iv) função primária ou orientação, (v) forma de manejo e trabalho e (vi)

comercialização (QUADRO 1). Ressalta-se que algumas das práticas de AU se enquadram, simultaneamente, em mais de um tipo de AU, ou também tem características ambíguas que dificultam sua categorização.

QUADRO 1 - Alguns tipos de agricultura urbana

| <b>Tipo de AU</b>               | <b>Organização</b>                                      | <b>Escala de produção</b>                               | <b>Função primária ou orientação</b>                                                                                              | <b>Forma de manejo e trabalho</b>                                            | <b>Comercialização</b> |
|---------------------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Quintal produtivo (residencial) | Inexistente                                             | Canteiros, vasos e pequenas áreas                       | Produção para autoconsumo, paisagem, recreação, doação                                                                            | Individual ou doméstica                                                      | Mínima                 |
| Loteamento                      | Associação, Cooperativa ou Governamental                | Canteiros, lotes e parques                              | Produção para autoconsumo, doação, venda de excedente, segurança alimentar e nutricional                                          | Individual de cada lote, comunitária ou coletiva                             | Ocasional              |
| Guerrilha                       | Ocasional, em coletivos                                 | Canteiros, vasos e pequenas áreas                       | Ativismo, ocupação de espaços públicos, criação de paisagens comestíveis                                                          | Individual, coletiva ou comunitária                                          | Inexistente            |
| Horta comunitária               | Coletivizada, Associações ou Cooperativas               | Canteiros, lotes, estufas                               | Produção para autoconsumo, ativismo, ocupação de espaços públicos, segurança alimentar e nutricional, comunidade, venda ocasional | Coletiva ou comunitária                                                      | Ocasional              |
| Horta institucional             | Institucional ou Governamental                          | Canteiros, lotes, vasos, estufas e pequenas áreas       | Produção para autoconsumo, educação, reabilitação, capacitação e treino, venda ocasional, doação                                  | Individual, coletiva ou comunitária a partir de uma orientação institucional | Rara                   |
| Fazenda ou horta urbana         | Inexistente, Associações ou Cooperativas, Governamental | Canteiros, áreas de médias a grandes                    | Produção para autoconsumo, produção para venda, segurança alimentar e nutricional, abastecimento                                  | Individual ou coletiva                                                       | Frequente              |
| Agricultura familiar            | Inexistente, Associações ou Cooperativas                | Parcelas grandes de produção, estufas, áreas arrendadas | Produção para autoconsumo, produção para venda, abastecimento                                                                     | Individual ou familiar                                                       | Frequente              |

|                         |                                           |                                                         |                                    |                                   |        |
|-------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------|
| Empreendimento agrícola | Associações, Cooperativas ou Instituições | Parcelas grandes de produção, estufas, áreas arrendadas | Produção para venda, abastecimento | Relações capitalistas de produção | Sempre |
|-------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------|

FONTE: McClintock (2014); Biazoti (2020, p. 101-102)

Toda essa diversidade de categorias de AU e todas as possíveis combinações entre elas reflete a afirmação de Mougeot (2005) de que tanto as formas de agricultura urbana quanto as motivações que levam a elas são extremamente diversas.

Tudo isso posto, conclui-se este tópico com uma delimitação do entendimento do conceito de AU utilizado neste trabalho. Em primeiro lugar, delimita-se a qual agricultura e a qual urbano ela se refere. Em relação à agricultura, ela contempla práticas como hortas, pomares, agroflorestas e pecuária urbana, mas também práticas que não se restringem à produção de alimentos, como a compostagem, a reciclagem e o reaproveitamento da água da chuva. Além disso, mais do que as práticas, ela contempla os processos e relações socioespaciais ligados à agricultura, como por exemplo diálogos e trocas de sementes e saberes (MOUGEOT, 2000; ALMEIDA, 2016; BIAZOTI, 2020; NAGIB, 2020).

Em relação ao urbano, utiliza-se aqui os conceitos trazidos por Lefebvre (1999) e Brenner (2018), que tratam o urbano não como uma construção local ou uma espacialização geográfica delimitada somente por questões de densidade populacional ou pela malha urbana edificada, e sim como um sistema complexo, abstrato e um processo histórico. A partir dos autores, compreende-se o fenômeno urbano contemporâneo como uma consequência do modo contemporâneo de acumulação, produção e reprodução capitalista. A problemática urbana contemporânea não é a formação de uma rede de cidades globais ou uma única megalópole universal, mas a extensão desigual deste processo de destruição criativa capitalista em escala planetária.

O tecido urbano contemporâneo já se estende praticamente por todo o mundo, mas de forma não uniforme, tendo implicações socioespaciais desiguais para cada parte dele. Não se pode perder de vista nem o aspecto globalizante da dinâmica do capitalismo em seu estado atual e tão pouco as características locais resultantes da colisão dessa dinâmica com a realidade particular de cada local, devendo-se compreendê-las historicamente e caso-a-caso (LEFEBVRE, 1999; BRENNER, 2018). Assim, a análise da AU em Curitiba realizada neste trabalho, em concordância com Brenner (2018), desloca o interesse somente por sua

espacialidade (essências nominais) para a análise dos processos socioespaciais relacionados a ela (essências constitutivas).

Além disso, o urbano não se opõe ao rural, pois na contemporaneidade a presença de urbanidades no campo e de ruralidades na cidade perfurou a divisão tradicional entre cidade e campo. O processo de urbanização não pode ser compreendido mais como pontos nodais, e sim como um tecido que se estende de maneira desigual e cada vez mais densa em todo o planeta (BRENNER, 2018). Por fim, concordamos com Brenner (2018) no entendimento do urbano como um processo e como uma construção teórica. Para discuti-lo, demanda-se a compreensão de que este se define e constrói na medida em que é estudado.

Feitas estas considerações em relação à agricultura e ao urbano, a AU é compreendida neste trabalho como um conceito em movimento, construção e disputa, multiescalar, multifuncional e intersetorial, estando aberto a diferentes proposições e discussões. A AU também é uma prática socioespacial, ou seja, ela é produzida pelas relações sociais, assim como estas são alteradas pela dimensão espacial das práticas. Concordando com McClintock (2014) e Almeida (2016), não busca-se neste trabalho adotar uma definição estanque de AU, e sim abrir o leque de possibilidades de discussões relacionadas a ela, adotando-se uma visão crítica em relação a seus limites e possibilidades.

Apesar deste trabalho falar em “práticas de AU”, concordamos com Almeida (2016) no posicionamento de que não existe um “tipo padrão de agricultura urbana ou um conjunto de tipos de atividades agrícolas que podem ser agrupados em oposição a outros tipos, como “a” agricultura rural ou “a” agricultura periurbana” (ALMEIDA, 2016, p. 122). Além disso, como dito anteriormente, o entendimento de urbano utilizado neste trabalho supera sua oposição ao rural, dado que estas duas esferas já se entrelaçaram e não mais se opõem. Práticas agrícolas existentes em áreas intra urbanas, periurbanas e/ou rurais são extremamente diversas, sendo de pouca utilidade se debruçar na tentativa de delimitar limites e padronizações entre elas. Assim, quando o trabalho se refere a práticas de AU, trata dessa ampla diversidade de “agriculturas” em cenários urbanos e metropolitanos.

Por fim, utilizamos a conceituação sobre a AU construída por Luiz et al (2021) num período um pouco mais recente:

O termo Agricultura Urbana (AU) não se refere apenas à produção agrícola em espaços urbanos. São relações sociais, políticas, culturais, econômicas e ecológicas estabelecidas nos territórios urbanos e metropolitanos, que envolvem agriculturas. É uma agricultura que existe em múltiplas escalas, como hortas e quintais, pomares, agroflorestas, assentamentos metropolitanos, quilombos, comunidades indígenas e em territórios pesqueiros como atividades produtivas e de subsistência alimentar, as

quais, em sua maioria, associadas aos espaços de moradia. A AU é reivindicada, em uma diversidade de contextos, enquanto possibilidade de construção do direito à cidade e à alimentação saudável e adequada. A terra urbana é seu chão principal, e uma diversidade de sujeitos dão múltiplos sentidos à prática de AU. É por meio de uma visão sistêmica e polivalente que se propõe uma leitura sobre o que é AU (LUIZ ET AL, 2021, n.p.).

Consideramos que esta conceituação tem pontos interessantes e que convergem com o ponto de vista aqui assumido, apresentando a AU não somente como atividade ou práticas agrícolas no meio urbano, mas também como processos e relações socioespaciais. Além disso, ela também traz o caráter polivalente, contraditório e diverso do conceito AU, relacionando-a aos múltiplos sentidos dados a ela por distintos sujeitos, não limitando-a a uma definição estanque ou a um ponto de vista em particular.

Levando-se em consideração que este é um trabalho dentro do campo dos estudos urbanos e regionais, e que um de seus objetivos é identificar o potencial da AU em contribuir para um outro modelo de cidade, no tópico seguinte aprofundar-se-á na relação da AU com a produção do espaço urbano, buscando-se refletir sobre a dialética socioespacial entre estes dois processos.

### 3.2. A DIALÉTICA SOCIOESPACIAL ENTRE AGRICULTURA URBANA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CONTEMPORANEIDADE

As práticas de agricultura urbana produzem espaço(s) urbano(s). Os espaços produzidos por elas podem variar desde a escala intralote (um quintal produtivo, em vasos ou direto na terra) até a das fazendas urbanas, refletindo relações socioespaciais presentes nos mais diversos contextos urbanos.

Se considerada em relação ao processo de produção do espaço urbano, a AU se relaciona a ele de diversas maneiras, interferindo em sua produção, pois cria lugares que afetam a dinâmica socioespacial das cidades, por exemplo, aproximando produção e consumo de alimentos, reduzindo a quantidade de caminhões para transportá-los e contribuindo para a mobilidade urbana. Essas práticas também constroem a história e a identidade dos lugares em que são realizadas. Segundo Almeida (2016):

As práticas de agricultura encontradas nos territórios metropolitanos produzem espaços. Em cada tempo, em cada sociedade, em cada cidade surgem espaços cultivados, que persistem ou se transformam. Outros tantos deixam de existir. Cada espaço cultivado tem uma história que tem a ver com as pessoas daquele lugar, com suas condições socioeconômicas, com determinada localização geográfica e suas características ambientais, mas também é produto da interação com outros lugares.

Simultaneamente, a história dessas práticas faz parte de um tempo e de um espaço marcado por determinações mais amplas e por valores que orientam as relações entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza. (ALMEIDA, 2016, p. 177).

Por serem práticas sociais que se realizam no espaço urbano, as diversas formas de AU acabam afetando e sendo afetada por outros processos que incidem sobre ele. Historicamente, a produção do espaço urbano na ordem capitalista empurrou as áreas de agricultura para suas periferias/bordas tanto na escala global, onde as áreas de uso agrícola foram destinadas aos países do sul global ou do capitalismo periférico, quanto na escala local, onde essas áreas passaram a ocupar áreas periurbanas e rurais.

Isso se deve a alguns fatores. O primeiro deles, de ordem econômica, é que a atividade agrícola - uma atividade primária - é menos valorizada dentro da economia global em comparação com as atividades industriais e o setor de serviços, a despeito do fato de que, sem alimento, os seres humanos morrem. O uso da terra é determinado pelo seu maior e melhor uso, e nos países do capitalismo central ou nos grandes centros urbanos, esse uso via de regra não é o agrícola, pois demanda grandes extensões de terra para produzir uma riqueza comparativamente muito inferior ao que setores como os de tecnologia ou o imobiliário produziram nesta mesma área (SMOLKA, 2021).

Na escala urbana, à medida que uma cidade cresce, essa diferença na extração de renda da terra fica cada vez mais forte: o fato de as pessoas quererem morar perto das outras, mas também perto de trabalho, comércio e serviços, faz com que elas estejam dispostas a pagar grandes quantias de dinheiro por essas localizações, o que eleva o preço da terra de tal maneira que inviabiliza qualquer tipo de atividade agrícola, que tendem a obter comparativamente um lucro muito maior em áreas rurais, mesmo levando-se em conta o maior custo de transporte (ABRAMO, 2001).

O segundo fator, de ordem legal, está relacionado às legislações, normativas e políticas públicas de cada lugar, que em muitos casos excluíram o uso agrícola dos centros urbanos de maneira direta - via proibições do plano diretor, lei de zoneamento e de outras leis - e indireta - por conta de falhas na burocracia de acesso a políticas públicas.

Por exemplo, para um agricultor urbano acessar créditos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ele precisa do documento de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), e para conseguir o DAP, ele precisa, entre outras coisas, ter renda familiar proveniente da exploração de parcela de terra que seja igual ou superior àquela oriunda de outras fontes (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, 2023), o que é difícil de ocorrer no meio urbano, e ter, no

mínimo, metade da força de trabalho familiar envolvida no mesmo processo produtivo agrícola e de geração de renda. Além disso, “o entendimento de que somente são considerados agricultores familiares aqueles que exercem suas atividades no meio rural, dada pela Lei Federal 11.326/2006 64, ainda é predominante entre as instituições emissoras do documento” (OLIVEIRA, 2021, p. 86), o que faz com que agricultores familiares urbanos tenham dificuldade no acesso ao financiamento de sua atividade.

O terceiro fator, de ordem social e cultural, está relacionado ao fato de existir uma desvalorização do trabalho braçal - o que inclui grande parte da atividade agrícola - em comparação ao trabalho intelectual. No discurso hegemônico, “ser alguém na vida” é ser um médico, um advogado ou um engenheiro, nunca um agricultor. E, se trabalhar com a atividade agrícola, que seja para ser um empreendedor, um fazendeiro, um dos Grandes do Agronegócio, nunca um agricultor.

Essa desvalorização no campo da cultura contribui para agravar o drama da sucessão geracional na agricultura familiar do Brasil, processo em que filhas e filhos de agricultores migram para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades de acesso a empregos, renda, serviços e educação (KISCHENER ET AL, 2015) e devido à falta de políticas públicas efetivas que viabilizem sua permanência no campo (SANTOS; ARAÚJO, 2020), não dando continuidade ao trabalho dos pais e tornando suas terras improdutivas ou abandonadas.

Apesar de tudo isso, a prática agrícola resistiu e se mantém presente nas áreas urbanas, configurando-se em tipos e escalas de agricultura das mais diversas. Isso não aconteceu por acaso, e tem relação com as contradições inerentes ao capitalismo, que são agravadas dentro da atual racionalidade hegemônica dentro do capitalismo: a neoliberal.

O padrão de produção do espaço urbano neoliberal é global e globalizante, afetando todo o planeta. A lógica neoliberal tem como características a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso, o individualismo, a competição, o consumismo e a mercantilização de todas as esferas da vida, o que leva à construção da cidade-mercadoria. Como exposto por Pirez (2018):

*La tendencia a la mercantilización universal incluyó a la urbanización. En tanto mercancías, los componentes de la urbanización (suelo, vivienda, infraestructuras, etc.) resultan organizados por una lógica estructural de obtención de ganancia: se producen para satisfacer la necesidad de individuos o familias de asentarse de manera urbana (bien de uso) siempre y cuando su introducción en el mercado, como bienes de cambio, permita obtener la cantidad monetaria suficiente para realizar el circuito de la acumulación. Por lo mismo, la población (fuerza de trabajo o no) depende de su capacidad monetaria (solvencia) para acceder a la urbanización, así como a los demás medios necesarios para su reproducción (PIREZ, 2018, p. 47).*

Além disso, como colocado por Rolnik (2015), essa lógica é fundada no princípio jurídico da propriedade privada e, segundo Rufino et al (2021), vem passando pelo processo de centralização do capital e metropolização do espaço, resultante da fusão entre capital financeiro e imobiliário a nível global, que leva à era do capitalismo financeiro, marcada pela aliança finanças-imobiliário-infraestrutura (FERRARA ET AL, 2018).

Segundo Cobos (2014), ainda que seja global, o padrão neoliberal de produção do espaço urbano não homogeneiza as formas urbanas, e sim as diferencia. Assim, o espaço urbano nas cidades latino-americanas têm características distintas dos países do capitalismo central, o que faz com que muitas das contradições e desigualdades inerentes ao capitalismo sejam agravadas (PIREZ, 2018), levando a cidades caracterizadas por elevada desigualdade e segregação socioespacial, pobreza urbana, informalidade, violência, centralidade do automóvel, cercamentos e restrições ao uso dos espaços, degradação ambiental e insegurança alimentar (COBOS, 2014; ROLNIK, 2015).

Em meio a isso, uma parcela da população é impedida de acessar de maneira mercantil alguns bens básicos, como moradia e alimento, o que leva, como exposto por Pirez (2018), à existência de “práticas sociais de consumo” para acessar estes bens, em uma grande heterogeneidade de situações. Isso pode ser visto nas práticas de AU de maneira análoga ao que Pirez (2018) apresenta em relação à habitação: desde a produção por necessidade, destinada ao autoconsumo do alimento, até a produção mercantil simples, destinada ao comércio local e à geração/complementação da renda familiar.

Essas práticas sociais de consumo vêm aumentando em função da crescente desigualdade social e concentração de renda a nível global (consequência da lógica neoliberal) e também das consequências das crises política, econômica, ambiental e de covid-19 dos últimos anos. Como apontado pelo Relatório “*The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*” (FAO ET AL, 2022), em 2021, 828 milhões de pessoas passavam fome no mundo e 2,3 bilhões sofriam de algum grau de insegurança alimentar.

Assim, as características do espaço urbano latino-americano produzido pela lógica neoliberal influenciam de maneira direta e indireta nas práticas de AU, e acabam servindo como forças motrizes que vêm acelerando seu aumento nos últimos anos por distintos agentes sociais. Uma dessas forças motrizes é a fome e a pobreza urbana, que leva indivíduos e coletivos a iniciarem suas hortas como forma de viabilizar seu acesso ao alimento ou de gerar renda. Se, por um lado, a agricultura como valor de troca não é uma atividade lucrativa no meio urbano, o alimento como valor de uso é essencial.

Outro fator que relaciona o aumento das práticas de AU contemporâneas ao processo de produção neoliberal do espaço urbano é a já mencionada questão ambiental. O sistema capitalista e a lógica neoliberal vem destruindo o meio-ambiente em uma escala sem precedentes, o que tem colocado em risco a própria dinâmica de reprodução capitalista (ACSELRAD, 2010).

Essa situação levou ao surgimento do conceito de sustentabilidade e à uma busca cada vez maior da sociedade por práticas relacionadas a ele, sendo a AU uma delas. A AU pode produzir alimentos orgânicos livres de agrotóxicos, contribuir com o equilíbrio ecológico e aproximar a produção do consumo de alimentos, reduzindo a poluição e as perdas relacionadas ao transporte e estocagem destes. A AU também pode estar aliada à compostagem de resíduos e servir como refúgio de biodiversidade, atraindo abelhas nativas e outros animais, podendo estar aliada à produção de árvores frutíferas e/ou nativas, como acontece nas agroflorestas urbanas.

Além disso, muitas pessoas têm construído suas hortas por motivos de saúde, terapia e bem-estar, buscando ter uma alimentação saudável e retomar o contato com a terra e a natureza, perdido em muitos dos espaços urbanos capitalistas (LUIZ ET AL, 2021). A busca pelas práticas de AU também pode ser motivada por uma tentativa de retorno às raízes rurais de muitas pessoas, entrando no campo da cultura, da tradição e da identidade - também fortemente afetadas pelo que Brenner (2018) chama de processo de destruição criativa em escala planetária do fenômeno urbano contemporâneo -, ou mesmo pela busca por lazer e socialização: muitas hortas comunitárias são também espaços de feiras, eventos, arte, oficinas e trocas de experiências, saberes e sementes. Tudo isso fortalece a ideia da sustentabilidade por trás da prática de AU.

Por fim, o aumento das práticas de AU também está relacionado ao próprio enfrentamento da lógica neoliberal da cidade-mercadoria: sujeitos insatisfeitos e revoltados com as contradições e desigualdades do espaço urbano neoliberal iniciam práticas de AU como uma forma de ativismo, constituindo uma produção contra-hegemônica do espaço urbano (NAGIB, 2020; LUIZ ET AL, 2021). Iniciativas desse tipo, como a jardinagem de guerrilha ou a jardinagem libertária, têm se espalhado por todo o mundo, reivindicando o direito à cidade em uma perspectiva mais ampla, não só o de acessá-la, mas também de construí-la, geri-la e transformá-la.

Essas práticas se contrapõem à lógica da cidade-mercadoria, mostrando que é possível produzir “de graça” dentro do meio urbano e a partir de recursos naturais disponíveis nele. A AU ativista também subverte a lógica da propriedade privada quando é praticada em recuos de

lotes e terrenos ociosos que não cumprem sua função social, oferecendo à população que presencia estas práticas uma reflexão pedagógica: a de que é possível produzir e/ou consumir alimentos orgânicos e saudáveis dentro das cidades sem a necessidade de uma propriedade privada ou de um salário elevado.

Assim, de maneira similar ao que Trindade (2017) aponta em relação às ocupações em áreas centrais, essas práticas problematizam questões dadas como inquestionáveis, mostrando “à sociedade que existem outros projetos e concepções sobre a cidade que vão além da perspectiva empresarial ou mercadológica” (TRINDADE, 2017, p. 171).

Portanto, existe uma relação dialética entre as práticas de AU e a produção do espaço urbano na contemporaneidade: as práticas são afetadas pelas contradições da produção hegemônica do espaço urbano neoliberal, sendo eliminadas e simultaneamente resistindo e sendo catalisadas por elas, afetando esta produção por meio da criação de novas dinâmicas e espaços urbanos.

O aumento das práticas de AU nos últimos anos é evidenciado por inúmeros fatores e motivações que não cabe aprofundar neste trabalho, bastando apontar para pesquisas que já vem mostrando isso a nível global, com o aumento da produção acadêmica sobre o tema (YAN ET AL, 2022) e a nível local, com o aumento de hortas, notícias, investimentos e políticas públicas relacionadas ao tema em Curitiba (SORRENTINO; MAZIVIERO, 2022). Quanto mais as práticas de AU aumentam, mais práticas acabam surgindo, potencializadas pela grande circulação de informação e visibilidade possibilitadas pela internet e redes sociais, tornando a AU um conceito e uma prática cada vez mais presente nos discursos e práticas de distintos atores e na sociedade em geral.

Esse aumento de visibilidade desperta o interesse do mercado sobre o tema. Se, em um primeiro momento, a atividade agrícola foi empurrada para as bordas das cidades pela dinâmica do mercado, no segundo momento esse mesmo mercado passou a trazer essa prática para áreas centrais, não tanto pelo interesse no valor da mercadoria alimento, mas pelo interesse no valor simbólico atrelado à AU.

Dessa forma, o mercado busca capturar a imagem da AU para capitalizá-la, sem que ela afronte a lógica da cidade mercadoria. Isso leva ao surgimento de uma nova força motriz para o aumento das práticas de AU, que é o da sua imagem “*cool*” e sustentável, a qual o mercado utiliza, por exemplo, a partir da inserção de hortas em grandes empreendimentos imobiliários e shoppings centers, como apresentado por Jayo e Caldas (2019). Como colocado por Ferrara et al (2018, p. 98), “a natureza como propriedade privada, como título jurídico de

uma parcela do planeta, pode ser mobilizada pelo capital financeiro e, portanto, pode ser produzida em qualquer lugar - se torna móvel”.

Isso evidencia o exposto no tópico anterior, de que a AU pode existir harmonicamente dentro da lógica hegemônica, evidenciando que ela sozinha não significa uma ruptura com a lógica neoliberal, ou seja, não enfrenta necessariamente a lógica excludente da cidade mercadoria. Isso reforça o que é colocado por Darly e McClintock (2017), que apontam que muitas das pesquisas realizadas sobre a AU nos EUA e na Europa têm aderência ao ideário neoliberal.

Assim, a condução da narrativa sobre a AU é disputada por diferentes agentes sociais ligados tanto à produção hegemônica quanto à contra-hegemônica do espaço urbano. Do lado da produção hegemônica, grupos como os ecocapitalistas buscam utilizar a AU para garantir as condições materiais para a própria sobrevivência do capitalismo e para criar mais uma mercadoria sustentável para obtenção de lucro. Já do lado da produção contra-hegemônica, grupos como os ecologistas políticos utilizam a AU como uma forma de emancipação do sistema e promoção de justiça socioambiental.

Tendo tudo isso em vista, fica evidente a relevância das práticas de AU dentro da dialética socioespacial urbana, sendo portanto de grande importância que profissionais ligados à área do planejamento urbano fiquem atentos a elas e busquem incorporá-las em suas práticas. Entretanto, historicamente - e mesmo nos dias de hoje - isso ainda é uma realidade distante da maioria das discussões e ações de planejadores urbanos em todo o mundo.

No próximo tópico, buscar-se-á mostrar por quais motivos isso acontece e algumas possibilidades para se superar esse panorama.

### 3.3. AU, SISTEMAS ALIMENTARES E PLANEJAMENTO URBANO: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

Nos últimos anos, o campo do planejamento urbano tem constatado de maneira crescente a importância de considerar a questão alimentar dentro de seu escopo de trabalho, principalmente devido ao contexto global de sucessivas crises, apresentado no capítulo anterior. No Brasil, as crises desse período contribuíram para o agravamento da insegurança alimentar: segundo pesquisa desenvolvida pela Rede PENSSAN (2022), em 2021, 33,1 milhões de brasileiros não têm o que comer e 58,7% da população está enfrentando algum grau de insegurança alimentar e nutricional.

A grande maioria desta população vive em áreas urbanas, totalizando mais de 27 milhões de pessoas passando fome e 105 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar dentro das cidades. Isso evidencia a vulnerabilidade e fragilidade das cidades frente à questão da segurança alimentar e nutricional e a relevância deste tema para nosso tempo. Nesse cenário, a agricultura urbana surge como uma alternativa potente no enfrentamento a essas questões.

A agricultura urbana impacta diretamente na resiliência das cidades para enfrentar crises econômicas, de abastecimento e de insegurança alimentar e nutricional, que nos últimos anos parecem ser cada vez mais frequentes (greve dos caminhoneiros de 2017 e 2021, pandemia de Covid-19, alta inflação no preço dos alimentos, safras comprometidas devido às mudanças climáticas, etc).

Outrossim, a AU pode gerar impactos econômicos (geração de renda, economia solidária, economia circular), sociais (criação/fortalecimento de redes de vizinhança/comunitárias, terapia, saúde e bem-estar, engajamento político), ambientais (conservação de áreas verdes e da biodiversidade, drenagem urbana, produção agroecológica) e culturais (recuperação e valorização de saberes do campo), de enorme relevância e indispensáveis de serem considerados pelos planejadores urbanos (BIAZOTI, 2020).

Junto à agricultura urbana, outro tema que merece especial atenção do campo do planejamento urbano é o dos sistemas alimentares. Por sistema alimentar, entende-se toda a rede de produção, colheita, distribuição, consumo e destinação dos resíduos do alimento. A espacialidade ocupada por esse sistema tem impacto direto nas cidades, em seu uso do solo, sistema viário e de mobilidade, nos investimentos públicos, na paisagem e no equilíbrio ambiental de modo geral. As práticas de AU integram o sistema alimentar das cidades de maneira complementar às práticas de agricultura no meio rural.

Autores como Cabannes e Marocchino (2018), Lima e Gadens (2019), Lima (2022) e Turmena (2016) argumentam sobre a necessidade de o planejamento urbano integrar o sistema alimentar e a agricultura urbana à sua prática, da mesma forma que pensa no sistema de drenagem urbana, no sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, na coleta do lixo, na rede de energia elétrica e na rede de transporte público. Jarlov (2001) afirma que “A destinação de terras para a produção de alimentos deve ser parte importante da infraestrutura e tão importante para o planejamento de uma cidade como o seu sistema de transporte” (JARLOV, 2001, p. 20).

Além disso, a Fundação RUAF (2022), referência nos temas dos sistemas alimentares e da agricultura urbana a nível global, considerou em uma publicação de julho de 2022 que o

planejamento urbano é uma das cinco principais áreas a serem focadas dentro dos sistemas alimentares para a próxima década.

O planejamento e a organização dos sistemas alimentares, assim como a AU, impacta diretamente na resiliência das cidades para enfrentar crises econômicas, sociais e ambientais, garantindo o abastecimento e a segurança alimentar e nutricional de seus habitantes (RUAF, 2015b).

Ainda que seja indispensável à vida e à sustentabilidade das cidades, a prática agrícola foi durante muito tempo uma “estranha” ao campo do planejamento urbano (POTHUKUCHI; KAUFMAN, 2000), pois era considerada como uma questão rural, tratada de maneira antagônica dentro da separação rural/urbano e, portanto, fora do campo de trabalho de profissionais da área do urbano. Entretanto, essa dicotomia entre rural e urbano tem se mostrado cada vez menos delimitada, havendo diversas sobreposições e interdependências entre essas duas esferas. Como exposto no primeiro tópico deste capítulo, o fenômeno urbano atual perfurou a separação entre urbano e rural, existindo cada vez mais urbanidades do rural e ruralidades no urbano (BRENNER, 2018).

Assim, é notável a ausência da questão agrícola tanto nos planos criados por planejadores urbanos quanto nas aulas de planejamento urbano. Ao contrário de áreas consagradas como habitação e mobilidade, a questão alimentar costuma não receber a atenção necessária por parte do planejamento urbano e da legislação urbanística.

Essa situação contribuiu historicamente para a dificuldade em se trazer a discussão do sistema alimentar e da agricultura urbana para dentro da política urbana, fazendo com que o uso do solo agrícola fosse desincentivado e muitas vezes proibido por legislações urbanísticas, como Planos Diretores e leis de Zoneamento. Geralmente, esse uso só era permitido ou permissível na zona rural e em regiões de menor interesse do mercado imobiliário, mas nunca dentro de uma estratégia que levasse em consideração o sistema alimentar regional e o cálculo da área de produção necessária para garantir a segurança alimentar da população municipal.

Esse panorama começou a mudar nas duas últimas décadas, o que pode ser percebido pelo número crescente de legislações urbanísticas que permitem e também incentivam o uso do solo agrícola em áreas urbanas, como em Havana, Londres, Toronto e Belo Horizonte (LIMA, 2022). Além disso, eventos como a pandemia de covid-19, a Guerra da Ucrânia, a inflação elevada dos alimentos e os sucessivos desastres ambientais contribuíram para catalisar essas mudanças, evidenciando cada vez mais a necessária aproximação da questão alimentar ao campo do planejamento urbano, dado que a oferta segura e adequada de alimentos para a população urbana impacta diretamente na saúde e na sustentabilidade das cidades.

Como colocado por RUAF (2015b):

[...] as cidades estão começando a ver o alimento como um vetor para outras políticas urbanas sustentáveis. A comida está diretamente relacionada com outros domínios urbanos, incluindo os transportes (uma grande parte do transporte da cidade está relacionada com a oferta e consumo de alimentos); saúde (desnutrição, obesidade, alimentação escolar); uso da terra (planejamento para áreas agrícolas e multifuncionais); desenvolvimento comunitário e revitalização; geração de empregos (na produção, processamento e comercialização de alimentos); gestão de resíduos (uso produtivo das águas residuais e dos resíduos alimentares); e adaptação à mudança climática e redução do risco de desastres (por exemplo, onde a produção de alimentos local reduz a vulnerabilidade a perturbações na oferta de alimentos induzidas pelo clima, crises etc.) (RUAF, 2015b, p.3).

No cenário internacional, a aproximação do campo do planejamento urbano com a questão alimentar teve alguns marcos nos últimos anos, entre eles, destaca-se o Pacto de Milão (MUFPP, 2015), o Acordo de Paris (ONU, 2015), a publicação *Integrating Food into Urban Planning* (CABANNES; MAROCCHINO, 2018), o marco da *Food and Agriculture Organization* (FAO) para a Agenda Alimentar Urbana (FAO, 2020) e a Nova Agenda Urbana (ONU, 2017). Esta última foi resultado da Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em 2016, em Quito, Equador, e traz entre os compromissos firmados por Chefes de Estado e de Governo, Ministros, Ministras e Representantes de Alto Nível, o seguinte:

Promoveremos a integração da segurança alimentar e das necessidades nutricionais dos moradores das cidades, particularmente da população afetada pela pobreza urbana, no planejamento urbano e territorial para erradicar a fome e a desnutrição. Promoveremos a coordenação de políticas de agricultura e de segurança alimentar sustentáveis por todas as áreas urbanas, periurbanas e rurais para facilitar a produção, a armazenagem, o transporte e a comercialização de alimentos para os consumidores de maneira adequada e acessível para reduzir as perdas de alimentos, prevenir e Nova Agenda Urbana Surabaia, Indonésia 32 reutilizar resíduos alimentares. Promoveremos, ainda, a coordenação das políticas alimentares com as políticas de energia, água, saúde, transporte e gestão de resíduos, manteremos a diversidade genética das sementes e reduziremos o uso de produtos químicos perigosos, e implementaremos outras políticas em áreas urbanas para maximizar a eficiência e minimizar o desperdício. (ONU, 2017, p. 30).

Estes documentos demonstram a crescente preocupação que agentes alinhados com a racionalidade hegemônica estão tendo com a questão alimentar a nível global e com sua incorporação à agenda urbana. Isso não acontece por acaso: historicamente, grandes revoluções, como a Revolução Francesa, ocorreram justamente no momento em que grande parcela da população passava fome. Ora, se o sistema político-econômico vigente não é capaz de garantir nem mesmo a alimentação da população, motivos não faltam para indivíduos famintos

enfrentarem o medo da repressão e partirem para o tudo ou nada. Além disso, qual a credibilidade que um sistema político-econômico tem quando não consegue garantir nem as condições básicas de sobrevivência para parcelas cada vez maiores da população?

Como exposto no capítulo anterior, as discussões em torno da ideia de escassez e de crise ambiental passam em grande parte pela preocupação do sistema hegemônico em manter suas condições materiais de produção e reprodução. No momento que estas condições são ameaçadas por fatores como a crescente insegurança alimentar ou os impactos devastadores das mudanças climáticas, urge uma maior atenção à questão ambiental por parte dos agentes hegemônicos.

Dito isso, no cenário nacional o já citado Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção, de Santandreu e Lovo (2007), apontava entre os desafios enfrentados pela AU uma série de nexos com a questão do planejamento urbano e do uso do solo, como por exemplo:

A disponibilização e o acesso aos espaços urbanos com potencial produtivo para a AUP são desafios que necessitam enfrentar questões-chaves do modelo de desenvolvimento brasileiro, primeiro, pautado na propriedade dos recursos naturais por poucos, e a propriedade da terra é o forte exemplo de apropriação desses recursos, e, em segundo, pautado pela urbanização para subsidiar a industrialização da economia que gera pressões sobre as estruturas urbanas, como especulação imobiliária, crescimento desordenado e necessidade de infraestrutura, afetando diretamente o **planejamento do espaço urbano** que geralmente não considera as potencialidades das atividades de AUP. Fazer a identificação de espaços e caracterizá-los no plano diretor do município é o desafio que, se enfrentado, pode viabilizar uma tipologia nacional para a AUP (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 67).

Já como potencialidade da AU ligada à questão urbana, os autores apontam:

A constatação da existência de espaços ociosos nas cidades, tanto naquelas de grande como nas de médio e pequeno porte, é um estímulo e indicador do grande potencial para a AUP. No Brasil a disponibilidade de espaços se soma às boas condições ambientais para a produção, geralmente tratando-se de solos com boa fertilidade. Esta situação nos coloca diante da possibilidade de rever alguns parâmetros voltados para a orientação do **planejamento urbano**. Destacamos os assentamentos realizados em espaços metropolitanos, como experiências na Região Metropolitana de Porto Alegre e Belo Horizonte, os chamados assentamentos rururbanos, e também vilas com dimensões de lotes que possibilitam áreas de produção nos seus quintais. Cada vez mais parece viável e recomendável associar a cidade à produção de alimentos, com base nos princípios da produção familiar que dialoga sem dificuldades com essa possibilidade, fazendo a AUP uma estratégia de geração de trabalho e renda. [...] Dessa forma a AUP tem o grande potencial de promover a reflexão sobre o conceito da cidade, nos fazendo pensar sobre a função social da propriedade, reconhecida e garantida no Estatuto das Cidades, assim como reconhecer e valorizar a diversidade cultural do Brasil, de maneira a ver que é possível a promoção de uma cidade inclusiva e plural, que promova a equidade em todos os sentidos de forma a diminuir ou eliminar as injustiças socioambientais (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 71-72).

Esses nexos reforçam a defesa de que a AU e os sistemas alimentares não só podem como devem ser uma preocupação da política urbana e do planejamento urbano nas cidades de todo o mundo. Entretanto, cabe destacar que:

A aproximação da temática da agricultura urbana à agenda da sustentabilidade e do planejamento urbano demanda atenção, pois pode facilmente representar mais um discurso que oferece respostas consensuais e soluções técnicas aos problemas urbanos e se articula ao receituário da economia verde e da modernização ecológica para a gestão das cidades sustentáveis. Como argumenta OLIVEIRA, “em nome do consenso, diferentes projetos de cidade podem se encaixar na pauta da sustentabilidade”, mas “o discurso prevalecente nos documentos das agências multilaterais sugere que a inclusão da sustentabilidade na agenda urbana responde em parte a estratégias de legitimação das cidades em competição por investimentos e inserção na economia globalizada” (2001, p:199). (ALMEIDA; COSTA, 2014, p. 11).

Assim, vale destacar que, ainda que a abordagem dos temas da AU e dos sistemas alimentares seja necessária ao campo do planejamento urbano, é importante que ela não fique somente no plano do discurso e também que não fique restrita apenas à lógica econômica referente ao alimento, deixando de lado questões subjetivas e de “outras culturas da terra” que não enxergam o alimento e a natureza dentro de uma relação utilitarista.

Essa crítica deve ser feita também em cima de conceitos correlatos que já viraram “chavões” dentro das discussões relacionadas à sustentabilidade dos sistemas alimentares e da AU - e à própria ideia de sustentabilidade -, como os serviços ecossistêmicos e os créditos de carbono: ainda que sejam um passo importante dentro do reconhecimento da essencialidade da natureza para a vida humana, ainda representam uma leitura pela lente da razão instrumentalista, utilitarista e capitalista, não sendo suficiente para superar efetivamente as verdadeiras contradições do modo de vida/cultura da terra capitalista hegemônica, contradições estas que estão na raiz das crises de nosso tempo.

Dessa forma, é preciso lutar não apenas pela inserção da questão alimentar dentro dos debates no campo do planejamento urbano, mas também pela qualificação desses debates a partir de um olhar crítico sobre as diferentes cosmovisões e significados atribuídos à natureza, ao alimento/cultura alimentar, à prática agrícola, às ruralidades no meio urbano, entre outras coisas.

Tudo isso posto, buscou-se evidenciar que os temas da AU e dos sistemas alimentares vêm ganhando espaço dentro do campo do planejamento urbano, superando a dicotomia entre urbano e rural. Ainda assim, o próximo item mostra que existe uma longa caminhada pela frente.

### 3.3.1. Agricultura urbana e sistemas alimentares na política urbana brasileira

Mesmo com o crescimento da discussão sobre a questão alimentar no campo do planejamento urbano, com avanços importantes nesse debate, isso ainda não se reflete em algumas das principais legislações referentes à política urbana brasileira, que ainda são bastante tímidas nesse sentido.

O direito à alimentação está entre os direitos sociais estabelecidos no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Além disso, seu Artigo 182 diz que “A política de desenvolvimento urbano [...] tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988, n.p.). Pode-se inferir que, para garantir o bem-estar de seus habitantes, é necessário a garantia de seus direitos sociais, entre eles, o da alimentação.

Em 2001, o Estatuto da Cidade foi criado para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana (BRASIL, 2001). O Estatuto pontua que o Plano Diretor - instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana - deverá englobar o território do Município como um todo, incluindo sua área urbana e rural. O Estatuto também afirma que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, tendo como uma de suas diretrizes gerais a “integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência” (BRASIL, 2001, n.p.). Esses dois incisos reforçam a necessidade de se pensar o urbano e o rural de maneira integrada dentro da política urbana.

Apesar disso, o Estatuto não faz nenhuma menção ao tema da AU ou dos sistemas alimentares, nem mesmo aponta instrumentos que a política urbana possa utilizar para integrar o urbano e o rural. Lemos et al (2015) faz uma sugestão de alguns incisos no corpo das leis para mudar esse panorama. Entre eles, a inclusão no Estatuto da Cidade de um zoneamento agrícola como instrumento disponível para a política urbana e a delimitação de áreas urbanas com potencial para produção de alimentos, especificadas por meio da definição de zonas especiais com esta finalidade.

Mais recentemente, em 2015, quando o debate sobre agricultura urbana já ganhava corpo no cenário nacional e internacional, foi criado o Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015), que junto com o Estatuto da Cidade deveria ser um dos principais norteadores da política urbana do Brasil. Entretanto, ainda que a agricultura urbana e a questão alimentar tenham uma

relevância ainda maior para a escala metropolitana, a lei não traz nenhuma referência a essas questões.

Para além destas duas leis, está atualmente em curso o processo de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Até agora, foi criada uma versão preliminar dos Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS), que deverão servir de “faróis” para nortear a política urbana dos municípios brasileiros (MDR, 2021). Entretanto, nenhum dos ODUS faz menção aos temas “sistemas alimentares”, “agricultura” e “segurança alimentar”.

Esse panorama evidencia a contradição entre, por um lado, o discurso que defende o desenvolvimento sustentável e a construção de cidades sustentáveis, resilientes e inteligente (*smart cities*), presente nos Estatutos citados e mais recentemente na elaboração da PNDU e, por outro, a incorporação insuficiente da questão alimentar na política urbana/normativa urbanística nacional. Não se pode falar em cidades sustentáveis se estas não garantem a segurança alimentar e nutricional de seus habitantes.

O capítulo seguinte mostrará, entre outras coisas, que os cenários no Paraná e em Curitiba em pouco se diferenciam da realidade nacional quanto à inserção da questão alimentar dentro da política urbana. Antes disso, o próximo tópico apresenta algumas possibilidades de superação desta realidade.

### 3.3.2. Algumas possibilidades de aproximação

Agora, o que o campo do planejamento urbano pode fazer para trazer o tema da AU - e outros correlatos, como o dos sistemas alimentares - para dentro de sua prática e contribuir para a construção de cidades efetivamente mais sustentáveis, resilientes, democráticas e socioambientalmente justas? Abaixo estão listadas algumas possibilidades dessa inserção dentro do escopo de trabalho de planejadoras e planejadores urbanos, que tem como referência os trabalhos de Cabannes e Marocchino (2018), de Lima (2022) e de Mesquita (2019):

#### Plano Diretor, Zoneamento e Uso do Solo:

- Delimitar zonas agrícolas para conservar práticas existentes ou para garantir estoques de terra para este tipo de uso (ex: cinturões verdes);
- Incentivar comércios de alimentos saudáveis e acessíveis em áreas estratégicas (ex: desertos alimentares), bem como para frear a implantação de estabelecimentos que vendam alimentos considerados como não saudáveis,

como é o caso de Londres, que restringiu a abertura deste tipo de estabelecimento a um raio de 400m de escolas de ensino fundamental e médio;

- Criar incentivos ao plantio de hortaliças em espaços públicos, como parques, recuos de calçadas e canteiros urbanos, ou à construção de telhados verdes em novos empreendimentos.

#### Infraestrutura Urbana e Logística:

- Utilizar áreas de hortas junto a parques para contenção de enchentes;
- Utilizar espécies frutíferas não invasoras na arborização urbana do município;
- Garantir e facilitar o acesso a equipamentos de segurança alimentar e nutricional por meio de transporte público, calçadas e iluminação urbana de qualidade.

#### Equipamentos Urbanos, Desenho Urbano e Paisagem Urbana:

- Buscar uma abordagem multifuncional para os projetos de equipamentos urbanos (escolas, terminais, CREAs, etc) e de espaços públicos (praças, parques e ruas), de modo a incorporar a eles áreas destinadas a hortas comunitárias, espaços de compostagem, etc., contribuindo para a construção de um sistema alimentar resiliente e multi escalar;
- Desenvolver projetos multifuncionais para equipamentos de SAN (ex: hortas, sacolões, armazéns, mercados e feiras), implantando-os em regiões estratégicas, que podem ser definidas por meio de pesquisas para identificar desertos alimentares;
- Promover uma vida ativa fisicamente por meio do estímulo à caminhabilidade (que passa pelo projeto de calçadas de alta qualidade) e do planejamento e desenvolvimento de espaços públicos verdes seguros e acessíveis;
- Planejar e projetar paisagens urbanas buscando criar paisagens comestíveis (*Foodscaping*) ou Paisagens Urbanas Produtivas Contínuas (*Continuous Productive Urban Landscapes - CPUL*) (MESQUITA, 2019).

#### Políticas econômicas associadas ao planejamento urbano:

- O município pode fornecer insumos, treinamentos e suporte para apoiar a abertura e manutenção de hortas comunitárias e pomares;

- Também pode fornecer espaços públicos para realização de feiras com venda de alimentos saudáveis, diminuindo ou mesmo zerando o custo para retirada de alvarás deste tipo de comércio.

Para além destas possibilidades, deve-se frisar a importância de o campo do planejamento urbano ir além da simples elaboração de instrumentos de caráter regulatório ou da implantação de equipamentos e infraestruturas, buscando construir processos de planejamento urbano para discutir a temática da AU e dos sistemas alimentares que sejam efetivamente participativos, configurando um planejamento de baixo pra cima.

Nesse sentido, é essencial que esses processos estejam abertos à construção de propostas, planos e ações criativas, que não se restrinjam ao que já está dado, pensando soluções “fora da caixa”, por exemplo, apoiando a elaboração de estratégias e instrumentos de política urbana que fomentem e apoiem iniciativas coletivas de AU, explorando seu potencial contra-hegemônico na construção de outras culturas da terra. Os trabalhos de Randolph (2007), Miraftab (2016) e Vainer et al (2016) sobre formas de planejamento urbano contra-hegemônico são exemplos que podem servir de inspiração para a construção de processos deste tipo.

#### 4. AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA - ATIVISMO, POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO

*Penso muito na música “Refazenda”, do Gilberto Gil, naqueles versos que dizem “Abacateiro acataremos teu ato/Nós também somos do mato como o pato e o leão”. O tempo passou, as pessoas se concentraram em metrópoles, e o planeta virou um paliteiro. Mas, agora, de dentro do concreto, surge essa utopia de transformar o cemitério urbano em vida. A agrofloresta e a permacultura mostram aos povos da floresta que existem pessoas nas cidades viabilizando novas alianças, sem aquela ideia de campo de um lado e cidade do outro, mas de humanidade.*

(KRENAK, 2020)

Neste capítulo, recupera-se o histórico da AU em Curitiba nos últimos anos, dando destaque para alguns de seus principais acontecimentos e mostrando seus impactos na política e no planejamento urbano municipal.

Para isso, inicia-se com o tópico **“A luta das hortelãs e dos hortelões de Curitiba em 2017”**, que conta sobre a luta das hortelãs e hortelões de Curitiba iniciada em 2017, que começou como um protesto contra as multas recebidas por duas hortas localizadas em espaços públicos, e que culminou na anulação das multas e na criação da Lei Municipal de Agricultura Urbana.

Em seguida, o tópico **“AU na política e no planejamento urbano curitibano”** apresenta informações que dimensionam o crescimento da pauta da AU na cena política do município, especialmente dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), com destaque para as mudanças dentro do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Municipal de Curitiba (IPPUC).

Por fim, o tópico **“AU em Curitiba - ativismo, política pública e city marketing”** recupera um pouco do histórico dos dois principais agentes envolvidos com a agricultura urbana em Curitiba: os movimentos ativistas ligados à causa da AU e a PMC, para a partir disso trazer uma reflexão sobre o atual panorama da AU no município.

##### 4.1. A LUTA DAS HORTELÃS E DOS HORTELÕES DE CURITIBA EM 2017

Curitiba é um município que conta com uma tradição de décadas de práticas espontâneas e institucionais - Programa Lavoura (desde 1986) e Nosso Quintal (desde 1989) - de agricultura urbana (CENCI, 2007). No entanto, nos últimos anos essas práticas ganharam maior destaque no cenário político local, principalmente após os embates e discussões que levaram à criação da Lei Municipal de Agricultura Urbana (CURITIBA, 2018), em um processo reconhecidamente de baixo para cima, que demonstrou a força da organização da sociedade civil por uma pauta que tinha no direito ao uso e à apropriação da terra uma de suas principais questões.

Os acontecimentos relatados a seguir tem como referência notícias de jornal, publicações em redes sociais e produções acadêmico-científicas, assim como minha vivência dentro do processo, como ativista e hortelão urbano em Curitiba.

Em junho de 2017, dois proprietários de terrenos em Curitiba foram multados pela prefeitura do município, pois em suas respectivas calçadas de acesso, um abrigava uma horta comunitária e outro algumas bananeiras plantadas. A razão da multa era o Decreto 1.066 (CURITIBA, 2006), que segundo os gestores municipais responsáveis pela emissão da multa, tinha seus artigos 6º e 8º feridos pela presença das hortas.

Os artigos dizem o seguinte:

Art. 6º Para construção ou reconstrução de passeios em vias cujo padrão predominante é de pavimentação com pedras naturais, deverão ser observados os seguintes aspectos:

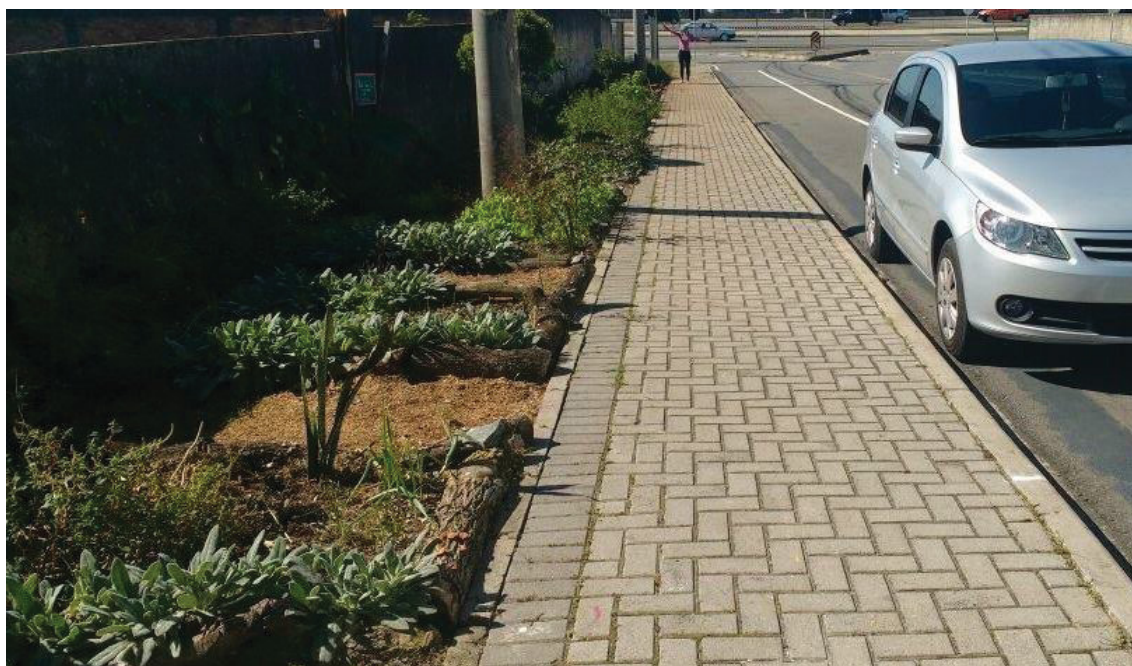
I - a alteração do padrão poderá ser autorizada pela SMU, atendidas as disposições do presente decreto;

II - o padrão de paisagismo implantado na via, compreendendo a largura das faixas de grama e largura da faixa livre de circulação, deverão ser mantidos;

Art. 8º A construção ou reconstrução de passeios deverá obedecer ao padrão de paisagismo predominante implantado na via, compreendendo a largura das faixas de grama e da faixa livre de circulação e a arborização existente (CURITIBA, 2006, n.p.).

Assim, um dos motivos para a multa seria o fato de as hortas estarem em desconformidade com o padrão de paisagismo predominante implantado nas vias. Os gestores também alegaram que as hortas estavam bloqueando o passeio – o que as fotos das hortas demonstram ser mentira (FIGURAS 2 E 3) -, e que o Decreto previa que nas calçadas só poderia ser plantado grama, sendo as hortaliças e bananeiras enquadradas genericamente como mato e, portanto, infringindo a lei. Como a calçada na frente dos lotes, apesar de ser uma área pública, é responsabilidade dos proprietários, estes foram multados.

FIGURA 2 – Horta de calçada do Cristo Rei: passeio desobstruído



FONTE: Horta de calçada Cristo Rei (2017).

FIGURA 3 – Bananeiras na Rua Conselheiro Carrão: passeio desobstruído



FONTE: Jardim da Rua Conselheiro Carrão (2017).

A multa do plantador de bananeiras foi postada em uma rede social, e seu valor era de R\$812,00. Além disso, ordenava a retirada de “mato/vegetação/arbusto, bananeiras e parreira”,

sob pena de o nome do proprietário entrar na dívida ativa do município em caso de não pagamento, e prevendo dez dias para entrada com recurso contra ela (JARDIM DA RUA CONSELHEIRO CARRÃO, 2017).

Com isso, os hortelões que cuidavam da horta e das bananeiras se depararam com alguns dilemas: pagar ou não pagar a multa, recorrer ou não à justiça, destruir ou não destruir a horta/bananeiras, lutar ou não lutar pelo que acreditavam? A decisão foi pela luta, e em diversas frentes.

Após serem notificados, o plantador de bananeiras e os hortelões da horta comunitária movimentaram as redes sociais, denunciando a situação, o que levou a uma movimentação ainda maior vinda de hortelões de toda a cidade, indignados com a situação e com o risco de eles serem os próximos multados. A bandeira pela anulação das multas e pelo reconhecimento das práticas de agricultura urbana em espaços públicos foi erguida, e rapidamente ganhou o apoio e a simpatia de movimentos sociais, ONG's, imprensa, coletivos, indivíduos e políticos.

As hortas em questão e outras hortas comunitárias da cidade se tornaram palco de encontros, eventos, ativismo, intervenções artísticas, aulas abertas, oficinas e mutirões (FIGURAS 4, 5 e 6). Um abaixo assinado pela anulação das multas reuniu mais de 3.000 assinaturas, a imprensa repercutiu a movimentação em diversos canais e as redes sociais “bombaram” com publicações, eventos e debates sobre o tema em questão, marcadas por um interesse crescente sobre as bandeiras do movimento por parte de indivíduos e coletivos de Curitiba e de cidades Brasil (e mundo) afora, culminando com um reconhecimento da ONU com o Prêmio *Feed Your City* para a horta comunitária em questão.

FIGURA 4 – Evento de mutirão na horta de calçada do Cristo Rei



FONTE: Horta de calçada Cristo Rei (2017).

FIGURA 5 – Encontro nas bananeiras da Rua Conselheiro Carrão



FONTE: Jardim da Rua Conselheiro Carrão (2017).

FIGURA 6 – Intervenção na horta de calçada do Cristo Rei



FONTE: Horta de calçada Cristo Rei (2017).

Entre junho e setembro de 2017, o tema da agricultura urbana ocupou espaço na imprensa municipal (TRIBUNA PR, 2017; OHDE, 2017), trazendo junto consigo debates que envolviam desde a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos até o direito à cidade e o combate à especulação imobiliária.

A importância que o movimento alcançou e a má repercussão do ocorrido para a imagem da “capital ecológica”, levaram a uma retratação do prefeito da cidade, que se retratou com os hortelões pelo ocorrido e disse ser a favor da prática da AU (GRECA, 2017; CICLOVIVO, 2017). As multas foram anuladas, e o movimento saiu vitorioso, com a promessa de que não ocorreriam mais multas como aquela.

Vale destacar que, até o momento, o Decreto não foi alterado, apenas o entendimento dos gestores municipais sobre ele. Ainda assim, em 2018, novamente uma horta comunitária foi multada pelos mesmos motivos (COLETIVO MÃO NA TERRA, 2018), acarretando em nova mobilização dos hortelões e em nova anulação da multa. Se esse foi ou não o ponto final nessa história, o futuro dirá.

A partir da mobilização ocorrida e com a surpresa da força e diversidade do movimento, com o apoio do vereador Goura Nataraj, foram realizadas duas audiências públicas (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2017) sobre o tema da AU e alguns encontros, que contribuíram para a construção coletiva do projeto da lei municipal de AU (CURITIBA, 2018), oficialmente de autoria do vereador, ainda que coletivamente escrito junto ao movimento de hortelãs e hortelões. Em 2018, A Lei Municipal de Agricultura Urbana de Curitiba (Lei Nº

15.300 de 28 de setembro de 2018) foi votada e aprovada na Câmara Municipal de Curitiba (NATARAJ, 2018a; CALDAS, 2018; CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2018).

Cabe destacar que uma das preocupações no processo de elaboração da lei foi de que esta não fosse excessivamente técnica, específica, restritiva e/ou complexa: deveria ter uma redação simples e objetiva, deixando para os hortelões o máximo de liberdade possível na forma com que eles, indivíduos os grupos, iriam se apropriar da terra e organizar suas hortas (NATARAJ, 2018a; NATARAJ, 2018b). Essa demanda converge com uma das forças motrizes do movimento, que é a da espontaneidade em suas práticas. A lei não era originalmente a bandeira dos hortelões: o que se queria era a garantia de justiça e da liberdade de plantar e trabalhar a terra. A lei foi uma consequência positiva desse movimento, mas não sua razão de ser. Portanto, também não poderia representar sua paralisação nem seu cerceamento.

Desde junho de 2017 até o presente momento (outubro de 2022), a questão da agricultura urbana tem ganhado importância crescente no cenário político e cultural do município. Além da aprovação da lei, inúmeras iniciativas públicas e privadas vêm ocorrendo, desde a multiplicação de hortas urbanas pela metrópole até a construção da primeira fazenda urbana do Brasil: a Fazenda Urbana de Curitiba (BEM PARANÁ, 2020).

#### 4.2. AU NA POLÍTICA E NO PLANEJAMENTO URBANO CURITIBANO

O movimento das hortelãs e hortelões, somado à crescente insegurança alimentar e ao aumento no debate nacional e internacional sobre a importância da AU, acabou por influenciar politicamente a PMC, que nos últimos anos vem buscando assimilar essa pauta em suas ações e políticas públicas.

Um dado que demonstra a importância crescente do tema da AU é o aumento dos recursos destinados ao Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba (FAAC) - que é de onde vem os recursos destinados às hortas comunitárias da prefeitura e também à Fazenda Urbana, além de financiar os mercados municipais, Armazéns e Sacolões da Família. Desde 2012, o FAAC vem aumentando sucessivamente seu volume de recursos, passando de 25 milhões em 2017 - ano da mobilização contra as multas - para 35 milhões em 2021 e 300 milhões em 2022 (SMF, 2022). Esse aumento expressivo entre 2021 e 2022 também tem relação com o custeio do Auxílio Alimentar criado pela PMC em 2021, que beneficiará 35 mil famílias com R\$70,00 em créditos nos Armazéns da Família (CURITIBA, 2021).

A ascensão da pauta da AU dentro do debate na esfera pública municipal também é demonstrada pela presença do tema nos planos de governo dos candidatos à PMC nas eleições de 2016 (antes da luta das hortelãs e hortelões) e de 2020 (depois da luta).

Nas eleições de 2016, das 9 candidaturas, identificou-se que nenhuma delas trouxe propostas com ações concretas sobre o tema da AU em seus planos de governo, 3 citaram, mas não aprofundaram e 6 não citaram. Os planos estão disponíveis no site Escotilha (2016).

Já nas eleições de 2020, das 16 candidaturas, 6 delas trouxeram propostas com ações concretas sobre o tema da AU, 3 citaram, mas não aprofundaram e 7 não citaram. Os planos estão disponíveis no site G1 (2020).

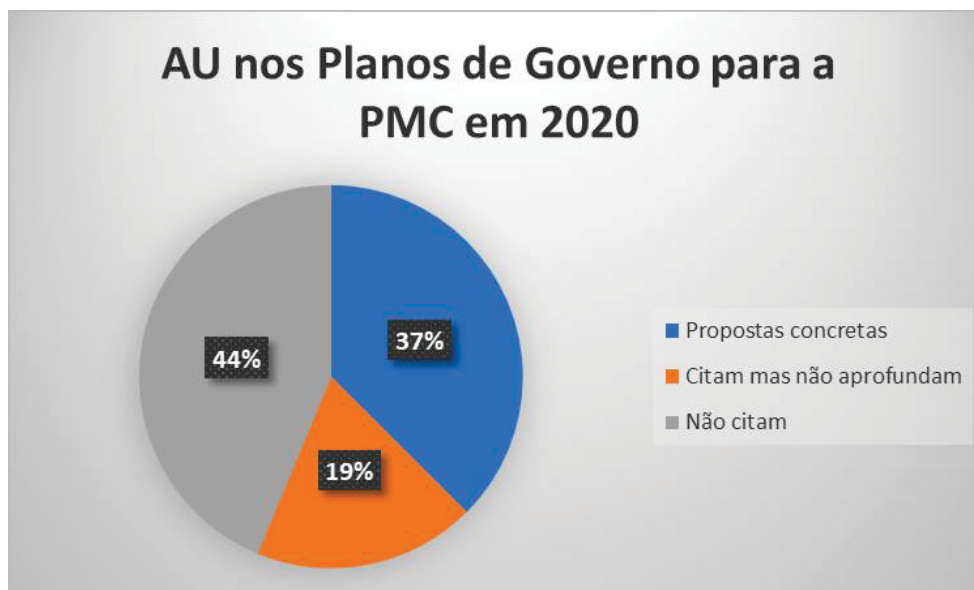
Assim, ao passo que em 2016 não houve uma única proposta concreta sobre o tema e em apenas em  $\frac{1}{3}$  das candidaturas o tema foi citado, em 2020 37% das candidaturas apresentaram propostas com ações concretas e 19% citaram o tema, totalizando 56% dos Planos de Governo que abordam a questão da AU (mais da metade) contra 33% em 2016. Os Gráficos 1 e 2 ilustram essa comparação.

GRÁFICO 1 – AU nos Planos de Governo para a PMC em 2016



FONTE: ESCOTILHA (2016); elaborado pelo autor (2021).

GRÁFICO 2 – AU nos Planos de Governo para a PMC em 2020



FONTE: G1 (2020); elaborado pelo autor (2021).

Mais recentemente, um tema que ganhou destaque na cena municipal e que tem relação direta com a questão da AU e da segurança alimentar e nutricional foi a questão da distribuição de marmitas para a população mais vulnerável. A prefeitura criou um projeto de lei com o intuito de regulamentar a prática da distribuição de marmitas, prevendo uma multa para quem fizesse isso sem estar cadastrado no sistema municipal (CNN, 2021), o que gerou uma grande insatisfação por parte de diferentes atores sociais, como por exemplo a igreja (BEM PARANÁ, 2021a), os movimentos sociais e outros coletivos e organizações que exerciam esta prática (G1, 2021).

De maneira análoga à luta das hortelãs e hortelões em 2017, novamente houve forte mobilização social envolvendo diferentes atores, formando uma potente coalizão de forças que culminou na retirada das multas do decreto e na garantia da autonomia das ações destes atores (BEM PARANÁ, 2021b).

Outro fator que reflete o aumento do espaço do tema da AU dentro das políticas públicas municipais foi o aumento das hortas urbanas comunitárias no período recente. A quantidade de hortas comunitárias urbanas de Curitiba passou de 25 antes da luta dos hortelões em 2017 para 45 em 2022, um aumento de 80% em 5 anos, isso sem contar a nova Fazenda Urbana.

Hoje, o Programa de Agricultura Urbana da PMC apoia 144 hortas urbanas, divididas em: Hortas Comunitárias Urbanas (45 hortas), Hortas Escolares (60 hortas) e Hortas Institucionais (39 hortas). Para se ter uma noção de alguns números dessa política, em 2021, então com 105 hortas municipais, elas ocupavam mais de 157,5 mil metros quadrados e

beneficiavam 5,7 mil produtores (mil deles nas hortas comunitárias) com as áreas para plantio e 17,9 mil pessoas sendo com os alimentos colhidos (IPMC, 2021).

A PMC também tem o direcionamento de construir novos restaurantes populares e fazendas urbanas no município, com duas previstas no orçamento de 2022 - uma no CIC - com projeto já elaborado (CURITIBA, 2022a), e outra no Tatuquara (SMF, 2022). Essas e outras ações foram previstas pelo 2º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Curitiba, elaborado em 2019 a partir de uma série de eventos participativos (CAISAN, 2019) e com a contratação e facilitação de um dos hortelões urbanos que participou do movimento em Curitiba.

Há que se pontuar que o aumento de hortas comunitárias e de recursos e políticas públicas direcionados à área da segurança alimentar e nutricional também tem relação direta com outros fatores para além da luta das hortelãs e hortelões, a pontuar: (i) acirramento da crise econômica, social e ambiental; (ii) pandemia de covid-19 e insegurança alimentar e nutricional crescente; (iii) agenda política positiva, *city marketing* e ambientalização dos discursos e práticas da PMC (motivação política-eleitoreira) - esse último fator será melhor abordado no próximo tópico.

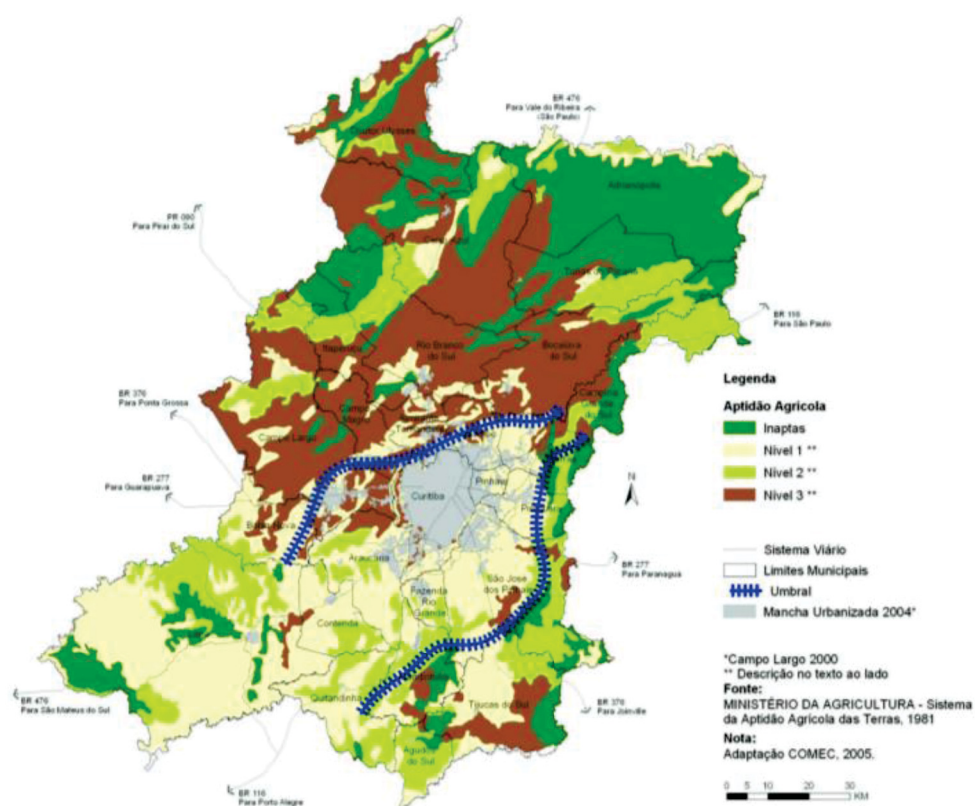
Apesar de extremamente relevantes, as iniciativas da prefeitura não são suficientes para enfrentar a crescente demanda por alimento e aumento da insegurança alimentar da população. Como demonstrado por Lima e Gadens (2019) e Lima (2022), Curitiba ainda tem uma quantidade significativa de desertos alimentares, concentrados principalmente em áreas com população em situação de elevada vulnerabilidade social.

Esse fato, somado à crise desencadeada pela pandemia de covid-19, levou a uma profusão de cozinhas comunitárias autogeridas e organizadas por coletivos e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a União de Moradores e Trabalhadores (UMT), assim como ao aumento de mutirões de plantio e de distribuição de marmitas, cestas básicas e outras ações do tipo (PRADO, 2020; MST, 2021; CARRANO, 2020; BRASIL DE FATO, 2021). Além disso, as ações da prefeitura também são criticadas por ignorarem os agricultores rurais que vivem e produzem no município e também as populações tradicionais (CRUZ, 2020).

Em se tratando da política urbana, o crescimento das discussões acerca do tema da AU nos últimos anos tem contribuído para que o planejamento urbano municipal tente assimilar essa mudança de paradigma, agregando a AU a seus discursos e práticas, tema que historicamente foi ignorado pelos órgãos da área. Essa transição fica evidente quando analisada a inserção da AU em algumas leis e planos na escala metropolitana e municipal.

A lei que rege a política urbana na RMC é o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDI-RMC), elaborado pela COMEC, em 2006, que não apresenta menções a termos como agricultura urbana ou sistemas alimentares tampouco ações estruturadas e relacionadas entre si sobre a questão do abastecimento alimentar na região. A única aproximação que o plano faz com questão alimentar e da agricultura é a inserção de um mapa que apresenta a aptidão agrícola dos solos da RMC (FIGURA 7), sem no entanto um aprofundamento nessa discussão (COMEC, 2006).

FIGURA 7 - Aptidão agrícola RMC



FONTE: COMEC (2006).

Está atualmente em curso o processo de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) para a RMC. Espera-se que este agregue as discussões correntes sobre a questão agrícola e alimentar e traga maior centralidade para os temas da agricultura urbana, dos sistemas alimentares (fundamentais de serem planejados nessa escala) e da segurança alimentar e nutricional.

Em se tratando de Curitiba, desde a década de 1980 o município conta com políticas públicas de incentivo à AU, organizadas e geridas pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) - antiga Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB).

O Programa Municipal de Agricultura Urbana integra a política municipal de segurança alimentar e nutricional, que é referência nacional e internacional, e ainda conta com os Sacolões e Armazéns da Família, Restaurantes Populares, Câmbio Verde, feiras livres, Mercados Populares e Fazenda Urbana de Curitiba.

A despeito disso, historicamente o planejamento urbano institucionalizado - representado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) - deu pouca ou nenhuma atenção ao tema da AU, não existindo uma abordagem integrada da questão agrícola e alimentar dentro planejamento urbano, ainda que temas como o incentivo à produção de alimentos e a segurança alimentar e nutricional sejam citados em documentos importantes.

O principal marco legal que regula a política urbana de Curitiba é o Plano Diretor. Este plano foi instituído em 1966, sendo atualizado em 2004 para se adequar ao Estatuto da Cidade e revisado pela última vez em 2015. Analisando essas três versões, percebe-se que o Plano Diretor de 1966 (CURITIBA, 1966) não traz nenhuma menção à AU ou a temas correlatos como hortas comunitárias, agricultura e sistema alimentar.

Já o Plano Diretor de 2004 não faz menções à AU, mas traz uma seção sobre a política de abastecimento municipal, que tem como objetivo garantir segurança alimentar e nutricional à população e aponta como uma das diretrizes “incentivar a produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados” (CURITIBA, 2004, n.p.).

Por fim, o Plano Diretor de 2015 (que é o que está vigente) já traz uma série menções à AU e a temas correlatos - sem mencionar, no entanto, o tema dos sistemas alimentares -, a maioria delas dentro das diretrizes gerais da política municipal de abastecimento (CURITIBA, 2015). Essas menções estão listadas abaixo:

- A segurança alimentar e nutricional é considerada uma política pública indutora do desenvolvimento social, devendo ser garantida à população e implementadas de forma integrada e intersetorial, com base territorial diversificada e respeitando as especificidades de cada área;
- A política municipal do abastecimento tem como objetivo geral a promoção da segurança alimentar e nutricional da população da cidade, especialmente àquela em situação de vulnerabilidade social. Suas diretrizes gerais são: I - combate às situações de insegurança alimentar e nutricional; II - promoção do acesso aos alimentos de qualidade, nutricional e sanitariamente seguros para a população, preferencialmente os alimentos in natura ou minimamente processados, regionais, de época e com menor custo; III - promoção da educação alimentar e nutricional pelo estímulo às práticas alimentares e estilos de vida saudáveis,

atuando prioritariamente nas famílias e grupos específicos da população, buscando formar consumidores conscientes; IV - ampliação e apoio às iniciativas de produção e distribuição de alimentos, prioritariamente os provenientes da agricultura familiar e de produtores formalmente organizados; V - estímulo as iniciativas na produção e distribuição de alimentos, preferencialmente os obtidos através de sistemas produtivos sustentáveis; VI - incentivo a agricultura urbana. VII - promoção de feiras de alimentos agrícolas preferencialmente originários da agricultura familiar e da gastronomia regional. VIII - promoção ao acesso de produtos naturais e alimentos especiais para pessoas portadores de diabetes e doença celíaca, intolerância à lactose, glúten e outros nos Armazéns da Família, tornando os produtos acessíveis a pessoas de todas as rendas. IX- valorização e incentivo do produtor rural, hortas comunitárias, produtos orgânicos e livres de agrotóxicos. X - desenvolver política de estímulo ao reaproveitamento de alimentos oriundos das diversas formas de produção, distribuição e abastecimento, objetivando a formação de uma cultura de combate ao desperdício e a distribuição às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade sociais. XI - estímulo às atividades da cultura alimentar local. XII - incentivo à agricultura urbana através da implantação de políticas de plantio como horta urbana;

- Uma das diretrizes gerais da política municipal do meio ambiente é “incentivar a agricultura urbana, inclusive em cobertura de edificações, como forma de promover a racionalização do território, a conservação da cultura local, a preservação da paisagem tradicional e a produção de alimentos preferencialmente orgânicos” (CURITIBA, 2015, n.p.).

Ainda que exista um evidente aumento na atenção dada à AU em comparação com os planos anteriores, ela não traz efetivamente para a política urbana, em especial para a política de uso do solo, instrumentos, diretrizes e ordenamentos mais concretos que incentivem as práticas de AU por meio, por exemplo, da destinação de áreas para esse fim ou de incentivos fiscais para essas práticas.

Os princípios, objetivos e diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano estabelecidos pelo Plano Diretor deixam evidente sua preocupação em garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental de Curitiba e enfrentar as desigualdades e vulnerabilidades. Ora, um pré-requisito para garantir essa sustentabilidade é a garantia da

segurança alimentar e nutricional aos seus habitantes, e a AU cumpre um papel importante nesse sentido.

Isso posto, alguns documentos que derivam do Plano Diretor também têm grande relevância para a política urbana municipal: a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e os Planos Regionais, Setoriais e Estratégicos.

A Lei de Zoneamento do ano 2000 (CURITIBA, 2000) estabeleceu que 100% do território de Curitiba é urbano, o que contribuiu para uma redução gradual das práticas de agricultura no município (OLIVEIRA, 2021). A Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo atual, de 2019 (CURITIBA, 2019) - elaborada após a luta das hortelãs e hortelões -, mantém o município sem zona rural, prevendo o uso agropecuário dentro dos usos não habitacionais (Artigo 171), contemplando “edificações ou atividades caracterizadas pela produção de plantas, criação de animais e piscicultura”.

Entretanto, apesar deste uso estar previsto, ele não está entre os usos permitidos ou permissíveis de nenhuma das zonas estabelecidas na mesma lei, o que implica em um evidente desincentivo a este tipo de atividade, já que implica na impossibilidade de emissão de novos alvarás para atividade agrícola, e demonstra a falta de consideração por parte do planejamento urbano municipal com este tipo de uso.

Ainda que a atual Lei de Zoneamento não demonstre ter recebido influência das discussões sobre AU, se analisados os Planos Regionais de Curitiba percebe-se um maior esforço do IPPUC em assimilar essa discussão nos últimos anos. Um dado que comprova isso é a presença de hortas urbanas, comunitárias e/ou novas fazendas urbanas em 9 dos 10 Planos das Regionais do município - a única exceção é o Plano da Regional Matriz - construídos pelo IPPUC (IPPUC, 2022)

Como base de comparação, os Planos Regionais anteriores, aprovados em 2008, continham apenas uma breve menção do tema, sem apresentar propostas concretas, em 2 dos 9 Planos Regionais construídos - em um falando sobre as hortas comunitárias existentes na Regional Pinheirinho e em outro dentro da proposta de uma fazenda mirim na Regional Portão, que não veio a ser construída (IPPUC, 2022).

Analisando os Planos Setoriais e os Planos Estratégicos elaborados pelo IPPUC, identificam-se diversas citações ao tema da agricultura nos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social e no PlanClima (IPPUC, 2022). Entretanto, essas citações não se convertem em instrumentos urbanísticos ou ordenamentos do território, pois nestes casos não se tratam de planos que regulem o uso do solo. O que fica evidente é que nestes documentos existe uma preocupação notável com a questão da segurança alimentar, incentivando a promoção da

agricultura urbana e familiar de base ecológica como estratégia para a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Conclui-se, levando em consideração as análises dos documentos supracitados relativos à política urbana municipal, que apesar da crescente assimilação do tema da AU por parte do IPPUC, ainda falta ao órgão explorar mais a fundo o potencial multifuncional da agricultura urbana, inserindo-a dentro de uma estratégia mais ampla de ordenamento territorial e de uso do solo - criando, inclusive, outras categorias de uso do solo -, que planeje e integre o sistema alimentar de Curitiba e garanta a segurança, ou melhor, a soberania alimentar e nutricional da população do município.

#### 4.3. AU EM CURITIBA - ATIVISMO, POLÍTICA PÚBLICA E *CITY MARKETING*

Os sentidos e significados relativos à AU em Curitiba têm sido reivindicados por distintos agentes, desde movimentos sociais (MST, 2020; 2021; MTST-PARANÁ, 2021) até o mercado imobiliário (MARCONDES, 2019; EQUIPE PINÓ, 2021). A forma que estes agentes trazem a AU para suas práticas, como dito anteriormente, tem relação direta com suas racionalidades e culturas da terra.

Este tópico traz algumas questões sobre a inserção da AU no contexto de Curitiba em sua relação com os dois agentes envolvidos no relato dos tópicos anteriores - os movimentos ativistas curitibanos ligados à AU e a PMC. Esses agentes talvez sejam os que mais têm promovido e fomentado debates e práticas relacionados à AU - em especial às hortas urbanas comunitárias - no município.

Em relação à PMC, suas ações aparentemente contraditórias ao longo da luta das hortelãs e hortelões de 2017 - no primeiro momento multando as hortas e no segundo abraçando a causa - podem ser explicadas devido a distintas forças que atuam dentro da prefeitura e se refletem na atenção que foi e é dada à política pública municipal de AU.

A inserção da AU dentro da PMC como política pública tem décadas de história, tendo iniciado na década de 1980, capitaneada pela Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), atual Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), sendo referência a nível nacional e internacional como estratégia de segurança alimentar e nutricional (CENCI, 2007). Essa política pública historicamente foi construída de maneira setorial, endereçando principalmente o enfrentamento à insegurança alimentar no município, ocorrendo em sua maioria em regiões periféricas e em áreas residuais da cidade, como os linhões de transmissão de energia elétrica.

Por outro lado, como mostrado no tópico anterior, a política urbana municipal pouca ou nenhuma atenção deu à questão da agricultura e da AU nos últimos 60 anos, e quando deu, foi no sentido de reduzir a disponibilidade de áreas passíveis desse uso. Assim, no período entre a década de 1960 até os dias de hoje, dentro da mesma PMC, a prática da agricultura no meio urbano foi simultaneamente promovida, restringida ou mesmo ignorada, evidenciando a existência de diferentes forças atuando dentro do Estado - como colocado por Poulantzas (1985), o Estado é uma relação.

Entretanto, nos últimos anos a inserção da AU na PMC tem aumentado de maneira expressiva, extrapolando os limites da SMSAN e sendo incorporada inclusive na política urbana municipal e culminando na construção do projeto da Fazenda Urbana de Curitiba, o primeiro deste tipo no Brasil. O projeto vem sendo divulgado e enaltecido em diversos veículos da grande mídia alinhados com a atual gestão, reforçando a promoção da imagem de Curitiba como cidade sustentável, “capital ecológica” e “cidade inteligente”. Dessa forma, recentemente a inserção da AU dentro da PMC, para além do viés como política pública, passou a ser também uma forma de *city marketing*.

O *city marketing* é definido por Garcia (1994, p. 298) como “[...] um mecanismo institucional de promoção e venda das cidades”. Para que esse mecanismo funcione, a grande mídia cumpre um papel fundamental. A seguir, procurar-se-á recuperar um pouco do histórico de uso do *city marketing* pelas gestões de Curitiba, dada a importância que ele tem na compreensão da atual inserção da AU na PMC. Para isso, serão utilizados os trabalhos de Garcia (1994), Arantes et al (2000), Oliveira (2000), Mendonça (2002), Pereira e Silva (2011) e Rickli Neto (2012).

Ainda que Curitiba tenha problemas semelhantes aos de outras metrópoles, desde a década de 1960 construiu-se uma imagem do município amplamente promovida a nível local, nacional e internacional, o que contribuiu expressivamente para seu reconhecimento como uma cidade-modelo (GARCIA, 1994; PEREIRA; SILVA; MENDONÇA, 2002).

Garcia (1994, p. 2) aponta que, entre as décadas de 1970 e 1990, Curitiba passou por um processo “de grandes transformações urbanas pautadas no Plano Diretor de 1966 e nas diretrizes de planejamento do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-IPPUC”. Esse processo culminou na construção imagética de Curitiba como cidade-modelo ou outras alcunhas que sintetizam a imagem da cidade, como “cidade planejada”, “cidade moderna e humana”, “capital ecológica” e “capital de Primeiro Mundo”.

A construção dessa imagem foi possibilitada por conta de dois fatores principais. Um deles foi o da implementação exitosa do Plano Diretor e das ações propostas pelo IPPUC para

o município no período entre as décadas de 1970 e 1990. Oliveira (2000) aponta que esse êxito foi facilitado pela continuidade de gestões entre 1971 e 1983 de um grupo político com mesma orientação partidária no comando da prefeitura - o que não ocorreu em outras capitais brasileiras alvo de planos urbanísticos tecnocráticos. Essa continuidade foi possível pois, entre 1964 e 1985<sup>6</sup>, o Brasil passava pelo período da ditadura militar, em que os prefeitos dos municípios eram escolhidos pelo governo militar.

Assim, o grupo político de Jaime Lerner - ex-arquiteto do IPPUC e fortemente comprometido com a implantação do Plano Diretor de 1966 - foi escolhido pelos militares por três gestões consecutivas (1971-1975, 1975-1979 e 1979-1983), viabilizando a implementação das ações propostas pelo IPPUC e configurando um planejamento urbano tecnicista e de cima para baixo, o que refletia a tecnocracia e autoritarismo desejada pelo governo militar. Garcia (1994) destaca que o sucesso obtido por Curitiba na implantação de seus projetos urbanos também foi viabilizado por expressivas e múltiplas linhas de financiamento federais e internacionais disponíveis no período.

Entretanto, para que Curitiba fosse reconhecida a nível nacional e internacional, um segundo fator teve enorme relevância: a utilização do *city marketing*. Para que a estratégia de *city marketing* seja eficaz, é necessário o alinhamento da grande mídia com o poder político, e foi o que historicamente ocorreu em Curitiba (GARCIA, 1994).

A partir da seleção de recortes de partes da cidade, a PMC, com amplo apoio da mídia, criou imagens-síntese de Curitiba, que foram tomadas como referências representativas da totalidade urbana, caracterizando uma cidade homogênea. Os projetos que davam materialidade a essas imagens-síntese, como a Rua 24 Horas, o Jardim Botânico e a Ópera do Arame, tinham forte vinculação entre lazer e consumo, sendo vendidos pela mídia como criativos, inovadores e exclusivos, apontando Curitiba como uma das melhores cidades do mundo em qualidade de vida, estando na vanguarda não só das cidades nacionais, mas também internacionais (GARCIA, 1994).

Esse marketing da cidade foi utilizado tanto para projetar o município para o Brasil e para o mundo quanto para criar consensos sociais (ARANTES ET AL, 2000) com a população curitibana sobre o que é Curitiba e o “ser curitibano”, construindo um senso de pertencimento que teve aderência principalmente da classe média municipal. A ideia acabou se expandindo

---

<sup>6</sup> Cabe destacar que o último prefeito biônico de Curitiba, que governou entre 1983 e 1985, foi Maurício Fruet, do MDB, sendo o único prefeito do período da ditadura militar que não era da Arena e do grupo político de Jaime Lerner. A gestão de Maurício Fruet e a de seu sucessor, Roberto Requião, também do MDB, inovaram com políticas públicas mais comprometidas com as pautas populares, entre elas, o já citado Programa Lavoura, pioneiro na política pública de AU de Curitiba.

para as outras classes, criando uma associação entre o lugar e a identidade cultural promovida pelo discurso dominante, mesmo para parcelas da população urbana que não tem condições de consumir os espaços urbanos símbolos de Curitiba. O usufruto da cidade, para esses grupos, acontece no plano do imaginário, reforçando dessa forma a afirmação da cultura urbana dominante. (GARCIA, 1994).

De acordo com Garcia (1994):

Na difusão das imagens do lugar, associada às sínteses da vida coletiva na metrópole, são veiculados estilos de vida e, sobretudo, hábitos de apropriação do espaço e de consumo de bens e serviços urbanos que pertencem, claramente, a segmentos da classe média. A veiculação destes hábitos constitui-se em estímulo que amplia o poder de penetração das imagens sintéticas no imaginário popular. O conteúdo simbólico das imagens da cidade reelabora e reproduz, em todos os níveis da vida social, as relações de dominação existentes baseando-se no fato de que reproduz um imaginário subjacente (GARCIA, 1994, p. 12).

Ainda de acordo com a autora, em Curitiba a cultura dominante e o senso comum estão fortemente associados, formando um processo de constante manutenção do mito urbano, que se constitui como elemento estruturante de uma série de estereótipos relevantes tanto para a cultura dominante quanto para a organização do senso comum (GARCIA, 1994). Assim:

O discurso dominante manipula intensamente a associação entre a positividade do lugar e a positividade da identidade social coletiva. A exacerbação da positividade permite a defesa da identidade da cidade frente ao olhar externo, mesmo quando a realidade cotidiana da cidade existente, com suas contradições e conflitos sociais no espaço, encontra-se em franco contraste com qualidades presentes na imagem construída. (GARCIA, 1994, p. 10).

Dessa forma, a partir da continuidade das gestões municipais orientadas por um mesmo ideário político e do *city marketing*, possível graças ao apoio da grande mídia, a PMC criou uma bem sucedida associação entre planejamento urbano e imagem-síntese.

Essa estratégia de construção imagética da cidade teve forte influência do processo de ambientalização dos discursos e práticas citados nesta dissertação, o que fica evidente quando observado o tratamento publicitário e arquitetônico-paisagístico dado pelo município para a questão ambiental (ex: família folhas e Curitiba, Jardim Botânico como “lazer verde”, exaltação do indicador de área verde per capita no município, etc), que contribuiu para a alcunha de capital ecológica. Isso ajuda a explicar a facilidade com que a PMC “abraçou” a causa da AU após a luta de 2017, assim como a construção e forte divulgação da Fazenda Urbana de Curitiba.

Entretanto, ainda que a referência à questão ambiental esteja amplamente presente no discurso da PMC, o fato de existirem contradições no espaço urbano do município, como a ocupação de áreas de fragilidade ambiental para fins de moradia (PEREIRA; SILVA, 2011; SORRENTINO, 2018), revela que as estratégias adotadas pela prefeitura na prática são insuficientes para efetivamente promover justiça socioambiental. Mostram, ainda, que os recortes da cidade utilizados na promoção do *city marketing* não representam a totalidade do município. Além disso, se observada a situação da RMC isso fica mais evidente, pois há uma série de problemas ambientais que revelam a insuficiência da gestão setorializada do território (RICKLI NETO, 2012).

Rickli Neto (2012) aponta que, historicamente, o planejamento urbano de Curitiba foi voltado mais para a caracterização das “funções” dos espaços, pela lógica racional funcionalista, do que para as reais necessidades das pessoas. Além disso, outro processo que se repete em Curitiba é o discurso dos “limites” e da “escassez” ambientais, pré-definidos pelo planejamento, que na verdade têm como real motivação a sobrevivência da cidade no modo capitalista de produção.

Essas contradições presentes na metrópole de Curitiba e em seu processo de urbanização permitem observar que o *marketing* que atribui à Curitiba uma condição de cidade-modelo a ser copiada não corresponde à realidade. O fato de essa imagem persistir tem muito mais relação com o esforço – que teve início na década de 1960 - nas ações continuadas de gestões ideologicamente alinhadas voltadas à criação de uma cidade-mercadoria que, uma vez colocada como produto no mercado competitivo, realiza uma expressiva atratividade econômica e populacional (MENDONÇA, 2002).

Segundo Mendonça (2002), apesar da ambientalização de seu discurso, Curitiba não poderia ser concebida como uma capital ecológica, pois não reúne condições necessárias para que lhe seja atribuída essa qualidade. Há que se reconhecer que a cidade apresenta indicadores ambientais melhores que muitas metrópoles brasileiras - como a área verde per capita e o percentual de vias arborizadas -, mas ainda assim conta com problemas ambientais graves, como ocupações de APAs e APPs, poluição dos rios e do ar, elevada taxa de motorização, entre outros.

Assim, permite-se considerar que a principal diferença de Curitiba para as outras metrópoles brasileiras, que lhe rendeu a alcunha de “capital ecológica”, seja a presença massiva da ambientalização nos discursos da PMC, amplamente divulgados pela mídia, criando uma imagem “verde” da cidade para sua população e para seus visitantes (SORRENTINO, 2018).

Tendo tudo isso em vista, voltando à inserção da AU na PMC, a atenção e investimentos crescentes dados ao tema nos últimos anos podem ser analisados como mais uma estratégia de *city marketing* para ambientalizar seus discursos e práticas, fortalecendo a narrativa de Curitiba como capital ecológica, ou melhor, “cidade inteligente” (*smart city*), sua nova marca. Isso fica evidente em notícias que vinculam a Fazenda Urbana e as hortas comunitárias de Curitiba à prêmios que a cidade recebeu como “cidade mais inteligente do Brasil” e “cidade mais sustentável da América Latina” (CURITIBA, 2022b; 2022c).

Dessa forma, ao analisar a inserção da AU dentro da PMC, é importante distinguir o que é a política pública de AU de fato e o que é estratégia de *city marketing*. Em relação à política pública de AU, é importante dizer que a construção da Fazenda Urbana de Curitiba tem grande relevância socioambiental, sendo um equipamento urbano voltado à educação ambiental, promovendo cursos e palestras gratuitas voltadas à população sobre técnicas agroecológicas e possibilidades de produção agrícola no meio urbano para distintas escalas e localidades do município.

Além disso, as hortas comunitárias e escolares vinculadas à política pública de AU ajudam no enfrentamento dos índices crescentes de insegurança alimentar e pobreza no município, contribuindo também para a construção de um sentimento de comunidade e de comunhão entre os moradores que utilizam esses espaços, e fomentando redes de troca não pautadas pela lógica econômica do mercado (RPC CURITIBA, 2021).

A política pública da prefeitura tem seus desafios e contradições. Como observado por Oliveira (2020), as hortas vinculadas ao programa da prefeitura seguem uma lógica individualista, sendo “loteadas” como condomínios de hortas, além de terem restrições rigorosas ao seu uso, o que por vezes anula a espontaneidade e criatividade nesses espaços.

Por outro lado, ao investigar a dinâmica socioespacial e organizativa das Hortas Urbanas Comunitárias Prado Velho e Rio Bonito, Oliveira (2022) identifica que a gestão coletiva dessas hortas contribui para a aprendizagem dos sujeitos envolvidos com elas, promovendo a autonomia, a autogestão, a espontaneidade e a criatividade dos mesmos. O autor também identifica nessas hortas a produção de uma racionalidade diferente da instrumental, substituindo métodos de divisão de trabalho formais e aumentando a preocupação com o coletivo e com a satisfação dos participantes (OLIVEIRA, 2022).

Dito isso, na presente pesquisa não irei me aprofundar na análise da estrutura e forma de organização da política pública de AU em Curitiba, por ser um trabalho extenso e por já

haver pesquisas que tratam do assunto com mais profundidade<sup>7</sup>. Entretanto, destaco que a institucionalização da AU tem forte relevância como indutora de mudanças culturais na direção da construção de uma nova cultura da terra, e lutar para que ela seja construída com esse intuito é de suma importância. Em concordância com Poulantzas (1985), ainda que a ação do Estado (no caso, da PMC) seja insuficiente para a superação do sistema político-econômico hegemônico, ela cumpre uma função estratégica.

Assim, para que a política pública de AU possa efetivamente contribuir para uma transformação social mais profunda, não sendo direcionada à promoção de um mero *city marketing* ou de um ambientalismo ecocapitalista, é necessário que ela esteja comprometida com a luta por meios de superação do sistema hegemônico, considerando a promoção da justiça socioambiental como um de seus principais imperativos e sendo estruturada na perspectiva de uma educação libertária (FREIRE, 1987), ambientalista, crítica e revolucionária (SORRENTINO ET AL, 2020).

Além disso, é importante que a política pública de AU não seja pensada como única solução para o acesso da população de baixa renda a alimentos *in natura*, até porque não é pouco o tempo e o trabalho demandado pela prática da agricultura. Outrossim, como o trabalho de plantio, manutenção e colheita dos alimentos produzidos nas hortas da prefeitura é feito pela própria população – que em geral o faz em seu tempo livre -, a política pública de AU poderia acabar impondo uma forma de sobretrabalho ou mais uma camada da espoliação urbana (KOWARICK, 1979). Por isso, é importante que a política pública ofereça à população de menor renda possibilidades de remuneração pública pelo trabalho nas hortas.

A política tecnicista e de cima para baixo da PMC, somada à presença da questão ambiental em seus discursos e práticas, contribuiu historicamente de maneira dialética para o surgimento e o fortalecimento de movimentos ativistas ligados à AU em Curitiba. Os trabalhos de Crowley (2018), Vargas (2018) e Polli e Pivetta (2020) recuperam o histórico desses grupos, trazendo um panorama das movimentações e acontecimentos ligados ao tema que tiveram repercussão dentro do debate da esfera pública em Curitiba.

---

<sup>7</sup> Cenci (2007), que analisa a política pública municipal de AU; Ottmann (2011), que estuda o caso das hortas da favela do Parolin e do bairro Fanny em Curitiba; Feniman (2014), que investiga praticantes de AU em Curitiba e os divide em três grupos: assistidos (vinculados à política municipal de AU), politizados (ligados a movimentos ativistas) e vernaculares (praticam a AU como tradição); Schwantes (2018), que investiga as hortas urbanas comunitárias de Curitiba, agrupadas em dois tipos: iniciativas de parcerias público-privadas (que integram a política pública da PMC) e iniciativas espontâneas; Oliveira (2020), que busca compreender como as iniciativas de agricultura em contexto urbano são organizadas e geridas; Oliveira (2021), que procura descrever as trajetórias da agricultura em Curitiba entre o período colonial e o momento presente; Oliveira (2022) que analisa a forma de organização e gestão de duas hortas comunitárias urbanas da PMC; Yonegura (2018), que apresenta transformações observadas no entorno imediato de hortas comunitárias urbanas na Regional Tatuquara nos anos de 2017 e 2018.

Como apontado por Crowley (2018), no início dos anos 2000 Curitiba presenciou o surgimento de movimentos da juventude que defendiam a causa ambiental e que propunham mudanças em áreas como ciclomobilidade, cultura do carro e agricultura urbana. Uma marca destes movimentos é a de que sua atuação não esperava que as mudanças viessem de cima para baixo, e sim a partir de sua própria ação direta.

Uma das ações destes grupos foi a construção em 2007 do coletivo Jardinagem Libertária, que tinha como um de seus participantes o próprio Goura, hoje deputado estadual do Paraná. O coletivo não tinha uma organização formal, e se configurava como uma plataforma aberta, convidando todas e todos interessados na causa ambiental a fazer parte dele.

Entre suas ações estão o plantio de árvores nativas espalhadas pela cidade e também a construção de jardins comunitários, como é o caso do Jardim de Sofia, construído no Centro Cívico. As ações do grupo estão registradas no blog [jardinagemlibertaria.wordpress.com](http://jardinagemlibertaria.wordpress.com).

No início dos anos 2000 também ocorreu o surgimento da ONG Casa da Videira, de raízes cristãs e anarquistas, que se manteve e mantém atuante nas lutas ambientalistas de Curitiba, inclusive participaram ativamente da luta pela anulação das multas e construção da Lei de AU de Curitiba.

Já na década de 2010, além da luta de 2017, a AU perpassou ações ativistas que repercutiram na esfera pública municipal. Em 2013, o movimento Salvemos o Bosque da Casa Gomm surgiu como um protesto contra a construção de uma via de acesso ao Shopping Pátio Batel, e durante três anos organizou ações culturais semanais no local que trouxeram discussões sobre diversos assuntos, incluindo a construção de uma horta-labirinto, um banco de sementes crioulas e oficinas de compostagem (VARGAS, 2018).

Vargas (2018) aponta que a disputa entre a PMC e os ativistas sobre qual o uso do Bosque Gomm evidencia uma disputa entre diferentes projetos de cidade - de maneira similar ao que ocorreu com a luta de 2017. Novamente aqui houve participação do próprio Goura e hortelões da Casa da Videira e da futura Agrofloresta do Jacu estiveram presentes nas ações do movimento.

Disputas similares a essa e perpassadas por ações de AU ocorreram também em 2014, com a construção da Praça do Ciclista - que contava com o plantio de pequenas árvores frutíferas e flores ornamentais -, em 2017, com o movimento A Causa Mais Bonita da Cidade, que protestava contra a construção de um supermercado em uma área de vegetação preservada, e defendia a construção ali do Parque do Bom Retiro (POLLI; PIVETTA, 2020), e em 2022, com a luta pela Praça Seu Francisco, no Juvevê - esta última será abordada com mais profundidade no próximo capítulo.

Em todos estes casos, além do enfrentamento à burocracia e ao planejamento urbano tecnicista e centralizador, a AU foi utilizada pelos ativistas em contraponto à lógica da cidade-mercadoria. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas lutas do Parque Gomm, do Parque do Bom Retiro e da Praça Seu Francisco, todos movimentos que disputavam o espaço urbano com projetos comerciais distintos (que envolviam a construção de shopping center, supermercado e farmácia, respectivamente).

Além das experiências ativistas supracitadas, destaca-se ainda a atuação de dois coletivos que contribuíram com a promoção da AU em Curitiba: (i) o Coletivo Horteiros, que entre 2017 e 2019 promoveu ações como cursos e oficinas sobre AU e mutirões para construção de hortas urbanas comunitárias, além de ter apoiado a luta contra as multas e a elaboração da Lei Municipal de Agricultura Urbana; (ii) o Coletivo Hortas Curitiba, que desde 2020 vem realizando mutirões de construção de hortas urbanas, principalmente em áreas periféricas, e participando da realização de palestras e oficinas relacionados ao tema da AU.

A atuação destes grupos têm em comum o fato de subverterem a lógica da cidade mercadoria, promovendo o valor de uso do espaço e do alimento, aproximando a AU com a luta mais ampla por direito à cidade, resignificando lugares e reivindicando o direito a produzir, usar e se apropriar de espaços urbanos via ação direta. Hortelões e hortelãs destas hortas resistiram e resistem a tentativas de expulsão e/ou destruição destes espaços, defendendo de maneira ativa seu direito a utilizá-los (SORRENTINO; MAZIVIERO, 2022).

As hortas relacionadas a estes grupos por vezes tem escalas pequenas, insuficientes do ponto de vista comercial ou mesmo de subsistência, mas que tem na sua razão de ser motivos dos mais diversos, desde a terapia até o lazer, desde o ponto de encontro até o lugar de contemplação, desde a recuperação de saberes ancestrais até a proposição de espaços educadores... todos motivos que refletem a cultura da terra dos sujeitos envolvidos com estas práticas.

O Quadro 2 traz a linha do tempo de alguns dos principais acontecimentos relacionados à AU dentro do ativismo em Curitiba no século XXI e os relaciona às gestões municipais:

QUADRO 2 - Linha do tempo da AU em Curitiba de 2001 a 2022

| Ano  | Acontecimento                             | Gestão Municipal / Prefeito |
|------|-------------------------------------------|-----------------------------|
| 2001 | Criação da Casa da Videira                | Cassio Taniguchi            |
| 2007 | Criação do Coletivo Jardinagem Libertária | Beto Richa                  |
| 2010 | Construção do Jardim de Sofia             | Beto Richa / Luciano Ducci  |

| Ano  | Acontecimento                       | Gestão Municipal / Prefeito |
|------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 2013 | Salvemos o Bosque da Casa Gomm      | Gustavo Fruet               |
| 2014 | Praça do Ciclista                   | Gustavo Fruet               |
| 2017 | <b>Luta Contra as Multas</b>        | Rafael Greca                |
| 2017 | A Causa Mais Bonita da Cidade       | Rafael Greca                |
| 2017 | Criação do Coletivo Horteiros       | Rafael Greca                |
| 2018 | Criação da Lei Municipal de AU      | Rafael Greca                |
| 2020 | Criação do Coletivo Hortas Curitiba | Rafael Greca                |
| 2022 | Luta pela Praça Seu Francisco       | Rafael Greca                |

FONTE: O autor.

Grande parte dos ativistas ligados a estes eventos contribuíram de maneira direta ou indireta com mais de um deles, o que mostra que existe uma construção coletiva do ativismo relacionado à AU em Curitiba, e que contribui para a disputa de narrativa em relação aos sentidos atribuídos a ela em nível municipal. Vale destacar que os outros grupos ativistas citados nesta dissertação estão conectados e articulados por grupos e redes de trocas e ativismo em aplicativos como o WhatsApp e o Facebook, o que possibilita ações conjuntas como a luta de 2017 e também a conexão com grupos ativistas de outras áreas, como a ciclomobilidade e a luta por moradia.

Feita essa exposição sobre a relação da AU com a PMC e com os grupos ativistas supracitados, cabe destacar que a ação destes grupos tem contribuído para a profusão de hortas urbanas em Curitiba, reforçadas por “forças motrizes” próprias do município, como a legislação urbanística local que leva à existência de muitos recuos gramados nos lotes da cidade, servindo como áreas de grande potencial para agricultura.

De maneira dialética, esse aumento tem implicado em mudanças no espaço urbano produzido pelos diferentes agentes sociais do município: se por um lado, grupos hegemônicos, como os incorporadores imobiliários, passaram a lançar empreendimentos “sustentáveis” que continham a presença de hortas, por outro, grupos contra-hegemônicos, como os movimentos sociais, começaram a articular suas estratégias de luta com a construção de hortas comunitárias.

No próximo capítulo, serão apresentados os resultados do trabalho de campo da presente pesquisa, investigando algumas das práticas de AU desses dois grupos e trazendo reflexões sobre limites e potencialidades que elas têm para a construção de cidades fundadas em uma cultura da terra contra-hegemônica.

## 5. AGRICULTURA URBANA EM CURITIBA: APRENDIZADOS DESDE O CAMPO - RESULTADOS E ANÁLISE

*A terra é vida, né, cara? A terra é vida.*

*(HENRIQUE, 2023)*

Este capítulo apresenta os resultados dos levantamentos de campo da pesquisa e uma análise sobre eles. Em primeiro lugar, o tópico **“Percurso metodológico”** expõe o método utilizado para o trabalho de campo, sistematização e análise dos dados, apresentando as técnicas e formas de análise dos resultados.

Em seguida, o tópico **“Levantamento das práticas de AU em Curitiba e recorte”** delimita o recorte das práticas investigadas na pesquisa e no trabalho de campo.

O tópico **“Inserção das práticas investigadas na dinâmica socioespacial de Curitiba”** mostra a inserção das práticas na realidade social, econômica e ambiental de Curitiba, fazendo algumas análises de seu potencial contra-hegemônico.

O tópico **“Fichas-síntese”** apresenta as fichas-síntese das práticas investigadas em campo, elaboradas com base no método de Rosa e Wolfrum (2011), mostrando as informações consideradas relevantes para a discussão deste trabalho.

Por fim, o tópico **“Análise geral das práticas investigadas”** apresenta uma análise sobre a AU potencialmente contra-hegemônica em Curitiba a partir do cruzamento de trechos das entrevistas com a bibliografia desta pesquisa.

### 5.1. PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi adotado o recorte territorial do município de Curitiba. Esse recorte foi adotado pela particularidade tecnicista e centralizadora da política municipal de Curitiba, exposta no capítulo anterior, que reforça o caráter de resistência do movimento hortelão no município. Além disso, também levou-se em consideração que é neste território que atuo como arquiteto e urbanista do IPPUC e também como hortelão urbano. Como essa pesquisa é qualitativa e exploratória, ainda que essa seja uma pesquisa do campo do planejamento urbano e regional, não existe a pretensão de analisar Curitiba em sua dinâmica metropolitana ou de explorar todo o universo de práticas de AU potencialmente contra-hegemônicas da metrópole.

O objetivo é investigar de maneira aprofundada poucos fragmentos deste universo, buscando identificar elementos que possam ser levados à reflexão do planejamento urbano metropolitano de Curitiba, mas que não sejam fechados em si nem representativos de sua totalidade. Cabe destacar que o autor está desenvolvendo no presente momento uma pesquisa para mapear o sistema alimentar urbano-regional de Curitiba e região metropolitana, sendo essa pesquisa um primeiro passo para determinar em qual recorte de território acontece de fato o sistema alimentar de Curitiba, o que possibilitaria uma discussão de planejamento urbano e regional que envolvesse esse sistema alimentar e sem dúvida extrapolaria os limites político-administrativos do município.

Para a realização da pesquisa de campo, primeiramente foi feito um mapeamento geral das práticas de AU de Curitiba com base em diferentes fontes e bases de dados. Em seguida, foi necessário selecionar dentro deste universo as práticas a serem investigadas com base no objeto desta pesquisa, que são as práticas potencialmente contra-hegemônicas.

Por potencialmente contra-hegemônicas, busca-se práticas que possam contribuir na construção de cidades agroecológicas, socialmente justas e radicalmente participativas, nas quais a relação entre seres humanos e a natureza seja ressignificada com base na luta por uma nova cultura da terra<sup>8</sup>. Neste trabalho, as práticas consideradas como potencialmente contra-hegemônicas são as que:

- São geridas de forma coletiva/comunitária, pois fazem um contraponto à lógica individualista hegemônica na sociedade, e/ou;
- Contestam de alguma forma a lógica hegemônica da propriedade privada, e/ou;
- Estão inseridas em escolas, pelo potencial emancipador e transformador da sociedade que a educação tem, e/ou;
- Tem ligação com alguma política pública, pelo potencial emancipador e transformador da sociedade que as políticas públicas têm.

A partir dessa definição, estas práticas foram listadas, selecionadas e mapeadas. Em seguida, foi elaborada uma estratégia para localizar sujeitos envolvidos com práticas deste tipo e convidá-los a participar da pesquisa. Considerando que a pesquisa é qualitativa e que não tem

---

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que a distinção entre práticas de AU hegemônicas e contra-hegemônicas é uma abstração que busca facilitar a compreensão destas práticas em relação à produção do espaço urbano, mas não dá conta da complexidade de sentidos e subjetividades dos sujeitos que as praticam. Em muitas destas práticas convivem influências de racionalidades por vezes antagônicas. Por exemplo, uma horta comunitária em um condomínio fechado reproduz a lógica excludente do espaço urbano neoliberal, mas também consiste em um espaço não pautado pela lógica da mercadoria e que possibilita trocas de alimento e conhecimentos, assim como uma experiência de autogestão, o que se contrapõe à lógica de consumo da cidade-mercadoria.

a pretensão de ser representativa da totalidade de práticas de Curitiba - o objetivo é um aprofundamento qualitativo sobre estas práticas (investigação exploratória), buscando conhecer fragmentos deste universo -, para encontrar estes sujeitos foi utilizado o método “bola-de-neve” (OCHOA, 2015), pelo qual as pessoas são acessadas por meio de redes de contatos.

Minha inserção em redes de hortelãs e hortelões urbanos de Curitiba facilitou essa etapa. Ainda assim, tive dificuldade em encontrar sujeitos que estivessem ligados às hortas da prefeitura de Curitiba, que são geralmente idosos que moram em bairros de perfil socioeconômico mais vulnerável, situação diferente da “bolha” em que vivo, que é mais marcada por hortelãs e hortelões jovens, moradores de bairros de classe média.

Cada vez que eram identificados sujeitos envolvidos com práticas enquadradas no perfil investigado, explicava-se a eles sobre a presente pesquisa e convidava-os a participar dela, o que envolveria a realização de uma entrevista semi-estruturada e um processo de observação participante e levantamento técnico de suas práticas.

Assim, a etapa de aplicação do método bola-de-neve, seguida do convite à participação na pesquisa, durou até que fossem **selecionadas seis práticas de AU em Curitiba** enquadradas no perfil investigado. Esse corte foi estabelecido junto à orientadora desta pesquisa, por considerar-se que esta é uma quantidade factível de práticas a serem investigadas e analisadas dentro do período de elaboração desta dissertação.

Dito isso, a pesquisa de campo foi realizada a partir de quatro rotinas/técnicas, a pontuar: (i) pesquisa documental; (ii) entrevistas semi-estruturadas; (iii) levantamento técnico; (iv) observação participante.

A pesquisa documental - técnica utilizada ao longo de toda a pesquisa - serviu para coletar notícias de jornal, artigos da mídia, postagens, eventos e discussões em redes sociais e registros, leis, shapes e documentos técnicos relacionados à AU em Curitiba nos últimos 6 anos. Com base nesta pesquisa, foi possível fazer um primeiro mapeamento das práticas de AU de Curitiba.

À medida que os sujeitos aceitavam participar da pesquisa, as entrevistas semi-estruturadas foram agendadas e realizadas. As entrevistas semi-estruturadas articularam a entrevista aberta não-estruturada, em que o entrevistado fala livremente dos assuntos propostos, e a entrevista estruturada, em que o pesquisador formula as perguntas previamente.

Buscou-se com este procedimento verificar a familiaridade destes sujeitos com os temas da pesquisa e também conhecer mais sobre suas práticas, de modo a compreender suas motivações, perfil, usos, apropriações e formas de relação com a terra. A estrutura completa da entrevista está no Apêndice I.

Em seguida ou concomitantemente às entrevistas, foram realizadas visitas às práticas de AU investigadas para realização do levantamento técnico e da observação participante. Para auxiliar nesta etapa, utilizou-se a técnica da caminhada transversal - em que o sujeito apresenta sua horta a partir de uma caminhada pelo espaço - e também a metodologia proposta por Rosa e Wolfrum (2011) para análise de práticas ativistas.

Dessa forma, os materiais coletados para a construção das fichas-síntese e das análises foram: (i) registros das entrevistas (gravações e anotações); (ii) reportagens/notícias de jornal e outros materiais publicados pela mídia; (iii) registros coletados nas redes sociais relativos à AU (discussões, postagens, publicações, etc); (iv) registros das práticas de AU coletados em campo nas hortas comunitárias (fotos, anotações, desenhos, etc); (v) shapes das práticas de AU de Curitiba (IPPUC, 2023).

A partir desse levantamento, primeiramente foram elaborados mapas temáticos e análises apresentando a inserção das práticas investigadas no contexto socioeconômico, urbanístico e ambiental de Curitiba. Em seguida, a partir dos dados e informações coletadas com as entrevistas semi-estruturadas, com a observação participante e com os levantamentos documental e técnico, foram elaboradas as fichas-síntese de cada uma das práticas, de modo a apresentá-las mais detalhadamente.

Essas fichas tiveram como referência para sua elaboração a leitura do espaço proposta por Rosa e Wolfrum (2011), que é realizada a partir de uma estrutura-padrão, de modo a garantir um denominador comum entre as análises. Essa estrutura foi adaptada para que os aspectos relevantes para a discussão desta pesquisa fossem evidenciados e detalhados.

As fichas-síntese foram estruturadas da seguinte maneira:

Inicialmente, são apresentados os dados gerais de cada prática, contendo: (i) nome; (ii) endereço; (iii) ano de início; (iv) localização; (v) foto aérea; (vi) área; (vii) acesso; (viii) tipo de AU e manejo; (ix) perfil dos sujeitos envolvidos.

Em seguida, disserta-se sobre o contexto em que a prática ocorre, sua descrição, histórico, forma de organização e os atores envolvidos, o que é estruturado a partir dos seguintes itens: (x) contexto; (xi) descrição; (xii) história do processo/prática; (xiii) propriedade da terra; (xiv) gestão e financiamento; (xv) uso da produção.

Na sequência, expõe-se algumas características socioespaciais da prática, buscando compreender sua articulação, que é entendida como a forma de organização dos objetos e as conexões entre dois ou mais objetos que geram o desdobramento de ações, tornando-os “objetos relacionais”. O objetivo desta análise é compreender de que forma a inserção de novos objetos e o consequente desdobramento de ações e relações gera o aumento da complexidade local. Os

tópicos que compõe esta análise são: (xvi) espaço concreto, que descreve o espaço e os objetos que integram a prática; (xvii) negociação/abertura, que é a capacidade que o espaço tem de receber ou produzir diversidade e simultaneidade; (xviii) ações geradas, que descreve as diversas ações atreladas à prática; (xix) novas codificações, que apresenta o conjunto de processos presentes na ação de reeditar a realidade e reprogramá-la, revelando novas arquiteturas encontradas na cidade: novos espaços que tiram vantagem das oportunidades oferecidas pelo existente - a cidade real - espaços recodificados em lugares de encontro e coexistência; (xx) envolvimento do setor público, que discorre sobre como se dá - ou poderia se dar - o envolvimento do setor público com a prática; (xxi) principais desafios/dificuldades decorrentes da prática; (xxii) elementos contra-hegemônicos identificados na investigação.

Por fim, são apresentados alguns elementos gráficos relacionados à prática, compostos por: (xxiii) linha do tempo e/ou fotos; (xxiv) diagrama de densidade de ocorrência, com o desmembramento das práticas em diferentes categorias, como ações geradas e objetos relacionais.

Após a produção das fichas-síntese, as práticas investigadas foram analisadas de maneira geral a partir do cruzamento do material coletado em campo, em especial de trechos das entrevistas, com a revisão bibliográfica desta pesquisa.

A partir das análises realizadas, como resultado da dissertação, buscou-se produzir conhecimentos sobre práticas de AU em Curitiba e sobre caminhos na direção da construção de um outro urbano possível, pautado por uma cultura da terra que enfrente a lógica hegemônica de produção do espaço urbano.

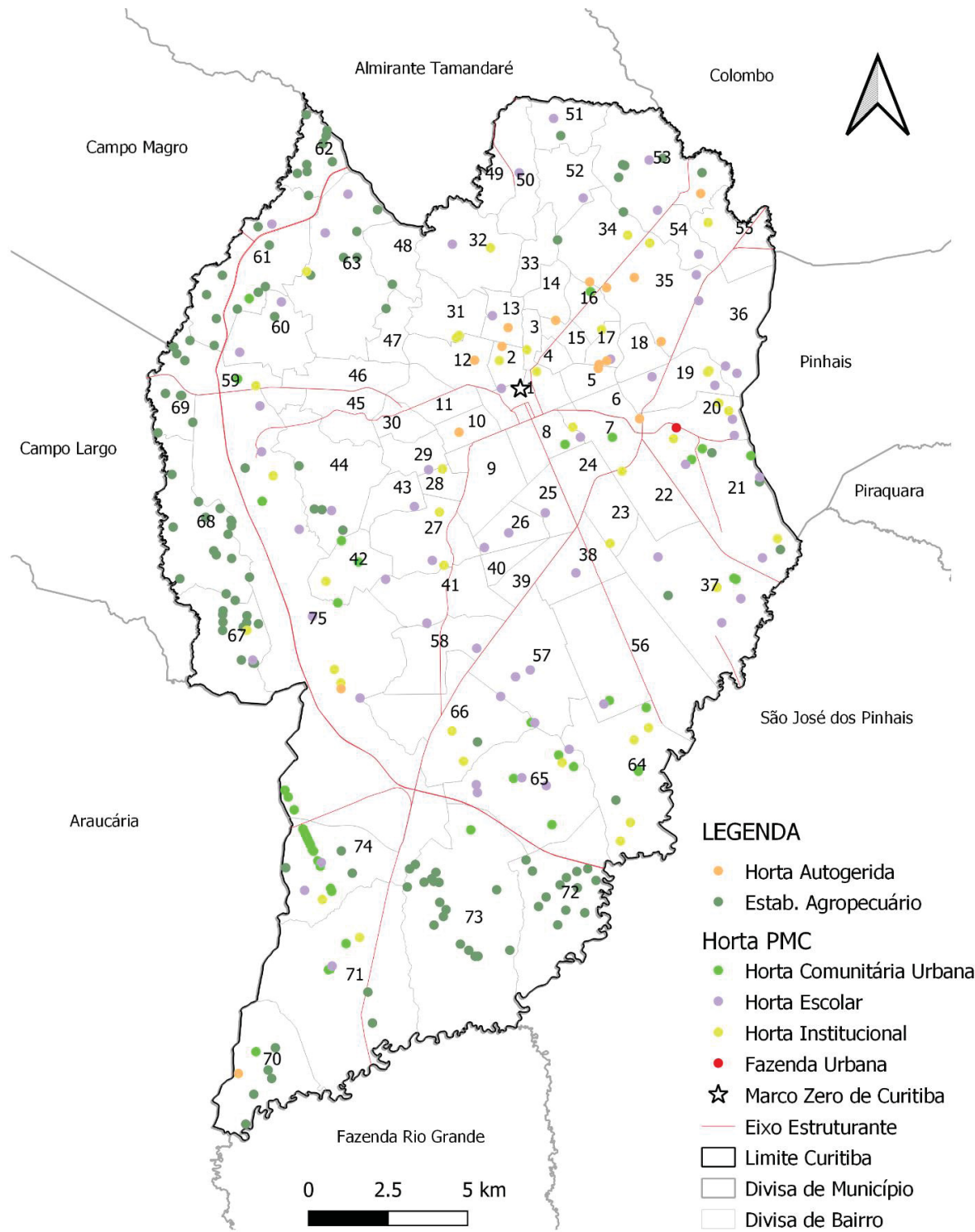
## 5.2. LEVANTAMENTO DAS PRÁTICAS DE AU EM CURITIBA E RECORTE

O Mapa 1 mostra o universo de 283 práticas de AU em Curitiba mapeadas pelo autor, que leva em consideração (i) as 144 hortas vinculadas ao Programa de Agricultura Urbana da PMC - 39 institucionais, 60 escolares e 45 urbanas comunitárias -, (ii) a Fazenda Urbana de Curitiba, (iii) as 123 práticas de agricultura levantadas pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e (iv) as 15 hortas autogeridas mapeadas pelo autor a partir do material produzido pelo ex-vereador Goura (MANDATO GOURA, 2018) e também pela minha experiência dentro do movimento de hortelãs e hortelões de Curitiba.

Esse mapeamento não considera as práticas do tipo “quintal produtivo”, que são inúmeras e quase impossíveis de serem contadas, por serem de escala doméstica e por acontecerem no espaço intralote de casas, apartamentos e condomínios. Além disso, as práticas

de hortas comunitárias autogeridas mapeadas representam provavelmente um percentual pequeno de seu total, dado que este tipo de prática não tem um registro oficial e foi mapeado apenas com base em pontos de vista individuais e limitados sobre a totalidade das práticas do município. Ainda assim, observa-se que existe uma distribuição expressiva de práticas de AU em Curitiba, presentes em todos os bairros do município.

MAPA 1 - Agricultura urbana em Curitiba (1:150.000)



FONTE: o autor (2023); IPPUC (2023); IBGE (2017); MANDATO GOURA (2018).

LEGENDA: Nomes dos bairros de acordo com número

| Nº | NOME                | Nº | NOME                | Nº | NOME             |
|----|---------------------|----|---------------------|----|------------------|
| 1  | Centro              | 26 | Guaíra              | 51 | Cachoeira        |
| 2  | São Francisco       | 27 | Portão              | 52 | Barreirinha      |
| 3  | Centro Cívico       | 28 | Vila Izabel         | 53 | Santa Cândida    |
| 4  | Alto da Glória      | 29 | Seminário           | 54 | Tingui           |
| 5  | Alto da XV          | 30 | Campina do Siqueira | 55 | Atuba            |
| 6  | Cristo Rei          | 31 | Vista Alegre        | 56 | Boqueirão        |
| 7  | Jardim Botânico     | 32 | Pilarzinho          | 57 | Xaxim            |
| 8  | Rebouças            | 33 | São Lourenço        | 58 | Capão Raso       |
| 9  | Água Verde          | 34 | Boa Vista           | 59 | Orleans          |
| 10 | Batel               | 35 | Bacacheri           | 60 | São Braz         |
| 11 | Bigorrião           | 36 | Bairro Alto         | 61 | Butiatuvinha     |
| 12 | Mercês              | 37 | Uberaba             | 62 | Lamenha Pequena  |
| 13 | Bom Retiro          | 38 | Hauer               | 63 | Santa Felicidade |
| 14 | Ahú                 | 39 | Fanny               | 64 | Alto Boqueirão   |
| 15 | Juvevê              | 40 | Lindóia             | 65 | Sítio Cercado    |
| 16 | Cabral              | 41 | Novo Mundo          | 66 | Pinheirinho      |
| 17 | Hugo Lange          | 42 | Fazendinha          | 67 | São Miguel       |
| 18 | Jardim Social       | 43 | Santa Quitéria      | 68 | Augusta          |
| 19 | Tarumã              | 44 | Campo Comprido      | 69 | Riviera          |
| 20 | Capão da Imbuia     | 45 | Mossunguê           | 70 | Caximba          |
| 21 | Cajuru              | 46 | Santo Inácio        | 71 | Campo de Santana |
| 22 | Jardim das Américas | 47 | Cascatinha          | 72 | Ganchinho        |
| 23 | Guabirota           | 48 | São João            | 73 | Umbará           |
| 24 | Prado Velho         | 49 | Taboão              | 74 | Tatuquara        |
| 25 | Parolin             | 50 | Abranches           | 75 | CIC              |

Analisando a distribuição das práticas de acordo com seu tipo, percebe-se que as hortas comunitárias urbanas vinculadas à PMC estão localizadas predominantemente em áreas periféricas de Curitiba, principalmente nas regionais Cajuru, Boqueirão, Bairro Novo, Tatuquara e CIC, além da Regional Portão, em que 3 hortas estão localizadas dentro do limites do bairro Fazendinha. Ainda assim, é notável a presença de 3 hortas na regional Matriz, o que mostra que esse tipo de prática não se restringe apenas à periferia da cidade.

Já as hortas institucionais e as hortas escolares vinculadas à PMC estão distribuídas de forma espaçada pelo território municipal, estando presentes em todas as regionais de Curitiba.

Em relação às hortas comunitárias autogeridas, com exceção de uma, que está localizada no bairro Caximba, na Regional Tatuquara, todas as outras estão nas Regionais Matriz e Boa Vista, o que tem forte relação com o universo conhecido e vivido em minha prática como hortelão urbano, que se deu principalmente nestas localidades.

Por fim, as práticas levantadas pelo Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2017 - definidas por ele como estabelecimentos agropecuários -, estão concentradas

principalmente nas regionais Santa Felicidade, CIC e Bairro Novo (destaque para os bairros Ganchinho e Umbará), com uma presença muito menos expressiva nas regionais Boa Vista, Cajuru, Portão e Tatuquara e nenhum caso na Regional Matriz.

Com base nos critérios expostos no tópico anterior para caracterizar práticas potencialmente contra-hegemônicas, foram selecionadas como objeto desta pesquisa as 15 práticas autogeridas e as 145 práticas vinculadas à política pública municipal de Agricultura Urbana (144 hortas + Fazenda Urbana). Como a investigação para definir se e quais estabelecimentos agropecuários entram nos critérios estabelecidos para o recorte tomaria um tempo considerável - superior à duração deste mestrado -, optou-se por excluí-los da investigação deste trabalho. Ainda assim, é preciso pontuar que uma investigação voltada a estas práticas pode revelar a presença de elementos contra-hegemônicos dos mais diversos.

Feito este primeiro recorte, as práticas foram divididas segundo seu tipo de gestão e financiamento, pois esse fator influencia consideravelmente o *modus operandi* e a estrutura destas práticas. Assim, elas estão divididas em (i) práticas autogeridas e (ii) práticas assistidas (ligadas à política pública municipal de AU).

Em seguida, a partir da aplicação do método bola-de-neve, foram selecionadas as seguintes práticas para investigação em campo<sup>9</sup>:

1. Horta da Praça Seu Francisco - prática autogerida;
2. Horta Comunitária Alto da XV - prática autogerida;
3. Horta / Agroflorestra do Jacu - prática autogerida;
4. Pomar Agroecológico do CIC - prática autogerida;
5. Horta Escolar Cultivando Saberes - prática autogerida;
6. Horta Comunitária Urbana Marumbi I - prática assistida.

As 6 práticas selecionadas tem gestão coletiva/comunitária, fazendo contraponto à lógica individualista hegemônica, sendo 5 autogeridas e 1 assistida (do tipo horta urbana comunitária). A prática 1 contesta de alguma forma a lógica hegemônica da propriedade privada, e a 2, a 3 e a 4 contestam a propriedade estatal. A prática 5 está inserida em uma escola pública, e a prática 6 tem ligação com uma política pública - a do Programa de Agricultura Urbana de Curitiba.

---

<sup>9</sup> Pretendia-se investigar também uma prática vinculada a algum movimento social com atuação em Curitiba, principalmente pela possibilidade de se refletir sobre caminhos para a “fusão de lutas sociais” apontados no primeiro capítulo. Entretanto, as hortas identificadas com essas características pelo método bola-de-neve ou estavam fora dos limites de Curitiba (horta do MST em Campo Magro) ou estavam desativadas (horta do MTST na ocupação Marielle Franco). Espera-se em futuros trabalhos conseguir realizar essa investigação.

Em relação à localização, 3 estão na Regional Matriz, 1 na Regional Boa Vista, 1 na Regional Cajuru e 1 na Regional CIC. Já em relação ao tipo de gestão, 5 são comunitárias autogeridas e 1 é comunitária assistida. No tocante ao tipo de propriedade em que as práticas estão inseridas, 4 delas estão em propriedades públicas estatais - 3 municipais e 1 estadual - e 2 delas estão em propriedades privadas - 1 de pessoa jurídica (Copel) e 1 de pessoa física. Em relação ao uso destes bens, 3 são bens públicos de uso especial, 1 é bem público de uso comum do povo e faixa de domínio da Rumo (trilho do trem), 2 são bens de uso privado - um deles sendo faixa de domínio da Copel (linha de transmissão).

Para cada prática foi entrevistado um hortelão ou uma hortelã envolvida com a construção e/ou gestão do espaço. Para manter o anonimato dos entrevistados, utilizarei nomes fictícios para identificá-los:

- Maria (da Horta da Praça Seu Francisco) - artista e ilustradora;
- Joana (da Horta Comunitária Alto da XV) - professora universitária;
- Arthur (da Horta/Agrofloresta do Jacu) - funcionário público e ativista;
- Luiz (do Pomar Agroecológico do CIC) - estudante e ativista;
- José (da Horta Escolar Cultivando Saberes) - professor da educação básica;
- Henrique (da Horta Comunitária Urbana Marumbi I) - aposentado.

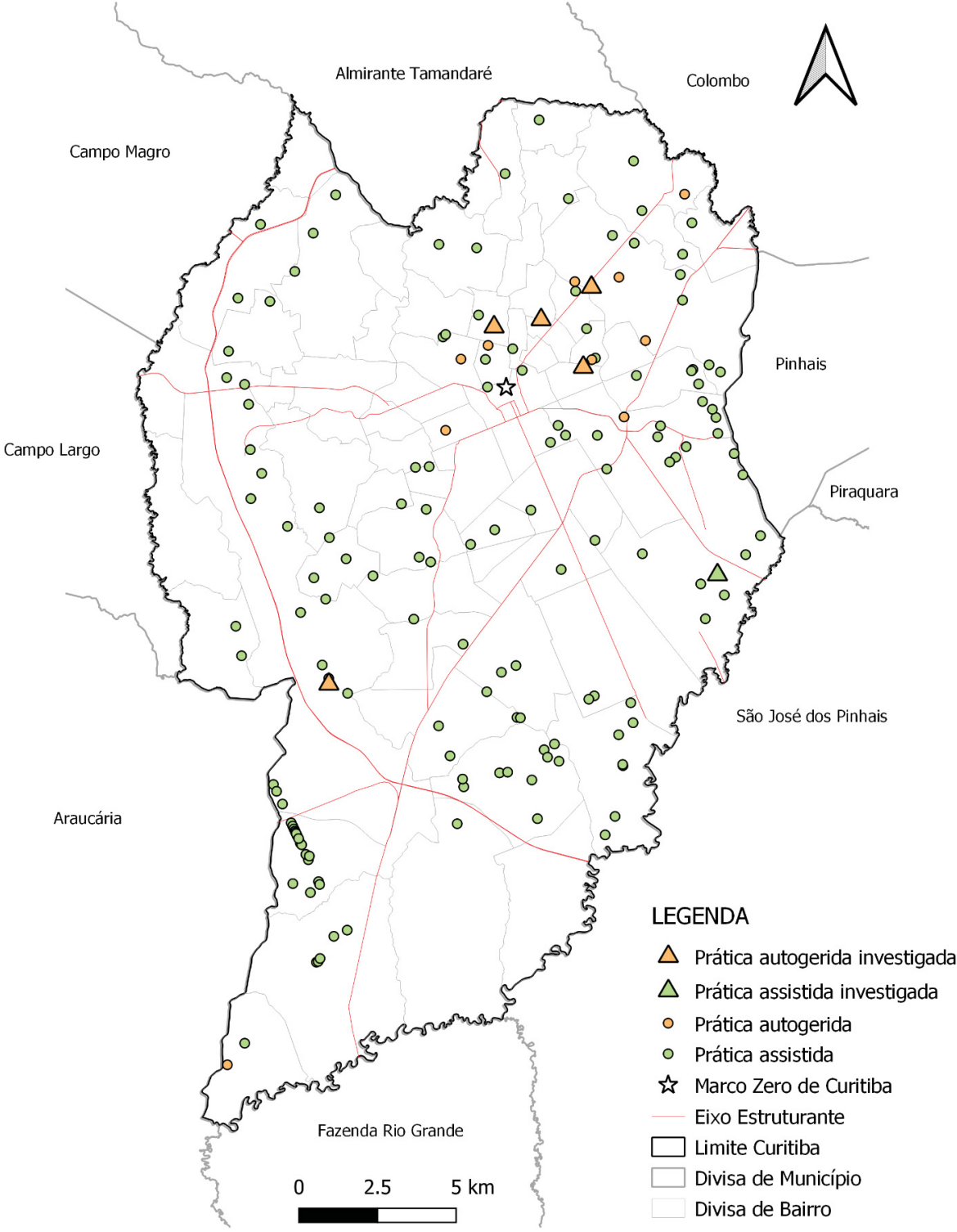
O perfil dos entrevistados é o seguinte:

- 4 homens e 2 mulheres;
- 4 entrevistados com ensino superior, 1 com ensino médio e 1 com ensino fundamental;
- 4 entrevistados com até 40 anos e 2 com mais de 40;
- 4 de classe média e 2 de classe baixa;
- 4 se consideram de esquerda ou progressistas e 2 não responderam.

No Mapa 2 estão identificados os dois tipos de práticas potencialmente contra-hegemônicas mapeadas neste trabalho (práticas autogeridas e práticas assistidas) e também as 6 práticas selecionadas para investigação em campo.

No próximo tópico, busca-se contextualizar o recorte de práticas potencialmente contra-hegemônicas de Curitiba, com destaque para as 6 práticas selecionadas para esta pesquisa, mostrando sua inserção na dinâmica socioespacial do município e apresentando evidências que reforcem seu potencial contra-hegemônico na construção de uma nova cultura da terra.

MAPA 2 - Práticas de AU investigadas (1:150.000)



FONTE: o autor (2023); IPPUC (2023); MANDATO GOURA (2018).

### 5.3. INSERÇÃO DAS PRÁTICAS INVESTIGADAS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CURITIBA

Para analisar o potencial contra-hegemônico da AU, é necessário primeiramente conhecer melhor o urbano em que cada prática está inserida, de modo a abrir a reflexão sobre seus desafios e potencialidades para criação de outros urbanos possíveis.

Busca-se assim contextualizar o recorte de práticas potencialmente contra-hegemônicas, com destaque para as 6 práticas selecionadas para esta pesquisa, mostrando sua inserção na dinâmica socioespacial de Curitiba e apresentando evidências que reforcem seu potencial na construção de uma nova cultura da terra.

Para isso, realiza-se uma leitura do contexto onde acontecem as práticas autogeridas e assistidas de Curitiba, levando em conta a multifuncionalidade da AU em aspectos sociais, ambientais e econômicos, tendo como base os seguintes questionamentos:

- Quais as diretrizes de planejamento urbano para estas localidades? Qual o valor da terra?
- Quais as características socioeconômicas da população que vive nestas áreas?
- Como é a questão da segurança alimentar nessas áreas?
- Como se dá o acesso à natureza e ao lazer nestes locais?
- Qual a proximidade destas áreas com equipamentos de educação?

Assim, a primeira leitura realizada mostra a inserção das práticas potencialmente contra-hegemônicas de AU dentro das diretrizes do macrozoneamento de Curitiba. Como pode ser observado no Mapa 3, a grande maioria das práticas assistidas de AU se encontram em áreas que, segundo o Macrozoneamento do Plano Diretor<sup>10</sup> (2015), são planejadas para ter baixa densidade habitacional, principalmente em bairros periféricos, havendo somente algumas em áreas planejadas para média ou alta densidade habitacional ou localizadas em Áreas de Preservação Ambiental (APA).

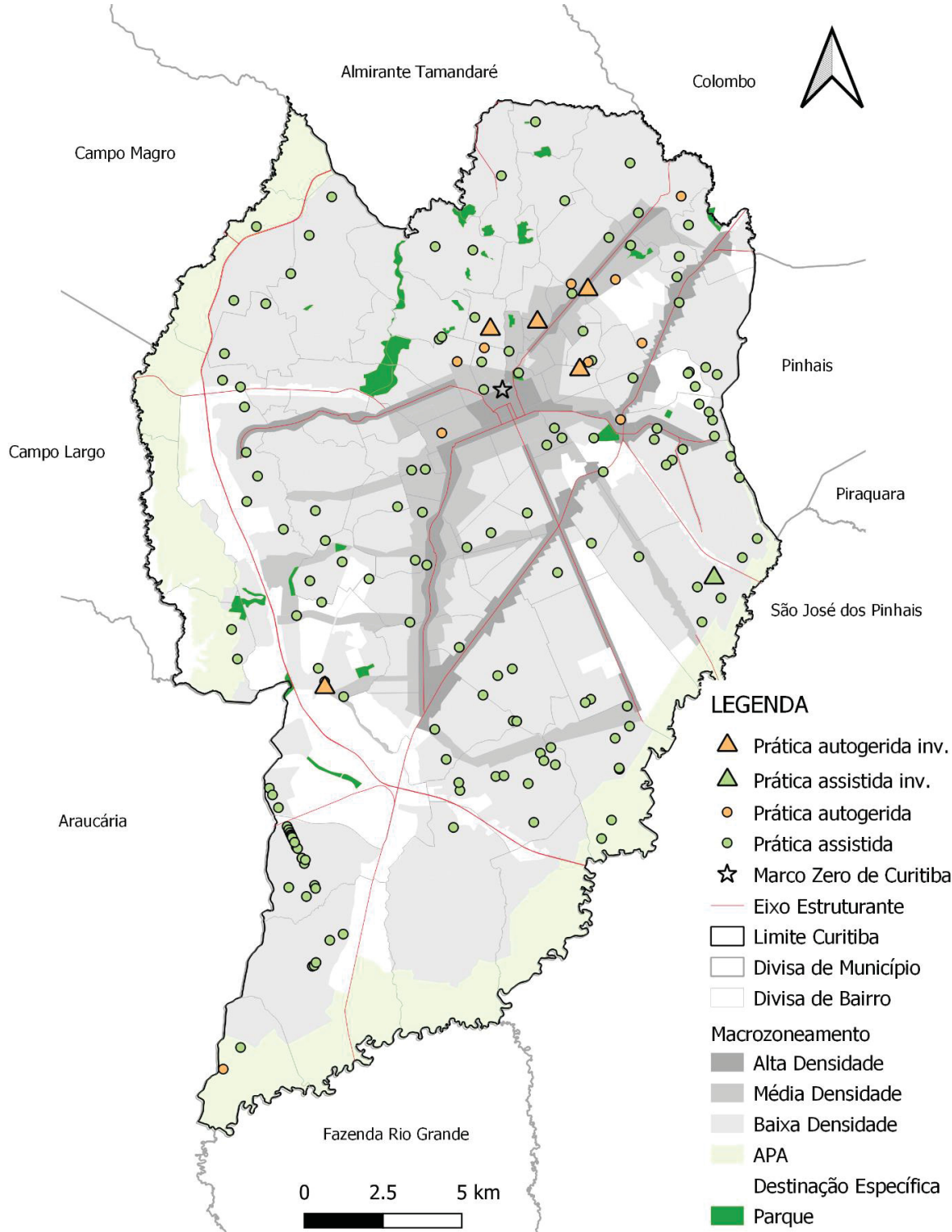
Já as práticas autogeridas - com exceção das que estão em uma APA no bairro Caximba ou em áreas de baixa densidade no CIC e o Santa Cândida -, estão distribuídas em áreas próximas ao centro da cidade e aos eixos estruturais, planejadas para terem baixa, média e alta densidade habitacional.

---

<sup>10</sup> O Plano Diretor de Curitiba (2015) considera como de baixa densidade áreas com até 80 domicílios por hectare, média densidade áreas que têm entre 81 e 200 domicílios por hectare e alta densidade áreas que têm entre 201 e 400 habitações por hectare.

Por fim, se consideradas somente as 6 práticas investigadas em campo, 4 estão em áreas que o Plano Diretor estabeleceu como de baixa densidade habitacional e 2 estão em área de média densidade, ambas muito próximas aos eixos estruturais de alta densidade.

MAPA 3 - AU e Macrozoneamento (1:150.000)



FONTE: o autor (2023); IPPUC (2023).

Entretanto, quando levada em consideração a densidade habitacional consolidada do município de Curitiba - que é muito similar à densidade demográfica -, identificada pelo censo do IBGE (2010), percebe-se no Mapa 4 que as práticas potencialmente contra-hegemônicas de AU - tanto assistidas quanto autogeridas - estão em sua maioria próximas ou dentro de áreas de média ou mesmo alta densidade habitacional, o que reforça seu caráter urbano e contradiz a ideia de que estas práticas estariam restritas a áreas de baixa densidade, sendo preteridas quando há pressão por adensamento habitacional ou populacional.

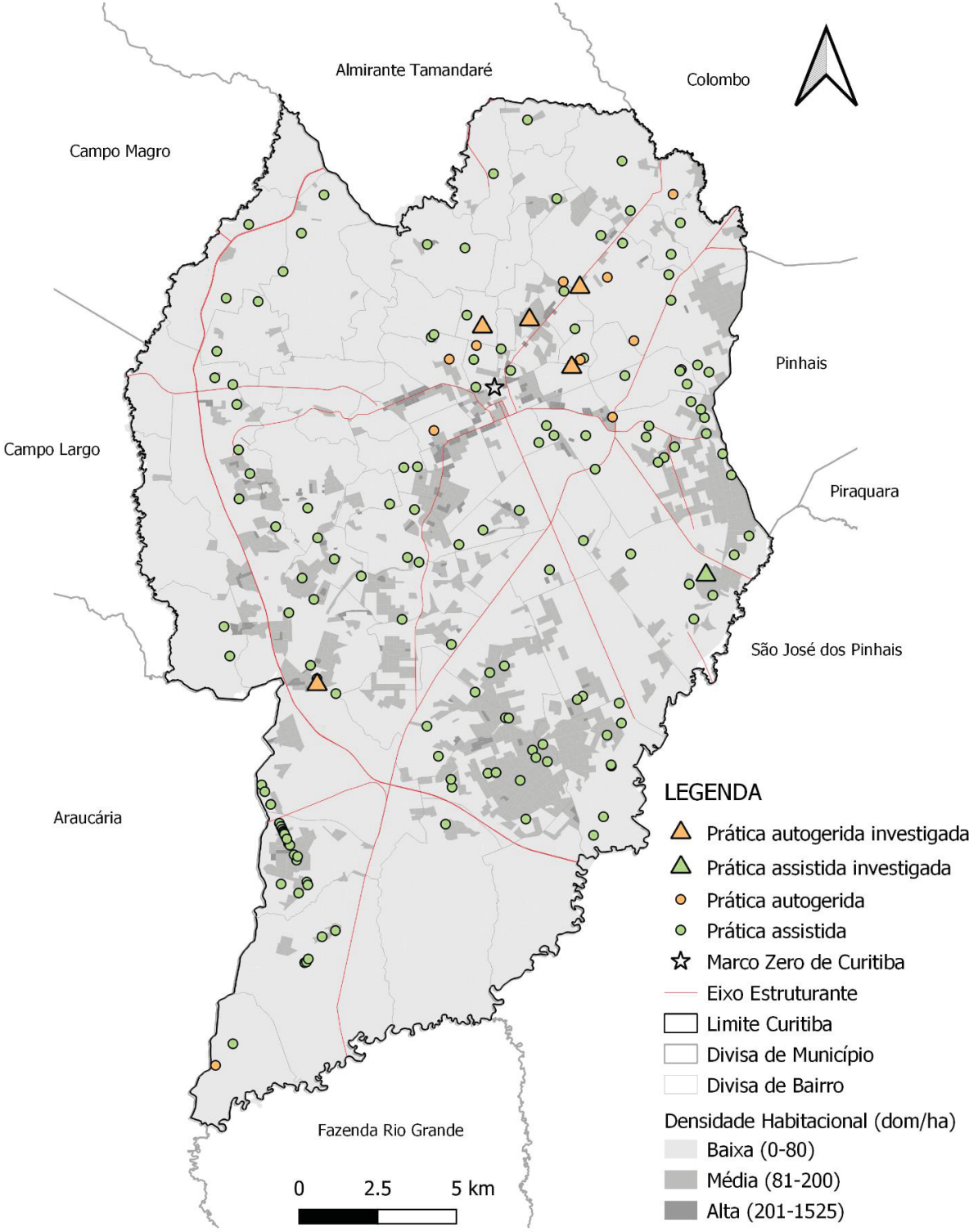
Há que se pontuar que a informação do Censo já está um tanto desatualizada, e espera-se que os dados do Censo de 2022 sejam disponibilizados em breve para um cruzamento mais atual e realista entre as práticas de AU e a densidade habitacional de Curitiba. Ainda assim, a tendência é de um aumento geral nas densidades habitacionais, dado que houve uma produção expressiva de unidades habitacionais no período de 2010 e 2023 (IPPUC, 2023). Além disso, bairros como o Caximba, que no Censo de 2010 tinham população de cerca de 2.000 habitantes, experimentaram um *boom* de urbanização e ocupação de seu território (SORRENTINO, 2018) nas áreas em que estão suas duas práticas de AU<sup>11</sup>, o que provavelmente denota que lá já existe uma média ou mesmo alta densidade habitacional e populacional.

Em relação às práticas selecionadas, 2 delas estão em áreas de baixa densidade habitacional e as outras 4 em áreas de média densidade habitacional - sendo 3 destas muito próximas a áreas de alta densidade.

---

<sup>11</sup> Inclusive, essas duas práticas - uma assistida e uma autogerida - estão dentro da área de ocupação recente do bairro, que ocorreu de 2010 em diante.

MAPA 4 - AU e densidade habitacional (1:150.000)



FONTE: o autor (2023); IPPUC (2023); IBGE (2010).

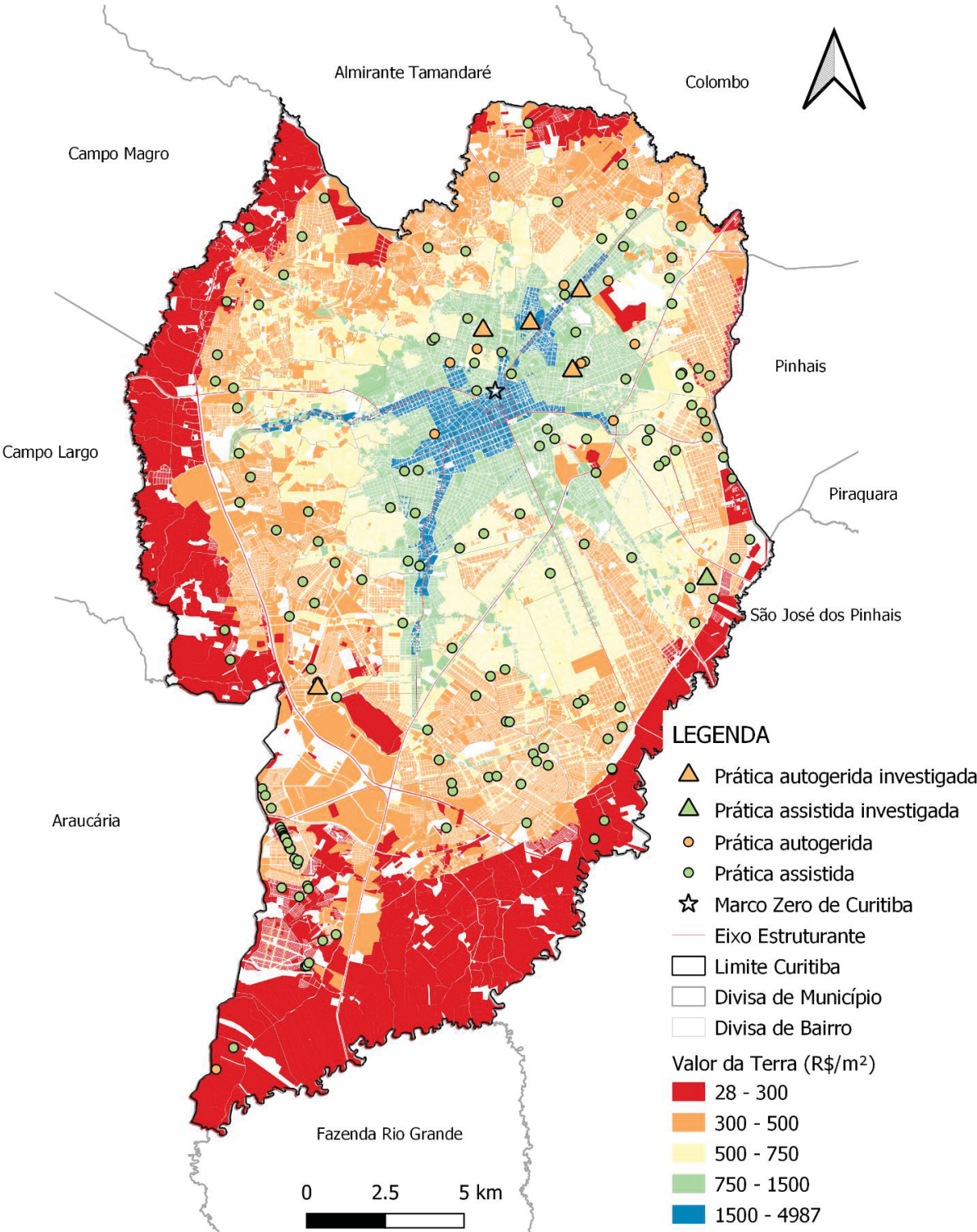
Levando-se em consideração o preço da terra nas áreas em que a AU potencialmente contra-hegemônica está inserida (IPPUC, 2023), percebe-se que este fator tem relevância para a distribuição das práticas no território de Curitiba. Evidencia isso o fato de que, comparativamente, existem menos práticas de AU potencialmente contra-hegemônica em áreas de preço da terra muito alto - como pode-se observar no Mapa 5, em azul -, reforçando a lógica de definição do uso da terra pelo maior e melhor uso. Ainda assim, percebe-se que o preço da terra e a lógica do maior e melhor uso não é determinante para impedir a existência de prática de AU em áreas centrais e/ou mais valorizadas.

A distribuição das práticas autogeridas também reforçam essa relevância, estando presentes principalmente nas áreas de baixo valor da terra, ainda que exista uma parcela significativa presente em áreas de baixo, médio e alto valor da terra, o que acontece devido às hortas institucionais e escolares da PMC, que acontecem dentro de equipamentos públicos, e por isso não são tão afetadas pelo mercado de terras.

Em relação às práticas autogeridas, observa-se que elas estão predominantemente em localidades de valor da terra médio ou alto, próximas à região central - com exceção das práticas no bairro Caximba, CIC e Santa Cândida. Isso mostra que as práticas deste perfil não sofrem tanta influência do preço da terra e da lógica do maior e melhor uso para sua espacialização.

Em relação às 6 práticas selecionadas para investigação em campo, 2 estão em áreas periféricas com valor da terra baixo e 4 estão em áreas mais centrais com valor da terra alto - sendo 2 delas muito próximas ao trecho do eixo estrutural norte em que o valor da terra é muito alto.

MAPA 5 - AU e valor da terra (1:150.000)



FONTE: o autor (2023); IPPUC (2023).

No Mapa 6, observa-se a relação das práticas potencialmente contra-hegemônicas de AU com renda média per capita por setor censitário, levantada pelo Censo do IBGE (2010). Para a categorização da renda média per capita, adotou-se 5 faixas: até 1 salário mínimo (SM); 1 a 3 SMs; 3 a 5 SMs; 5 a 10 SMs; mais de 10 SMs<sup>12</sup>.

Essas informações reforçam o apresentado no Mapa 5 sobre valor da terra, evidenciando a presença destas práticas em áreas de quase todas as faixas de renda, com exceção das de renda mais alta. Isso reforça a multifuncionalidade da AU e sua não restrição a fatores socioeconômicos como pobreza e renda, ainda que sua contribuição no enfrentamento a eles possa ser bastante expressiva.

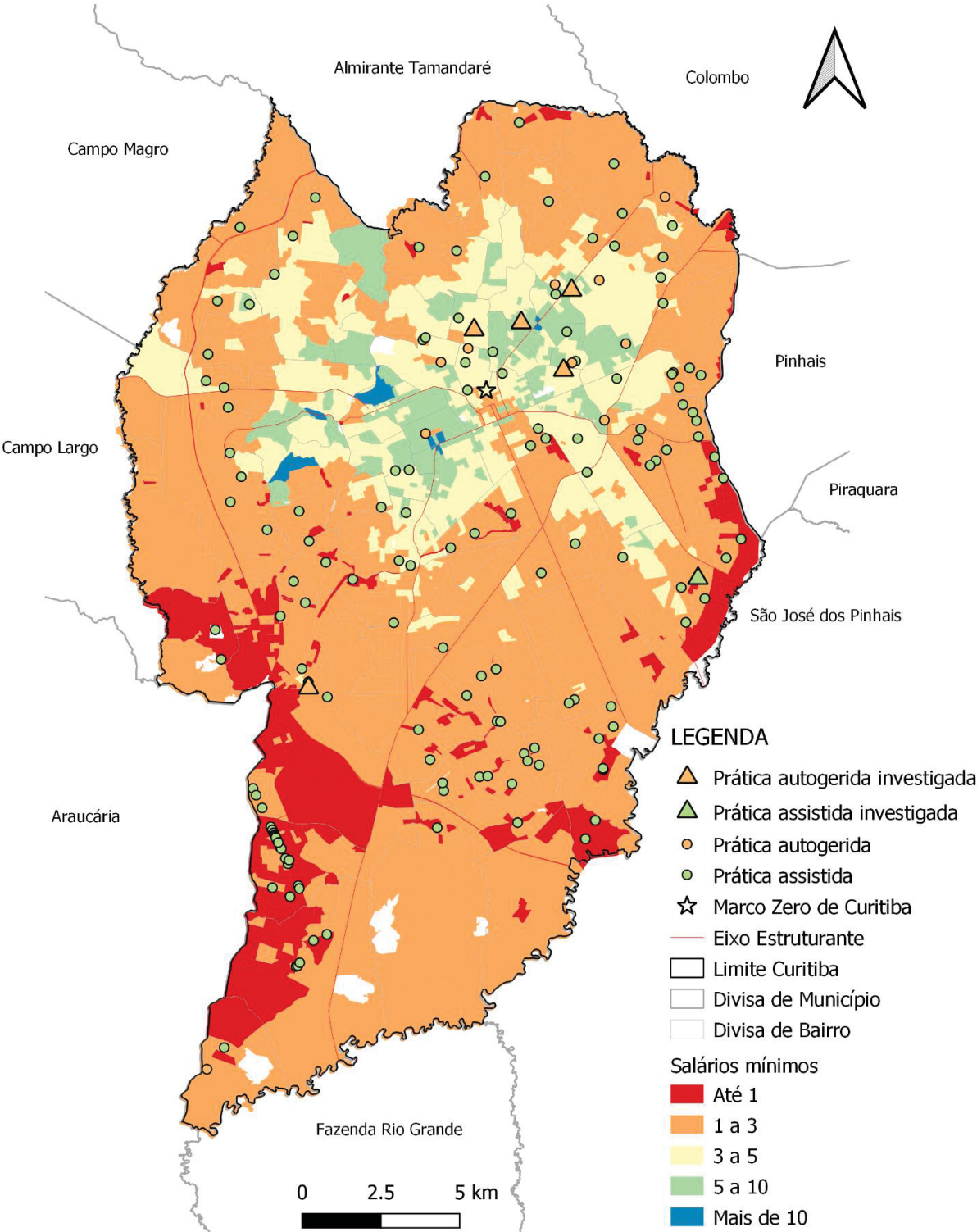
Percebe-se que as práticas assistidas concentram-se principalmente nas áreas das duas faixas de renda mais baixas, ao passo que as práticas autogeridas localizam-se em sua maioria em regiões de renda média ou média-alta. Isso evidencia a conexão destas últimas com as áreas onde vive a classe média de Curitiba.

Em relação às 6 práticas de AU selecionadas, 2 estão em áreas predominantemente de renda baixa e média baixa, 3 estão em área predominantemente de classe média e 1 está em área predominantemente de renda média-alta.

---

<sup>12</sup> SM em 2010 (ano do censo) = R\$510,00.

MAPA 6 - AU e renda média per capita (1:150.000)



FONTE: o autor (2023); IPPUC (2023); IBGE (2010).

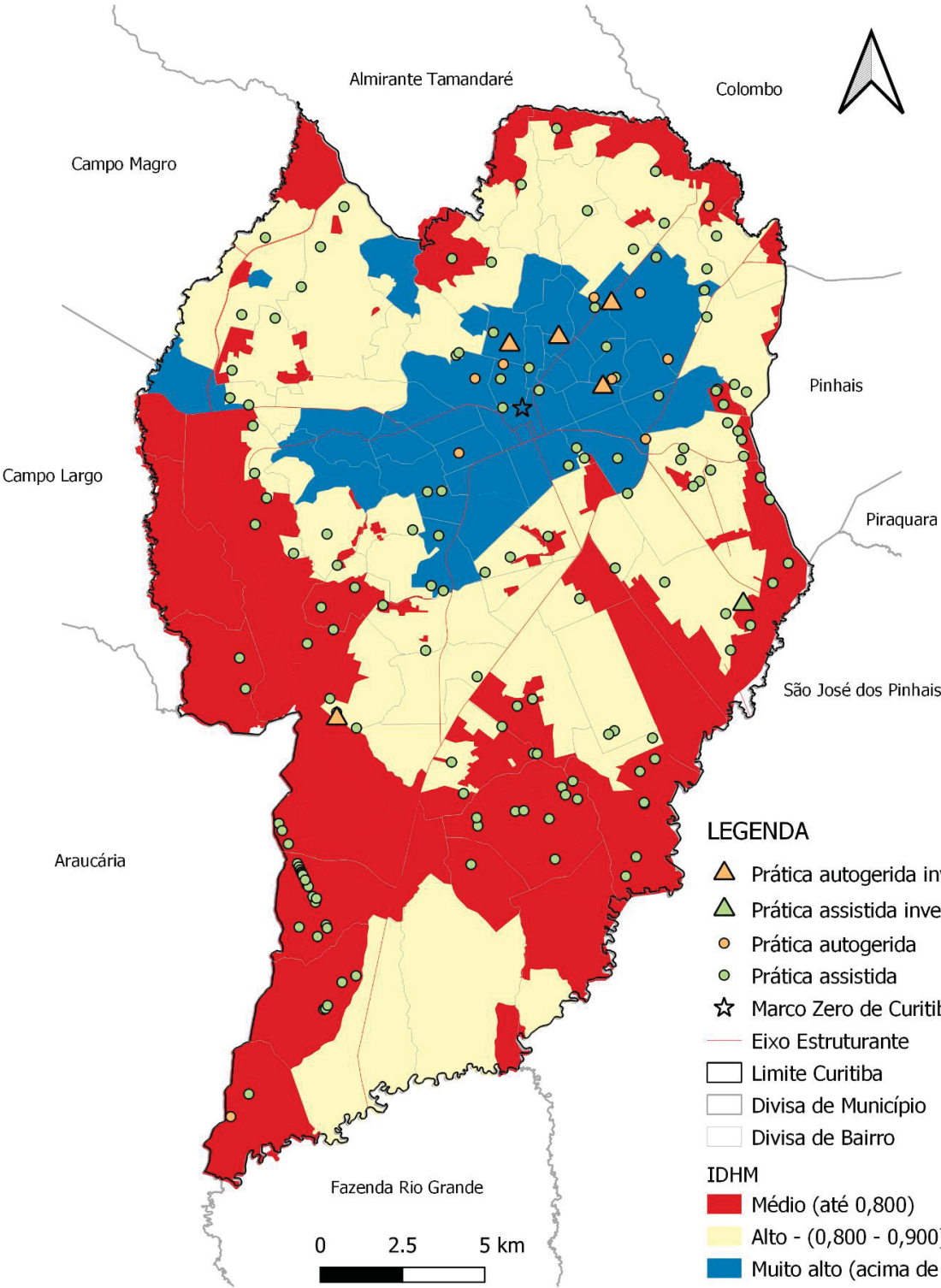
Ainda dentro da inserção das práticas de AU com relação a aspectos sociais de Curitiba, o Mapa 7 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) por Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) de Curitiba, que varia dentro do território municipal nas faixas Médio, Alto e Muito Alto (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Quando cruzada essa informação com a distribuição das práticas potencialmente contra-hegemônicas de AU, percebe-se que estas práticas estão presentes em territórios com todas as faixas de IDHM do município, mostrando que elas não acontecem meramente por fatores socioeconômicos. Ainda assim, essa configuração reforça alguns dos aspectos destacados nos Mapas 5 e 6 com relação ao tipo de prática de cada região, a pontuar:

- Presença acentuada de práticas assistidas nas regiões de menor IDHM e, portanto, de maior vulnerabilidade social;
- Concentração de práticas autogeridas - com exceção das do CIC, Caximba e Santa Cândida - nas regiões mais centrais e com IDHM muito alto.

Em relação às 6 práticas selecionadas, 4 estão em áreas de IDHM muito alto e as outras 2 estão em áreas limítrofes entre IDHM médio e alto, com maior vulnerabilidade social.

MAPA 7 - AU e IDHM (1:150.000)



FONTE: o autor (2023), IPPUC (2023), ATLAS BRASIL (2013).

O Mapa 8 apresenta um cruzamento das práticas de AU com a questão do acesso a alimentos saudáveis e à segurança alimentar e nutricional em Curitiba, dado que este é um tema citado recorrentemente quando se refere ao potencial da AU no enfrentamento a essa situação. Para fazer esta análise, foi utilizado o conceito de deserto alimentar, que são:

[...] áreas onde o acesso físico ou econômico à compra de alimentos saudáveis é desigual e reduzido – omissões e falhas na distribuição e comercialização de alimentos, contribuindo para as disparidades na dieta e na saúde da população e relacionando-se diretamente com a insegurança alimentar (BEAULAC; KRISTJANSSON; CUMMINS, 2009 e DAVIES; FRAUSIN; PARRY, 2017). (LIMA, 2022, p. 6).

Marina Lima (2022) identificou e mapeou em sua pesquisa 3 tipos de desertos alimentares em Curitiba e parte da RMC: leves, moderados e graves. Os desertos alimentares leves são:

[...] áreas urbanas em que a locomoção entre o domicílio e o estabelecimento de venda de alimentos mais próximo leva mais de 10 minutos de carro ou mais de 1600m de distância; áreas rurais em que a distância até o estabelecimento de venda de alimentos mais próximo é maior que 32km; áreas urbanas e rurais em que a quantidade de estabelecimentos de venda de alimentos existentes a cada mil habitantes varia entre 0 e 0,75; áreas urbanas e rurais em que a prevalência de estabelecimentos não-saudáveis sobre os saudáveis é ligeiramente maior; e áreas urbanas consideradas relativamente densas e que não possuem estabelecimentos de médio ou grande porte em sua extensão (LIMA, 2022, p. 182).

Os desertos alimentares moderados são:

[...] áreas dentro do perímetro urbano, fora das redes acesso de bicicleta e a pé, onde a maioria da população não possui automóvel próprio; áreas urbanas em que a distância até o estabelecimento de venda de alimentos mais próximo é maior que 1600m e a população que ali reside está em situação de vulnerabilidade social; áreas rurais em que a distância até o estabelecimento de venda de alimentos mais próximo é maior que 32km e a população que ali reside está em situação de vulnerabilidade social; áreas dentro do perímetros urbanos em que a quantidade de estabelecimentos de venda de alimentos existentes a cada mil habitantes varia entre 0 e 0,75; áreas urbanas e rurais em que a prevalência de estabelecimentos não-saudáveis sobre os saudáveis é ainda maior que para os desertos leves; e áreas urbanas consideradas densas e que não possuem estabelecimentos de médio ou grande porte em sua extensão (LIMA, 2022, p. 183).

Por fim, os desertos alimentares graves:

[...] correspondem a situações em que os indicadores utilizados para identificar este fenômeno são encontrados em sua forma mais extrema. São áreas dentro do perímetro urbano, fora das redes acesso de bicicleta e a pé, onde a maioria da população não possui automóvel próprio e onde a população é pobre; áreas dentro do perímetro urbano em que a quantidade de estabelecimentos de venda de alimentos existentes a

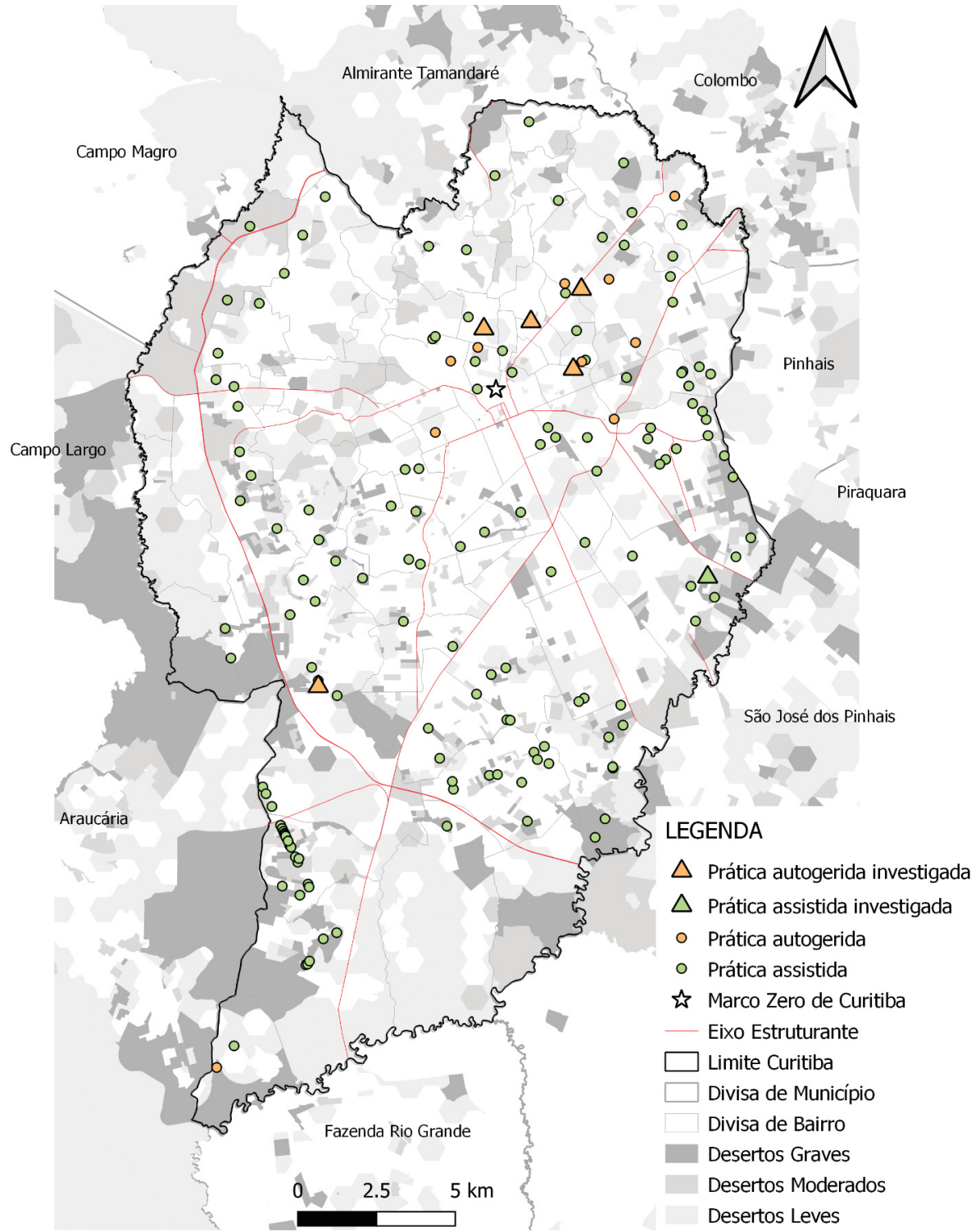
cada mil habitantes varia entre 0 e 0,75 e que coincidem com áreas de baixa renda; áreas urbanas e rurais em que a prevalência de estabelecimentos não-saudáveis sobre os saudáveis é ainda maior que para os desertos moderados; e áreas urbanas consideradas muito densas e que não possuem estabelecimentos de médio ou grande porte em sua extensão (LIMA, 2022, p. 185).

Feita essa explanação, no Mapa 8 observa-se que existe um grande potencial das práticas de AU no enfrentamento à insegurança alimentar de Curitiba, dada a proximidade que muitas delas têm com desertos alimentares leves, moderados e graves. Se analisadas por tipo, as práticas assistidas, principalmente as do tipo horta comunitária urbana, se encontram em áreas com incidência de desertos alimentares leves, moderados e graves.

Por outro lado, as práticas autogeridas - com exceção das 3 do CIC, Caximba e Santa Cândida - concentram-se em áreas com boa oferta de alimentos saudáveis (portanto sem desertos alimentares) ou em áreas com incidência de desertos alimentares leves.

Se consideradas somente as 6 práticas selecionadas, 4 estão em áreas com boa oferta de alimentos saudáveis e 2 em áreas com incidência de desertos alimentares leves, moderados e graves.

MAPA 8 - AU e segurança alimentar e nutricional (1:150.000)



FONTE: o autor (2023); Lima (2022); IPPUC (2023).

O Mapa 9 apresenta um mapa com o cruzamento das práticas potencialmente contra-hegemônicas de AU com equipamentos de lazer - considerados no mapa como praças, o que envolve praças, eixos de animação e jardins ambientais - e equipamentos de “acesso à natureza” do município - considerados no mapa como Bosques de Conservação da Biodiversidade (BCBU), Refúgio da Vida Silvestre e “parques e bosques” (este último envolve parques, bosques e jardim botânico).

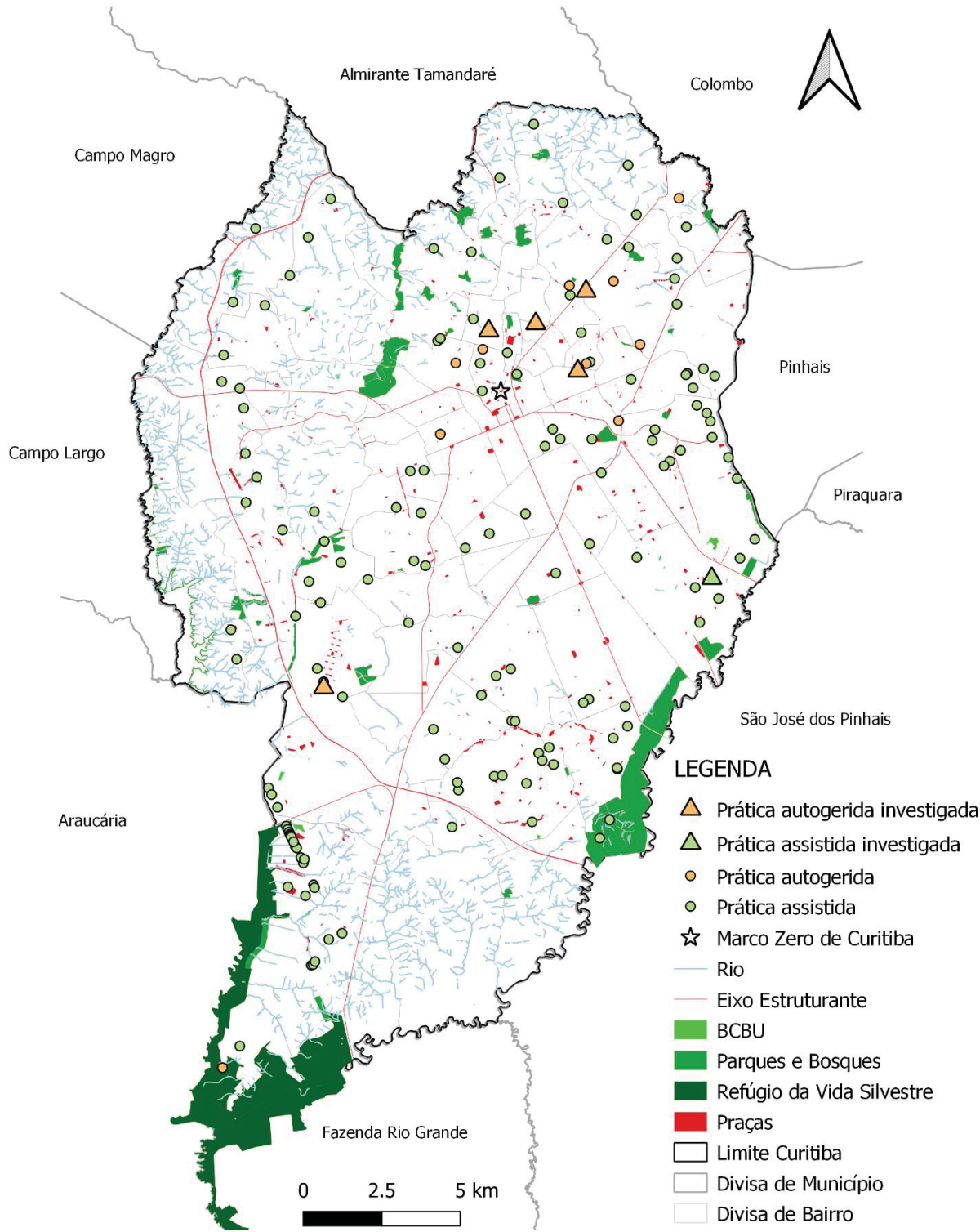
Optou-se por não incluir nesse mapa as áreas verdes levantadas por satélite, pois parte delas já está identificada nos equipamentos mapeados, e o restante se divide principalmente entre áreas particulares (e portanto sem livre acesso pela população) e áreas de arborização urbana de ruas, que ainda que sejam “natureza”, não configuram um equipamento urbano.

A ideia com este cruzamento é verificar como se dá o acesso ao lazer à natureza nos locais em que estão as práticas potencialmente contra-hegemônicas de AU, verificando seu potencial como área de lazer, terapia, conexão com a natureza e contemplação da paisagem.

Dessa forma, observa-se no Mapa 9 que, em geral, tanto as práticas assistidas quanto às práticas autogeridas se encontram próximas a equipamentos de lazer, mas uma quantidade bem menor delas está próxima a equipamentos de acesso à natureza, o que evidencia a possibilidade de explorar esse potencial.

Em relação às 6 práticas selecionadas, todas têm proximidade com equipamentos de lazer. Se considerados os equipamentos de acesso à natureza, somente metade (3) tem equipamentos deste tipo em suas redondezas.

MAPA 9 - AU e acesso à natureza e ao lazer (1:150.000)



FONTE: o autor (2023); IPPUC (2023).

Por fim, a última leitura realizada busca analisar a potencialidade contra-hegemônica das práticas de AU para fins de educação, principalmente educação ambiental - essencial para se pensar em mudanças culturais e transformações sociais mais profundas<sup>13</sup> - e também educação urbanística - mostrando as contribuições que a AU tem para o espaço urbano.

Partindo-se da perspectiva de uma educação ambiental crítica e revolucionária (SORRENTINO ET AL, 2020), entende-se que a educação ambiental não deve ter como foco exclusivamente sua inserção na educação formal, e sim na sociedade como um todo. Nesse sentido, isso implica que o potencial educador ambiental das práticas de AU estaria relacionado à toda população alcançada por estas práticas. Como visto no Mapa 4, a grande maioria das práticas de AU assistidas e autogeridas estão em áreas com média ou alta densidade habitacional e demográfica, mostrando que seu potencial nessa área é significativo.

Por outro lado, não deixa de ser importante uma avaliação do potencial da AU para a educação formal. Para isso, no Mapa 10 foram contabilizadas as instituições de ensino que estão a uma distância de até 1km das práticas potencialmente contra-hegemônicas de AU. Essa distância de 1km baseou-se no que é considerado uma distância caminhável para acesso a instituições de ensino infantil pelo Caderno Minha Casa Mais Sustentável, desenvolvido pelo Ministério das Cidades em cooperação com o ITDP e a WRI (BRASIL, 2017).

Optou-se por utilizar a distância para instituições de ensino infantil como referência por ser considerada a mais democrática possível: se é caminhável para uma criança, consequentemente o é para a maioria dos jovens e adultos. A ideia com isso é que os locais com práticas de AU potencialmente contra-hegemônicas possam ser utilizados por alunos e professores destas instituições como equipamentos de suporte a atividades educadoras e como opção para aulas ao ar livre.

Dito isso, a contagem realizada apontou que, das 1278 instituições de ensino existentes em Curitiba, 929 (73%) estão a um raio de 1km das práticas contra-hegemônicas ou potencialmente de AU, sendo 428 instituições de educação infantil (75% das 568 existentes), 417 escolas de ensino fundamental ou médio (70% das 596 existentes) e 84 instituições de ensino superior (74% das 114 existentes).

Se esse raio cai para 250m - distância utilizada pelo IPPUC para medir o acesso ao transporte público de Curitiba -, o número de instituições de ensino contempladas pela

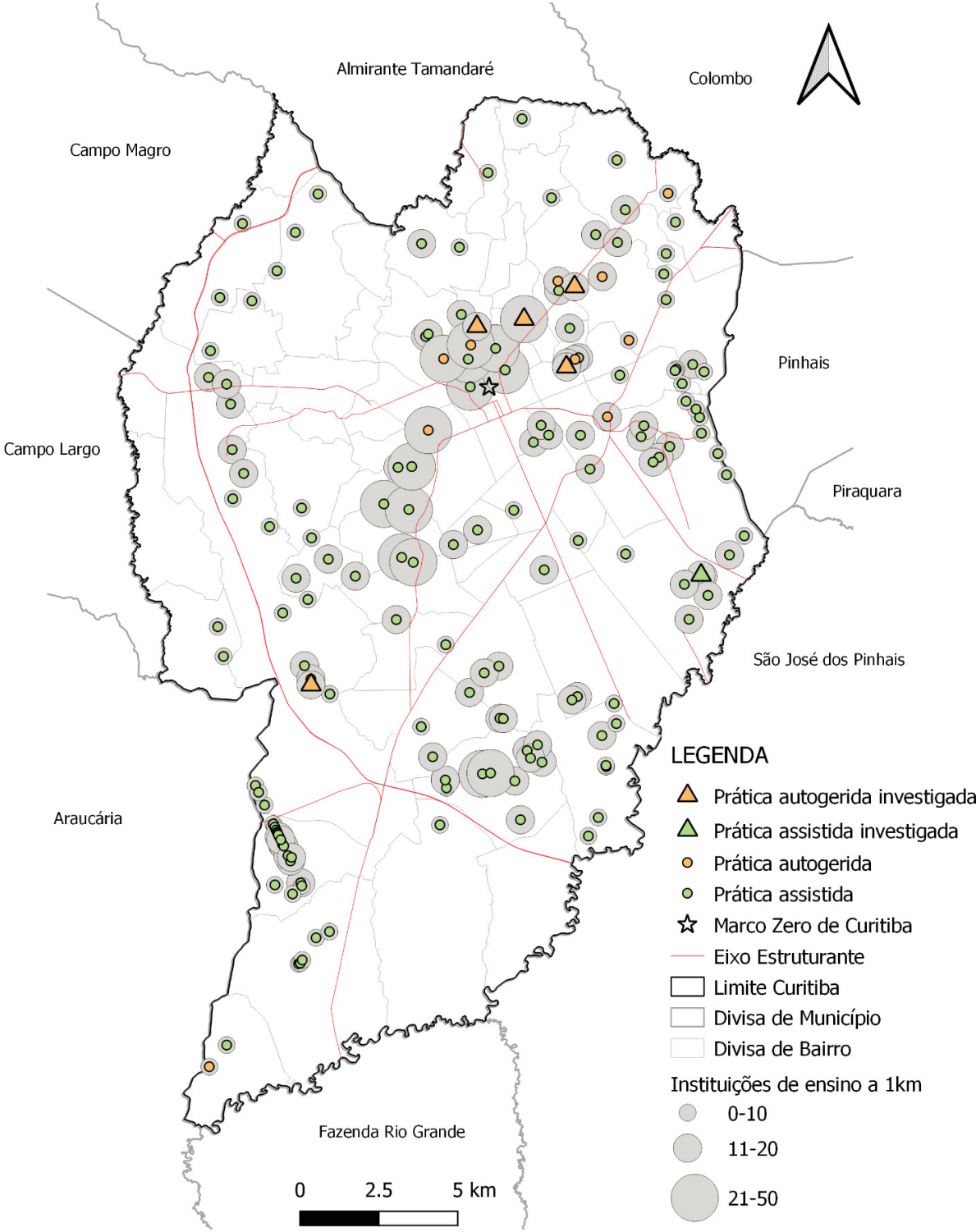
---

<sup>13</sup> A escola e a educação formal podem cumprir um papel de grande relevância em processos de transformação social e mudanças culturais na direção de uma sociedade mais sustentável. Para isso, é importante uma educação ambiental que fortaleça a cidadania e a diversidade e incentive a comunidade escolar à adoção de valores e práticas sustentáveis e à reflexão crítica sobre os impactos ecológicos negativos do sistema hegemônico.

proximidade com essas práticas de AU diminui para 209, o que ainda assim revela um grande potencial a ser aproveitado.

No mapa, um dos pontos notáveis é o da maior proximidade de instituições de ensino das práticas na região central de Curitiba e também em parte dos eixos estruturais - áreas estas apontadas pelo Macrozoneamento de Curitiba como de alta densidade. Isso mostra a grande importância que espaços voltados à AU podem cumprir nestas regiões, que vai diretamente contra a lógica econômica do maior e melhor uso, dado que nestas regiões a prática da agricultura urbana é talvez a menos rentável.

MAPA 10 - AU e instituições de ensino (1:150.000)



FONTE: o autor (2023) com base em IPPUC (2023).

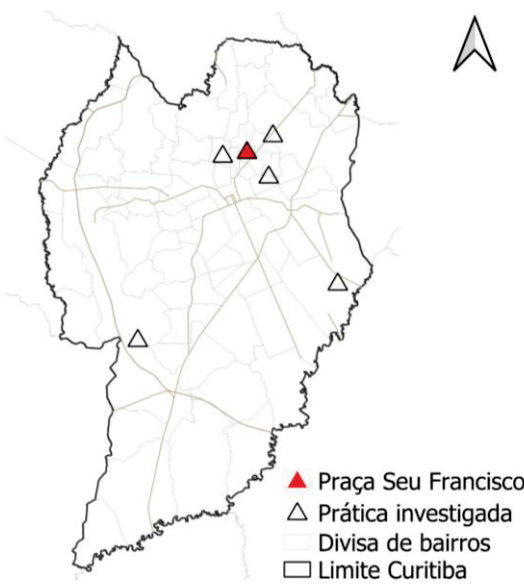
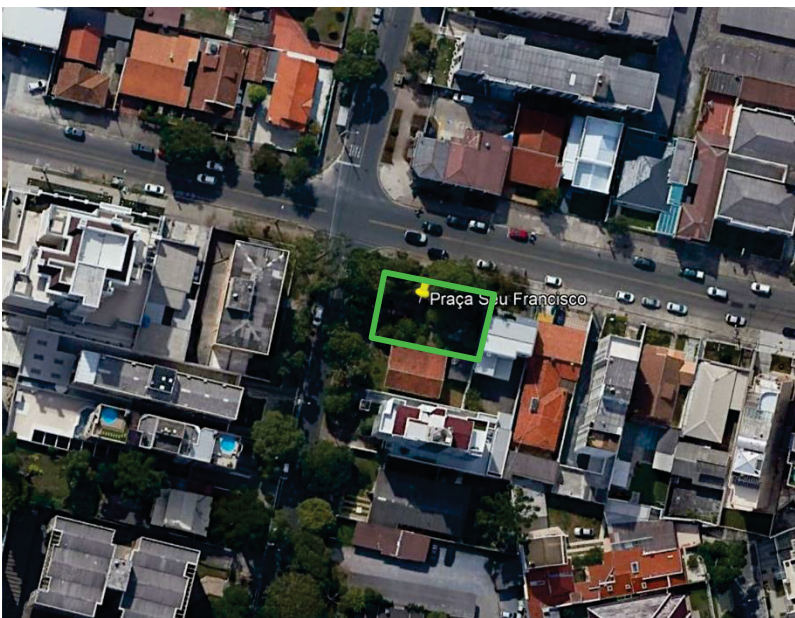
Feita essa contextualização, fica claro a complexidade e diversidade do território em que estas práticas estão inseridas. Além disso, os mapeamentos realizados evidenciaram que a localização das práticas de AU em Curitiba não pode ser explicada por uma leitura rasa que leve em consideração somente fatores econômicos e/ou sociais.

No próximo tópico, serão apresentadas as fichas-síntese das práticas investigadas no trabalho de campo, de modo a expor suas características e elementos contra-hegemônicos que incidam sobre a realidade social, econômica e ambiental de Curitiba.

#### 5.4. FICHAS-SÍNTESE

A partir dos dados e informações coletadas com as entrevistas semi-estruturadas, com a observação participante e com os levantamentos documental e técnico, foram elaboradas as seguintes fichas-síntese:

## 5.4.1. Horta da Praça Seu Francisco

|                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nome                    | Horta da Praça Seu Francisco                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Endereço                | R. Mal. Mallet, 250 - Juvevê, Curitiba (esquina com R. Manoel Eufrásio)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Ano de início           | 2014                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Localização em Curitiba |  <p> <span style="color: red;">▲</span> Praça Seu Francisco<br/> <span style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 10px; height: 10px;"></span> Prática investigada<br/> <span style="border-bottom: 1px solid black; display: inline-block; width: 20px;"></span> Divisa de bairros<br/> <span style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 20px; height: 10px;"></span> Limite Curitiba         </p> |
| Foto aérea              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Área aproximada         | 350m <sup>2</sup> (contando todo o espaço do lote, não apenas a área plantada)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Acesso                  | Livre-público                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

|                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tipo de AU e manejo            | Prática Autogerida - Horta comunitária urbana, com manejo diverso, sem o uso de agrotóxicos, preferencialmente agroecológico                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Perfil dos sujeitos envolvidos | Moradores do bairro, a maioria de classe média, de diferentes faixas etárias e de orientação política diversa (esquerda, direita e centro).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Contexto                       | A prática está inserida em uma Zona Residencial 4 (ZR4), em um bairro de classe média alta, densidade demográfica média, índice de infraestrutura urbana alto e IDHM muito alto (0,949). A prática fica próxima ao eixo estrutural norte, ao Museu Oscar Niemeyer e a comércios vicinais diversos, estando na esquina de duas ruas arborizadas (ambas vias normais). A oferta de alimentos saudáveis na região é considerada boa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Descrição                      | A Praça Seu Francisco é um espaço coletivo de encontro, de lazer e de trocas, construído diariamente pelos moradores do bairro Juvevê. A prática da AU se insere no local como uma horta comunitária, autogerida e auto financiada pelos próprios moradores. Segundo uma hortelã envolvida com a praça, ela é um espaço vivo que independe de uma centralização, e as pessoas que a utilizam defendem-na como um espaço público.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| História do processo/prática   | A horta foi criada em 2014 pelo Seu Francisco, que começou a plantar e cuidar do local após um incêndio em uma edificação da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas. Após a morte de S. Francisco, os moradores do bairro deram continuidade ao seu trabalho, criando a Praça S. Francisco como um espaço comunitário e autogerido. Em 2022, a praça foi parcialmente destruída por um trator, sob ordem de um indivíduo que se diz proprietário do lote em que a praça ocupa. Em seguida, houve uma forte mobilização dos moradores do bairro, apoiados por grupos, coletivos, imprensa, mídia e outras instituições, que juntos conseguiram recuperar o espaço da praça e reconstruí-la a partir de mutirões e outros eventos. Desde então, a Praça se mantém como um espaço comunitário autogerido. |
| Propriedade da terra           | Juridicamente, a terra sobre a qual acontece a prática é uma propriedade privada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Gestão e financiamento         | Os principais cuidadores do espaço são moradores do bairro <sup>14</sup> . Existe um grupo no aplicativo Whatsapp com cerca de 45 membros que se envolvem de maneira mais ou menos intensa com esse cuidado. Poucas pessoas se envolvem com atividades de manutenção como por exemplo o concerto e a pintura dos bancos e mesas. Nesse sentido, de tempos em tempos alguns mutirões são organizados de maneira espontânea. O financiamento dos recursos para manutenção da praça vem dos próprios moradores de maneira voluntária. Assim, a gestão do território pode ser considerada como coletiva-comunitária, auto-organizada, auto financiada e não centralizada.                                                                                                                                         |

<sup>14</sup> Segundo a hortelã entrevistada, não existe exatamente uma “gestão” do território.

|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Uso da produção                    | A produção da horta é utilizada essencialmente para autoconsumo e trocas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Espaço concreto                    | <p>Configura-se uma praça de esquina, lugar de convívio, lazer, descanso, produção de alimentos e práticas agroecológicas.</p> <p>O espaço é composto por (objetos relacionais): bancos, mesas, tocos, cisterna, horta, parquinho, canteiros, muros, amarelinha, suportes para plantas e placas.</p> <p>Espécies cultivadas: maracujá, pães, capuchinha, mandioca, milho, batata, batata-doce, amoreira, amora selvagem, flores, cosmos, justiça vermelha, salsinha, boldo, manjerição, tomate, alface, pitangueira, abacateiro, mamoeiro, cará-moela, fisális, ervilha torta.</p>                                          |
| Negociação / abertura              | A presença da horta somada ao parquinho e aos bancos atraiu para o espaço moradores, trabalhadores e transeuntes do bairro, que passaram a se apropriar do local e a contribuir para sua autogestão, transformando o espaço que outrora era um terreno abandonado em uma praça democrática e vibrante. Além disso, a história de cuidado e transformação do espaço pelo Seu Francisco serviu como catalisadora para a potência de agir e apropriação da praça.                                                                                                                                                              |
| Ações geradas                      | Brincar, se alimentar, plantar, colher, descansar, se encontrar, contemplar, exercer cidadania, conversar, reaproveitar a água da chuva, tocar música, jogar xadrez.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Novas codificações                 | A inserção da horta comunitária em um espaço até então sem uso cria um novo objeto de referência (marco) e impacta as ruas e fluxos adjacentes no bairro, causando novas ações e transformando o terreno abandonado em um lugar de contato. A vizinhança se envolve atraída pelo espaço para plantar e colher seu próprio alimento, pela sombra provida pelas árvores, pelos brinquedos do parquinho, pelos bancos e mesas para conversas e refeições, pelas oficinas e rodas de conversa, pela segurança e vivacidade do local e pela possibilidade de autonomia para construir a cidade que vivem com suas próprias mãos. |
| Envolvimento do setor público      | Atualmente a prefeitura não se envolve na gestão do espaço. Na hora que houve necessidade de ajuda da prefeitura, ela não apareceu, ainda que o prefeito já tenha elogiado a praça em um de seus discursos. A praça tem apoio de alguns políticos do legislativo - deputada federal Carol Dartora, deputado estadual Goura e vereadora Maria Letícia. Para uma horta envolvida com a horta, a prefeitura poderia ajudar de três formas: (i) Instalação de iluminação pública; (ii) Regularização e reconhecimento oficial da praça - segurança jurídica; (iii) Não interferir na organização e autogestão do espaço.        |
| Principais desafios / dificuldades | Conviver e lidar com o coletivo, mantendo a gestão horizontal e democrática do espaço, para não virar uma prática centralizada, hierárquica e/ou autoritária. Enfrentar, mediar e resolver os conflitos de interesses e opiniões em relação ao uso e à gestão do espaço                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

|                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                              | (ex: convívio com pessoas em situação de rua que frequentam a praça). Engajar as pessoas para os mutirões e para construir e pensar o espaço.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Elementos contra-hegemônicos | Gestão comunitária; ocupação de terreno baldio; espaço multifuncional; de aprendizagens, educação ambiental, práticas agroecológicas, organização política e ativismo. Conhecer as pessoas (a horta é só um pano de fundo) e estar em contato com pessoas de diferentes espectros políticos. Enfrentamento de conflitos socioespaciais por meio do diálogo. Espaço para crianças brincarem fora do condomínio/prédio. Contato ativo e passivo com a natureza. |

FIGURA 8 - Diagramas de densidade de ocorrência



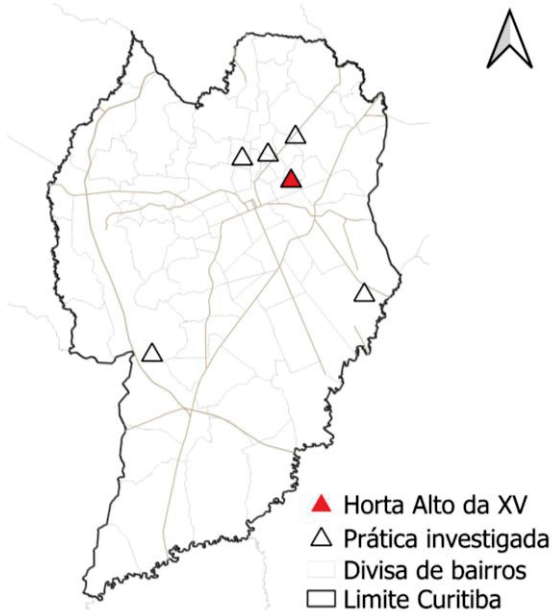
FONTE: o autor (2023)

FIGURA 9 - Linha do tempo



FONTE: o autor (2023); PRAÇA SEU FRANCISCO (2023)

## 5.4.2. Horta Comunitária Alto da XV

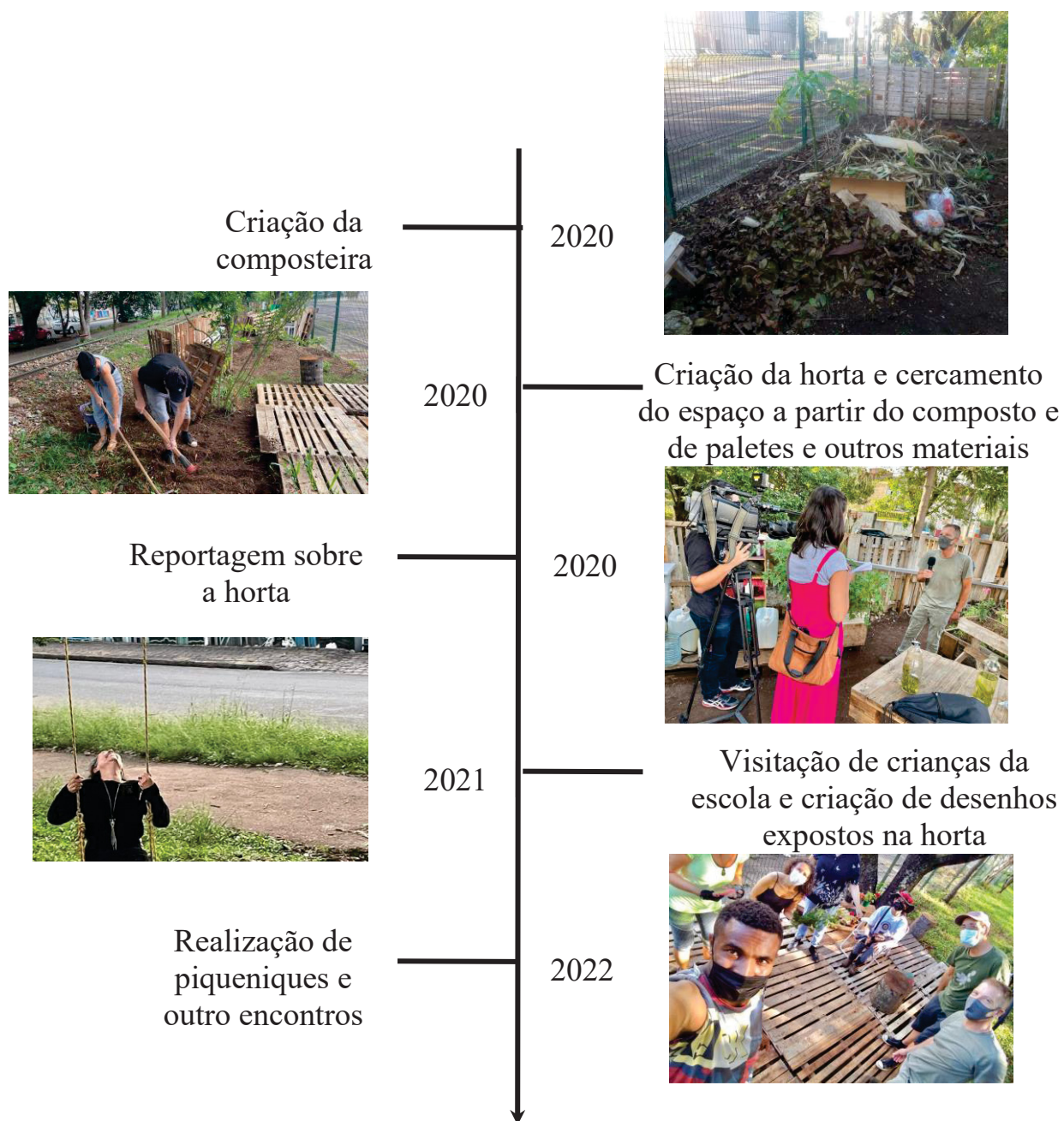
|                         |                                                                                      |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Nome                    | Horta Comunitária do Alto da XV - Educação Ambiental nos Trilhos                     |
| Endereço                | R. Flávio Dallegrave, 1525 - Alto da XV, Curitiba (ao lado do trilho)                |
| Ano de início           | 2020                                                                                 |
| Localização em Curitiba |   |
| Foto aérea              |  |
| Área aproximada         | 150m <sup>2</sup> (50mX3m) (contando todo o espaço, não apenas a horta).             |
| Acesso                  | Livre-público, mas com cerca e portão de entrada.                                    |

|                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tipo de AU e manejo            | Prática Autogerida - Horta comunitária urbana, com manejo orgânico e agroecológico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Perfil dos sujeitos envolvidos | Moradores do bairro (liderados por uma hortelã), a maioria de classe média, de meia e terceira idade e orientação política de esquerda.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Contexto                       | A prática está inserida em uma Zona Residencial 3 (ZR3), em um bairro de classe média, densidade demográfica baixa, índice de infraestrutura urbana elevado e IDHM muito alto (0,929). A prática fica próxima a centralidades comerciais concentradas na Rua XV de Novembro, no Alto da XV Mall e na Rua Itupava, estando ao lado do trilho do trem e da ciclovía, uma área extremamente arborizada. A oferta de alimentos saudáveis na região é considerada boa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Descrição                      | A Horta Comunitária do Alto da XV é um espaço comunitário, de produção de alimentos, compostagem de resíduos, lazer e convívio, construído junto à ciclovía e ao trilho do trem, no bairro Alto da XV. A AU se insere neste espaço como uma horta comunitária, autogerida e auto financiada pelos próprios moradores. A horta surgiu em 2020, durante a pandemia de covid-19, a partir da iniciativa de uma moradora do bairro, que com o isolamento social passou a se incomodar com a enorme quantidade de resíduos orgânicos produzidos em sua casa que ia para o lixo comum, e inicialmente decidiu utilizar o espaço para fazer compostagem destes resíduos. A criação do espaço de compostagem acabou se desdobrando na construção da horta, como uma forma de aproveitar o composto gerado. Segundo essa moradora, a horta é uma horta-escola, dado os processos educadores engendrados a partir dela. |
| História do processo/prática   | A prática teve início em 2020, durante a pandemia de covid-19, inicialmente como um espaço de compostagem criado por uma moradora do bairro Alto da XV. Com o período de confinamento, ela ficou incomodada com a enorme quantidade de resíduos orgânicos produzidos em sua casa que iam para o lixo, e decidiu dar uma outra destinação a eles por meio da técnica da compostagem. Assim, após uma primeira busca no bairro por um local próximo à casa dela que tivesse condições espaciais de receber esses resíduos, criou o espaço ao lado do trilho do trem, que com o tempo acabou incorporando a horta e outros espaços.                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Propriedade da terra           | Juridicamente, a terra sobre a qual acontece a prática é uma propriedade pública e estatal, pertencendo ao município de Curitiba, mas sendo gerida pela Rumo, por estar dentro da faixa de domínio da linha férrea.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Gestão e financiamento         | A hortelã que iniciou a construção do espaço é a principal responsável pela gestão e financiamento do mesmo, centralizando boa parte das ações de manutenção e cuidado com o espaço, e estabelecendo algumas das “orientações” de uso do espaço. Ainda assim, existe um grupo de WhatsApp chamado “família da horta”, com cerca de 20 pessoas que, de maneira voluntária, também contribuem com sua gestão e                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

|                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                       | <p>financiamento de maneira menos intensa, frequentando, utilizando e cuidando do espaço individualmente e coletivamente, por meio de mutirões e eventos de lazer, como piqueniques. Dessa maneira, a gestão do território pode ser considerada como coletiva-comunitária, auto-organizada, auto financiada e centralizada.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Uso da produção       | A produção da horta é utilizada essencialmente para autoconsumo e trocas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Espaço concreto       | <p>Configura-se um espaço de convívio, educação ambiental, produção de alimentos e compostagem, com muitas árvores, parcialmente cercado e estruturado paralelamente a uma linha férrea e a uma ciclovia, que é utilizado principalmente por moradores do bairro envolvidos em sua gestão e também por seus amigos, convidados e usuários da ciclovia.</p> <p>O espaço é composto por (objetos relacionais) horta, canteiros (na terra e suspensos), vasos, cerca de paletes, cerca de gradil, banheiro ecológico, cisternas, composteira, balanço, lixeira, suporte para plantas, placas, área de ferramentas, depósito de materiais, ganchos para pendurar rede, área de convívio/lazer (piso de paletes), bancos e mesa.</p> <p>Espécies cultivadas: mandioca, pitangueira, morango, pé de maracujá, abacateiro, pessegueiro, couve, coentro, cenoura, tomate, amoreira, mangueira, manjerição, goiabeira, fisális, milho, malva, araucária, cebolinha, lavanda, salsinha, capim-limão, erva-doce, boldinho, babosa, pimenteira, limoeiro.</p> |
| Negociação / abertura | <p>A presença da horta contribuiu para aumentar o cuidado com o espaço por parte dos moradores do bairro, gerando novas apropriações e praticamente acabando com a prática de jogar/depositar lixo naquela área e diminuindo também as atividades ilícitas. A existência da composteira também contribuiu para que alguns dos moradores do bairro separassem e levassem seus resíduos orgânicos para compostá-los naquele espaço. Assim, o espaço que era utilizado principalmente como depósito de lixo passou a ser uma horta comunitária com produção de grande variedade de alimentos orgânicos e áreas de convívio, lazer, compostagem e aprendizagem. Além disso, a horta também é utilizada por professoras e estudantes de uma escola de educação infantil da região para atividades de educação ambiental e artística.</p>                                                                                                                                                                                                               |
| Ações geradas         | Compostar, brincar, aprender, se alimentar, plantar, colher, carpir, descansar, dormir, se encontrar, contemplar, conversar, armazenar e reaproveitar a água da chuva, ouvir música, deitar na rede, sentar, fazer piquenique, ir ao banheiro/urinar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Novas codificações    | Antes da implantação da horta, essa área era utilizada como depósito de lixo e também para atividades ilícitas, principalmente o uso de drogas. A partir do uso e da apropriação coletiva do espaço - ou práxis instituinte emancipadora - pela moradora que iniciou o processo de compostagem, e posteriormente pelos outros moradores com                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

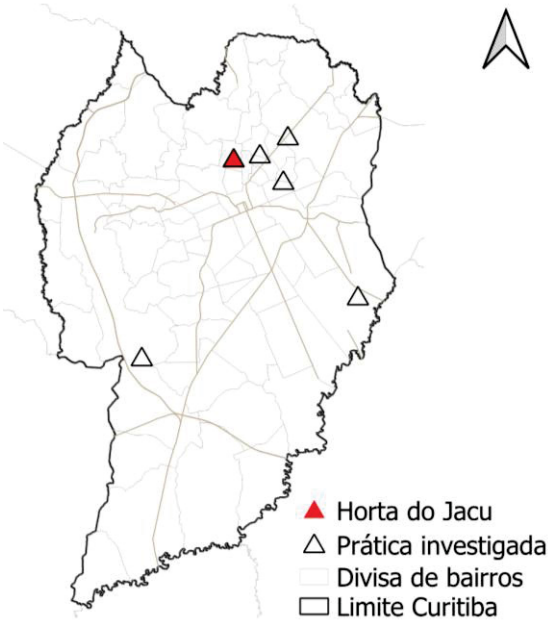
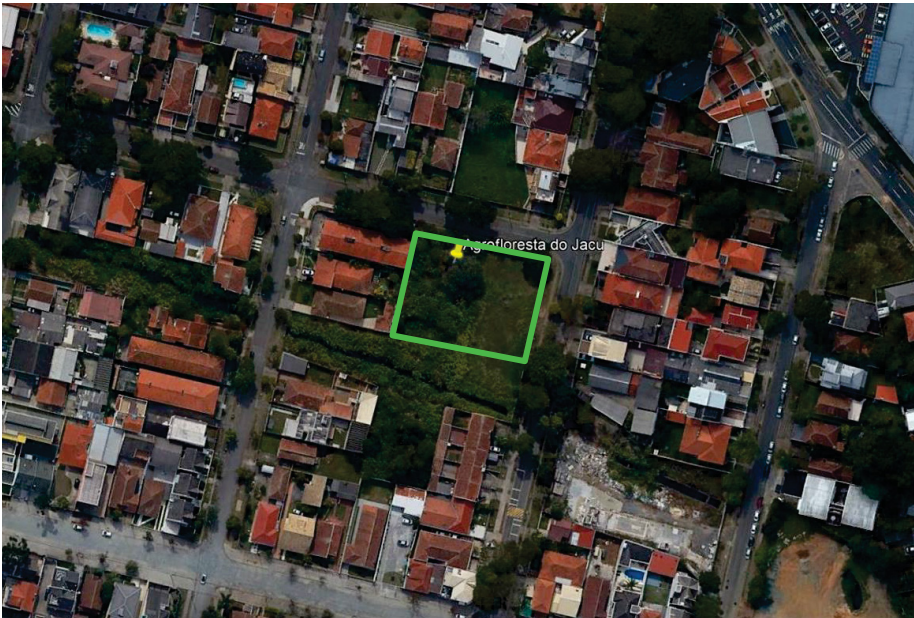
|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                    | <p>a construção da horta e do espaço de convívio, o espaço foi transformado e ressignificado, ganhando uma nova identidade, dinâmica e organização. Assim, ainda que juridicamente essa terra esteja considerada como uma propriedade estatal, a prática fez com que socialmente ela se transformasse em um comum urbano, estabelecendo uma não propriedade ou o inapropriável. A inserção da horta ao lado da ciclovia e do trilho do trem em uma área pouco utilizada até então cria um objeto de referência (marco) para a região, gerando novos usos, apropriações e fluxos para o espaço. A estética do espaço, construído com paletes e outros materiais reciclados somados ao verde da horta e da vegetação, desperta a curiosidade daqueles que passam pela ciclovia ou pela rua, que tiram fotos, se aproximam e procuram saber mais sobre o funcionamento do espaço e a abertura para participação nele. O espaço também atrai crianças pela presença do balanço e outras pessoas pela presença de bancos e mesa. Os moradores também se atraem pela possibilidade de fazer compostagem, plantar, colher e trocar conhecimentos, sementes, mudas e hortaliças, construindo autonomia e transformando/se apropriando da cidade em que vivem.</p> |
| Envolvimento do setor público      | <p>Atualmente a prefeitura não se envolve na gestão do espaço. Para uma hortalã, a prefeitura poderia contribuir com o espaço por meio da instalação de iluminação pública, implantação de ponto de água, energia elétrica e lixeiras. Além disso, a prefeitura poderia contribuir integrando a política pública de AU às áreas de saúde, educação e assistência social e através de ações educativas de conscientização e combate ao vandalismo em áreas de AU.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Principais desafios / dificuldades | <p>Vandalismo e depredação do espaço, proteger do lixo e de cocô e xixi de cachorro e de humanos. Lidar com conflitos com os vizinhos em relação ao uso do espaço. Centralização e dependência de um indivíduo.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Elementos contra-hegemônicos       | <p>Gestão comunitária, auto-gerida e auto-organizada; utilização do espaço para atividades de educação ambiental; vitrine de boas práticas.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

FIGURA 10 - Linha do tempo



FONTE: o autor (2023); JOANA (2022).

## 5.4.3. Horta e Agrofloresta do Jacu

|                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nome                    | Horta e Agrofloresta do Jacu                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Endereço                | Esquina da R. Angelo Zeni com a R. Albino Silva - Bom Retiro, Curitiba                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Ano de início           | 2017                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Localização em Curitiba |  <p> <span style="color: red;">▲</span> Horta do Jacu<br/> <span style="color: black;">△</span> Prática investigada<br/> <span style="border-bottom: 1px solid grey; display: inline-block; width: 20px; height: 0; vertical-align: middle;"></span> Divisa de bairros<br/> <span style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 20px; height: 10px; vertical-align: middle;"></span> Limite Curitiba         </p> |
| Foto aérea              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Área aproximada         | 2.500m <sup>2</sup> (50mX50m) (contando todo o espaço, não apenas a horta).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Acesso                  | Livre-público, parcialmente cercado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

|                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tipo de AU e manejo            | Prática Autogerida - Horta e agrofloresta comunitária urbana, com manejo orgânico, agroecológico e agroflorestal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Perfil dos sujeitos envolvidos | Moradores do bairro, ativistas do movimento agroecológico e de jardinagem libertária, famílias, jovens e adultos, de classe média, orientação política anarquista e/ou de esquerda.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Contexto                       | A prática está inserida em uma Zona Residencial 3 (ZR3), em um bairro de classe média, densidade demográfica baixa, índice de infraestrutura urbana elevado e IDHM muito alto (0,916). A prática fica próxima a centralidades comerciais concentradas na Rua XV de Novembro, no Alto da XV Mall e na Rua Itupava, estando ao lado do trilho do trem e da ciclovia, uma área extremamente arborizada. A oferta de alimentos saudáveis na região é considerada boa.                                                                                                                                                                                                         |
| Descrição                      | De acordo com um dos co-idealizadores da horta: “Horta comunitária, pública, biodiversa, agroflorestal. Composteira comunitária para reciclagem de resíduos alimentares vegetais crus. Espaço de lazer, de atividades educativas, de sociabilidade e de trocas alimentares, culturais e artísticas no bairro Bom Retiro. Espaço para cultivo de PANC (plantas alimentícias não convencionais) e de sementes crioulas. Ambiente experimental de microurbanismos, de mobiliário urbano e de redes participativas. Experimento social autogestionado, não comercial e não governamental” (GOTO, 2020).                                                                       |
| História do processo/prática   | A prática teve início em 2017, por meio de um mutirão autogerido e organizado por meio de evento em rede social. A partir daí, o espaço recebeu uma série de eventos, mutirões, oficinas, aulas e cinema ao ar livre, e práticas de AU cotidianas. No período da pandemia, o espaço se consolidou como uma alternativa de lazer e terapia a céu aberto, com baixo risco de contágio e possibilidade de interações sociais. No último ano, os usos e apropriações do espaço tiveram uma diminuição expressiva, o que não impediu a continuidade da produção local por se tratar de uma agrofloresta com espécies frutíferas que dispensam uma "manutenção" mais frequente. |
| Propriedade da terra           | Juridicamente, a terra sobre a qual acontece a prática é uma propriedade pública e estatal, pertencendo ao Município de Curitiba.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Gestão e financiamento         | A gestão, manutenção e financiamento do espaço é coletiva-comunitária, auto-organizada, auto financiada e descentralizada. Existe um grupo de WhatsApp, uma página do Facebook (1,1 mil curtidas) e um perfil do Instagram (392 seguidores) que auxiliam na gestão da prática.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Uso da produção                | A produção da horta é utilizada essencialmente para autoconsumo e trocas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

|                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Espaço concreto                  | <p>Configura-se um espaço arborizado multifuncional, de convívio, lazer, aulas, contemplação, produção de alimentos, práticas agroecológicas, entre outras coisas, utilizado principalmente por moradores do bairro envolvidos em sua gestão e também por seus amigos e convidados.</p> <p>Objetos relacionais: horta, horta mandala, canteiros de diferentes formatos e técnicas, cerca de gradil, banco de sementes, composteiras, balanço, área de convívio/lazer, bancos, mesa, baldes e placas.</p> <p>Espécies cultivadas: PANCs (plantas alimentícias não convencionais), bananeira, mandioca, pitangueira, morango, uvaia, guabiroba, araçá, pitanga, grumixama, fruta do Conde, amora, abacate, açafraão, couve, coentro, cenoura, tomate, amoreira, mangueira, manjerição, goiabeira, fisális, milho, malva, araucária, cebolinha, lavanda, salsinha, capim-limão, erva-doce, boldinho, babosa, pimenteira, margaridão.</p> |
| Negociação / abertura            | <p>A construção do espaço contribuiu para a realização de eventos diversos, como reuniões, aulas, feiras, encontro de ciclistas, piqueniques, cinema ao ar livre e mutirões. Assim, o espaço passou a ser uma horta e agrofloresta comunitária, com compostagem e produção de alimentos orgânicos, e também uma área de convívio, lazer, trocas e aprendizagem de práticas agroecológicas.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Ações geradas                    | <p>Fazer mutirões, fazer feiras, reunir, compostar, brincar, aprender, se alimentar, plantar, colher, carpir, descansar, dormir, se encontrar, contemplar, conversar, reaproveitar a água da chuva, ouvir música, sentar, fazer piquenique, fazer tai-chi-chuan.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Novas codificações               | <p>Os eventos e as técnicas agroecológicas aplicadas no espaço servem de vitrine de boas ideias para os que passam pelo local. A horta e a agrofloresta servem de pretexto para o encontro e a ocupação de um espaço urbano de grande potencial que até então se encontrava ocioso. A Horta do Jacu passou a se configurar como um marco não só do movimento ativista de hortelões e hortelãs urbanos de Curitiba, mas também de ativistas de outras lutas urbanas, como cicloativistas, ambientalistas e militantes da luta pelo direito à cidade, mostrando que a partir da organização e ação coletiva/comunitária é possível produzir outros modelos de cidade que não o hegemônico.</p>                                                                                                                                                                                                                                          |
| Envolvimento com o setor público | <p>Atualmente a prefeitura não se envolve na gestão do espaço, mas existe um processo em curso organizado pelos usuários do espaço para transformá-lo em uma praça/parque. Em 2019, o espaço recebeu crianças de uma escola municipal para uma aula ao ar livre, como parte do Programa Linhas do Conhecimento (PLC), da Secretaria de Educação de Curitiba. O PLC é um programa educacional que tem como objetivo garantir “experiências significativas aos estudantes, proporcionando uma relação profunda com o espaço em que vivem (...) promovendo o diálogo com a</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

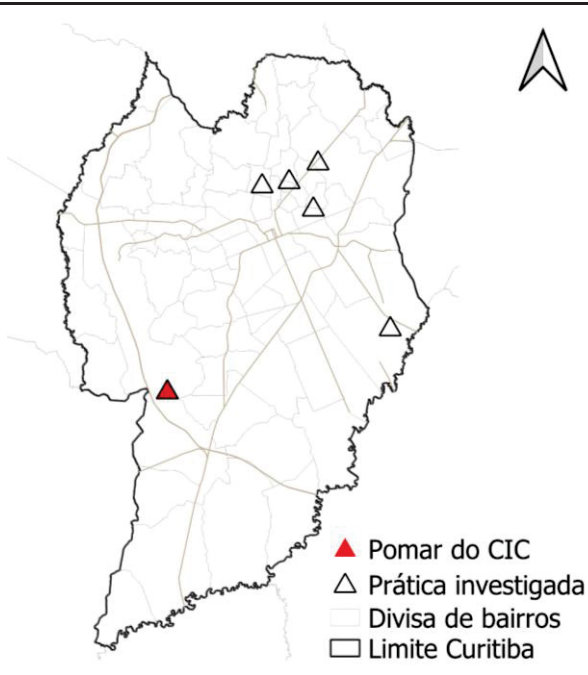
|                                    |                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                    | cidade, com suas funções e tornando o espaço urbano, um espaço intencionalmente educador (SME, 2023)”.                                                                                           |
| Principais desafios / dificuldades | Manter a gestão descentralizada e auto organizada, o cuidado e a manutenção do espaço. Manter a programação de eventos.                                                                          |
| Elementos contra-hegemônicos       | Gestão comunitária descentralizada, autogerida a autofinanciada; utilização de moeda social para comercializar alimentos produzidos; espaço multifuncional para aulas, piqueniques, feiras, etc. |

FIGURA 11 - Linha do tempo



FONTE: o autor (2023); HORTA DO JACU (2023).

## 5.4.4. Pomar Agroecológico do CIC

|                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nome                    | Pomar Agroecológico do CIC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Endereço                | R. Angelina Turesso Cavalim, 51 - CIC, Curitiba (ao lado de um CMEI).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Ano de início           | 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Localização em Curitiba |  <p> <span style="color: red;">▲</span> Pomar do CIC<br/> <span style="color: black;">△</span> Prática investigada<br/> <span style="border-bottom: 1px solid black; display: inline-block; width: 20px;"></span> Divisa de bairros<br/> <span style="border-bottom: 2px solid black; display: inline-block; width: 20px;"></span> Limite Curitiba         </p> |
| Foto aérea              |  <p>Pomar agroecológico do CIC</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Área aproximada         | 1.600m <sup>2</sup> (40x40m)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Acesso                  | Público de uso controlado                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

|                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tipo de AU e manejo            | Prática Autogerida - Horta comunitária urbana com manejo orgânico e agroecológico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Perfil dos sujeitos envolvidos | Professores, diretores, estudantes, pessoas da igreja, comunidade externa, principalmente moradores do bairro, de todas as idades e orientações políticas, de classe baixa e média-baixa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Contexto                       | A prática está inserida em um Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), em um bairro de classe baixa, densidade demográfica média-alta, índice de infraestrutura urbana médio-alto e IDHM médio (0,716). A prática fica ao lado de duas escolas públicas, uma de educação infantil (Centro de Educação Infantil Oswaldo Cruz II) e outra de ensino fundamental (Escola de Ensino Fundamental Joaquim Távora), e faz esquina com a Rua Des. Cid Campelo (coletora 1), que concentra grande variedade de estabelecimentos comerciais. Também fica próxima a áreas residenciais e às indústrias do CIC. A oferta de alimentos saudáveis na região é considerada preocupante, com desertos alimentares leves, moderados e graves ao seu redor. |
| Descrição                      | O Pomar Agroecológico do CIC fica em um espaço que já serviu como depósito de entulho, e agora é um pomar agroecológico usado pela escola para aulas e também pela comunidade do bairro. É um espaço importante para a comunidade se aproximar da natureza no meio da cidade industrial de Curitiba.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| História do processo/prática   | O terreno em que está localizada a prática ficou abandonado durante mais de 10 anos, até que em 2020, durante a pandemia de covid-19, uma professora da creche ao lado ocupou esse espaço para construir a horta e um pomar. Para isso, fez um contato com a iniciativa privada e plantou lá um monte de árvores, inclusive cerca de 60 árvores frutíferas. A partir daí, o espaço passou a ser utilizado como horta/pomar e para práticas de educação e lazer.                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Propriedade da terra           | Juridicamente, a terra sobre a qual acontece a prática é uma propriedade pública e estatal, pertencendo ao município de Curitiba, mais especificamente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Gestão e financiamento         | Atualmente o espaço é autogerido e autofinanciado por membros da escola e da comunidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Uso da produção                | A produção da horta é utilizada essencialmente para autoconsumo, trocas e atividades pedagógicas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Espaço concreto                | Configura-se um espaço de convívio, aulas ao ar livre, lazer, produção de alimentos, compostagem, práticas agroecológicas, contato com a natureza e educação ambiental. Objetos relacionais: canteiros, composteira, sementeiras, cerca de gradil.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

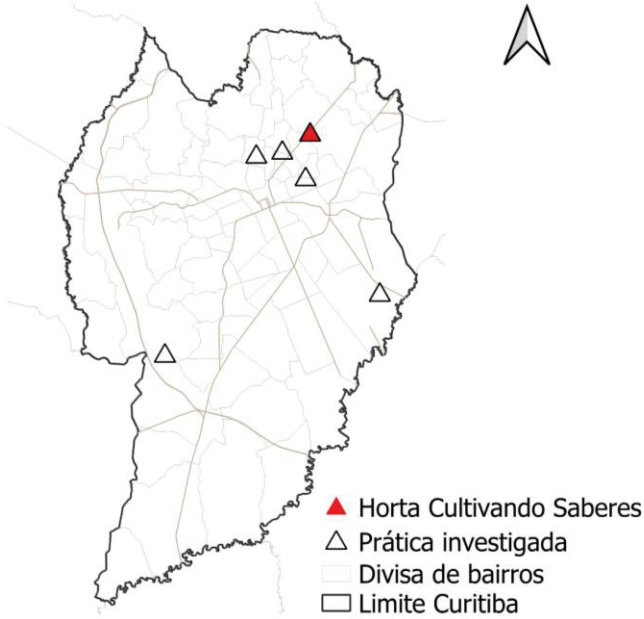
|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                    | Espécies cultivadas: pomar de árvores frutíferas, hortaliças diversas, temperos e ervas medicinais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Negociação / abertura              | A construção do espaço possibilitou a realização de aulas ao ar livre, mutirões de plantio e contato com a natureza, mas também encontros de amigos para tocar/ouvir música e se divertir, servindo como uma extensão da casa de moradores do bairro que muitas vezes não tem um quintal ou área de lazer dentro de casa. Assim, o espaço passou a ser uma horta e pomar comunitários, com compostagem e produção de alimentos orgânicos, e também uma área de convívio, lazer, trocas e aprendizagem de práticas agroecológicas. |
| Ações geradas                      | Fazer mutirões, reunir, compostar, brincar, aprender, se alimentar, plantar, colher, carpir, descansar, se encontrar, contemplar, conversar, ouvir música, sentar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Novas codificações                 | A horta e o pomar servem de pretexto para a reunião e a ocupação de um espaço urbano que até então se encontrava ocioso, possibilitando encontros, aulas ao ar livre, vivências e aprendizados diversos em torno do cuidado com a terra.                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Envolvimento do setor público      | Apesar de o espaço ser da SMMA, atualmente o setor público não ajuda na construção e manutenção do espaço nem na doação de mudas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Principais desafios / dificuldades | Manter o coletivo coeso. Ter tempo para estar junto. Acesso à água. Promoção da autonomia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Elementos contra-hegemônicos       | Promoção da saúde física e mental. Coletividade e aproximação entre as pessoas. Gestão comunitária. Carinho e cuidado com a terra, com os outros e consigo mesmo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

FIGURA 12 - Linha do tempo



FONTE: o autor (2023); HORTAS CWB (2023).

## 5.4.5. Horta Escolar Cultivando Saberes

|                         |                                                                                      |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Nome                    | Horta Escolar Cultivando Saberes                                                     |
| Endereço                | R. Costa Rica, nº 233 (esquina com R. Holanda) - Bacacheri, Curitiba                 |
| Ano de início           | 2020                                                                                 |
| Localização em Curitiba |   |
| Foto aérea              |  |
| Área aproximada         | 2.000m <sup>2</sup> (100mX20m) (contando todo o espaço, não apenas a horta)          |

|                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acesso                         | Público de uso controlado. A horta fica em um espaço que os professores podem ir a hora que quiserem, podem levar as turmas. Os estudantes podem, em geral, ir acompanhados por professores. Alguns, fazem a parte da educação física ali perto e às vezes frequentam, e no intervalo eles frequentam também. Para o público externo, o acesso só é permitido com algum evento ou agendando uma conversa guiada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Tipo de AU e manejo            | Prática Autogerida - Horta e agrofloresta educativa/educadora urbana, com manejo orgânico e agroecológico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Perfil dos sujeitos envolvidos | Comunidade escolar (estudantes, professores e funcionários) - liderados por um professor -, majoritariamente de classe média-baixa, crianças, adolescentes e adultos, com orientação política diversa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Contexto                       | A prática está inserida em uma escola na Zona Residencial 4 (ZR4), em um bairro de classe média, densidade demográfica média, índice de infraestrutura urbana alto e IDHM muito alto (0,922). A escola fica ao lado do setor estrutural norte e próxima à centralidade comercial da Av. Erasto Gaertner, ao aeroporto do Bacacheri e ao terminal do Cabral, estando situada entre a Rua Holanda (setorial 1), a Rua Estados Unidos (coletora 1), a Rua Canadá (rápida do sistema trinário) e a Rua Costa Rica (via normal). A oferta de alimentos saudáveis na região é considerada boa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Descrição                      | É um projeto de educação ambiental na escola, no qual foi criado um centro de educação ambiental. O espaço físico do centro pode ser construído graças à vitória do projeto no Desafio Escolas Sustentáveis, promovido pela ONU, que premiou a escola com R\$105.000. O projeto existe há quatro anos de funcionamento, se consolidando dentro da escola como algo permanente e com abertura de turma em todos os semestres.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| História do processo/prática   | O projeto teve início no ano de 2019, quando um grupo composto por um professor e alguns estudantes elaborou um plano a ser desenvolvido na escola, reunindo ações relacionadas à questão da sustentabilidade socioambiental, com objetivo de promover a transformação da escola em um espaço educador sustentável. O Projeto ganhou o Desafio escolas Sustentáveis, realizado em 2019 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e promovido no Brasil pelo Instituto Akatu. O desafio consistia em uma chamada pública para “fomentar e incentivar a implementação nas escolas de ensino básico de projetos voltados para a sustentabilidade, em especial os que abordam o consumo consciente” (INSTITUTO AKATU, 2019). O projeto arquitetônico e paisagístico para o Projeto foi desenvolvido pelo Coletivo Nó Comum, composto por arquitetos e engenheiros, do qual o autor desta pesquisa faz parte. A proposta desenvolvida pelo coletivo foi a construção de um espaço, utilizando materiais e tecnologias sustentáveis, para ser utilizado tanto como laboratório e sala de aula - relacionando-se com o currículo das disciplinas regulares -, quanto para servir à comunidade escolar para atividades de |

|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                        | lazer e festividade, como feiras, festas e apresentações, dentre outras. Por fim, sua construção e gestão devem acontecer de maneira participativa. Assim, o projeto foi implantado e deu uso a um espaço da escola que se encontrava ocioso e cheio de entulho. Desde então, o Projeto cresceu e ganhou visibilidade no município, no estado e no país, recebendo diversos convidados e mantendo duas turmas de estudantes no contraturno em todos os semestres, que participam das atividades planejadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Propriedade da terra   | Juridicamente, a terra sobre a qual acontece a prática é propriedade pública estatal, e pertence ao Governo do Estado do Paraná, sendo um bem público de uso especial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Gestão e financiamento | O Projeto é coordenado por um professor da escola, e tem apoio de outro professores, da direção (que apoia também com recursos financeiros), dos estudantes e dos funcionários para sua gestão. As decisões são mais centralizadas no professor que coordena, mas a ideia é ter um grupo que cuide não só da horta, mas também do projeto em geral, cuidando e tomando as decisões. Os dois anos de pandemia acabaram atrapalhando um pouco a estruturação do projeto e deste grupo gestor. O financiamento foi feito inicialmente pelo prêmio recebido, no valor de R\$105.00 e, em seguida, a partir de apoios pontuais da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e de uma emenda parlamentar feita por um vereador de Curitiba no valor de R\$20.000.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Uso da produção        | A produção da horta é utilizada para autoconsumo, trocas, atividades pedagógicas e feiras organizadas pelos estudantes com venda simbólica dos alimentos produzidos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Espaço concreto        | Configura-se um espaço de convívio, lazer, eventos, apresentações, festas, sala de aula ao ar livre, laboratório e local de produção de alimentos orgânicos e práticas agroecológicas. Em outras palavras, um centro de educação socioambiental.<br>Objetos relacionais: hortas, canteiros lineares, canteiros circulares, bancos, mesas, caixas de abelha, sala verde (bioconstrução de bambu), arquibancada (bioconstrução de hiperadobe), composteira de minhocas, composteira em leiras, biodigestor, agrofloresta, muros, cisternas, pomar, pluviômetro, banco solar (com tomadas que fornecem energia gerada a partir de células fotovoltaicas), células fotovoltaicas, sementeiras, mobiliário de madeira.<br>Espécies cultivadas: araucária, goiabeira, quaresmeira, ipê amarelo, ipê roxo, ipê branco, bambu gigante, mulungu-do-litoral, alecrim, sálvia, alface, repolho, tomate, salsa, cebolinha, milho, ervilhaca, aveia, milheto, abobrinha, flores diversas, manjerição, espinafre, rúcula, almeirão, morangos silvestres, pitangueira, erva-doce, camomila, tomilho, ervilha torta, cebola, cenoura, beterraba, couve, entre outras. |
| Negociação / abertura  | A construção do espaço criou um lugar esteticamente agradável, um lugar agradável de se estar, com boa diversidade de plantas e de aves que o frequentam. Os estudantes gostam bastante de frequentar esse espaço. O espaço contribui para a realização de                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                    | eventos, reuniões, encontros, aulas ao ar livre, aulas de campo, feiras, piqueniques, mutirões e atividades e vivências pedagógicas agroecológicas. Assim, o espaço se constitui como um centro de educação socioambiental voltado à comunidade escolar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Ações geradas                      | Se divertir, comer, estudar, aprender, conversar, conhecer, contemplar, brincar, refletir, descansar, namorar, festejar, criar, construir, plantar, regar, colher, cuidar, reaproveitar água da chuva e energia solar, compostar, dormir, observar, relaxar, educar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Novas codificações                 | Fazer cultivos como atividade pedagógica, atividade escolar, fazendo isso para ter uma aproximação maior dos estudantes com a prática da agricultura, para entender melhor de onde vêm os alimentos e como são os processos para produzi-los. Os estudantes também usam o espaço para se divertir no intervalo. Alguns gostam de comer as coisas que tem, como morangos silvestres. As colheitas são compartilhadas com estudantes, professores e funcionários. Os professores utilizam o espaço para levar as turmas e fazer atividades como aulas ao ar livre. Assim, o espaço que antes era pouco utilizado pela comunidade escolar passou a ser um espaço de lazer, aprendizagens e outras práticas, configurando um espaço educador sustentável nos termos colocados por Borges (2011), Czapski e Trajber (2010), Trajber e Sato (2010) e Moreira (2011).                                                         |
| Envolvimento com o setor público   | O Projeto está dentro de um espaço público, de uma escola pública estadual. A Secretaria de Educação começou a apoiar o Projeto em 2022 por meio da remuneração das horas de trabalho do professor-coordenador para realização do projeto. O Projeto recebeu recursos de uma emenda parlamentar, que veio convertida em materiais, ferramentas e mudas via Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN). O Projeto também recebeu apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR) com as obras de terraplanagem e também com apoio técnico e pedagógico. A APMF e a direção da escola também apoiam e financiam o Projeto, desde que não sejam valores muito elevados. Assim, o apoio do setor público é fundamental para a realização do Projeto, mas existe o reconhecimento de que este apoio pode melhorar, se tornando mais articulado e integrado com órgãos da administração pública. |
| Principais desafios / dificuldades | Ter mais gente para apoiar e ajudar na gestão do Projeto, principalmente no trabalho braçal (ex: roçar o mato). Garantir o recebimento de insumos para o Projeto a longo prazo, que não dependa de doações parciais. Fazer a recuperação do solo de parte da área do Projeto, que ainda é muito compactado e com grande presença de entulho. O processo de consolidação e reconhecimento do Projeto foi difícil e trabalhoso, mas já é algo superado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Elementos contra-hegemônicos       | Grande área verde ao lado de um eixo estrutural, no meio da malha urbana, com flora - muitas espécies de árvores e plantas - e fauna - aves, esquilos, gambás, jacu, etc - diversa. “Isso de certa forma é algo diferente do que a gente pensa por cidade”. Criação de                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

|  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <p>abelhas nativas. Abertura para a comunidade. Mostrar que é possível outros modos de apropriação do espaço urbano, do solo, dos espaços e equipamentos públicos, como escolas, terrenos baldios ou espaços já utilizados pelas pessoas. A ideia é conseguir levar um pouco dessa mensagem, desse ideal.</p> |
|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

FIGURA 13 - Diagrama de densidade de ocorrência

O convívio **perpassa e está presente em todas as etapas da vida**. Para representar essa ideia será construída a sala verde e a arquibancada, ambos **espaços centralizados e conectados a todos os outros**.

Nessa área estão previstas atividades relacionadas ao nascer da **vida**, pelas sementeiras e viveiro de mudas, e também ao nascer de **novas ideias**, pelas atividades manuais e artísticas - como oficinas de marcenaria, pintura, escultura etc.



Área de **crescimento das plantas**, saindo de sementeiras e vasos e indo para a terra, e também de **crescimento das pessoas**, através dos encontros e diálogos proporcionados pelos espaços de permanência e pelos bancos.

Espaço com a presença de abelhas nativas e árvores frutíferas, representando a **reprodução da vida** e a **disseminação do conhecimento** através da observação e contemplação da natureza.

Área composta pelos sistemas de compostagem e reaproveitamento de água e resíduos, demonstrando que o **fim do ciclo da vida** é apenas uma etapa que possibilita sua **renovação** e é indispensável ao equilíbrio do sistema.

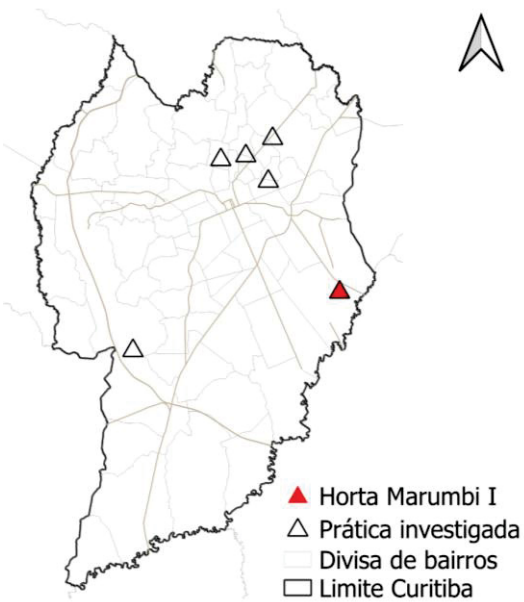
FONTE: o autor (2023).

FIGURA 14 - Linha do tempo



FONTE: o autor (2023); CULTIVANDO SABERES (2023).

## 5.4.6. Horta Comunitária Urbana Marumbi I

|                         |                                                                                      |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Nome                    | Horta Comunitária Urbana Marumbi I                                                   |
| Endereço                | R. Anna Kloster Guimarães (em frente ao nº 441) - Uberaba, Curitiba                  |
| Ano de início           | 2019                                                                                 |
| Localização em Curitiba |   |
| Foto aérea              |  |
| Área aproximada         | 2.800m <sup>2</sup> (80mX35m)                                                        |

|                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acesso                         | Controlado, com cerca e portão de entrada. Os hortelões cadastrados no programa recebem uma chave de acesso ao espaço.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Tipo de AU e manejo            | Prática Assistida - Horta comunitária urbana integrante do Programa de Agricultura Urbana da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN). O manejo é orgânico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Perfil dos sujeitos envolvidos | Moradores do bairro, de classe baixa, principalmente pessoas de meia e terceira idade (muitos aposentados), com orientação política diversa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Contexto                       | A prática está inserida em um Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), em uma região de classe baixa, densidade demográfica média-alta, índice de infraestrutura urbana médio-baixo e IDHM médio (0,715). A prática fica localizada abaixo das linhas de transmissão da Copel (sendo portanto uma área não edificável), próxima à BR-277, ao farol do Saber do Uberaba, à uma escola de ensino fundamental e à linha férrea. Ao seu redor existem 4 vias normais e pouco arborizadas, e a área é predominantemente residencial, com comércios vicinais diversos e não concentrados. A oferta de alimentos saudáveis na região é considerada preocupante, com desertos alimentares leves, moderados e graves ao seu redor. |
| Descrição                      | A horta comunitária urbana Marumbi I é uma área de produção de alimentos por agricultura orgânica que fica abaixo de uma linha de transmissão de energia elétrica, em uma área não edificável, sendo mantida pelos moradores do bairro com apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), integrando o Programa de Agricultura da SMSAN.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| História do processo/prática   | O espaço em que está inserida a horta originalmente era utilizado como depósito de entulho dos moradores do bairro. Com o tempo, alguns dos moradores começaram a ocupar alguns trechos do espaço para construção de pequenas hortas, até que a Associação de Moradores do bairro solicitou à SMSAN que o espaço fosse incluído em seu Programa de Agricultura Urbana. Assim, em 2019 a PMC limpou toda a área e instalou a infraestrutura necessária para a horta, com a construção dos canteiros, o cercamento do espaço e a implantação de um ponto de água. Desde então, a horta se mantém como um espaço organizado e muito utilizado pela comunidade local.                                                                         |
| Propriedade da terra           | Juridicamente, a terra sobre a qual acontece a prática é propriedade privada, e pertence à Copel, estando dentro da faixa de domínio da linha de transmissão, sendo uma área não edificável.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Gestão e financiamento         | A horta é gerida por 94 hortelãs e hortelões moradores do bairro cadastrados no Programa de Agricultura Urbana da SMSAN, organizados por um deles que é o coordenador da horta (o programa da SMSAN exige que cada horta cadastrada tenha um                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

|                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                       | <p>coordenador), recebendo financiamento total da SMSAN para sua construção e financiamento parcial para sua gestão e manutenção. Os canteiros da horta são divididos entre os hortelões e hortelãs de maneira individualizada: cada um tem direito a 4 canteiros, os quais deverão ser cuidados de modo a não interferir ou atrapalhar o cultivo dos outros e as áreas comuns/de circulação. Caso um hortelão/hortelã não cuide adequadamente de seus canteiros, ele é notificado, e em caso de não resolução do problema, os canteiros passam a um morador que esteja na fila do programa. A água utilizada na horta é rateada por todos, totalizando cerca de R\$7 por pessoa ao mês.</p>                                                                                                                                  |
| Uso da produção       | <p>A produção da horta é utilizada para autoconsumo, trocas e comercialização, servindo como complemento da renda de algumas hortelãs e hortelões envolvidos na prática.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Espaço concreto       | <p>Configura-se um espaço de produção de alimentos orgânicos, compostagem, convívio, terapia, trocas, aprendizagens e educação ambiental.</p> <p>Objetos relacionais: horta, canteiros de pvc, canteiros de pneus, cisterna, torneira (água da rua), composteira de caixas d'água, cerca de gradil, portão, bancos, depósito de ferramentas, torres de transmissão, caixas de abelhas nativas.</p> <p>Espécies cultivadas: alface lisa, alface americana, beterraba, rúcula, manjerição, berinjela, tomate, almeirão, PANCs, aranto, couve, entre outras. Dentro das regras do programa da SMSAN, existe restrição para o plantio de espécies frutíferas e também culturas como milho e mandioca, além de uma orientação aos hortelões de que as espécies não podem invadir os corredores de passagem entre os canteiros.</p> |
| Negociação / abertura | <p>A presença da horta contribuiu para aumentar o cuidado com o espaço por parte dos moradores do bairro, gerando novas apropriações e praticamente acabando com a prática de jogar/depositar lixo naquela área. A existência da composteira também contribuiu para que alguns dos moradores separassem e levassem seus resíduos orgânicos para compostá-los naquele espaço. Assim, o espaço que era utilizado principalmente como depósito de lixo, passou a ser uma horta comunitária - com produção de alimentos orgânicos, área de compostagem e abelhas nativas -, <i>locus</i> de um processo constante de educação ambiental e alimentar dos moradores do bairro.</p>                                                                                                                                                  |
| Ações geradas         | <p>Plantar, colher, carpir, compostar, aprender, se alimentar, descansar, se encontrar, contemplar, conversar, armazenar e reaproveitar a água da chuva, sentar, trocar e negociar/comercializar.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Novas codificações    | <p>A inserção da horta contribuiu para que os moradores não jogassem mais lixo e entulho no local, aumentando a segurança do espaço e possibilitando que muitos vizinhos se conhecessem e criassem laços de amizade e companheirismo, aumentando a coesão social no local e a união e potência de agir dos moradores para reivindicar melhorias para o bairro e outras ações da prefeitura. Além disso, a horta também possibilitou a</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                    | criação de uma grande área de lazer e terapia para os moradores do bairro, um quintal comum, dado que muitas casas têm dimensões menores e não contam com áreas abertas como quintais ou varandas. Por fim, a horta também contribuiu para geração de renda e aumento da segurança alimentar dos moradores, que passaram a trazer para sua dieta alimentos orgânicos e de alto valor nutricional.                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Envolvimento do setor público      | Como a horta está dentro do Programa de Agricultura Urbana da SMSAN, existe um grande envolvimento do setor público (no caso, a PMC) ao longo de todo o processo de financiamento, construção, manutenção e gestão da horta, seja com ações diretas e subsídios, seja com treinamentos e capacitações para os hortelões e hortelãs do bairro. Além disso, a horta também já recebeu recursos para aquisição de mudas, ferramentas e insumos por meio de uma emenda parlamentar de um vereador de Curitiba.                                                                                                                                                      |
| Principais desafios / dificuldades | A estruturação do programa da SMSAN prevê um período de transição para que a horta passe a funcionar de maneira autônoma, e por isso tem havido uma diminuição gradual nos subsídios à horta. Entretanto, os moradores ainda não deram conta de compensar essa diminuição de recursos através da autogestão e auto organização do espaço, levando os à demanda da emenda parlamentar citada no tópico anterior. Assim, o principal desafio atualmente é viabilizar a transição para uma horta comunitária autônoma (autogerida e autofinanciada) garantindo a sustentabilidade econômica, social e ambiental das hortelãs e hortelões envolvidos com a prática. |
| Elementos contra-hegemônicos       | Gestão comunitária do espaço, ainda que tutelada pela SMSAN. Acesso a alimentos orgânicos pela população de baixa renda. Utilização de espaço urbano ocioso para fins sociais e de educação ambiental.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

FIGURA 15 - Linha do tempo



FONTE: o autor (2023); PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (2019; 2020).

## 5.5. ANÁLISE GERAL DAS PRÁTICAS INVESTIGADAS

Neste tópico, realizar-se-á uma análise dos resultados do trabalho de campo, buscando trazer reflexões sobre como a AU pode contribuir para a construção de uma cultura da terra contra-hegemônica, que possibilite cidades socioambientalmente mais justas, democráticas e sustentáveis.

Busca-se identificar, entre outras coisas, transformações do espaço urbano e mudanças culturais presentes nos discursos e práticas dos sujeitos entrevistados que tenham relação com os aprendizados e vivências com a AU, principalmente em sua relação com o urbano, a terra e a natureza. Além disso, apontam-se possibilidades que o planejamento urbano tem em apoiar, no sentido de potencializar, a construção e manutenção de práticas como as investigadas.

A análise será feita pelo cruzamento de trechos das entrevistas com assuntos trazidos por esta dissertação e com os conteúdos das fichas-síntese, tendo como fio condutor a dialética socioespacial presente nas práticas de AU investigadas. Em concordância com Brenner (2018), desloca-se o interesse somente por sua espacialidade (essências nominais) para a análise dos processos socioespaciais relacionados à elas (essências constitutivas), identificando possibilidades emancipadoras contidas nas contradições capitalistas.

Há que se considerar que os sujeitos que foram entrevistados são complexos e trazem uma bagagem anterior ao início de suas práticas de AU, e suas mudanças culturais são influenciadas por fatores que estão além da compreensão de minha formação como arquiteto e urbanista. Assim, a análise não buscará verdades absolutas ou universais sobre a relação entre as práticas de AU e os sujeitos que as praticam, e sim reflexões que possam servir de abertura para outras pesquisas em áreas especializadas.

Posto isso, entre os fatores citados pelos entrevistados que motivaram o início de suas práticas estão: ancestralidade, origem rural, cursos e palestras sobre agroecologia e a pandemia de covid-19 - essa última teve relação com 5 das 6 práticas investigadas. Um fator motivador que merece destaque foi a indignação com as contradições do espaço urbano capitalista, em especial com os espaços ociosos da cidade. É o que percebe-se na fala de Luiz quando questionado se a cidade em que vive influencia na prática de AU:

Eu acho que influencia porque eu vejo muito espaço abandonado, muita coisa que poderia estar acontecendo e tal, e isso gera uma vontade, né? Uma determinação, uma vontade ali que fica meio latente, porque a gente sempre tá passando pela cidade e vendo muito espaço abandonado, então. [...] É, eu acho que a cidade também, do jeito que ela, que ela é programada, do jeito que ela está. Ela gera essa vontade na gente, porque a gente também vê muita desigualdade social assim, né? A gente sabe que tem

um monte de gente passando fome, muita gente com dificuldade e isso é consequência do jeito que... da forma como a cidade é gestada assim. E então acho que isso dá uma vontade. (LUIZ, 2022)

Um ponto curioso na entrevista com o mesmo hortelão é que ele cita a construção da imagem de Curitiba como cidade modelo:

[...] desde criança a gente ouve falar que Curitiba é uma cidade modelo, né? Sustentável e tal. Então eu acho que isso gera desde criança, sim, uma vontade. [...] porque no começo, quando a gente é criança, a gente é, tem alguma coisa ou outra na escola, vamos separar o lixo aqui e depois você vê que essa cidade sustentável não é tão sustentável assim. Então dá vontade de que foi realmente fazer com que isso em algum ponto se torne verdade assim (LUIZ, 2022).

Essa percepção do hortelão traz uma reflexão sobre o discurso ambientalizado historicamente promovido pela PMC via *city marketing* (GARCIA, 1994): ainda que ele tenha um viés retórico, ele contribuiu em alguma medida como provocador à reflexão ambiental do hortelão, e no momento que essa reflexão recaiu sobre o urbano real, a insustentabilidade desse espaço serviu como motivação para sua prática.

Voltando à questão do abandono e ociosidade de espaços urbanos, isso também serviu de motivação para Maria e José:

Eu acho que a gente sempre passava lá na frente e via a praça abandonada, não era praça, era um terreno baldio. Daí a gente sempre falava isso daqui, precisa fazer alguma coisa no lugar, tem muito potencial. [...] eu acho que esse negócio mais imediato, né, de ver o lugar e de querer transformar o lugar assim. [...] Então é ter autonomia, né, de você poder modificar a cidade, não que eu tenha pensado exatamente isso, mas eu sinto assim, cara, poder fazer alguma coisa no meu bairro. Ah, mas o terreno estava pedindo, dava para ver que ele estava pedindo. E eu acho que a gente só começou a mexer quando começou a montar um canteiro ali, daí, né? Tinha visitado o Jacu. Estávamos já meio de olho, tava todo mundo de olho pra fazer alguma coisa ali. (MARIA, 2022).

Foi reutilizar o espaço que era um espaço ocioso e cheio de entulho, enfim. Fazer cultivos, enfim, como atividade pedagógica, atividade escolar. E fazer isso para ter uma aproximação maior dos estudantes com esse tipo de prática, né? De agricultura, para entender melhor de onde, como são os processos, de onde vêm as coisas, etc (JOSÉ, 2023).

Como apresentado nessa dissertação, o espaço urbano capitalista com suas contradições, acaba acarretando no aumento das práticas de AU por questões diversas, como necessidade e/ou ativismo. De maneira dialética, o envolvimento com essas práticas acaba

contribuindo também para um olhar mais crítico em relação ao espaço urbano capitalista, gerando reflexões sobre ele e reforçando a convicção no potencial da AU:

[...] comecei a ver um monte de espaço né, que tem potencial, né, para fazer, para receber, né? Tanto hortas quanto pomares, enfim, né? Então começa a reparar nos vazios, né? Nos terrenos mal utilizados, né? E o potencial desses espaços para produção de alimento, de comida, de fruta, etc. [...] talvez para reorganização e reflexão sobre o espaço público. Sobre a lógica da cidade e da produção alimentar, enfim. É... talvez o próprio valor da terra, né, pensando no mercado imobiliário e tal (JOSÉ, 2023).

[...] eu gosto muito de fazer essa crítica sobre o espaço, mesmo nas cidades. Se você for para aqui, para o lado do Ahú, se você for para esse lado os terrenos, eles são super grandes, mas se você for para o lado do CIC do Pinheirinho, do Sítio Cercado, os terrenos são minúsculos. Mesmo que uma pessoa queira muito plantar, ela não vai ter facilidade para isso, né? (LUIZ, 2022).

[...] o alimento ele tem que vir o mais próximo da sua casa? Independente da questão, né? Tanto que assim todos os nossos sistemas, quando a gente olha para alimentação assim, eles deveriam ser descentralizados. Tanto resíduo, alimento, é isso. Quando a gente pensa em alimento, tem que pensar em ciclo, então não é só alimento, entende? Tudo tem que ser um passo, um braço, um grito de distância. Não pode ir além disso (ARTHUR, 2022).

A fala de Arthur carrega uma crítica à separação urbano-rural, que historicamente excluiu a produção de alimentos do meio urbano, defendendo a necessidade não só de uma produção descentralizada, mas também de um sistema alimentar com circuitos curtos, envolvendo todo o ciclo do alimento, da produção até seus resíduos, que podem ser compostados e servir para retroalimentar a própria produção.

Quando perguntados sobre quais aprendizados e perspectivas buscam trazer para suas práticas, Maria e José responderam:

[...] eu acho que é essa construção, é isso de as pessoas poderem construir sua autonomia, né? Construção de autonomia. É a visão que eu tenho e que eu tento trazer o tempo todo, falar para as pessoas, “você não precisa pedir permissão, né? Você faz e não tem que falar nada, entendeu?” (MARIA, 2022).

Ah, eu acho que esse engajamento por um, para uma cidade e um meio ambiente sustentável, melhor... essa admiração pela natureza, pela diversidade de espécies e pelas suas relações... Acho que essa ideia de que é possível produção (que eu tinha e que eu acho que se mantém ainda forte), que é possível produzir comida para todo mundo, no campo, na cidade, enfim... que a fome não é uma incapacidade técnica, né, mas uma escolha política e econômica. Acho que isso (JOSÉ, 2023).

A preocupação com a construção da autonomia e da sustentabilidade também está presente na fala de Luiz quando perguntado sobre o que poderia ser feito para melhorar a cidade em que vive:

Eu melhoraria a questão dos espaços assim, dos terrenos, assim porque andando de bike também vejo que tem muito terreno abandonado que poderia nossa que poderia ser uma horta ou mesmo espaços que são públicos, assim aqui poderia ter coisas plantadas e acho que mudaria isso no planejamento assim. Aproveitar melhor os espaços ociosos. Assim, buscaria notificar melhor as pessoas que deixam espaços abandonados. [...] É, ter um programa mesmo de incentivo às hortas urbanas que não seja totalmente centralizado na prefeitura de Curitiba, né? De qualquer prefeitura, mas ter um plano que gera possibilidade de as pessoas aprenderem e continuarem fazendo, né? Ter autonomia para isso e ter investimento público nisso. Né? Tipo ter educadores que são pagos para ir nas hortas, ir conhecendo o espaço e formando, formando formadores. E investir também na produção no sentido de comercialização nas hortas urbanas, né? Ter incentivo para isso, criar circuitos curtos de comercialização, não precisar vir lá da outra ponta do Paraná para vir para cá, incentivar principalmente a agricultura periurbana aqui nos municípios próximos, criar essa malha. Não sei se malha, mas que os municípios se conectem e gerem possibilidade de alimentar as pessoas, né? Tipo não só um município, mas criar conexões entre vários municípios para gerir isso. [...] eu também acredito que isso pode ser uma geração de emprego, por exemplo, pras pessoas que está em situação de vulnerabilidade ou situação de rua, por exemplo, né? Criaria mais espaços de cozinhas comunitárias e apoiaria cozinhas comunitárias... (LUIZ, 2022).

A crítica ao espaço e à lógica capitalista fica mais evidente quando perguntados sobre o que seria uma cidade sustentável:

É uma cidade que tivesse menos poluição sonora, das águas, do ar, etc. Que fosse... Que permitisse que todo mundo vivesse bem, sem sofrer com enchente, deslizamento... mesmo com distâncias a serem percorridas, né? No dia-a-dia, dentro do transporte público. Que a mobilidade urbana fosse mais eficiente, né? E mais harmônica, mais sustentável. Que permitisse a vida de outras espécies e não só do ser humano... que tivesse muitas áreas verdes, muitas áreas de lazer, de integração, de socialização. Que fosse gerida de maneira mais horizontal pela população... que todo mundo tivesse emprego, vida digna, etc. Tivesse bons serviços públicos (JOSÉ, 2023).

Eu acho que uma cidade sustentável é uma cidade que as pessoas vivem bem com a natureza, vivem bem com elas mesmas e com os outros. E isso traz um monte de coisa, né? Tipo uma cidade que não tem um monte de carro correndo e possibilidade de você ser atropelada na Rua da tua casa. É a possibilidade de ter espaços públicos, coletivos, que as crianças possam brincar, que os pessoas possam estar ali, é uma cidade que a gente não fique só focado no dinheiro. Acho que para a gente pensar numa sociedade sustentável a gente tem que pensar em reduzir a carga horária, por exemplo, de trabalho, porque não tem como dizer que uma cidade é sustentável, sendo que eu tenho que sair lá do CIC, pegar uma condução de 1,5 hora, 2 horas para chegar ao trabalho, trabalhar 8, 9h, voltar para o trabalho, pegar mais 2 horas de condução. Não tem como ser sustentável isso, sabe? Tipo que, qual que é a vida que essa pessoa tem? Você chega em casa, come, vê uma novela, uma televisão e vai dormir, sabe? Tipo, mesmo

a gente que tem uma noção política diferente, a gente tem muita dificuldade. Minha companheira, é, trabalha 9 horas, estuda. E mesmo... isso não é sustentável, não tem como ser mentalmente para pessoa é muito cansativo, corporalmente, fisicamente, é muito cansativo, não tem como você manter tua saúde desse jeito (LUIZ, 2022).

Percebe-se na resposta de José e Luiz uma crítica a algumas características do espaço urbano latino americano trazidas por Cobos (2014), como a centralidade do automóvel, a degradação ambiental e a segregação socioespacial, além da preocupação não só com a qualidade do espaço urbano e dos serviços públicos, mas também com a qualidade de vida e a justiça socioambiental. Além disso, José aponta que a cidade sustentável também deveria prover boas condições de vida para os outros seres vivos, mostrando uma sensibilização com a natureza e uma racionalidade diferente da antropocêntrica.

A resposta de Luiz traz uma crítica não só ao espaço urbano capitalista, mas também ao tempo capitalista, que é um dos principais empecilhos à prática de AU, dado que o cuidado com a horta e a terra demanda um tempo que entra em conflito com a lógica produtivista e imediatista do sistema. Arthur, perguntado sobre o que mudaria na cidade, critica essa lógica e aponta outras questões:

Eu mudaria geral velho. Coisas que eu podia fazer, básico, primeiro o paisagismo ia virar paisagismo alimentar. Uma política pública encorpada, de acesso. Uma política pública em relação a preços, né? Incentivo a feiras, processos comunitários, tudo que valorize o eu coletivo seria muito bom, muito massa fomentar, né? A saúde é consequência de tudo isso. O lazer ia ser a base principal da cultura da sociedade implementada. O trabalho ia ser reduzido até o talo. [...] E a gente vai sair um pouco da horta e vai um pouco pro universo de vocês, que é o da arquitetura, do espaço em relação com o meio. A gente começa a entender que assim, as pessoas criaram uma cultura que é “da porta para dentro” e “da porta para fora”. Porta para dentro eu cuido porque é meu. Porta para fora eu não cuido, porque é do poder público, e o poder público tem que ser... Opa, espera aí, não! O fora é nosso cara! A gente pode plantar onde você quiser. O que que vai acontecer com você? Nada! Você vai simplesmente tomar uma notificação, aí você vai fazer uma justificativa e não vai ter multa, entende? Então, tipo assim, cara, os canteiros da Mariano Torres poderiam ser milho. A gente poderia ter a Rua da Laranja, o Espaço do Figo. [...] Nabo forrageiro, vamos pegar os canteiros ali... rotatória do Centro Cívico, nabo forrageiro. Entende? Só que é isso, o nosso espírito, tem que ser mais anárquico! Só que daí isso é o que? Essa mudança de cultura que você coloca. Só que daí eu preciso acender coisas dentro das pessoas para poder ir além, porque não é simplesmente o plantar, é ressignificar todo *modus vivendi*. [...] Tanto que assim todo mundo ia para o lazer. A horta? Ninguém está nem aí, né? Tanto que daí o sistema agroflorestal que é onde ele respondeu a pergunta, porque eu consegui manter um sistema utilizando... a horta ela não entra, mas entra as PANCs, e entra daí todo um sistema alimentar como um todo (ARTHUR, 2022).

A resposta de Arthur apresenta o sistema agroflorestal e as PANCs (plantas alimentícias não convencionais) como possíveis soluções para uma agricultura menos

trabalhosa e mais sustentável, e defende a ação direta da população na utilização do espaço urbano por meio da agricultura.

As contradições e conflitos do espaço urbano capitalista também aparecem nas vivências do cotidiano das hortas:

[...] quando a gente viu o trator sendo passado, que a gente acha que a gente entendeu na pele o que que é isso? Sabe, quem que pode usar a cidade? Cara, o espaço estava sendo usado pelas pessoas. E abrir espaço para uma farmácia sabe, é muito, muito cruel isso. [...] Isso, é a saúde mental das pessoas, né? Então acho que com certeza a gente está disputando sim, esse espaço, e a gente quer ir contra essa corrente, né, de todos os espaços viram comércio e não atendem a demanda da galera que está ali, né? Você vai fechando a galera cada vez mais nos seus prédios, isolando, construindo um muro. [...] É o lugar que você vai brincar todo dia! É um lugar que, na quarentena, salvou um monte de gente, né, de você ter um espaço pra salvar sua saúde mental, então. Então, a gente sentiu na pele mesmo assim, fora tudo que a gente lê, né? Aí você vê um trator passando em cima de um escorregador e de uma amoreira, né? (MARIA, 2022).

Essa disputa pela praça tem relação com a doutrina do maior e melhor uso, que, como dito anteriormente, estabelece que o uso dos espaços urbanos em um mercado desregulado tende a ser o mais rentável - no caso, a farmácia geraria muito mais lucro do que a praça. Por isso, é de grande importância a ação do Estado, em especial do planejamento urbano, na regulamentação e ordenamento do uso do solo nas cidades, propiciando a existência de espaços que não fiquem reféns de dinâmicas de mercado e que possibilitem usos como o da agricultura, como é o caso das praças e também das escolas:

É, enquanto solo, na escola tem um espaço muito bom, assim, então se não tivesse espaço, talvez não tivesse o projeto, a horta, nada disso, né? Tem escolas que são muito mais compactadas, né? Muito, sem nenhum tipo de área verde. Então nesse sentido o terreno da escola ele é muito importante para o projeto, para a horta, né, para desenvolver isso na escola, na região (JOSÉ, 2023).

A ação do poder público foi o que possibilitou a existência da Horta Comunitária Urbana Marumbi I, que Henrique está envolvido. Quando perguntado se considerava as hortas importantes para a cidade, o mesmo respondeu:

Bastante! Bastante! Ó, aqui era um lixão. Passava aqui de madrugada e tinha gente jogando que nem acabei de falar, tinha gente jogando, descarregando lixão aqui, descarregava ali, descarregava e tinha um carreiro ali que saía na outra ruazinha lá, e as pessoas plantavam alguma coisa [...] era lixão, uma catinga danada! Aí ó hoje! (HENRIQUE, 2022).

A transformação de uma área ociosa, utilizada como lixão - ou de terrenos baldios, faixas de segurança de linha de trem e outros espaços residuais dentro da cidade capitalista -, em uma horta comunitária tem grande relevância no contexto urbano, ainda mais se tratando de regiões socialmente mais vulneráveis, como é o caso da horta em questão. Assim, a política pública de AU contribui para a percepção de hortelãs e hortelões como Henrique sobre a importância da agricultura e do cuidado com o meio ambiente para se construir uma cidade mais sustentável:

Olha, sustentabilidade é uma palavra meio difícil, meio difícil de entender. Eu acho que s... como que é a palavra, é até difícil falar. É você ter seu próprio alimento, você produzir seu próprio alimento, né? E não agredir o meio ambiente. Pô, eu sei que não é pra agredir ali, eu não vou ali. Por que que eu vou lá com uma foice cortar? Sustentabilidade é eu ter um pedaço ou de terra ou sei lá do que, aonde eu cuido, eu preservo aquilo ali. E aqui é um exemplo disso. É uma coisa, é sustentabilidade (HENRIQUE, 2023).

A prática da AU também provoca reflexões dos entrevistados sobre a importância da diversidade, como defendido pela filosofia do Bem Viver, por Vandana Shiva (2020; 2021) e por outros exemplos trazidos nesta dissertação. Não só a diversidade de plantas, como contraponto à monocultura, mas também a diversidade de usos e modos de vida que podem estar atrelados à horta, podendo ir muito além da simples produção de alimento, indo contra a monofuncionalidade do espaço e a instrumentalização da natureza:

Da experiência Jacu, eu acho que a grande questão é que, assim, a horta deixa de ser horta. O significado muda. Significado em que sentido? A horta ela pode ter parque de diversão, a horta pode ter cinema, a horta pode ter arquitetura, a horta pode ter tudo, né? Porque a gente começa a mexer na relação humano-alimento. Eu vejo que a grande pulga e a grande questão está na nossa relação com o alimento. Como você se relaciona com esse alimento? Só que a partir do ponto que você mudou sua relação com alimento, a gente vai mudar nosso modo de viver, muda a sua cultura. Entende? Porque você começa a se relacionar com a terra, então você quer a coisa mais devagar, você quer começar a voltar a prestar atenção nos ritmos, você quer olhar para cima e ver se vai vim chuva, você começa a entender as luas. Que isso é uma coisa, cara, que é utópico, mas assim, eu estou dentro de uma prefeitura e ninguém acredita em lua, entende? Sendo que nosso corpo é 80% água, e é interferido por uma lua, não é? Então eu acho que volta a esse resgate. Né? [...] só que ao mesmo tempo, assim é um resgate ressignificando essa relação, só que para ressignificar essa relação com alimentos, vai ter que mudar todo o seu *modus vivendi*. Entende? Porque o seu *modus vivendi* é uma m\*, entende? [...] Horta, horta não funciona, só que daí o que aconteceu na minha experiência, por exemplo, no Jacu cara, a gente queria montar uma horta agroflorestal, porque a gente faz um planejamento de 25 anos. Se eu não estou ali, cara, o Jacu continua crescendo. E eu agora eu vou no Jacu e toda vez, cara, vai fazer 2 anos que eu não cuido do espaço, e cara, o espaço tem comida à vontade, frutas produzindo a milhão cada ano que passa eu ganhei uma fruta nova, tanto que eu estou comendo, uvaia, guabiroba, araçá, pitanga, grumixama, fruta do conde, amora, abacate, estou colhendo banana, açafrão, PANC... e tá lá sem cuidado nenhum (ARTHUR, 2022).

Eu acredito que a agricultura urbana é um veículo, um mecanismo que tem muito potencial de transformação assim, né? Para as cidades. É, eu acho que o primeiro ponto é um outro contato com a natureza, assim, tipo as pessoas que vão participar das hortas. Muitas pessoas falam que é uma terapia para elas, que é uma coisa que diminui a ansiedade, reduz a ansiedade. E também no contato das pessoas com as pessoas dentro desses espaços. Não é de estar ali, construindo, junto de estar. É, infelizmente nossa cidade é muito um mecanismo de individualização e as hortas são mecanismos de coletivização, né? Do mutirão, de estar ali, junto de um ensinando o outro, de pessoas mais velhas que eram do campo, mostrando para os mais novo como que faz, né? (LUIZ, 2022).

Assim, para além da produção de alimentos, o contato com a prática da AU ampliou a percepção dos entrevistados sobre a importância de sua multifuncionalidade, da natureza, do coletivo e das trocas. A socialização que ocorre no dia-a-dia das práticas possibilita o diálogo com pessoas de outros espectros políticos, “furando a bolha” e contribuindo para o debate democrático de ideias. Como colocado por Maria: “eu tento assim até as últimas consequências, manter a galera bolsonarista, porque cara, é o espaço que a gente vai conviver com essa galera, eu acho que é um ótimo espaço para gente conversar” (MARIA, 2022).

Na mesma linha do que Luiz fala sobre a horta como um “mecanismo de coletivização”, José acredita na importância do coletivo para a prática da AU: “Acho que é um negócio feito para ser coletivo, essencialmente, o trabalho. Acho que é sempre bom ter um grupo, que rende mais, né? E que as pessoas gostam até, embora tenham preguiça”. (JOSÉ, 2023).

A prática comunitária trouxe aos entrevistados aprendizagens e reflexões que vão contra a lógica individualista e insustentável da cidade capitalista. O espaço da horta se constitui como um lugar de diálogos, comunidade e solidariedade. Percebe-se indícios que apontam nessa direção quando Henrique fala o que faz quando outras pessoas passam pedindo plantas que ele cultivava:

Daí eu vou, olho onde está melhor, vou lá, tiro um macinho bom, mas só que eu não vou catando de qualquer jeito. Mesmo que eu, que eu cuide para levar para casa, eu vou cuidar pra quem eu vou dar. Agora, não adianta eu... qual é a rentabilidade que vai dar para mim um pé de alface? O agrado vale mais do que o número [...] O que é bom para o outro lá é bom para mim também, não é? Eu prego isso, com minha família, eu prego muito isso. O que não presta pra mim também não presta pra ela. Eu vou tirar um maço de couve aqui pra ela ruim? Não! (HENRIQUE, 2023).

A prática coletiva e cotidiana em torno das hortas e a cocriação de regras de uso do espaço - que juntas formam o que Dardot e Laval (2017) chamam de práxis instituinte - contribui para que essas práticas se constituam como comuns urbanos:

É aquele ditado: quem não, quem não vive em normas e não cumpre normas, não está preparado para viver em lugar nenhum. Igual a casa da gente até aqui. Na minha casa eu tenho normas e regras para serem cumpridas, mas aqui também eu tenho normas e regras (HENRIQUE, 2023).

[...] o que a gente tenta educar a galera, é “ó, colha, mas não arranque a raiz”, porque a gente via muita gente, tipo, ia colher manjerição e arrancava ele inteiro, aí eu fiz, uns lambe assim, ó, “colha, mas deixa a raiz, “colha um pouquinho para que todo mundo possa colher”, né? (MARIA, 2022).

É legal porque agora é um espaço vivo, assim, que independe de uma centralização assim, da gente, né? Ter pessoas que estejam ali para defender a praça como um espaço público, sabe? Mas acho que esse objetivo foi alcançado, da galera usufruir mesmo. [...] Tem gente que faz eventos lá, escola, bicicletada, que a gente nem fica sabendo. Acho ótimo, né? (MARIA, 2022).

No caso da horta da praça Seu Francisco, ainda que juridicamente a terra sob a qual a prática acontece esteja considerada como uma propriedade privada, a práxis instituinte de uso e apropriação do espaço pelo Seu Francisco e, posteriormente, pelos moradores do bairro, fez com que o espaço se transformasse em um comum urbano, que por essência é inapropriável, uma não propriedade.

A transformação da visão das hortelãs e dos hortelões em relação à cidade, à qualidade do espaço urbano e aos usos e apropriações dele evidencia o potencial educador das práticas de AU na perspectiva da educação libertária (FREIRE, 1987) e da educação ambiental crítica e revolucionária (SORRENTINO ET AL, 2020) apresentadas nessa dissertação, de modo a contribuir para mudanças culturais que superem a cultura da terra hegemônica, fundada na lógica da propriedade privada e da terra como mercadoria.

Esse potencial educador acaba afetando tanto os diretamente envolvidos com as práticas de AU, quanto os que circulam onde elas estão localizadas: o local em que ocorrem essas práticas se transforma em um laboratório de produção de espaços contra-hegemônicos e em uma “vitrine” de possibilidades de outros modelos de cidade, inspirando as pessoas que passam em frente a elas para formas de uso e apropriação do espaço urbano baseadas na agroecologia, utilizando ecotecnologias como cisternas, bioconstrução e composteiras:

As pessoas vêm “e o que que tem ali?” de repente vem a família inteira correndo para cima para saber o que é que tem “Que maravilha!”, “Olha, eu quero fazer assim também!”, “Como é que a senhora fez?”. Então, é uma Escola viva, aberta. Que aqui é, na verdade foi uma. É uma, sem intenção de transformar o espaço numa escola, aqui é uma escola de fato, de educação ambiental, de relações humanas, de vida respeitosa com o meio, com a produção do alimento saudável, com o compartilhamento do que se produz, com esse encontro que a gente tem é, é periódico, assim de confraternização, de relações, de afeto, de, de amizade. [...] aqui é um espaço de conagração desses encontros de afeto, de amizade, seja ligado a mim, seja ligado à horta [...] E as crianças vem, embora eu não tenha muita paciência com criança, mas elas vêm, elas querem aprender, elas pedem pra plantar aí... então, aqui é um espaço escolar. E a ideia da composteira era beneficiar, deixar a composteira aberta para comunidade, ter acesso a horta, nem que seja até a composteira e também fazer esse processo educativo doméstico e familiar. De dar um destino para os seus orgânicos, correto? Devolve pra terra. Aí eu digo o que que pode trazer para a compostagem, nada cozido, só o pó de café e a casca de ovo. Então, tudo da vida que aqui vai ter vai produzir outras vidas, vai cultivar outras vidas. A terra é cheia de vidas (JOANA, 2022).

E também nem só as pessoas que participam da horta, mas também quem passa na frente desse espaço... como a nossa primeira horta era do lado de uma escola, sempre os pais passavam ali, olhavam, viam as árvores frutíferas carregadas, vem outras crianças, pegavam e pulavam o muro para pegar a fruta. Então, tem todo esse, esse lugar assim, né? De um espaço que não é só necessariamente das pessoas que estão construindo ali, mas toda a comunidade que passa e vinha “nossa, que bonito, que legal” (LUIZ, 2022).

[...] lá na Fazenda, por exemplo, a compostagem deu tão certo por que? Porque nós estruturamos um ambiente educativo aonde a pessoa ela entra e ela se sensibiliza. Ela vê a dona Maria trazendo o balde lá na casa dela, que fica 3 quadras da Fazenda, pra compostar na Fazenda, e aí ela vê aquele lixo se transformando em terra, que vira adubo, que vira alimento?! “Meu Deus do céu! E a dona Maria traz de graça o balde?! Opa, também quero!” Aí a gente começa a sensibilizar, aí que que acontece: a educação ela é consequência, ela não é causa, a gente falha hoje no nosso processo, porque a gente quer educar e a gente nunca vai conseguir educar, porque cada um tem a sua característica individual (ARTHUR, 2022).

As ecotecnologias presentes nas práticas de AU, como composteiras e cisternas, muitas vezes são construídas a partir da reciclagem de materiais que iriam para o lixo, o que reforça o caráter sustentável das práticas e demonstra a criatividade das hortelãs e hortelões, como colocado por Maria: “a gente faz com o material que tem, que acha na caçamba, então acho que isso é mais um exercício de autonomia de não precisar ficar comprando coisas” (MARIA, 2022). Assim, o cotidiano das hortas também constitui um processo de empoderamento e construção de autonomia.

A potência educadora da AU também aparece na fala de José, ao ser questionado sobre o potencial contra-hegemônico de sua prática:

Bem, é uma área verde grande no meio da malha urbana e que tem uma fauna diversa, desde aves até esquilo, gambá, essas coisas, jacu. Tem muitas espécies de árvores. Acho que isso de certa forma é algo diferente do que a gente pensa por cidade, né? E criação de abelhas, etc, então acho que nesse sentido é contra-hegemônico. E a ideia é que a gente consiga abrir mais isso para a comunidade, fazer um trabalho mais forte nesse sentido de mostrar que é possível outros modos de apropriação do espaço urbano, né? Solo, etc. Tanto em locais como escolas quanto em outros locais, né, como terrenos baldios, ou espaços já utilizados pelas pessoas, enfim, acho que a ideia é conseguir levar um pouco dessa mensagem, né? Dessa, desse ideal (JOSÉ, 2023).

Outra potencialidade educadora da AU no sentido de uma mudança cultural é provocar reflexões sobre cultura alimentar e consumo:

[...] isso cria consciência também né, da produção do alimento. Você começa a pensar, ‘cara, quem que produz o meu alimento?’, “De onde ele vem?”. Então acho que isso é uma das coisas mais importantes, sim. [...] É, é, eu acho que tem mais a ver com esse lance de pensar mesmo, no pensar no consumo, né? Não só na alimentação, mas começar a pensar também em tudo o que você consome. E começar a perceber que você não precisa estar pagando o tempo todo para estar em algum lugar, que espaços em que você não paga e que você pode só usufruir são necessários (MARIA, 2022).

Eu acho que influenciou um pouco na noção que as... melhorou a ideia que a gente tem do trabalho do agricultor. Então você começa a perceber que dá muito trabalho, enfim, e valorizar nesse sentido, o campo e quem produz alimento. Eu acho que faz pensar também sobre esses modos de produção, né, em larga escala... então, qual que é a viabilidade disso? Como fazer isso de uma maneira menos predatória, menos tóxica? (JOSÉ, 2023).

E de estar plantando mesmo comida que a gente depois compartilha, não é? É comida sem veneno, que é uma coisa, uma pauta sempre muito importante dentro das hortas, né? É de não estar comendo essa comida que envenena nossas famílias. Enfim, eu acho que isso é um ponto bem importante, porque a gente começa a refletir, né? O que que a gente está comprando? Será que quer comer mesmo essas essas coisas? Será que a gente quer comer um industrializado, super industrializado né, e começa essa aproximação... (LUIZ, 2022).

Nós tem um mercado só, ali na frente, Escudeiro, mas você nunca consegue comprar um vegetal fresco, né? Aqui você tira, fresquinho aqui. Alface você calcula mais ou menos a hora do Sol, se o Sol estiver muito quente aí não. Couve, couve é uma cultura muito consumida. Nem eu pensava que a couve era tão consumida como é. É muito consumido [...] Nossa! Faz bem pra você no dia-a-dia, faz bem pra você lá na família. [...] Eu falei pra mulher, falei “olha, tá vendo o negócio, eu não como nenhum dia sem salada”. Pra saúde, ainda mais eu que sou diabético. Diabetes tem que consumir muitos vegetais (HENRIQUE, 2023).

A agricultura é uma grande chave? É! Porque ela vai mexer no *modus vivendi* [...] a gente vai começar a pensar em cultura alimentar. A gente optou por comer arroz branco na hora do almoço, que ridículo, porque não comer mandioca? Porque não

comer inhame? Quantos quilos de pinhão você comeu esse ano, garoto? Entende? Começa aí. Acho que daí entra uma cultura alimentar, sabe? [...] Assim, dá pra mudar? Dá! Só que cara, pra mudar a galera... todo mundo gosta de comer cachorro-quente e hambúrguer, cara, a gente já entrou, é difícil virar o *loop*. [...] Ela precisa ser mais causa-efeito, sabe mais profundo assim. Preciso chegar para você falar aqui, Pedro, uma caixa de mandioca pra você. F\*, não quero que você me pague. Precisa ser mais nesse movimento. Que é o que acontece no Jacu. As pessoas entravam, cara, marcava no relógio o tempo de colher alface. Eu ia chorar que a tiazinha estava colhendo? Não, eu ia bater palma, colhe tudo! Vamos ensinar a comer esse povo, tanto porque assim, as PANCs entram muito legal porque elas têm uma alta capacidade de resiliência, são plantas dinossauro, uma ora-pro-nobis alimenta um bairro inteiro. Só que a galera quer comer ora-pro-nobis? Não! Mas se fosse um pé de hambúrguer, cara, fazia fila na porta da horta (ARTHUR, 2022).

[...] os estudantes vão lá para se divertir, né, no intervalo. Tem uns que gostam de comer as coisas que tem, às vezes, morango silvestres, essas coisas. Quando a gente colhe também, a gente compartilha, né, com os estudantes. Os professores às vezes levam as turmas para fazer alguma atividade, né? Então eu acho que isso, um espaço também de lazer, educativo (JOSÉ, 2023).

Além da relação com o alimento, a AU também aumentou a sensibilização dos entrevistados em relação às plantas e aos tempos e ciclos da natureza:

Aquele ditado, meu falecido avô falava: por que que vai querer terra se não sabe plantar um pé de couve? Pra plantar um pé de couve é entender ele, o que que ele vai precisar, né? Entender um pouco da cultura, da cultura e que tipo de insumo que ela vai precisar. Nós mesmo aqui, nós não pode passar veneno [...] Isso aqui funciona assim, olha aqui: que nem, choveu bastante ontem, né? Ó aqui, ó, ó, ele vai ficando aqui. O próprio insumo vai ficar aqui, ó, ó. E a terra fica mais saudável, ó, ó. Olha, você sente um cheiro, não é podridão, ele é próprio da terra. E o que ela protege do Sol, mas não tem mais aqui, hoje é sábado. Sábado, domingo, segunda... Se não chover mais, segunda-feira já tem que por água. Por que? Porque é muito rápido, muito rápido, e tem o pé estabelecido. A água infiltrou, mas ela vai esquentar logo, logo, logo. Mas e com o capim? Se não chover mais, segunda-feira você pode vir aqui e vê... ainda está úmido! Então esse é o segredo! [...] Como fala, na linguagem de vocês aí? Mudar o curso da planta, não tem como. A planta, o que que ela é? É um ser vivo, não é? E o que que ela precisa? Adubo, água e cuidado. Quer dizer, eu não estou contra o ciclo da natureza, eu estou ajudando. Porque as planta, todas elas, têm o ciclo dela, que ela evolui e cresce e tal, tal, tal, tal... e chega até o ponto de, de comer (HENRIQUE, 2023).

E particularmente para mim por um bom tempo foi muito bom a observação da horta mesmo, de ver as plantas crescendo, as frutas, e aí você vê também quando vai criança ou até mesmo pessoas adultas e fala “nossa, eu nunca tinha visto um pé, sei lá de *physalis*”, sabe? Então, as pessoas vendo de onde é que sai a comida. [...] As pessoas poderem ter contato com esse tipo de coisa. E aí a gente plantando, eu pelo menos, não sei se outras pessoas, criei essa consciência, eu começo a ver o valor da comida, entendeu? Tipo, eu vou na feira e eu sei assim, claro que é outra proporção, mas você sabe a dificuldade que é você produzir um alimento sem veneno e tal, né? (MARIA, 2022).

Eu acho que a natureza em si não devia ser um bem de uma pessoa só, mas um bem coletivizado. Um bem de todo mundo. Que todo mundo tem que ter, que todo mundo tem que cuidar desse espaço, né? (LUIZ, 2022).

Essa sensibilidade em relação à natureza dá indícios de como o envolvimento com a AU pode potencializar mudanças culturais que recomponham a relação entre a humanidade e a natureza, superando a visão de mundo antropocêntrica e dando lugar ao entendimento de que a humanidade é natureza, assim como outros animais, árvores, fungos, terra, rios e montanhas o são. Todas, todos e tudo são partes de um mesmo todo, interconectado e interdependente, a que chamamos de natureza.

Essas mudanças são percebidas nos significados atribuídos à terra (ou à cultura da terra) pelas hortelãs e hortelões entrevistados:

O que é a terra pra mim? Cara, é tudo, né? Acho que toda a resposta está aqui. A civilização inteira passou por ela, né, então. Não tem mais o que colocar, é difícil. Não tem tanto que... assim, é legal você falar da terra. Tanto que quando eu penso na terra. Eu entendo que, cara. É tudo que eu preciso, está ali. Tanto que a terra, ela vem com um conhecimento que, para mim, é uma grande biblioteca viva. Parece que sentou todo mundo lá em fora e falou assim, vamos montar uma biblioteca, vamos, vamos fazer um planetinha lá numa galáxia bem, vamos botar uma e, cara, botaram tudo aqui dentro. Olha a diversidade, que a gente tem aqui dentro, só que além de você ter toda essa diversidade da biblioteca, a gente acessa através da nossa ficha, a biblioteca não somos nós. [...] Tanto que eu acho que nós não somos os seres mais cientes do universo, que eu acho que, por exemplo, assim, quem está mais em contato com a terra? As plantas. Acho as plantas muito mais inteligentes porque, cara, elas não andam, não falam, e estão aí a quantos milhões de anos? E elas seguem um mesmo padrão, frequência vibracional e destino do planeta, né, então (ARTHUR, 2022).

A terra é vida, né, cara? A terra é vida. Você vê o pessoal lá do interior, aquele cara que ele pelo menos umas 2 vezes por semana, ele trabalha descalço... eu quando eu vim pra cá, comecei fazer esse corredor aí, ó, eu fiz tudo na enxada. Eu tinha um problema no pé. Cara, quase 40 anos trabalhando com calçado, com calçada de empresa, bico de ferro... e eu tinha uma gastura no pé, era mais fino do que isso aqui. Agora eu não tenho mais! [...] A terra! É a terra que curou. Num foi médico, não foi ninguém! “ó lá, isso aí você vai ter até o fim da vida, até o fim da vida”, meu médico do diabetes lá da empresa lá falava “isso aí nunca vai sarar”... Sarei! (HENRIQUE, 2023).

Cara, a terra pra mim é, bom, com a praça acho que a gente enxerga ela de um outro modo. Porque a gente sempre vê a terra como um lugar de onde a gente tem que sugar as coisas. E eu acho que na praça você vê pelo outro lado, de você alimentar essa terra para que você possa obter cada vez mais coisas. Então eu vejo a terra como uma parte de um ciclo que precisa ser fechado, não é? Você não pode só simplesmente chegar lá para sugar e tal. Então o que eu faço é tipo a composteira, assim eu levo o adubo para lá, né? O húmus, é nessa intenção mesmo de devolver o que eu to tirando dela (MARIA, 2022).

É cultura da terra, é algo... é uma coisa bem complexa, né? Também to estudando isso agora, pensando na carta da Terra, pedagogia da Terra... mas acho que em linhas gerais vem como uma ideia de repensar a relação do ser humano com a natureza. De pensar nas práticas de produção e consumo que a gente tem, o quanto isso prejudica o meio

ambiente, e como poderia ser diferente. Então a cultura da terra seria meio que outro modelo de sociedade, né, que passa pela economia, pela política... enfim, pela cultura enquanto hábitos e práticas, e que revalorizem ou revalorem a terra enquanto ecossistema, enquanto ser vivo, né? Enquanto suporte à vida. E que tente construir uma relação mais harmônica, menos predatória e menos violenta, né, com a terra, com a natureza (JOSÉ, 2023).

Nossa, muita coisa, né. A terra é uma mãe, né. Esses dias em Mandirituba teve alguém que falou uma coisa bem legal. Que “se a gente cuidar da terra, a terra vai cuidar de novo da gente. Mas se a gente não cuidar da terra, a terra também não vai cuidar da gente”, a natureza como um todo vai acabar se rebelando e gerando essas coisas que a gente já está vendo, né? De crises ambientais e tudo mais. [...] Mas a terra enquanto solo é também essa, esse lugar de autonomia, de aproximação entre as pessoas de cuidado. Eu vejo que a agroecologia... eu estou criando uma formação aqui para dar nas escolas e eu coloquei que a agroecologia, depois de pesquisar todos os autores e tal, que a agroecologia é a ciência do cuidado e da coletividade. Então, a terra é essa possibilidade de a gente cuidar um do outro, cuidar da Terra, cuidar do mundo todo, né, a partir desse pensamento de cuidar, enfim, de cuidado, a terra como cuidado e como emancipação... como aproximação entre as pessoas, possibilidade de troca de conhecimentos de aprendizado e de troca de saberes como um todo. [...] Eu acho que estar na terra mudou muito assim a minha vida, sabe, tipo. De ir conhecendo, de ir tendo esse tempo, quando eu, quando iniciei os trabalhos na Marmitas da Terra eu cheguei bastante machucado assim da pandemia, né? De coisas mentais mesmo e não está podendo ver muitas pessoas. Então isso mudou bastante estar ali coletivamente, mesmo que todo mundo mascarado e tal, eu acho que isso foi bem transformador sim, para mim, bem. [...] É e o meu olhar hoje em dia, acho que muda também o jeito que eu, que eu vejo a terra, assim, sabe. Até, tipo, se eu estou andando assim num... então tem um amigo meu que diz que ele não pisa nem muito forte na terra porque ele tem um cuidado assim, porque sabe que tem vida ali, tem microrganismo que tem e tal. Eu acho que o jeito que eu vejo as coisas hoje, esse cuidado assim, sabe, isso é coisa que eu levo pra prática (LUIZ, 2022).

E essa questão desse impacto que você diz, a questão da, da alimentação, por exemplo, a questão da horta, da, do cultivo da terra, porque você sabe que a terra ela tem um grau de brutalidade. Ela é, ela é virgem, a terra é virgem, ela está lá e ela vai desenvolver aquilo que chega nela. Vai desenvolver vidas que não são muitas vezes comestíveis. Para você transformar a terra, a grama, tirar as ervas daninhas, substituir por alimentos, por é plantar alimento, plantar semente, porque a terra também é assim, a erva daninha é semente. E você substituir isso para domesticar essa terra e conversar com essa terra, integrar essa terra para produzir alimentos. Isso também passa por esse nível de consciência. (JOANA, 2022).

Como não pensar nas subjetividades da natureza apontadas por Krenak (2019; 2020) ao se deparar com frases como “conversar com essa terra” e “a terra é uma mãe”? Ou então como não pensar nas ideias de Ana Primavesi (1979) da terra como organismo vivo?

A fala das hortelãs e hortelões entrevistados revela visões de mundo e culturas da terra diferentes da hegemônica, em que a terra e a natureza não são simples mercadorias ou propriedades privadas. Percebe-se que a prática da AU provocou esses sujeitos a repensarem sua relação com a natureza, e isso se reflete na construção de espaços agroecológicos, com uso

de ecotecnologias, com diversidade de plantas e outras espécies, orientados por ideais de coletivismo, democracia direta e justiça socioambiental.

Essa constatação está em consonância com os resultados da investigação de Biazoti (2020), que mostram a relação da prática de AU com a ampliação da potência de agir dos sujeitos que a praticam, e de Luiz et al (2021), que apontam a prática da AU como possibilidade de reconexão com a natureza e de superação do atual sistema. Como colocado por Biazoti:

Os sujeitos que produzem alimentos na cidade, organizados em torno de movimentos de AU, interpelam a visão reducionista e dualista entre sociedade e natureza e reivindicam a sua superação por meio de processos democráticos onde os cultivos agroalimentares no espaço urbano contribuem na recomposição das relações dos seres humanos com a natureza e a produção da abundância (BIAZOTI, 2020).

Para que a AU possa contribuir nesse sentido, é importante que as lutas contra-hegemônicas comprometidas com a superação do sistema capitalista incorporem práticas de AU a seus repertórios, disputando a construção do conceito e da narrativa sobre o tema (SORRENTINO; MAZIVIERO, 2022).

Entretanto, em concordância com Schwantes (2018), é importante não superestimar os poderes da AU, dado que ela sozinha não implica em mudanças sociais profundas necessárias à superação da ordem capitalista, podendo inclusive existir em harmonia com essa ordem (MCCLINTOCK, 2017).

Tendo isso em vista, é fundamental lutar por uma AU que vá além da produção de alimento, defendendo-a numa perspectiva multifuncional e explorando sua relação com áreas como educação e educação ambiental, saúde e bem-estar, mobilidade urbana, natureza e biodiversidade, conforto ambiental, esporte e lazer, drenagem urbana, entre outras. Assim, espera-se construir uma prática de agricultura adaptada e transformadora da paisagem urbana, suplantando a dicotomia rural-urbano e buscando o paradigma da agroecologia urbana:

Sob essa perspectiva, “agroecologia urbana” é uma prática que, embora possa ser similar a várias iniciativas de “agricultura urbana” surgidas do desejo de reconstruir os laços comunitários e promover sistemas alimentares sustentáveis, vai um passo além: posiciona-se claramente em termos ecológicos, sociais, políticos e econômicos. Em termos ecológicos, baseia-se no respeito a todas as formas de vida, afastando-se de abordagens puramente antropocêntricas, protegendo o solo da degradação e da poluição, e promovendo o acesso à terra. Em termos sociais, ela propõe (e baseia-se no) apoio mútuo, o aprendizado e o respeito às diferenças culturais. Em termos políticos, está integrada a uma rede de movimentos por soberania e justiça alimentares, e acesso equitativo aos recursos e benefícios. E em termos econômicos, a agroecologia abrange desde empresas sociais até iniciativas comunitárias. Ela também desenvolve

suas próprias estratégias, redefinindo e fortalecendo ferramentas (ver a crescente literatura sobre agroecologia urbana política). Em termos geográficos, a agroecologia urbana reflete mais especificamente as condições específicas das cidades que a influenciam, dá forma e atribui significados particulares à produção de alimentos, e promove modelos de urbanização mais justos (TORNAGHI; HOEKSTRA, 2017, p. 3).

Visando essas transformações, o planejamento urbano institucionalizado pode cumprir um papel estratégico - seguindo a visão de Poulantzas (1985) sobre o Estado -, incentivando o surgimento de novas práticas de AU e apoiando a continuidade das existentes por meio das ações expostas no tópico 3.3.2 desta dissertação.

Entre essas ações, seria importante tanto aproximar a agricultura dos espaços urbanos quanto aproximar o urbano das práticas de agricultura. Assim, poderia incluir nos projetos novos e antigos de equipamentos e espaços públicos (ex: escolas, terminais, ruas, praças, parques) áreas destinadas à AU em uma perspectiva multifuncional, juntando compostagem, reaproveitamento de água da chuva, painéis solares, etc. Por outro lado, poderia planejar a implantação de hortas comunitárias e equipamentos como fazendas urbanas acompanhadas do maior número possível de elementos que melhorem a urbanidade dos lugares e democratizem o acesso à cidade, incluindo, por exemplo, áreas de permanência, esporte, lazer, contemplação, entre outras, adotando uma abordagem transversal e intersetorial da AU.

É de suma importância que essas ações sejam desenvolvidas de maneira efetivamente participativa, de modo não só a alcançar as mudanças desejadas no sentido de fomentar e ampliar as práticas de agriculturas no meio urbano, mas também a engendrar um processo de planejamento e construção dessas mudanças que seja emancipador, engajando e empoderando a população na defesa de uma AU assumidamente contra-hegemônica.

Dessa forma, a transformação e/ou construção de espaços que aproximem a agricultura do urbano pode contribuir para potencializar mudanças culturais, principalmente quando esses espaços são concebidos com uma intencionalidade pedagógica, de modo a transformá-los em espaços educadores sustentáveis (BORGES, 2011; MOREIRA, 2011; TRAJBER; SATO, 2010) e a aproveitar a capacidade educadora e transformadora da AU na construção de cidades educadoras.

Além disso, o contato com a natureza possibilitado por práticas como estas pode cumprir um papel essencial no combate ao déficit de natureza, principalmente quando se trata de crianças. “Déficit de natureza” é um termo criado pelo jornalista Richard Louv, segundo o qual as crianças criadas nos centros urbanos estariam sofrendo de maneira crescente de

problemas como ansiedade, TDAH, depressão, miopia, entre outros, pois a falta de contato com a natureza estaria comprometendo seu desenvolvimento cognitivo (BARBA, 2016).

Ainda segundo Louv, a incidência deste déficit foi agravada pela pandemia de covid-19 (BBC, 2021). A adaptação e/ou construção de projetos que incluíssem áreas verdes como hortas, pomares e florestas urbanas de maneira descentralizada e presente em todo o território seria um passo importante no combate a essa situação. Esses locais podem servir tanto como áreas de produção e cultivo quanto como áreas de lazer e educação socioambiental destinadas a escolas, famílias e comunidades.

Para auxiliar na discussão de planejadoras e planejadores urbanos (e do setor público de maneira geral) na hora de elaborar políticas públicas relacionadas à AU, o Quadro 3 apresenta alguns dos principais benefícios e desafios da AU com base nas respostas das hortelãs e hortelões entrevistados.

QUADRO 3 - Principais benefícios e desafios/dificuldades da prática de AU

| Benefícios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Desafios / dificuldades                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Pessoalmente, enquanto atividade tanto manual quanto prazerosa, de hobby... cultivar várias plantas. É... socialmente, pensando nisso, nessa nova relação com a cidade. Acho que economicamente não é, pelo menos no meu caso, super forte, mas tem também alguns ganhos econômicos, né? De poder produzir alguma coisa para consumo, né? Sem ter que comprar. É... e culturalmente acho que fazer uma horta urbana permite, incita as pessoas a refletir sobre o espaço urbano.... como que ele está organizado e tal (JOSÉ, 2023).</p>                                                                                                                                                                                                                                                   | <p>É, desafio acho que é isso, né, o trabalho de manutenção, etc. Muitas vezes, eu acho que, para mim talvez não tenha sido, mas a própria obtenção do espaço é um desafio. [...] É, acho que ter mais gente, né? Principalmente de trabalho mais braçal assim, que os estudantes não podem fazer, né. Nesse sentido de manutenção do mato, de cuidado mesmo, dos canteiros, são trabalhos mais pesados às vezes. [...] Conseguir insumos, principalmente adubo, essas coisas. A gente ainda tem uma reserva, mas talvez tenha que em breve ter outros meios para adquirir (JOSÉ, 2023).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <p>E o benefício. Eu acho que é a gente conhecer as pessoas. A horta, ela fica só um pano de fundo. Ela não é a coisa mais importante dali, não é? Mas eu acho que o mais importante é assim que a gente está em contato com pessoas que são diferentes da gente, né? Como a gente disse, né? Que estão em outro espectro político, né? E a gente poder ter um espaço ali pra gente conversar, mesmo que saia briga rsrs... mas a gente ter contato com pessoas que são diferentes da gente. Não muito diferentes, que são da mesma classe social, mais ou menos, mas que pensam um pouco diferente. É, eu acho muito benéfico ter crianças ali, porque você vê que as crianças começam a sair dos condomínios do prédio, e tem um espaço para brincar perto de casa, sabe (MARIA, 2022).</p> | <p>Eu acho que as principais dificuldades são lidar com o coletivo mesmo. É muito difícil assim a gente tentar definir até que ponto a gente pode interferir até que ponto a gente tem que deixar as coisas rolando, porque se não vai virar um grupo de pessoas mandonas ali, que decidem as coisas, entendeu? É muito difícil saber qual que é o limite de você definir coisas para a praça e lidar com os interesses diversos que tem ali, né? [...] eu também acho muito difícil engajar mais as pessoas assim. A gente faz os mutirões pontuais, mas seria legal que tivessem pessoas assim que fossem com mais frequência, assim, sabe, para realmente pensar o espaço, além de usufruir. [...] Eu acho que o alimento, assim, eu não me sinto muito segura para consumir. Mas ao mesmo tempo, eu não acho que é legal cercar o espaço. [...] Ali tem a dificuldade da água também, mas até agora a chuva deu conta e a gente tem aqueles tambores lá de armazenar água. (MARIA, 2022).</p> |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Os 3 maiores benefícios é saúde, eu acho que... saúde como um todo. Saúde no sentido físico, mas saúde no sentido mental, também. É coletividade, aproximação entre as pessoas. Comunidade. Eu acho que isso é também um ponto bem positivo que... Plantar e talz. Eu diria carinho. Assim a gente aprende a ser mais carinhoso, mais cuidadoso, com a terra, cuidadoso com os outros, cuidadoso com nós mesmo, cuidadoso com a Terra (LUIZ, 2022).</p>                                                                                             | <p>Os desafios. Eu também diria que a coletividade também é um desafio, sabe? Estar junto é um desafio. Nem todo mundo tem tempo para estar junto, para estar próximo. Justamente pela forma como é criado esse mundo né? Outro desafio que eu senti bastante foi acesso a água assim, sabe? [...] Outro desafio eu acho que é autonomia assim, sabe? A gente, infelizmente é, aprende assim a ou mandar ou ser mandado? Não é? Então, quando você está na terra, é sempre trocando, né? Não é um mandando falar, é sempre a gente aprendendo um com o outro, então. Acho que isso é um desafio bem grande assim. [...] é difícil porque muitas pessoas sabem mais obedecer assim (LUIZ, 2022).</p> |
| <p>Agricultura urbana como benefício cara, só tem benefício. Dá pra ir longe, tanto em questão de manejo de resíduos, questão de produção de alimento, saúde emocional, saúde física, cara, só tem benefício. Não tem o que tirar da agricultura urbana (ARTHUR, 2022).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                            | <p>Vou começar pelas dificuldades. Coletivo, sociedade, coletivo. Acho que essa é a primeira, é tudo muito individualista. Cultura alimentar. Eu acho que esses 2 eu acho que é o grande problema, talvez. E o dinheiro, né, o dinheiro, é um grande problema que as pessoas vão para uma ótica capitalista, digamos, eu acho que são 3 grandes problemas, mas eu acho que a cultura alimentar hoje estabelecida, nosso modus vivendi é o BO mór (ARTHUR, 2022).</p>                                                                                                                                                                                                                                |
| <p>Isso aqui é uma, é uma terapia. É uma terapia fazer isso aqui, esses canteirinhos. [...] Eu venho todo dia! Eu venho de manhã e venho a tarde. [...] Ah, o prazer, cara! É o prazer, é muito, muito gostoso, cara. Você vir aqui carpir um pouquinho, plantar é ótimo! (HENRIQUE, 2023).</p>                                                                                                                                                                                                                                                        | <p>Na verdade, assim, dificuldade [...] que nem eu falei pra você lá atrás, não tem! Porque se aparece alguma coisinha diferente já liga, fala pra ele, já liga lá na prefeitura e os caras já como veio essa semana, eu falei pra você, eles são pronto pra vir atender. E o próprio pessoal aqui já é disciplinado a não criar problema, porque se não eles vem e já pede a chave (HENRIQUE, 2023).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <p>E aí esse espaço da compostagem foi uma possibilidade, pensei para mim, mas assim vou abrir para a comunidade, claro, né? E o que produz também na horta compartilho muitas das coisas que sobra, compartilha, algumas coisas, até já vendi também. E aí, a pracinha, pensei na pracinha porque tinha quando estiver cansada, eu quero juntar os que estão junto comigo e convidar pra gente descansar, uai, ter um lazer. E os balanços, então, aqui tem muita coisa positiva, sabe? É muito, é quase é 90, 97% de positividade (JOANA, 2022).</p> | <p>No início, quando eu comecei a tirar pedra, lixo é é tirar as gramas, o mato era muito alto, então assim comecei a cavocar a terra e fazer as grades, porque antes não tinha grade, porque que eu coloquei as grades porque as pessoas não tinha o respeito pela, pelas plantas, pelo, pelo espaço que estava sendo trabalhado ali, então eles, levava cachorro, levava lixo, depredava, aí eu resolvi colocar as grades. E aí era uma possibilidade de afastar, relativamente, deixar espaço aberto para elas verem o que tinha dentro, porque eu acho que a maior curiosidade humana é saber o que tem do outro lado do muro do outro do vizinho (JOANA, 2022).</p>                            |

FONTE: o autor (2023), com base nas entrevistas realizadas em campo.

Além do quadro acima, o conteúdo das fichas-síntese também pode subsidiar análises sobre a inserção de práticas de AU no meio urbano e auxiliar o planejamento das cidades. Entre outras coisas, as fichas-síntese apontam que estas práticas estão localizadas em regiões com perfis socioeconômicos, morfologias urbanas e zoneamentos distintos, o que mostra que sua

existência se dá por fatores diversos, que podem ser culturais, pedagógicos, econômicos, sociais, ambientais, políticos ou mesmo uma mescla entre eles.

Se não é possível definir a localização das práticas de AU a partir dessas leituras, as fichas-síntese e a análise local dão indícios do tipo de lugar que essas práticas preferencialmente ocupam: geralmente espaços ociosos, terrenos baldios, recuos gramados de lotes, faixas de domínio de linhões de transmissão e trilhos do trem, além de outros espaços não edificados sem uso. Uma leitura e análise do potencial de implantação de práticas de AU dentro de municípios deveria passar então pelo mapeamento de espaços deste tipo e avaliação de eventuais restrições legais - e possíveis formas de superá-las - para sua utilização.

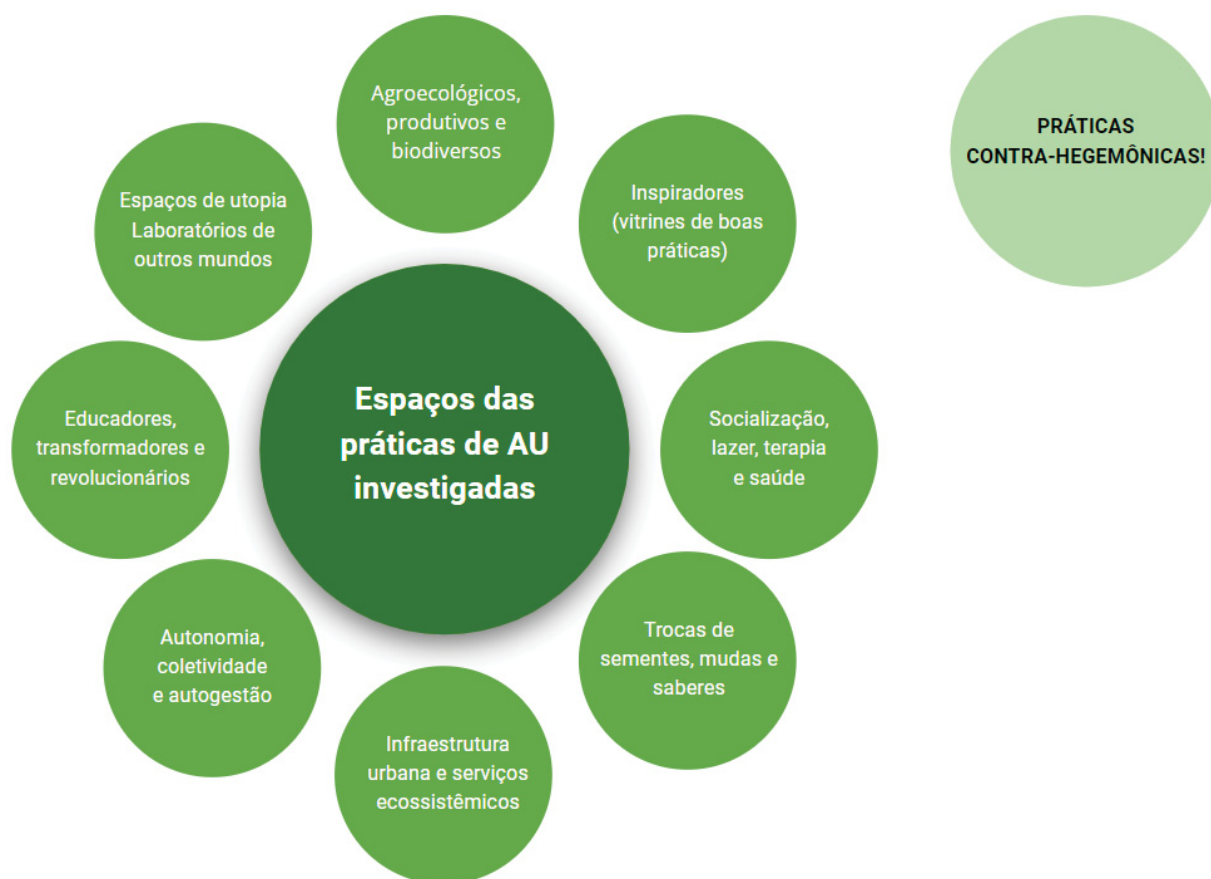
Ademais, as fichas-síntese apontam uma série de aberturas, ações geradas e novas codificações do espaço trazidas pelas práticas investigadas, mostrando que a AU pode ir muito além da simples produção de alimentos, servindo como espaço de encontro, lazer, terapia, diversão, arte, aprendizado, contemplação, entre outros, o que mostra possibilidades de utilização da AU no meio urbano numa perspectiva multifuncional: a horta é composteira, é praça, é parque, é escola, é parquinho, etc.

À guisa da conclusão, uma reflexão trazida pelo estudo das práticas é que o uso da terra nestes espaços representa um contraponto ao uso e apropriação da terra como propriedade privada, inspirando as pessoas a questionar a lógica hegemônica e vislumbrar outras possibilidades de urbano. Isso mostra a força da AU para enfrentar a lógica da propriedade privada.

Entretanto, é importante pontuar que a maioria das práticas investigadas está localizada em áreas públicas e/ou com restrições de construção de edificações: somente a Horta da Praça Seu Francisco está em uma propriedade privada, e é justamente a prática que mais enfrentou ameaças à sua existência. Isso mostra que a ocupação de propriedades privadas que se encontrem inutilizadas (terrenos baldios) em áreas de forte interesse imobiliário enfrenta dificuldades mais severas, sendo um desafio maior para planejadoras e planejadores urbanos lidarem com essas situações.

Posto tudo isso, conclui-se este tópico com a constatação de que as práticas investigadas podem ser consideradas como práticas contra-hegemônicas, dadas suas contribuições ao enfrentamento da lógica da propriedade privada e da terra/cidade-mercadoria. A Figura 16 traz uma síntese das características das práticas investigadas, mostrando algumas das potencialidades contra-hegemônicas da AU na construção de uma nova cultura da terra.

FIGURA 16 - Síntese das características das práticas de AU investigadas



FONTE: o autor (2023)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação trouxe uma reflexão sobre práticas de AU em Curitiba na contemporaneidade e aprendizados trazidos por elas que podem contribuir na construção de cidades socioambientalmente mais justas, democráticas e sustentáveis, fundadas em uma cultura da terra que supere a lógica da propriedade privada e da terra como mercadoria.

Recuperando o objetivo geral, foram produzidos conhecimentos que podem apoiar o enfrentamento da lógica capitalista e contribuir na construção de outros urbanos possíveis. Entre esses conhecimentos está a constatação de que as práticas de AU investigadas contribuíram para mudanças culturais na relação dos sujeitos entrevistados com a terra e a natureza, levando-os a refletir de maneira crítica sobre seu modo de viver e habitar as cidades e o planeta. Essa constatação se soma aos resultados de outras pesquisas que apontam a AU como possibilidade de recomposição da relação entre a humanidade e a natureza.

Essas práticas provocam os sujeitos a repensarem sua relação com o meio ambiente e a forma como se constrói o ambiente urbano: quando você come aquilo que planta, aumenta a preocupação com o acesso à terra e à água, com a poluição do solo e do ar e a contaminação ou diminuição da qualidade de suas plantas/alimento, e busca-se alternativas para recuperação ambiental desses lugares.

Outro aprendizado da pesquisa foi em relação à dinâmica socioespacial do espaço urbano produzido pelas práticas investigadas, que transformam espaços residuais do urbano capitalista, como terrenos baldios, depósitos de lixo, faixas de segurança de trilhos do trem e linhões de transmissão de energia, em lugares orientados por valores como solidariedade, diversidade, coletivismo, autonomia, respeito, cuidado e carinho, enfrentando o individualismo, o consumismo e a alienação, característicos da racionalidade instrumental-capitalista-neoliberal.

Os espaços produzidos por essas práticas se constituem como laboratórios de construção de outros urbanos, sementes de novas ideias... espaços de utopias de outros mundos possíveis, orientados por outras racionalidades e cosmovisões, possibilitando que pessoas envolvidas diretamente com as práticas, e outras que ali circulam, entrem em contato com a agroecologia e com ecotecnologias como compostagem, reaproveitamento da água da chuva e bioconstruções. Esses espaços oferecem uma utopia de cidade não baseada na lógica da mercadoria e da propriedade privada, rompendo com a hegemonia do mercado e recuperando uma conexão com a natureza mais profunda e harmônica.

Nesses espaços são experimentadas formas de gestão, construção e de economias alternativas (ex: JacuTroca), produzindo espaços urbanos diferentes do hegemônico, orientados por racionalidades que não enxergam a terra como simples mercadoria ou pela lógica da propriedade privada, contribuindo para a construção de cidades mais sustentáveis, socioambientalmente justas e democráticas.

Esses espaços também tem um forte caráter educador e transformador da sociedade, se configurando como lugares de aprendizado, de compartilhamento, de criação de laços de amizade, de experiências de autogestão, de construção da autonomia e de cuidado com a terra, contribuindo para uma sensibilização com a natureza e para uma reflexão crítica acerca do tempo e do espaço capitalista. O cotidiano nesses lugares une o estabelecimento de regras de uso do espaço pelo coletivo ao uso e à transformação coletiva do espaço, caracterizando essas práticas como comuns urbanos via práxis instituinte.

Além dos conhecimentos sobre as potencialidades da AU, a pesquisa também mostrou alguns de seus limites, evidenciando que a prática da AU *per se* não necessariamente é contra-hegemônica, podendo existir em total harmonia com o sistema capitalista e a lógica neoliberal, inclusive se constituindo como mais uma mercadoria dentro dessa lógica. Ainda assim, a produção neoliberal do espaço não deixa de impor desafios a muitas práticas de AU, principalmente porque, em termos financeiros, o uso da terra agrícola representa possibilidades muito menores de geração de lucro do que os grandes projetos urbanos e empreendimentos imobiliários característicos da dinâmica neoliberal.

As práticas de AU também são fortemente afetadas pela lógica individualista da racionalidade hegemônica, tendo como um de seus principais desafios a luta por manter o coletivo atuante, unido, auto-organizado e autofinanciado, além da luta em resistir contra legislações e processos de planejamento urbano autoritários. Outra grande dificuldade é a de as hortelãs e os hortelões enfrentarem a inconciliável contradição entre o tempo de dedicação às práticas e o tempo capitalista.

Em relação ao papel do Estado/setor público e do planejamento urbano, destaco que a institucionalização da AU tem forte relevância como indutora de mudanças culturais na direção da construção de uma nova cultura da terra, sendo essencial atuar para que ela seja construída com esse intuito. Ainda que a ação do Estado seja insuficiente para a superação do sistema político-econômico hegemônico, ela cumpre uma função estratégica.

Sobre as possibilidades de o planejamento urbano contribuir nesse sentido, destaca-se a incorporação do uso agrícola às áreas urbanas, nas leis de Plano Diretor e Zoneamento, a criação de instrumentos urbanísticos de incentivo à AU, a abordagem multifuncional da AU,

inserindo usos agrícolas em espaços urbanos e usos urbanos em espaços agrícolas, buscando planejar e projetar paisagens urbanas comestíveis e produtivas e construir espaços educadores sustentáveis e cidades educadoras.

Ademais, é importante que sejam desenvolvidos processos participativos e contra-hegemônicos de planejamento urbano para elaborar soluções criativas que fomentem, apoiem e ampliem práticas de AU nas cidades, empoderando, aproximando e gerando senso de pertencimento da população em relação a elas.

Dito isso, em relação aos objetivos específicos da dissertação, as fichas-síntese e a análise geral das práticas investigadas ajudaram a compreender potencialidades, desafios, formas de gestão, uso e apropriação da terra de práticas de agricultura urbana em Curitiba. Além disso, a pesquisa explorou, mapeou, sistematizou e categorizou parte do universo de práticas de AU em Curitiba, de modo a aumentar a quantidade de informações disponíveis sobre o assunto e a trazer cruzamentos de bases e informações até então inéditos, o que pode fortalecer a produção de novas pesquisas sobre o tema.

A dissertação também buscou contribuir para o debate no campo do planejamento urbano sobre a importância da abordagem da AU e da dimensão socioespacial do sistema alimentar, trazendo uma relação de autores que defendem essa abordagem e apresentando alguns dos principais argumentos que justificam essa defesa.

Buscou-se também facilitar a compreensão do atual momento e do histórico da AU em Curitiba nos últimos anos, apresentando um compilado de informações sobre o assunto levantadas por meio de revisão bibliográfica de pesquisas acadêmico-científicas sobre o tema, de análise documental de leis, reportagens e postagens em redes sociais, das entrevistas com hortelãs e hortelões e dos levantamentos técnicos das hortas investigadas.

Ao longo da dissertação foram trazidas reflexões sobre a relação dialética entre as práticas de AU e a produção do espaço urbano de maneira geral e em Curitiba, apontando nexos entre essas dinâmicas socioespaciais e o fenômeno urbano, o padrão neoliberal de acumulação capitalista, e apontando contribuições à luta por uma produção contra-hegemônica do espaço urbano que supere a cidade neoliberal.

Constatou-se que a AU é uma prática que produz espaço urbano e interfere na dialética socioespacial deste. Pelos seus muitos benefícios e crescente visibilidade em relação ao tema, a AU tem despertado o interesse de agentes sociais como o mercado, o Estado e os movimentos sociais e ativistas, tornando seu conceito e seu valor simbólico um campo de disputas entre esses agentes. Da mesma forma que a AU pode ser utilizada no enfrentamento da lógica de produção do espaço neoliberal, enfrentando a propriedade privada e apontando para cidades

baseadas na lógica do comum, ela também pode ser utilizada como uma mercadoria de alto valor agregado para legitimar discursos e projetos “sustentáveis”.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se que o universo estudado é relativamente reduzido, e por se tratar de uma expansão de minha bolha social - acessada pelo método bola-de-neve - apresenta resultados que não podem ser tidos como representativos. Entretanto, como exposto na metodologia da pesquisa, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não existe a pretensão de se estabelecer verdades universais ou representativas da totalidade de práticas de AU de Curitiba.

A abrangência de temáticas abordadas na pesquisa e o tempo disponível para desenvolvê-la - considerando a pandemia no meio do processo e minha dedicação simultânea ao trabalho na prefeitura -, acabou limitando uma análise mais aprofundada sobre algumas questões que se pretendia no início, em especial sobre contribuições que o planejamento urbano pode dar para incentivar a existência das práticas de AU. Isso passaria por ações tanto na escala metropolitana até o nível do desenho urbano, que foram listadas no capítulo que trata da aproximação entre AU e planejamento urbano, mas que não foram analisadas sobre seus efeitos na prática. Assim, essa é uma questão em aberto para pesquisas no campo.

Outra limitação é o fato de que minha formação como arquiteto e urbanista em um mestrado de planejamento urbano não é suficiente para analisar com profundidade as mudanças culturais atreladas às práticas de AU investigadas, sendo importante pensar em pesquisas mais especializadas sobre o tema, o que nos leva ao próximo ponto.

As aberturas da pesquisa vão no sentido de questionamentos como qual o perfil dos hortelões e das hortelãs urbanas? Quais as influências das práticas de AU em sua visão de mundo? A que ideário dão adesão e o que os move social e politicamente? Qual a visão que estes sujeitos têm sobre a propriedade privada e o capitalismo? O que a luta desses sujeitos têm em comum com outras lutas contra-hegemônicas?

Uma outra abertura para pesquisas sobre o assunto é a da investigação de como a AU pode contribuir nos caminhos para uma fusão das lutas sociais em torno do ideário do comum, que possa superar a ordem capitalista. Para isso, é necessário aprofundar a investigação sobre os sujeitos que praticam AU. Os sujeitos que praticam a AU têm motivações diversas que os levam a começar estas práticas e mais outras tantas que os levam a mantê-las e a reforçar sua convicção nelas.

Entretanto, o olhar superficial para estes sujeitos dificilmente poderá apreender como as práticas de AU afetam as vidas e visões de mundo destes. Portanto, para se compreender com maior profundidade as práticas de AU, é importante compreender os sujeitos que a praticam, e

qual a visão deles construída em relação ao sistema, ao espaço urbano/cidade em que vivem e suas contradições. No que a prática da AU influencia nessa visão, e o que essa visão concorda ou discorda com a lógica da produção do espaço urbano contemporâneo? Somente assim será possível uma análise mais completa e aprofundada das contribuições da AU para a luta anti-sistema e também possibilidades de fusão das lutas sociais.

Como abertura para trabalhos futuros sobre o tema no campo do planejamento urbano, considero pertinente a investigação, na escala macro, de como as práticas de AU de Curitiba integram o sistema alimentar urbano-regional da metrópole, mapeando a produção, distribuição, armazenagem, comercialização, consumo e descarte dos alimentos que compõem esse sistema e, na escala micro. Já na escala micro, acredito que são necessárias pesquisas mais aprofundadas sobre a inserção das práticas de AU no espaço urbano, suas morfologias e interações com o espaço urbano capitalista.

Acredito também ser interessante abordar a temática da AU sob o prisma da economia urbana e do planejamento do uso solo, avaliando a relação histórica entre essas práticas e o preço da terra nas cidades e refletindo sobre instrumentos urbanísticos tributários e não tributários que possam incentivá-las. Além disso, seria importante um aprofundamento na discussão sobre a viabilidade e os conflitos na utilização de terrenos baldios para fins de AU, refletindo sobre instrumentos urbanísticos possíveis de serem aplicados nestes casos.

Também em relação ao debate no campo do planejamento urbano, almeja-se que este trabalho possa ter contribuído para reforçar a importância de o campo abordar e investigar a questão da AU e dos sistemas alimentares. Além disso, espera-se ter trazido argumentos que convençam à necessidade do campo de romper com a racionalidade hegemônica de instrumentalização da natureza no planejamento do urbano e buscar construir perspectivas de cidades regenerativas e agroecológicas.

Como encaminhamento desta pesquisa e levando em consideração minha ocupação atual como arquiteto e urbanista do IPPUC, e também o fato de estarmos desenvolvendo uma pesquisa sobre o ambiente alimentar de Curitiba e RMC, pretendo apresentá-la para os técnicos do IPPUC ligados à área de uso do solo e de monitoramento e socioeconômico, discutindo a possibilidade de uma mudança cultural em relação à forma que o planejamento urbano de Curitiba trata a questão da terra e da agricultura, abordando a perspectiva de territórios educativos e de cidade educadora.

À guisa da conclusão, espera-se ter motivado outras pessoas à importância de não se naturalizar o que está posto, provocando as leitoras e os leitores deste trabalho a questionarem a lógica hegemônica de uso e apropriação da terra nas cidades e na sociedade, apontando para

a possibilidade concreta de construirmos alternativas a ela, a partir da práxis instituinte e da educação libertária, ambiental, crítica e revolucionária.

Por fim, espera-se com esta pesquisa ter sensibilizado as leitoras e leitores para a importância de o campo do planejamento urbano levar mais a sério a questão da agricultura urbana e da reflexão sobre significados da terra e da natureza que vão para além da lógica da mercadoria, de modo a contribuir na construção de cidades integradas e conectadas à natureza, esperando assim, ao menos, adiar o fim do mundo.

## REFERÊNCIAS

ABRAINC. Déficit habitacional é recorde no País. **ABRAINC**, 2019. Disponível em: <<https://www.abrainc.org.br/noticias/2019/01/07/deficit-habitacional-e-recorde-no-pais/>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ABRAMO, P. **Mercado e ordem urbana** – do caos à teoria da localização. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/Faperj, 2001.

ACOSTA, A. **O “Bem Viver”** - uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. ISBN 978-85-69536-02-4 Ed. Elefante, 264 p. 2016.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, H. Desregulamentação, Contradições Espaciais e Sustentabilidade Urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p. 25-38, jul./dez. 2004.

ALMEIDA, D. A. O. de; BIAZOTI, A. R. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade!. v. 13 n. 1 (2018): **Anais do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno; 12 a 15 de setembro de 2017, Brasília/DF**. Disponível em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/169/1603>>. Acesso em: 10 jan. de 2023.

ALMEIDA, D. A. O. de; COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. In: APP URBANA 2014 - III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO, 2014, Belém. **A dimensão ambiental da cidade**. Belém: UFPA, 2014. v. 1. p. 1.

ALMEIDA, D. A. O. de. **Isto e aquilo** agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2020. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016.

ALVES, R. **O quarto do mistério**. Campinas: Papirus, 1995.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando conceitos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Atlas Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA, 2013.

BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GUENDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; de ZEEUW, H. (Eds.). **Growing cities, growing food, urban agriculture on the policy agenda**. Deutsche Stiftung für internationale Entwicklung (DSE), Feldafing, Germany, 2000. Disponível em: <<https://www.bivica.org/file/view/id/2443>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BARBA, M. D. 'Deficit de natureza' provoca problemas físicos e mentais em crianças, alerta especialista. **BBC Brasil**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-36592620>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BBC. Pandemia agrava 'déficit de natureza' em crianças e adultos: 'Estamos menos vivos quando nos concentramos nas telas'. **BBC Brasil**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-57065482>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BEM PARANÁ. Arquidiocese de Curitiba emite nota de repúdio à iniciativa da Prefeitura de criminalizar doação de comida a moradores de rua. **Bem Paraná**, 2021a. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/arquidiocese-de-curitiba-emite-nota-de-repudio-a-iniciativa-da-prefeitura-de-criminalizar-doacao-de-comida-a-moradores-de-rua#.YWnkuRpKiUk>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BEM PARANÁ. Curitiba inaugura no Cajuru a primeira fazenda urbana do País. **Bem Paraná**, 2020. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/curitiba-inaugura-hoje-no-cajuru-a-primeira-fazenda-urbana-do-pais#.X0a2B8hKjIU>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BEM PARANÁ. Greca recua e retira proposta de multa para distribuição de comida sem autorização. **Bem Paraná**, 2021b. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/greca-recua-e-retira-proposta-de-multa-para-distribuicao-de-comida-sem-autorizacao#.YWnjYRrMKUk>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BLAZOTI, A. R. **Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo**. 2020. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba-SP, 2020.

BOBBIO, N. **Locke e o Direito Natural**. 2 ed. Brasília: Editora: UNB, 1997. p. 189-206.

BOLÍVIA. [Constituição (2009)]. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolívia**. La Paz, Bolívia. 178 p. Disponível em: <[https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion\\_Bolivia.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BOLLIER, D. **Pensar desde los comunes: una breve introducción**. España: Traficante de Sueños, 2016. Disponível em: <[https://sursiendo.com/docs/Pensar\\_desde\\_los\\_comunes\\_web.pdf](https://sursiendo.com/docs/Pensar_desde_los_comunes_web.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2022.

BORGES, C. **O que são espaços Educadores Sustentáveis. Espaços Educadores Sustentáveis**. Tv Escola/ Salto Para O Futuro. Ano XXI Boletim, p. 11-16, jun. 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL DE FATO. "Cozinha solidária é símbolo de resistência em tempos que comer está virando luxo no Brasil". **Brasil de Fato**, Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/04/cozinha-solidaria-e-simbolo-de-resistencia-em-tempos-que-comer-esta-virando-luxo-no-brasil>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. DOU, Brasília, 2015.

BRENNER, N. **Espaços da urbanização**. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letracapital, Observatório das Metrópoles, 2018.

BLUME, B. A. O que é neoliberalismo?. **Politize!**, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e/>>. Acesso em: 25 oct. 2022.

BURATINI, R. A crise do coronavírus e o neoliberalismo: o que está em questão? **Carta Capital**, 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/a-crise-do-coronavirus-e-o-neoliberalismo-o-que-esta-em-questao/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CABANNES, Y.; DUBBELING, M. Financing and investment for urban agriculture. In: VEENHUIZEN, R. van (Eds.). **Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities**. Philippines: RUAF Foundation, International Institute of Rural Reconstruction (IIRR) e International Development Research Centre (IDRC), Chapter 4, p. 87-123, 2006.

CABANNES, Y.; MAROCCHINO, C. (org). **Integrating food into urban planning**. London, UCL Press; Rome, FAO, 2018. <https://doi.org/10.14324/111.9781787353763>.

CAISAN - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. 2º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (PLAMSAN Curitiba - 2020-2023). Curitiba, 2019. Relatório técnico. Disponível em: <<https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00323536.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CALDAS, A. C. Lei da Agricultura Urbana é aprovada em Curitiba. Brasil de Fato, Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2018/09/10/lei-da-agricultura-urbana-e-aprovada-em-curitiba>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Audiência debate intensificação da agricultura urbana em Curitiba. Câmara Municipal de Curitiba. Curitiba, 13 nov. 2017. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=28746#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=28746#&panel1-1)>. Acesso em: 28 mai. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Câmara de Curitiba aprova regulamentação à agricultura urbana. Câmara Municipal de Curitiba. Curitiba, 10 set. 2018. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=29983#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=29983#&panel1-1)>. Acesso em: 28 mai. 2021.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Tradução de: Claudia Sant'Anna Martins. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Gaia, 2010.

CARRANO, P. A experiência das cozinhas comunitárias em Curitiba em tempos de crise. Brasil de Fato, Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2020/12/31/a-experiencia-das-cozinhas-comunitarias-em-curitiba-em-tempos-de-crise>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

CENCI, D. R. Agricultura urbana e periurbana na cidade de Curitiba: da preocupação urbanística e a qualidade de vida para a segurança alimentar e o direito ao alimento saudável. **Revista de agricultura urbana**, [s.l.], n. 18, p. 83-90, 2007.

CHAUÍ, M. de S. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: **Classes? Que classes?**: Ciclo de debates sobre classes sociais. Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org), São Paulo, 2013, p. 87-103.

CICLOVIVO. Curitiba libera cultivo de horta na calçada e vai regulamentar prática. CICLOVIVO, 2017. Disponível em: <<https://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/curitiba-libera-cultivo-de-horta-na-calçada-e-vai-regulamentar-prática/>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

CNN. Prefeito de Curitiba envia à Câmara PL para multar quem der comida a sem-teto. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/prefeito-de-curitiba-envia-a-camara-pl-para-multar-quem-der-comida-a-sem-teto/>>.

COAG. Committee on Agriculture. FAO. Urban and periurban agriculture. Paper presented and approved at 15th Session of the COAG, 25–29 January 1999, FAO, Rome, Italy. COAG, 1999.

COBOS, E. P. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación em América Latina. **Cad. Metrópoles**, São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 37-70, jun. 2014.

COLETIVO HORTEIROS. Publicação do Facebook. Curitiba, 19 jan. 2018. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=455308284944641&set=pb.100066473449810.-2207520000>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

COLETIVO MÃO NA TERRA. Salvemos a horta na ciclovia do Centro Cívico!. Curitiba, 27 mai. 2018. **Facebook**: @coletivomaonaterra. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/2036797586562226/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDI-RMC). Curitiba, 2006. Disponível em: <[https://www.amep.pr.gov.br/sites/comec/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-11/pdi\\_2006.pdf](https://www.amep.pr.gov.br/sites/comec/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/pdi_2006.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSMOVISÃO. In: **Oxford Languages**. Oxford, 2022. Disponível em: <[https://www.google.com/search?q=cosmovis%C3%A3o+defini%C3%A7%C3%A3o&rlz=1C1GCEU\\_pt-BRBR940BR941&sxsrf=AB5stBhCCw7CFGbDvM-weBXX3kzOxNa-](https://www.google.com/search?q=cosmovis%C3%A3o+defini%C3%A7%C3%A3o&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR940BR941&sxsrf=AB5stBhCCw7CFGbDvM-weBXX3kzOxNa-)>

pg%3A1688416046958&ei=Li-jZOaMOq3M1sQP7MSOgAw&ved=0ahUKEWjm29jlr\_P\_AhUtpUUCHWYiA8AQ4dUDCBA&uact=5&oq=cosmovis%C3%A3o+defini%C3%A7%C3%A3o&gs\_lcp=Cgxnd3Mtd2l6LXNlc nAQAzIMCCMQigUQJxBGEPkBMgQIIxAnMgQIIxAnMgYIABAWEB4yIAgAEIoFEEYQ-QEQlwUQjAUQ3QQQRhD0AxD1AxD2AxgBOiAIABCKBRBGEPkBEJcFEIwFEN0EEEYQ9AMQ9QM9gMYAUoECEYAFAAWN8KYIQNaABwAXgAgAGBAYgBnxWSAQQwLjIzmAEAoAEBwAEB2gEGCAEQARgT&sclient=gws-wiz-serp>. Acesso em 18 jun. 2023.

COSMOVISÃO. In: **Wikipédia**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2023. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cosmovis%C3%A3o#:~:text=Cosmovis%C3%A3o%2C%20vis%C3%A3o%20de%20mundo%2C%20mundivid%C3%A4ncia,mundo%20em%20que%20se%20vive>>. Acesso em 18 jun. 2023.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. B. Uma leitura ontometodológica da educação ambiental crítica diante dos desafios societários contemporâneos. **Revbea**, São Paulo, V. 9, No 1:132-156, 2014.

CROWLEY, D. P. **Construindo uma cidade sustentável pela participação cidadã: respostas locais dos grupos da sociedade civil em Curitiba, Brasil**. 249 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CRUZ, M. M. Em Curitiba, com 115 mil famílias vulneráveis, Greca aposta no urbano e ignora o campo. **De Olho nos Ruralistas**, 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/11/26/em-curitiba-com-115-mil-familias-vulneraveis-greca-aposta-no-urbano-e-ignora-o-campo/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

CULTIVANDO SABERES. Perfil do Instagram. 2023. **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/cultivandosaberes/>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 35, n. 101, p. 209-224, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185115>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CURITIBA. CIC vai ganhar a segunda Fazenda Urbana de Curitiba; veja como será. **Curitiba**, 2022a. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/cic-vai-ganhar-a-segunda-fazenda-urbana-de-curitiba-veja-como-sera/64295>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CURITIBA. Com Fazenda e hortas urbanas, Curitiba é finalista do World Smart City Awards. **Curitiba**, 2022b. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/com-fazenda-e-hortas-urbanas-curitiba-e-finalista-do-world-smart-city-awards/65996>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CURITIBA. Curitiba brilha entre as seis cidades mais inteligentes do mundo de 2022. **Curitiba**, 2022c. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-brilha-entre-as-seis-cidades-mais-inteligentes-do-mundo-de-2022/66170>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CURITIBA. **Decreto nº 1.066, de 25 de setembro de 2006**. Regulamenta a lei nº 11.596/05 e estabelece critérios para a construção ou reconstrução de passeios nos locais que

especifica, 2006. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2006/106/1066/decreto-n-1066-2006-regulamenta-a-lei-n-11596-05-e-estabelece-criterios-para-a-construcao-ou-reconstrucao-de-passeios-nos-locais-que-especifica>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CURITIBA. **Lei nº 2.942, de 27 de dezembro de 1966.** Normas aprovacao arruamentos loteamentos desmembramentos terrenos municipio Curitiba. Legislação Municipal, 1966. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1966/283/2828/lei-ordinaria-n-2828-1966-institui-o-plano-diretor-de-curitiba-e-aprova-as-suas-diretrizes-basicas-para-orientacao-e-controle-do-desenvolvimento-integrado-do-municipio-revogando-as-leis-n-1875-60-1951-60-1908-60-2100-61-2123-61-2154-62>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

CURITIBA. **Lei nº 9.800, de 03 de janeiro de 2000.** Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba. Legislação Municipal, 2000. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2000/980/9800/lei-ordinaria-n-9800-2000-dispoe-sobre-o-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-de-curitiba-revoga-as-leis-n-4199-72-5234-75-5263-75-5490-76-6204-81-6769-85-7068-87-e-7622-91-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CURITIBA. **Lei nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Câmara Municipal de Curitiba. legislação, Curitiba, 12 dez. 2004. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2004/1127/11266/lei-ordinaria-n-11266-2004-dispoe-sobre-a-adequacao-do-plano-diretor-de-curitiba-ao-estatuto-da-cidade-lei-federal-n-10257-01-para-orientacao-e-controle-do-desenvolvimento-integrado-do-municipio>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

CURITIBA. **Lei nº 14.771, de 15 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a revisão do plano diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. Leis municipais, Curitiba, dez 2015. Disponível em: . Acesso em: 20 dez 2015.

CURITIBA. **Lei nº 15.300, de 28 de setembro de 2018.** Autoriza a ocupação de espaços públicos e privados para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana. Leis municipais Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2018/1530/15300/lei-ordinaria-n-15300-2018-autoriza-a-ocupacao-de-espacos-publicos-e-privados-para-o-desenvolvimento-de-atividades-de-agricultura-urbana>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CURITIBA. **Lei nº 15.511, de 10 de outubro de 2019.** Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. Legislação Municipal, 2019. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-curitiba-pr>>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CURITIBA. Prefeitura lança auxílio alimentar para 35 mil famílias vulneráveis. **Curitiba**, 2021. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-auxilio-alimentar-para-35-mil-familias-vulneraveis/58587>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P., LAVAL, C. **Propriedade, apropriação social e instituição do comum**. Tempo Social, São Paulo, v. 27. N.1, 2015, p. 261-273.

DARLY, S.; MCCLINTOCK, N. Introduction to urban agriculture in the neoliberal city: critical european perspectives. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies** 16(2):224-231. 2017. Disponível em: <<https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/1598/1258>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

EQUADOR. [Constituição (2008)]. **Constitución de la República del Ecuador**. Quito: Asamblea Constituyente, 2008. Disponível em: <[https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4\\_ecu\\_const.pdf](https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2020.

EQUIPE EDITORIAL CONCEITO.DE. Conceito de razão instrumental. **Conceito.de**. 2015. Disponível em: <<https://conceito.de/razao-instrumental>>. Acesso em: 06 out. 2022.

EQUIPE PINÓ. Gentileza urbana: construtora instala horta comunitária em bairro de Curitiba. **Gazeta do Povo**, 2021. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/pino/gentileza-urbana-construtora-instala-horta-gratuita-para-moradores-do-agua-verde/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ESCOTILHA. O que os Planos de Governo dos candidatos à Prefeitura de Curitiba nos dizem sobre a Cultura. **Escotilha**, 2016. Disponível em: <<http://www.aescotilha.com.br/colunas/cultura-critica/o-que-os-planos-de-governo-dos-candidatos-a-prefeitura-de-curitiba-nos-dizem-sobre-a-cultura/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

EXAME. Especulação imobiliária aumenta na cidade de São Paulo. **Exame**, 17 jun. 2022. Disponível em: <<https://exame.com/mercado-imobiliario/especulacao-imobiliaria-aumenta-na-cidade-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FAO. **Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana**. Roma, 2020. Disponível em: <<https://www.fao.org/documents/card/en/c/CA3151PT>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, 2022. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>.

FARAH, T. Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe. **O Globo**, 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

FENIMAN, E. H. **Hortas curitibanas**: as representações simbólicas do cultivo de alimentos na cidade. 143 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FERRARA, L. N.; RUFINO, M. B. C.; SHIMBO, L. Z. Imobiliário-Infraestrutura na cidade do século XXI: desafios para uma crítica contra-hegemônica. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), [S. l.], v. 16, n. 3, p. 84-101, 2018. DOI:

10.11606/issn.1984-4506.v16i3p84-101. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/152893>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, 2005, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2005. não p.

FOLADORI, G. Na busca de uma racionalidade ambiental. **Ambiente & Sociedade** - Ano III - n. 6/7, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1. Dados do Inmet mostram elevação das temperaturas e maior frequência de chuvas intensas no Brasil. **O Globo**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/23/dados-do-inmet-mostram-elevacao-das-temperaturas-e-maior-frequencia-de-chuvas-intensas-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

G1. Eleições 2020: plano de governo dos candidatos a prefeito de Curitiba. **O Globo**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2020/noticia/2020/09/28/eleicoes-2020-plano-de-governo-dos-candidatos-a-prefeito-de-curitiba.ghtml>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

G1. 'Foi mal interpretado', diz Greca sobre projeto que prevê multa a quem distribuir comida a sem-teto sem autorização em Curitiba. **O Globo**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/04/01/foi-mal-interpretado-diz-greca-sobre-projeto-que-preve-multa-a-quem-distribuir-comida-a-sem-teto-sem-autorizacao-em-curitiba.ghtml>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

GALLAS, D. Além da guerra na Ucrânia: 7 conflitos sangrentos que ocorrem hoje no mundo. **BBC News Brasil**, 14 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60690640>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

GARCIA, F. E. S. Curitiba anos 90: Cultura e política na produção da imagem da cidade. IN: XVIII Encontro anual da Anpocs. 1994, Caxambú. **Anais**, Caxambú: 1994, p. 2-16. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/18-encontro-anual-da-anpocs/gt-17/gt07-3/7439-fernandagarcia-curitiba/file>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

GORTÁZAR, N. G. Desmatamento na Amazônia é o maior em 15 anos, e Governo é acusado de esconder dados da COP26. **El País**, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-19/desmatamento-na-amazonia-e-o-maior-em-15-anos-e-governo-e-acusado-de-esconder-dados-da-cop26.html>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GRECA, R. Vídeo do prefeito em reunião com os hortelões se posicionando sobre o assunto. Curitiba, 12 jul. 2017. Facebook: @rafaelgreca. Disponível em: <<https://www.facebook.com/rafaelgreca/videos/1351618194908048/>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**; 4ª. Ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **Justice, nature & the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HIRATA, M. Fusão das lutas sociais pela apropriação do espaço: perspectivas da reciclagem no centro da Cidade de São Paulo. In.: PEREIRA, P. C. X. (Org.). **Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI**. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 163-195.

HORTA URBANA.MTST. Coletivo de horta MTST-SP. **Instagram**, 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/hortaurbana.mtst/>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

HORTA DE CALÇADA CRISTO REI. Fotos. **Facebook**: @hortacristorei. Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/hortacristorei/photos>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

HORTA DO JACU. Página do Facebook. 2023. **Facebook**. Disponível em: <[https://www.facebook.com/hortadojacu/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/hortadojacu/?locale=pt_BR)>. Acesso em: 3 jul. 2023.

HORTAS CWB. Perfil do Instagram. 2023. **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/hortascuritiba/>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017: Resultados definitivos**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 1 jul. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPMC. Prefeitura faz mutirão para atualizar cadastro de agricultores urbanos. **IPMC**, 2021. Disponível em: <<https://ipmc.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-faz-mutirao-para-atualizar-cadastro-de-agricultores-urbanos/686>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Plano Diretor. **Curitiba**, 2022. Disponível em: <<https://www.ippuc.org.br/plano-diretor>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Setor de Geoprocessamento. **Curitiba**, 2023.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

JARDIM DA RUA CONSELHEIRO CARRÃO. Fotos. Curitiba, 2017. Facebook: Jardim na rua Conselheiro Carrão. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/profile.php?id=100079119566623&sk=photos>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

JARLOV, L. Por que precisamos de novos conceitos de planejamento urbano. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 4, jul. 2001. Disponível em: <[https://ruaf.org/assets/2001/07/rau04\\_total.pdf](https://ruaf.org/assets/2001/07/rau04_total.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2023.

JAYO, M.; CALDAS, E. de L. Discursos de agricultura urbana em São Paulo: formação, profusão e captura. **Kult-ur**, 6 (12), 157-76. 2019. Disponível em: <<https://www.e-revistas.uji.es/index.php/kult-ur/article/view/3994>>. Acesso em: 20 out. 2021. <https://doi.org/10.6035/Kult-ur.2019.6.12.6>

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo agrario**, La Plata, v. 16, n. 33, p. 00, dez. 2015.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LEFF, E. Political ecology: a latin american perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 29-64, dez. 2015.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEGNAIOLI, S. Agroecologia: o que é e características. **Ecycle**, 2023. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/agroecologia/>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

LE MOS, N. da S.; ANDRADE, L. M. da S. de; MEDEIROS, V. A. S. de. Desafios do planejamento urbano no Brasil e seus marcos legais sob a ótica da agricultura urbana. **Paranoá**, Brasília, v. 14, n. 14, 2015. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n14.2015.16988.

LIMA, M. S. de. **Desertos alimentares em Curitiba**: espacialização do fenômeno na metrópole. 205 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/78853/R%20-%20D%20-%20MARINA%20SUTILE%20DE%20LIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

LIMA, M. S. de; GADENS, L. N. **O vazio como espaço potencial para a agricultura urbana**: estudo em Curitiba. XI Seminario Internacional de Investigación En Urbanismo,

Barcelona-Santiago de Chile, Junio 2019, Barcelona, p. 1-17, jun. 2019. Iniciativa Digital Politecnica. <http://dx.doi.org/10.5821/siiu.6598>.

LIMONAD, E. A natureza da questão ambiental contemporânea: subsídios para um debate. **Revista Geografias: Artigos Científicos**, Belo Horizonte, p. 7-23, jan./jun. 2007.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

LÖWY, M. Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 471–482, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.45816. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45816>. Acesso em: 4 jul. 2023.

LUIZ, J. L.; SILVA, U.C.; BIAZOTI, A. R. A emergência da agricultura urbana. **Outras palavras**, 2021, n.p. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/a-emergencia-da-agricultura-urbana/>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

MALERONKA, C. **Instrumentos de recuperação da valorização**: fundamentos, limites e potencialidades. Curitiba, 13 jul. 2021. Aula proferida de maneira remota no Curso Instrumentos para Financiamento do Desenvolvimento Urbano, organizado pela Universidade Federal do Paraná em parceria com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Lincoln Institute of Land Policy.

MANDATO GOURA, Mapa agricultura urbana Curitiba. **Mandato Goura**, 2018. Disponível em: <<https://mandatogoura.com.br/wp-content/uploads/2019/05/MapaAgriculturaUrbanaOK.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2023.

MARCONDES, D. Hortas comunitárias ganham espaço em condomínios residenciais. **SYM Imóveis**, Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://symimoveis.com.br/blog/estilodevida/hortas-comunitarias-ganham-espaco-em-condominios-residenciais/>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999.

MCCLINTOCK, N. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, v. 19, p. 2, p. 147-171, 2014. Disponível em: <[https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1090&context=usp\\_fac](https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1090&context=usp_fac)>. Acesso em: 5 jul. 2022.

MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional. Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS): Resultados do processo participativo. 2021. Disponível em: <<https://redus-homolog.s3-sa-east->

1.amazonaws.com/initiative\_library\_items/ckww7makk001t2l0x5k6lb7my-Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20dos%20ODUS%20%20Processo%20em%20andamento.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

MENDONÇA, F. Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba/PR e o mito da “Capital Ecológica”. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 12, p. 179-188, 2002.

MESQUITA, A. M. C. Paisagens produtivas como estratégia de sustentabilidade e segurança alimentar nas cidades. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. e00120, 2019. DOI: 10.47235/rmu.v7i2.120. Disponível em: <<https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/120>>. Acesso em: 11 mai.. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. Solicitar Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). **Portal GOV.BR**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-a-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v. 18, n. 3, pp. 363-377, 2016.

MODELLI, L. Terras indígenas são as áreas mais preservadas do Brasil nos últimos 35 anos, mostra levantamento. **G1**, 28 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/08/27/terras-indigenas-sao-as-areas-mais-preservedas-do-brasil-nos-ultimos-35-anos-mostra-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MOREIRA, T. Escola sustentável: currículo, gestão e edificação. **Espaços Educadores Sustentáveis**. Tv Escola/Salto Para O Futuro. Ano XXI Boletim, p. 17-22, jun. 2011.

MORIN, E. Agonia Planetária. In: **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 69-103.

MOUGEOT, L. J. A. **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Earthscan and the International Development Research Centre (IDRC), 2005. Earthscan/IDRC 2005. Disponível em: <<https://www.idrc.ca/en/book/agropolissocial-political-and-environmental-dimensions-urban-agriculture>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

MOUGEOT, L. J. A. **Growing better cities: urban agriculture for sustainable development**. International Development Research Centre, 2006. Disponível em: <<https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/30554/IDL-30554.pdf?sequence=12&isAllowed=y>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GUNDEL, S.; SABEL KOSCHELLA, U.; de ZEEUW, H.

(Eds.). **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda**. Feldafing: German Foundation for International Development, 2000, p. 1-42.

MST. “União Solidária” prepara doação de alimentos, gás e mutirão de horta comunitária em Curitiba. MST. Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/06/09/uniao-solidaria-doara-500-cestas-100-cargas-de-gas-e-mutirao-de-horta-comunitaria-no-pr/>>. Acesso em 13 mar. 2022.

MST. Com apoio do MST, comunidade urbana inicia horta agroecológica na grande Curitiba. MST. Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/11/04/com-apoio-do-mst-comunidade-urbana-inicia-horta-agroecologica-na-grande-curitiba/>>. Acesso em 13 mar. 2022.

MTST-PARANÁ. Página inicial – todas postagens de 2021. Curitiba, 12 set. 2021. Facebook: @mtstparana. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstparana/posts/pfbid02XdUriDkqVB59NCkAcNFA3c6Yr5r82EXGacBgQCWgbehfNDdY25V42T5L2j85f7Tpl>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MUFPP (Milan Urban Food Policy Pact). **Milan Urban Food Policy Pact**, 2015. Disponível em: <[https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2020/12/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action\\_PORT.pdf](https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2020/12/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2023.

NAGIB, G. **O espaço da agricultura urbana como ativismo**: alternativas e contradições em Paris e São Paulo. 491 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.8.2020.tde-05082020-171328.

NATARAJ, G. Pronunciamento sobre a votação da lei da agricultura urbana. Curitiba, 10 set. 2018. Facebook: @mandatogoura. Disponível em: <<https://www.facebook.com/774261232619294/videos/947411605445587/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

NATARAJ, G. **Votação em plenário da Câmara do projeto da lei de agricultura urbana de Curitiba**. Curitiba, 10 set. 2018b. Informação verbal.

NUNES, C. Por que falar de neoliberalismo em plena pandemia? **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatoe.com.br/2020/08/28/por-que-falar-de-neoliberalismo-em-plena-pandemia>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

OCHOA, C. Amostragem não probabilística: amostra por bola-de-neve. **Netquest**, 2015. Disponível em: <<https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-bola-de-neve#:~:text=Hoje%20vamos%20falar%20de%20uma,rede%20de%20amigos%20e%20conhecidos>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

OHDE, M. Projeto libera o cultivo de hortas nas calçadas de Curitiba. **Paraná Portal**, 2017. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/agronegocio/agricultura/projeto-libera-o-cultivo-de-hortas-nas-calçadas-de-curitiba/>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

OLIVEIRA, E. F. A. de. **Da colônia à metrópole: trajetórias e discursos em torno da agricultura urbana na cidade de Curitiba/Paraná**. 128p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

OLIVEIRA, E. F. de. **A agricultura urbana e seus modos de organização: um estudo comparativo de casos em Curitiba**. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

OLIVEIRA, R. S. G. **Análise da prática organizativa de hortas urbanas comunitárias em Curitiba**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

ONU. **Acordo de Paris**. 2016. Disponível em: <[https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo\\_paris.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf)>. Acesso em: mar. 2023.

ONU. **Habitat III: Nova Agenda Urbana**. 2017. Disponível em: <<https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge, UK: Cambridge University, 1990.

OTTMANN, M. M. A. **Agricultura urbana: um estudo multicaso dos quintais da favela do Parolin e bairro Fanny em Curitiba, PR, Brasil, e dos “Community Gardens” no Bronx, Nova Iorque, EUA**. 161 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

OXFAM. O vírus da desigualdade. Oxford, UK, 2021. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>>. Acesso em 25 mar. 2022.

PAOLINELLI, M. S.; CANETTIERI, T. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cad. Metrôpoles**, São Paulo, v. 21, n. 46, 831-853, ago. 2019.

PENA, R. F. A. O que é Neoliberalismo?. **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm>>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

PEREIRA, G. de F. A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 3, p. 33-51, jan./jun. 2001.

PEREIRA, G. de F. Das ordenações ao ordenamento: a trajetória do direito de propriedade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23,

2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202105pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6398>. Acesso em: 4 jul. 2022.

PEREIRA, G. de F.; SILVA, M. N. Pobreza urbana e degradação ambiental: algumas reflexões sobre Curitiba, Brasil. **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, v. 4, n. 7, p. 122-135, abr. 2011.

PÍREZ, P. T. Analizar la urbanización latino-americana a partir de la heterogeneidade de modalidades de producción y consumo. **Risco**, São Paulo, v. 16, n. 3, pp. 45-62, 2018.

POLLI, S. A.; PIVETTA, R. J. Coletivos urbanos insurgentes: as disputas pelo espaço na cidade de Curitiba. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p. 168-191, out. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

POTHUKUCHI, K.; KAUFMAN, J. The food system: a stranger to the planning field. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, 66: 113–24, 2000.

POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRAÇA SEU FRANCISCO. Perfil do Instagram. 2023. **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/pracaseufrancisco/>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

PRADO, V. Boulos inaugura cozinha solidária do MTST em Curitiba. **Esquerda Online**. Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2021/10/05/boulos-inaugura-cozinha-solidaria-do-mtst-em-curitiba/>>. Acesso em 12 nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. 31ª Horta Comunitária de Curitiba é inaugurada no Uberaba. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. 2020. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/horta-marumbi-no-uberaba-ganha-primeiro-plantio-de-hortalicas/53762>>. Acesso em 11 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Horta Marumbi, no Uberaba, ganha primeiro plantio de hortalças. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. 2019. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/31-horta-comunitaria-de-curitiba-e-inaugurada-no-uberaba/54582>>. Acesso em 11 jul. 2023.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1979. 579 p.

RABELLO, S. Regulação do território e da propriedade imobiliária urbana: evolução conceitual no Direito Brasileiro. In: FERRARI, S.; MENDONÇA, J. V. (org.). **Direito em público**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

RACIOCÍNIO. In: **Michaelis**, dicionário brasileiro de língua portuguesa. São Paulo: UOL, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/raciocinio>>. Acesso em 18 jun. 2023.

RACIOCÍNIO. In: **Oxford Languages**. Oxford, 2022. Disponível em: <[https://www.google.com/search?q=raciocinio&rlz=1C1GCEU\\_pt-BRBR940BR941&oq=raciocinio&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQABiABDI GCAIQRRhAMgcIAXAAGIAEMgcIBBAAGIAEMgcIBRAAGIAEMgcIBhAAGIAEMgYIBx BFGDzSAQgxODM4ajBqNKgCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=raciocinio&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR940BR941&oq=raciocinio&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQABiABDI GCAIQRRhAMgcIAXAAGIAEMgcIBBAAGIAEMgcIBRAAGIAEMgcIBhAAGIAEMgYIBx BFGDzSAQgxODM4ajBqNKgCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8)>. Acesso em 18 ago. 2022.

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245.

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid19 no Brasil**. 2022. ISBN 978 65 87504 19 3. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

RICKLI NETO, J. **A perspectiva da ecologia política urbana no planejamento metropolitano de Curitiba**: protegendo as águas e criando desigualdades. 190 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RIOS NETO, A. S. O mundo entre o apocalipse e o resgate do humano. **Outras palavras**, 8 jul. 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/mundo-entre-o-apocalipse-e-o-resgate-do-humano/>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

ROLNIK, R. **Guerra de lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSA, M. L; WOLFRUM, S. Guia de leitura dos projetos. In: **Micro planejamento**: práticas urbanas criativas. São Paulo: Editora de Cultura, 2011. 232 p.

RPC CURITIBA. Coordenadora de hortas comunitárias é 'mãezona' de 130 famílias em bairro de Curitiba. RPC Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/caminhos-do-campo/noticia/2021/05/09/coordenadora-de-hortas-comunitarias-e-maezona-de-130-familias-em-bairro-de-curitiba.ghtml>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RUAF. 20+ anos de RUAF. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 38, jul. 2022. Disponível em: <[https://www.agriculturaurbana.org.br/rau/rau\\_38/rau38\\_total.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/rau/rau_38/rau38_total.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2023.

RUAF. Sistemas alimentares urbano-regionais. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 29, mai. 2015b. Disponível em: <[https://ruaf.org/assets/2019/11/rau29\\_completo.pdf](https://ruaf.org/assets/2019/11/rau29_completo.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2023.

RUAF. **Urban agriculture what and why?** Países Baixos, 2015a.

RUFINO, M. B. C.; SILVA, R. A. da; PASCHOA, A. T. P.; LIMA, H. Centralização do capital e metropolização do espaço. Atuação das grandes incorporadoras de São Paulo no contexto de expansão e crise imobiliária. In.: CARDOSO, A. L.; D'OTTAVIANO, C. (Orgs.) **Habitação e direito à cidade** - desafios para as metrópoles em tempos de crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021. pp. 137-176.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, mimeo, 2007. Disponível em: <[https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama\\_AUP.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SANTOS, B. de S. A esquerda do futuro: uma sociologia das emergências. **Carta Maior**, 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Esquerda-do-futuro-uma-sociologia-das-emergencias-/4/35257>>. Acesso em 28 de Março de 2019.

SANTOS, B. de S. A práxis da ecologia de saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. [Entrevista cedida a Fernando Ferreira Carneiro, Noemi Margarida Krefta e Cleber Adriano Rodrigues Folgado]. **Revista Tempus Actas em Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8(2), p. 331-338, jun. 2014.

SANTOS, T.; ARAÚJO, J. Sucessão geracional e políticas públicas na agricultura familiar: um diálogo necessário. **ENCICLOPEDIA BIOSFERA**, [S. l.], v. 17, n. 34, 2020. Disponível em: <<https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/2097>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SHIVA, V. **Os alimentos são importantes demais para serem deixados nas mãos de milionários**. [Entrevista cedida a Berna González Harbour]. *El País*, 25 ago. 2022, n.p. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/noticias/os-alimentos-sao-importantes-demais-para-serem-deixados-nas-maos-de-milionarios-entrevista-com-vandana-shiva/>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SHIVA, V. Recuperar a terra, nosso alimento e nossa agricultura. **El Salto**, 13 mar. 2020, n.p. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/597095-recuperar-a-terra-nosso-alimento-e-nossa-agricultura-artigo-de-vandana-shiva>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SHIVA, V. Semear o futuro. [Entrevista cedida a Juliana Domingos de Lima]. **Ecoa**, 31 out. 2021, n.p. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/vandana-shiva-criou-movimento-para-salvar-milhares-de-sementes-na-india/>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SCHWANTES, L. **Hortas comunitárias**: uma prática urbana. 149 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Escola de Arquitetura e Design, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

SILVA, D. N. Capitalismo. **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/capitalismo.htm>>. Acesso em: 25 out. 2022.

SMF – Secretaria Municipal de Finanças. Orçamentos: orçamento anual. Curitiba, 2022. Disponível em: <<http://www.orcamentos.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SMIT, J.; RATTA, A.; NASR, J. **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities**. UNDP, New York, 1996.

SMOLKA, M. O. **Fundamentos econômicos dos instrumentos e sua relação com a formação do preço imobiliário**. Curitiba, 09 jul. 2021. Aula proferida de maneira remota no Curso Instrumentos para Financiamento do Desenvolvimento Urbano, organizado pela Universidade Federal do Paraná em parceria com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Lincoln Institute of Land Policy.

SORRENTINO, M.; NUNES, E. L. M. Local/global: caminhos da (in)sustentabilidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 42, p. 363–389, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7753>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SORRENTINO, M.; PORTUGAL, S.; PAZOS, A. S.; VÁZQUEZ, C. V. Por una nueva cultura de la Tierra, tierra y territorio: rutas de transición para sociedades sustentables. **Carpeta Informativa CENEAM-MITERD**, Segovia, n. Abril, p. 3-9, 2020.

SORRENTINO, P. P. **Conflito entre conservação ambiental e habitação nas ocupações populares no bairro Caximba** – Curitiba/PR. 115f. Monografia de graduação (Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SORRENTINO, P. P.; MAZIVIERO, M. C. Contribuições à construção da política pública de agricultura urbana a partir do caso de Curitiba. In: XIX ENANPUR - Planejando o Urbano e o Regional - Organizando a Esperança, 2022, Blumenau. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 22 a 26 de maio de 2022, Blumenau. Blumenau: PPGDR/FURB: ESC, 2022. p. 1-26.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. **A função social da terra**. 1ª ed. Curitiba: Arte e Letra, 2021.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 57–71, 2015. DOI: 10.26512/insurgencia.v1i1.18789. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18789>. Acesso em: 3 jul. 2023.

STAVRIDES, S. Reivindicar a cidade como espaços comuns - aprendendo com os movimentos de moradia da América Latina. Tradução de: FRANCA, G. C.; BAFFICA JUNIOR, J. **e-metropolis**, Rio de Janeiro, nº 47 ano 12 | dez. 2021.

TEIXEIRA, G. Das 130,5 mil grandes propriedades rurais, 69,2 mil são improdutivas. MST, 27 out. 2014. Disponível em: <<https://mst.org.br/2014/10/27/das-1305-mil-grandes-propriedades-rurais-692-mil-sao->

improdutivas/#:~:text=Segundo%20o%20Incra%2C%20das%20130,em%20112%20milh%C3%B5es%20de%20hectares>. Acesso em: 25 mar. 2022.

TOFANELLI, V. F. **Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho**: uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

TONUCCI FILHO, J. B. M.. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana / From the right to the city to the urban commons: contributions to a lefebvrian approach. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 370-404, mar. 2020. ISSN 2179-8966.

TORNAGHI, C.; HOEKSTRA, F. Editorial. **Revista de agricultura urbana**, n. 33, p. 3-5, 2017.

TRAJBER, R; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. REMEA - **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. especial, set. 2010. p. 70-78.

TRIBUNA PR. Prefeitura desiste de multar bananeira e horta e vai alterar lei de cultivo em calçada. **Tribuna PR**, 2017. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/prefeitura-desiste-de-multar-bananeira-e-horta-e-vai-alterar-lei-de-cultivo-em-calcada/>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

TRINDADE, T. A. O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais? **Cadernos CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, pp. 157-173, jan./abr., 2017.

TURMENA, L. C. **Dimensão espacial do sistema alimentar**: um lugar para a utopia entre a cidade e o campo. 198 f. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

VAINER, C. et al. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: OLIVEIRA, F. L. de. et al. **Planejamento e conflitos urbanos**: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 27-64.

VARGAS, R. A. C. **De la ocupación a la territorialización del espacio público**: la experiencia del parque Gomm em Curitiba, Paraná. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

VEENHUIZEN, R. van. Introduction, cities farming for the future. In: VEENHUIZEN, R. van. (Ed.). **Cities farming for the future**: urban agriculture for green and productive cities. Philippines: RUAF Foundation, International Institute of Rural Reconstruction (IIRR) e International Development Research Centre (IDRC), Chapter 1, p. 1-17, 2006.

VIÉGAS, R. N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 19, p. 145-157, 2009.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. v. 2. Brasília: UNB, 2004.

YAN, D.; LIU, L.; LIU, X.; ZHANG, M. Global Trends in Urban Agriculture Research: a pathway toward urban resilience and sustainability. **Land**, 11, 117, 2022. <https://doi.org/10.3390/land11010117>.

YONEGURA, V, B. **Agricultura urbana e a transformação da vida e da paisagem no Tatuquara, Curitiba-PR**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

## **APÊNDICE I - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA/FICHA DE LEVANTAMENTO**

Busca-se compreender, entre outras coisas: Quem são esses sujeitos? Por que praticam a AU? Qual a visão, entendimento deles sobre o comum? Sobre a terra? Sobre a propriedade privada? Quais as semelhanças de suas práticas com estas visões? Como organizam na prática o uso e apropriação da terra? Quais as dificuldades para suas práticas?

A entrevista semi-estruturada se amparou nas seguintes perguntas:

### **Perfil do hortelão**

1. De onde você é? Idade? Bairro que você mora? Bairro em que você pratica AU?
2. Conte sobre sua história com a agricultura urbana (quando começou, o que te motivou).
3. O que é a cultura da terra para você? Qual sua importância?
4. Você considera que sua prática de agricultura urbana influencia/influenciou sua forma de se relacionar com a cidade?
5. Se você pudesse planejar a cidade de Curitiba e tomar decisões sobre ela, o que você mudaria? OU Se você pudesse dizer sua opinião a políticos e planejadores urbanos em relação ao tipo de cidade que vem sendo construída, o que você diria?
6. Para você, o que é sustentabilidade? Como seria uma cidade sustentável?

### **AU**

7. Você acha que a AU tem potencial de transformar as cidades e sociedade de nosso tempo/contribuir para uma mudança cultural? Como?
8. Quais os principais aprendizados que você teve com a AU? O que você acha que a sociedade, a prefeitura/planejamento urbano pode aprender com ela?
9. Quais os maiores benefícios e os maiores desafios/dificuldades das práticas de AU?
10. Como a prática da AU afeta/influencia sua visão de mundo? Como sua visão de mundo influencia/afeta sua prática? A prática de AU já te fez repensar sobre a vida que você leva e mudar sua visão de mundo? Se sim, como foi isso?

### **Perguntas sobre a prática**

11. Nome da Horta:
12. Endereço:
13. Área:

14. Como você descreveria/apresentaria sua horta/prática?
15. Breve histórico da história de sua horta:
16. Como funciona a gestão do território/arranjo de gestão e uso da terra? Existe um grupo gestor fixo? Quantas pessoas aproximadamente? Como funciona a comunicação (zap)?
17. Qual a orientação política dos sujeitos envolvidos com a horta?
18. Qual o perfil socioeconômico dos sujeitos envolvidos com a horta?
19. Qual o tipo de propriedade em que a prática está inserida?
20. Quais grupos utilizam o espaço? Existe algum tipo de controle de acesso à horta? Se sim, como funciona?
21. Qual(is) a(s) principal(is) motivação(ões) para a construção da horta?
22. Que tipo de agricultura é praticada em sua horta? Quais as técnicas utilizadas? Quais plantas são cultivadas?
23. O que você mais gosta em sua horta? O que você menos gosta?
24. Quais os principais usos do espaço (ações geradas, sistema de ações)?
25. Quais elementos compõem sua horta (objetos relacionais, sistemas de objetos)?
26. Quais são os desafios/demandas para a manutenção de sua prática?
27. Como a prefeitura de Curitiba/o planejamento urbano municipal poderiam contribuir para melhorar as condições para sua prática ou para a as prática de AU de maneira geral?
28. Como a prática se relaciona com o local em que está inserida (comunidade local, poder público, transeuntes)?
29. Qual a importância da terra para sua prática?
30. Você considera que sua prática tem relação com a luta pelo direito à cidade e à terra (cultura da terra/racionalidade hegemônica, luta pelo comum, etc)? Por quê/Como?
31. Quais elementos contra-hegemônicos/insurgentes sua prática traz em relação à lógica hegemônica de produção do espaço urbano?
32. Como se dá a presença (ou ausência) do setor público em sua prática? Quais os prós e contras e influências em sua forma de organização?